
REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO DE OEIRAS

1980 - N° 02





Brigadeiro Manuel de Sousa Martins
Visconde da Parnaíba
Proclamador da Independência do Piauí
Patrono do Instituto Histórico de Oeiras

Óleo de Baltazar da Câmara — Recife, 1975
Galeria do Instituto — Oeiras



INSTITUTO HISTÓRICO DE OEIRAS

Presidente
Dagoberto Ferreira de Carvalho Júnior

Vice-Presidente
Pe. David Ângelo Leal

2º Vice-Presidente
José Expedito de Carvalho Rêgo

Secretário Geral
Maria do Espírito Santo Rêgo

2º Secretário
José Cicero Romão Batista

Tesoureiro
Walter de Carvalho Mendes

Orador
Possidônio Nunes de Queiroz

Arquivista
Alina Rosa Ferraz Nunes Ferreira de Carvalho

NESTA EDIÇÃO:

Págs.:

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO DE OEIRAS

- 11 - Noticiário
- 30 - Oeiras e a Independência do Piauí — José Expedito Rêgo
- 38 - Penetração prioritária de Mafrense nestas que depois se chamaram Terras do Piauí — Raimundo da Costa Machado
- 69 - Contribuição do Piauí nas lutas da Independência — Possidônio Nunes de Queiroz
- 91 - Participação de Oeiras no movimento da Independência — Mons. Joaquim Chaves
- 102 - Um pouco de Oeiras — Abimael Carvalho
- 126 - Oeiras — Viagem Sentimental — Dagoberto Carvalho Jr.
- 138 - O Piauí e a unidade nacional — Buggy Britto
- 150 - Visconde da Parnaíba — Notas para a biografia — Antonio Santana F. de Carvalho
- 153 - A verdade histórica — Cel. Benedito de Sousa Britto
- 162 - Nossa Senhora da Vitória de Oeiras — Dagoberto Carvalho Jr.
- 170 - Cartas — Buggy Britto / Abimael Carvalho
- 176 - Histórico sobre a custódia de ouro desta Freguesia, copiado de um documento authentic no archivo público de Theresina
- 178 - Cônego Acilino — Alcides Nunes
- 182 - Um Retrato — Duas Estórias — Dagoberto Carvalho Jr.
- 185 - Esboço de provável etnografia da cozinha oeirense — Gutemberg Soares

AGRADECIMENTOS

Dr. Pedro Waldemar de Reis Freitas
Prefeito Municipal de Oeiras

Prof. José de Arimathéa Tito Filho
Presidente da Academia Piauiense de Letras

Prof. Wilson de Andrade Brandão
Secretário de Estado da Cultura

Dr. Felipe Mendes de Oliveira
Secretário de Estado do Planejamento

Dr. Paulo Henrique de Araújo Lima
Diretor Presidente da Comepi

Dr. Antonio José de Sousa
Presidente do Banco do Estado do Piauí

QUADRO DE SÓCIOS

FUNDADORES — Adão Wallace Luz Mendes — Alina Rosa Ferraz Nunes Ferreira de Carvalho — Antônio Santana Ferreira de Carvalho — Auri da Silva Dias — Dagoberto Ferreira de Carvalho Júnior — David Ângelo Leal — Gardênia Portela Lopes — José Expedito de Carvalho Rêgo — José Gutemberg Ferreira Soares — Leonília de Carvalho Rêgo — Leopoldo Portela Barbosa — Maria do Espírito Santo Rêgo — Petronila Rêgo Amorim — Possidônio Nunes de Queiroz — Raimundo da Costa Machado — Wartene Portela Lopes.

EFETIVOS — Francisca Maria de Carvalho — Gerson Nogueira Campos (Falecido) — João de Carvalho Sá — José Cícero Romão Batista — José Gerardo Helcias.

BENEMÉRITO — Baltazar da Câmara

HONORÁRIOS — D. Frei Edilberto Dinkelborg, O.F.M. - Bispo de Oeiras — D. Paulo Hipólito de Sousa Libório - Bispo de Parnaíba — D. José Freire Falcão - Arcebispo de Teresina — D. Joaquim Rufino do Rêgo - Bispo de Quixadá — Barbosa Lima Sobrinho — Deolindo Nunes Couto — José de Arimathéa Tito Filho — Paulo de Tarso Ribeiro Gonçalves — Paulo de Tarso Melo Freitas — Pedro Amador Martins de Sá — Roberto Tilston.

CORRESPONDENTES — Odilon Nunes — Mons. Joaquim Chaves — Aírton Costa Carvalho — Abimael Clementino Ferreira de Carvalho — Antônio Bugyja de

Sousa Brito — Orlando Marques Cavalcanti de Albuquerque — Gaston Manguinho — Flávio Guerra — Fernando Pio dos Santos — Aziz Elhimas — Nicolino Limongi — Renato Soeiro — Mário Martins Meireles — Luiz Vital Duarte — João de Matos Guimarães — Anita Saavedra — Dalvino Franca — Zuleica Tapety Pontes — Milton Aguiar (Falecido) — Noé Mendes — Josias Carneiro da Silva — José Miguel de Matos — José Patrício Franco — José Severiano da Costa Andrade — José Clementino Ferreira de Carvalho — James da Costa Azevedo — José Ribamar Matos (Falecido) — Madeira Basto — Delfina Augusta Boavista — Deoclécio Dantas — Lilizinha Carvalho — Celso Pinheiro Filho (Falecido) — Petrarca Rocha de Sá — Mons. Mateus Cortez Rufino — José Vidal de Freitas — Tibério Barbosa Nunes (Falecido) — Mansueto Martins Magalhães — Orlando Geraldo Rêgo de Carvalho — Raimundo Clementino de Siqueira Moura (Falecido) — Orlando Ribeiro Gonçalves — Nantilde Rocha de Sá Melo — Luís Walmor Barbosa de Carvalho — Francelino de Sousa Araújo-Piauí — Laurentino Pereira Neto (Falecido) — Balduino Barbosa de Deus — Benedito Clementino de Siqueira Moura — Benedito de Carvalho Rêgo — Mons. Benedito Cantuária — Antônio Portela Barbosa — Gaudêncio de Carvalho Sousa — José Atanásio de Santana (Falecido) — José Epifânio de Carvalho — Mons. Olavo Passos — Luis Lopes Sobrinho — Luis Santos Barbosa.

TEMPO DE OEIRAS

Tão grande é para nós a honra de presidir os destinos do Instituto Histórico de Oeiras, que fácil se torna imaginar quanto nos sentimos afortunados ao assumir o cargo a que os sócios deste venerando Instituto, numa generosa unanimidade nos quiseram elevar.

O Instituto Histórico de Oeiras, senhores, é o fruto sazonado de um ideal que acalentou toda nossa mocidade acadêmica no Recife. É o resultado maior de um momento intelectual que tivemos a felicidade de viver e a que, com pouca modéstia ousamos chamar de Movimento Oeirense de Renovação Cultural. Não que a nossa velha terra não tenha tido a guiá-la sempre, em todas as suas gerações, luminares maiores. Vivera já a velha Oeiras, na centúria que passa, momentos da maior efervescência intelectual. Vivera o tempo romântico das tertúlias do poeta de "Labaredas" e o tempo erudito dos recitais de mestre Possidônio Queiroz. Vivera o profano e o sacro da oratória quixotesca de Cardoso de Vasconcelos. Vivera os tempos agitados de "O Fanal" e a "Idéia Nova".

Mas, senhores, o tempo de Oeiras é o que se deixou antever no telurismo de "Folhas Caídas", é o que prenunciou em "A Luz", o gênio condoreiro de Ribamar de Matos. O tempo de Oeiras de que é cristalização maior esta casa, é o lustro que viu surgir e minguar "O Cometa", catalizador dessa alquimia espiritual, que nascida da experiência de uns, do ardor de outros e da maturidade sábia de Expedito Rêgo definiu e marcou uma época.

Continuaremos a obra dos que nos precederam. Espiritual e materialmente. Lutaremos pela Revista do Instituto, estabeleceremos o Dia de Oeiras, esclareceremos a verdade histórica do 24 de janeiro, erigiremos com a estátua do inolvidável Cônego Cardoso, um monumento aos que cremos na vida intelectual desta terra, aos que continuamos levando altaneira a bandeira de Mafrense. Esta, a nossa meta.

Estamos certos de que esta missão — a mais honrosa das missões será coroada do mais belo êxito, a despeito da distância a que circunstancial e fisicamente estaremos forçados. Estamos certos disto porque contamos na diretoria que ora se empossa, com os elementos mais representativos de nosso mundo cultural, porque contamos com o apoio, por tudo imprescindível, dos amigos que conosco aceitaram dividir a honra e a responsabilidade de dirigir o Instituto de Oeiras.

Dagoberto Carvalho Jr.

(Discurso de posse na presidência do Instituto em 20 de janeiro de 1979).

NOTICIÁRIO

Nossa Capa — "Planta da Cidade de Oeiras da Capitania de São José do Piauí que mandou fazer o Ilmo. Sr. Governador Carlos Cesar Burlamaqui por José Pedro Cesar de Menezes no ano de 1809". A planta, cuja fotografia reproduzimos, encontra-se no Ministério do Exército, em Brasília, onde foi localizada pela arquiteta Anita Saavedra, hoje Sócia Correspondente do Instituto.

Brasão do Instituto — Adotou o Instituto de Oeiras como seu Brasão de Armas o velho brasão do Sobrado João Nepomuceno, tido como dos Burlamaqui, dos Ferraz ou dos Castelo Branco. Nisso apenas uma homenagem à heráldica da terra.

Estátua do Cônego Cardoso — Coroada de êxitos a campanha do Instituto pela ereção da estátua do Cônego Antônio Cardoso de Vasconcelos. Oficialmente aberta em 1977 a campanha só começou, de fato, em fevereiro de 1979. Em Oeiras contou, em todos os seus momentos, com a colaboração decidida do Prof. Possidônio Queiroz, do Des. Antônio Santana e das professoras Maria do Espírito Santo Rêgo e Alina Nunes sob o comando desse "novo Cônego", pelo amor a Oeiras, que é o Vice-Presidente do Instituto, o Pe. David Ângelo Leal. Em Teresina dirigiram o movimento Adão Mendes e Dagoberto Carvalho.

Com essa homenagem a Cardoso de Vasconcelos, Oeiras e seu Instituto Histórico pagam tributo de gratidão ao sacerdote incansável, ao cidadão idealista, ao amigo maior. A estátua, obra do escultor pernambucano Francisco Félix Damásio, custou Cr\$ 60.000,00, importância levantada através de subscrição popular a que não faltou o apoio do Poder Público Municipal. Registre-se também, pelo valor material e sobretudo moral, o apoio da Diocese que tanto quis para Oeiras nosso ilustre homenageado.

No Recife, ao lado de Félix Damásio, contamos sempre com a boa vontade e o bom senso de Nantilde Rocha de Sá Melo que representou o Instituto oferecendo ao escultor as sugestões de ordem estética tão necessárias em trabalhos como tais. Nantilde Melo, amiga que foi do velho Cônego de quem guarda boas

lembranças e a fidelidade da imagem, ajudou no que pôde sua recriação no bronze a que serviu de base fotografia oferecida pela família.

24 de Janeiro — Outra meta da atual Diretoria tem sido a de oferecer subsídios para o restabelecimento da verdade histórica do 24 de janeiro. Nesse sentido, o Presidente Dagoberto Carvalho entregou ao Governador Lucídio Portella o documento que redigido por Arimathéa Tito Filho e subscrito por Odilon Nunes, Joaquim Chaves e Wilson Brandão, expoentes da historiografia piaulense, abaixo se transcreve:

Excelentíssimo Senhor Dr. Lucídio Portella Nunes
DD. Governador do Estado.

Os abaixo-assinados, na defesa da verdade histórica, vêm expor a Vossa Excelência o que se segue para ao final pleitear o que se declara:

1) Em 1937, a Assembléia Legislativa do Piauí aprovou projeto do então Deputado José Burlamaqui Auto de Abreu, convertendo-o na Lei nº 176, que considerou feriado estadual o dia **19 de outubro**, como data da **independência do Piauí**, proclamada em Parnaíba, ano de 1822.

2) O provecto Pereira da Costa escreveu que, a 19 de outubro de 1822, "a vila da Parnaíba levanta o grito da independência do Piauí, e aclama o príncipe Dom Pedro imperador do Brasil, sob os influxos dos patriotas Dr. João Cândido de Deus e Silva, coronel Simplicio Dias da Silva, capitão Domingos Dias da Silva, José Ferreira Meireles, capitão Bernardo Antônio Saraiva, o escrivão Ângelo da Costa Rosal, Bernardo de Freitas Caldas, e o tenente Joaquim Timóteo de Brito, entre as mais vivas e ruidosas manifestações populares".

3) Chegando a Oeiras tão importante notícia, o comandante das Armas, oficial português João José da Cunha Fidié, seguiu com tropa armada (artilharia e infantaria), a fim de sufocar a atitude dos parnaibanos. Mas em Parnaíba não achou ele a quem combater e castigar. Os patriotas não se encontravam na vila. Os chefes do movimento se haviam refugiado no Ceará.

4) É certo ainda que no Paço da Câmara de Parnaíba houve proclamação da Regência de Dom Pedro I, da Independência do Brasil mas **unido a Portugal**.

5) O ilustrado Monsenhor Joaquim Chaves chega a admitir a impressão "de que os independentes da Parnaíba,

àquela altura dos acontecimentos, ainda não sabiam bem o que queriam". E acrescenta que as festas da aclamação esfriaram. O povo decepcionou-se, pois não havia armas nem soldados.

6) A 27 de novembro de 1822, João Cândido de Deus e Silva escreveu que **não se tem negado obediência às autoridades da Província**. Estas, como ninguém ignora, eram da confiança do Governo de Portugal.

7) De sua vez, Simplicio Dias afirmou: "Observo no geral aplacado o fogo que motivou aquele procedimento e no particular muito arrependidos".

8) A Câmara atirou a culpa de tudo ao magistrado João Cândido. E sustentou que os povos da Parnaíba **protestam obediência a Dom João VI**.

9) Pondera o meticoloso Monsenhor Chaves: "A meu ver a verdade nua e crua é esta: os parnaibanos não sabiam bem o que queriam naquele 19 de outubro de 1822". E justifica o fato: a situação deles era de perplexidade e incerteza, pois aqui as notícias chegavam com atraso e o país se via confuso e dividido entre Dom João VI e Dom Pedro, ambos portugueses. Também vinham ordens contraditórias de Lisboa e do Rio de Janeiro — pondera o ilustrado historiador.

10) O culto Prof. Wilson Brandão atribui ao gesto dos parnaibanos caráter revolucionário. Com a aproximação de Fidié, os chefes da proclamação — diz ele — afligem-se, apavoram-se, acovardam-se. Oeiras vê no movimento infidelidade a Portugal — acrescenta. Afirma ainda que a tradição não guarda nenhuma suspeita à memória daqueles destemidos e audaciosos brasileiros.

11) O diplomata Espedito Resende fala dos dois focos revolucionários, o de Parnaíba, mais sofisticado intelectualmente, e talvez admitindo a unidade das duas coroas, do Brasil e de Portugal, dentro de uma igualdade de soberanias; e o de Oeiras, sem as conotações intelectuais da revolução parnaibana, mas comandado por um homem de ação — Manuel de Sousa Martins — e que, ao mesmo tempo, se apoderou de toda a máquina do Estado ao estabelecer seu domínio sobre a capital.

12) O provecto e notável Odilon Nunes registrou que Parnaíba havia proclamado a independência do Brasil e sua espontânea união a Portugal, a constituir uma confederação. Foi a restauração do Reino Unido. Admite, porém, esse grande estudioso que os parnaibanos abriram caminho a Oeiras (24 de janeiro de 1823) e à batalha do Jenipapo.

13) Como se vê, foi de inegável o gesto dos parnaibanos.

mas a 19 de outubro não se deu a independência do Piauí. Os rebeldes deixaram a Província, o povo se viu só, sem segurança, sem defesa. As autoridades portuguesas permaneceram no Governo, inclusive na capital. Parnaíba esteve sob o domínio de Fidiê, aquartelado na própria vila.

14) Ainda assim, em 1937, a Assembléia Legislativa aprovou a lei 176, considerando 19 de outubro como data da independência do Piauí e conseqüentemente como Dia do Piauí, o que não corresponde à realidade histórica.

15) O certo, entretanto, é que somente a 24 de janeiro de 1823 Manuel de Sousa Martins aclamou Dom Pedro imperador do Brasil, com a adesão de todo o povo ao novo regime. Ali, em Oeiras, se deu a independência, estabelecendo-se novo Governo e destituindo-se as autoridades portuguesas.

16) O eminente mestre Cristino Castelo Branco, numa das suas obras, escreveu: "Em janeiro de 1823, por ocasião das festas comemorativas do 1º centenário da independência política do Piauí..." E de fato foram impressionantes as solenidades, durante uma semana, em janeiro de 1823, especialmente as que o Governo de João Luís Ferreira realizou no dia 24, data da proclamação do Visconde da Parnaíba (Manuel de Sousa Martins).

17) A excelente **Cronologia** de Pereira da Costa faz esta anotação correspondente ao dia 31.8.1859: "Lei provincial determina no artigo 24 que o dia 24 de janeiro, aniversário da adesão do Piauí à independência nacional, é feriado em todas as repartições provinciais".

18) Em homenagem a data (24 de janeiro) foi instalada, em 1918, a Academia Piauiense de Letras.

19) No brasão do Piauí, como ninguém ignora, está inscrita a data de **24 de janeiro de 1823**.

Por todas estas razões irrefutáveis, os signatários pedem a Vossa Excelência promova os atos necessários ao estabelecimento do dia 24 de janeiro de 1823 como data da independência do Piauí.

Teresina, 5 de novembro de 1979

Odilon Nunes

Mons. Joaquim Raimundo Ferreira Chaves

Wilson Brandão

José de Arimathéa Tito Filho
Relator

Dia de Oeiras — Cumprindo diretriz de sua Diretoria, o Instituto Histórico de Oeiras entregou ao Prefeito Municipal, no dia 10 de agosto, os Autos com parecer final sobre a data a ser adotada como Dia do Município de Oeiras. Referidos Autos que publicamos são fruto das discussões que a partir de 1972 se travaram em torno do assunto.

INSTITUTO HISTÓRICO DE OEIRAS

Autos formados com os pareceres das Comissões nomeadas para pesquisar, debater e opinar qual a data que deva ser determinada como a do início da **vida municipal** de OEIRAS.

1973

AUTUAÇÃO

Aos vinte e três dias do mês de janeiro do ano de mil e novecentos e setenta e três (23-01-1973), autuo os documentos relativos à pesquisa da data histórica de Oeiras, quanto à determinação do início de sua **vida como município** do que fiz este termo. Eu, Adão Wallace Luz Mendes, Secretário, o escrevi.

NOMEAÇÃO

Devendo se realizar hoje, às dez (10) horas, no Paço Episcopal desta cidade, a reunião das comissões nomeadas pelo Instituto Histórico de Oeiras e pelo Senhor Prefeito Municipal, para se estudar, debater e afinal opinar qual seja o dia do início da vida do município de Oeiras; na qualidade de Presidente do mesmo Instituto Histórico, nomeio secretário, ou escrivão **ad-hoc**, para servir nos trabalhos das ditas comissões, o Universitario Adão Wallace Luz Mendes, sócio fundador da Entidade acima mencionada, o qual, aceitando, assinará termo de compromisso.

Oeiras, 23 de janeiro de 1973

TERMO DE COMPROMISSO

No mesmo dia, mês e ano supra, em casa de residência do Doutor Raimundo da Costa Machado, Presidente do Instituto Histórico de Oeiras, tendo eu aceito a nomeação que se lê acima, assinei o compromisso de bem servir como secretário, ou escrivão das comissões que vão pesquisar a data inicial da vida do município de Oeiras, declarando fazer tudo quanto possa para o fiel desempenho do cargo. Eu, Adão Wallace Luz Mendes, secretário *ad-hoc*, o datilografei e assino.

Raimundo da Costa Machado
Adão Wallace Luz Mendes

PARECER

Para determinar-se o dia que deva ser considerado como data histórica do município de Oeiras, duas datas devem ser lembradas e examinadas: — 30 de junho de 1712 e 26 de dezembro de 1717. A primeira é a da criação legal da vila da Mocha. Em carta daquela data, dirigida ao governador do Maranhão, dizia el-Rei de Portugal: "Fui servido resolver, que antes de se criar ouvidor ou juiz de fora para a dita capitania se forme villa no lugar aonde está a igreja, com senado da câmara, juizes, vereadores, almotacés, provedor, e seu escrivão, etc..."

Na mesma data, isto é, ainda em 30 de junho de 1712, determinava el-Rei ao Ouvidor Geral do Maranhão que: "vá ao Piauí e no lugar em que está a igreja crie uma villa com senado da câmara e mais governança; e estabelecida que seja a dita villa, dê conta para se prover a dita capitania do Piauí de ouvidor geral". Estava formalizada legalmente a vontade de el-Rei, e essa vontade era o decreto, o ato jurídico da criação da vila.

A outra data, a segunda acima citada, — 26 de dezembro de 1717, é a da instalação solene da vila da Mocha.

Naquela, manda el-Rei que se funde a vila, nesta, se corporifica a ordem real. É, portanto, a data do nascimento do município.

Suponhamos que o Governador Alberto Tavares Silva, sancionasse lei na qual se dispusesse: — "Fica determinada a construção do Palácio da Justiça, e para isso aberto o crédito de X." E, que um ano depois fosse inaugurado com as festas protocolares, o dito Palácio. Certamente, que o historiador que tivesse de determinar o início da vida do Templo da Justiça, a que se alude, tomaria como data indiscutível, não a da lei que ordenou o levantamento da obra, mas a em que se declarou oficialmente inaugurada a mesma obra.

Pensando assim, opinamos que o dia 26 de dezembro do ano de 1717, assinala a data exata do início da vida, da que hoje é a cidade de Oeiras, como município, porque nessa data se instalou festiva e solenemente a vila, em cumprimento ao mandado real.

Quando, em 1942, no governo interventorial do Dr. Leonidas de Castro Melo, se discutiu, por determinação de S. Exa., às portas do centenário da Verdecap, qual seria a data histórica da fundação de Teresina, em parecer luminoso, de 24 de julho daquele ano, de que foi relator o eminente Desembargador Cromwell Barbosa de Carvalho, e assinado pelos Drs. Higino Cunha, João Pinheiro, Anísio Brito e Martins Napoleão, ficou assentado que não era o 21 de julho de 1852, data da lei nº 315, que determinou a mudança da Capital, de Oeiras para a Vila Nova do Poti, mas o dia 16 de agosto do mesmo ano, data em que Saraiva, em cumprimento à mesma lei, instalou solenemente a bela Cidade Verde. Foram votos vencidos os dos Drs. Higino Cunha e João Pinheiro. Entendiam eles que a data histórica deveria ser a da lei 315, referida.

O Sr. Interventor Federal acatou o Parecer, e pelo Decreto nº 611, de 23 de setembro de 1942, fixou o 16 de agosto como data histórica da fundação de Teresina.

Concluindo, repetimos, somos pelo dia 26 de dezembro de 1717, como data histórica do início da vida do município de Oeiras. Este o nosso parecer.

Oeiras, 23 de janeiro de 1973.

Raimundo da Costa Machado
João Espedito de Carvalho Rego
Possidônio Nunes de Queiroz
Relator

RAZÕES apresentadas por Possidônio Nunes de Queiroz, na sustentação do parecer, que juntamente com os Doutores Raimundo da Costa Machado e José Expedito de Carvalho Rêgo apresentaram na reunião realizada no Paço Episcopal desta cidade, em 23 de janeiro de 1973. Dito parecer diz respeito à data que deve ser tomada como a do início da vida do município de Oeiras. O signatário das razões abaixo, age como membro de uma das comissões nomeadas para estudar o caso, e por delegação dos outros dois membros acima referidos.

Creio que em uma comunidade juridicamente organizada, não se pode dissociar a idéia de cidade, da idéia de município. Aquela, faz nascer, necessariamente esta.

Se se quer estipular o dia de Oeiras, primeira célula legalmente criada no Piauí, primeiro centro a comandar a vida política e administrativa do Estado, deve-se, forçosamente, procurar pesquisar as suas origens jurídicas.

O nome de Oeiras, bissecularmente conhecido na Terra de Mafrense, porque existia outra cidade homônima da nossa, esteve a pique de ser mudado, nos idos de 1943.

Não fora a ancianidade, — a importância maior de nossa terra, como entidade jurídica, sobrelevante à da pequena cidade do Pará, e o nosso torrão natal, sem nenhuma dúvida, para desgosto e sofrimento de todos nós, teria perdido o seu topônimo.

Foram argumentos fortes, convincentes perante o Colendo Conselho Nacional de Geografia, os que a comissão encarregada de defender a velha terra apresentou, e entre eles, foi ponto culminante, o ser a nossa Oeiras, Comarca de 3ª entrância. A homônima do Pará, era simples distrito judiciário.

O Alto Poder Administrativo da República, olhou e destacou nos nossos argumentos, o de ser a terra de COSTA ALVARENGA, juridicamente mais importante que a sua rival. É isto o que está no telegrama que o Dr. Leite de Castro, Secretário do Conselho Nacional de Geografia passou para a nossa estremecida cidade, ao encerramento da campanha. Oeiras do Piauí, disse, tem primazia de conservar o nome, por ser de mais alta categoria que a Oeiras do Pará. Eis o inteiro teor do citado telegrama:

"Cônego Antônio Cardoso de Vasconcelos —
Of. Oeiras — De Rio Lapa DF N 68200-60-25-18 S
18.132 de 25-10-43 — Acuso memorial datado 30

setembro e agradeço V. Excia. e signatários excelente trabalho enviado pt Com decreto-lei Nacional 5901 assinado 21 corrente por proposta deste Conselho ficou Oeiras Piauí com absoluto direito conservar atual nome por ter mais alta categoria que homônima paraense como sede comarca pt Congratulações pt a) Leite Castro — Sec. CNG."

Ensinam, os entendidos, que desde que os homens se concentraram em povoados, organizou-se um grupo de pessoas para os administrar.

De fato, um agrupamento humano sem organização, sem ordem jurídica, não pode ter existência, vivência legal. Certamente que só se admitiria isso nas células iniciais, na aurora do aparecimento do homem sobre a Terra.

A organização da vida do núcleo que hoje constitui a nossa cidade, — organização legal, jurídica, devido, certamente à grande distância que separava o burgo da cabeça do Reino, e também devido às dificuldades dos meios de comunicação, existentes àquele tempo, fez-se com alguma demora. Mas, a bem pensar, uma demora que não está muito longe da instalação do homem nestas paragens.

Não relegamos a segundo plano, a idéia de que uma data mais velha seria melhor. Essa data a encontramos, a da instalação da Paróquia, em 02 de março de 1967. Diz, porém, respeito à cura das almas, à assistência dos habitantes rodolanos no campo espiritual. A terra porém, girava em função do mando de um tuxaua, de um patrão duro, de um fazendeiro. Era uma possessão particular. Não poderia ser entendida como coisa pública.

Tornou-se a gleba coisa pública, desde o momento em que el-Rei, por carta régia, atendendo ao desenvolvimento do pequeno burgo, e ao desejo de progredir, — o que não seria possível enquanto no domínio particular —, tornou-se coisa pública, repetimos, desde o momento em que el-Rei, fez nascer no povoado, uma vila, mandou instalá-la, deu-lhe vida autônoma e transformou a coisa em município, nomeando para administrá-lo, autoridades competentes, tudo consoante o preceituado no direito e na legislação do Reino.

Agora, o Governo Municipal, portanto o Poder Público, atendendo solicitação do Instituto Histórico de Oeiras, quer, através de pesquisa feita em conjunto com o mesmo IHO, apurar, para o determinar por lei, qual a data que deva ser considerada como a do nascimento do nosso município.

O Instituto Histórico de Oeiras, nomeou (como se sabe) uma comissão de três (3) membros e solicitou, quisesse, S. Exa., o Senhor Prefeito Municipal, nomear outra, também de igual número de pessoas, para a pesquisa atrás referida.

Levou o Instituto Histórico de Oeiras, a tomar essa iniciativa, o fato de os seus Estatutos — legalmente registrados — se referirem duas vezes ao dia da emancipação política de Oeiras, (arts. 20 e 46) como o dia próprio para a realização de Assembléia Geral e para a posse de nova diretoria. Então, convinha ao IHO, até mesmo pela sua própria finalidade, trabalhar pela determinação da data em referência, como o irá fazer, certamente, para apuração de outros fatos que dizem de perto com a nossa história.

Precisa-se de determinar qual o momento histórico, o dia do começo da vida administrativa, desta que é hoje a cidade de Oeiras.

Claro que se a medida tivesse de ser tomada por uma entidade particular, poder-se-ia discutir outra data, que não a da instalação solene da vila da Mocha, em 26 de dezembro de 1717, como uma decorrência do ato de el-Rei D. João V, firmado cinco anos antes.

Sendo, porém, um ato que vai ser firmado pelo Chefe do Executivo Municipal, que transformará em lei proposição aprovada pelo Órgão Legislativo Oeirense, portanto, uma deliberação que vai emanar de uma pessoa jurídica de direito público; não se pode desprezar, sem exame acurado e profundo, uma criação, um ato também emanado de outra pessoa jurídica de direito público, alta e competente, somente a competente à época em que foi realizado, para praticá-lo.

Essas as considerações que apresentamos, na sustentação do parecer apresentado hoje pela manhã, o qual está assinado, também pelos Drs. Raimundo da Costa Machado e José Expedito de Carvalho Rêgo.

Oeiras, 23 de janeiro de 1973.

Possidônio Nunes de Queiroz

TERMO DE ASSENTADA

Aos vinte e três dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e setenta e três, nesta cidade de Oeiras do Estado do Piauí, reuniram-se, às dez horas, no Paço Episcopal, sob a presidência do Exmo. Senhor Doutor Juarez Piauhense de Freitas Tapety, Prefeito deste Município, as comissões nomeadas pelo Instituto Histórico e pelo Prefeito Municipal com a finalidade de pesquisar, debater e opinar qual a data histórica que deva ser determinada como **dia do município ou da emancipação política de Oeiras**; comissões essas assim constituídas — nomeada pelo Prefeito Municipal: Monsenhor Joaquim Raimundo Ferreira Chaves, Doutor Raimundo da Costa Machado e o próprio Prefeito Municipal Doutor Juarez Piauhense de Freitas Tapety. Nomeada pelo Instituto Histórico de Oeiras: Monsenhor Leopoldo Portela Barbosa, Doutor José Expedito de Carvalho Rêgo e Professor Possidônio Nunes de Queiroz. Explicada a finalidade da reunião, declarou o Senhor Presidente que estava concedida a palavra a qualquer dos membros das comissões que quisessem apresentar o seu ponto de vista, tendo então o Professor Possidônio Nunes de Queiroz lido um parecer, subscrito pelo Doutor Raimundo da Costa Machado e pelo Doutor José Expedito de Carvalho Rêgo e também pelo mesmo Possidônio Queiroz, em que concluem que a data histórica a ser tomada como dia do município ou da emancipação política de Oeiras, deve ser o dia 26 de dezembro de 1717 dia em que foi instalada solenemente a vila da Mocha. Os outros três membros, isto é, os Monsenhores Joaquim Ferreira Chaves, Leopoldo Portela e o Doutor Juarez Tapety, divergindo, opinaram pelo dia 11 de fevereiro de 1697, dia da escolha do local para se erigir a capela da primeira Freguesia criada no Piauí, — a Freguesia de Nossa Senhora da Vitória. Em face do empate verificado, foi aprovada a nomeação de um membro para desempatar, tendo a escolha recaído no Senhor Desembargador Antônio Santana Ferreira de Carvalho. Depois do meio-dia foi suspensa a reunião, e se marcou outra para às quinze horas, ocasião em que, perante a Autoridade desempatadora, falarão apenas o Monsenhor Leopoldo Portela Barbosa e o Professor

Possidônio Nunes de Queiroz, resumindo o pensamento, isto é, os pontos debatidos, cada qual sustentando os argumentos da comissão a que pertence. Eu, Adão Wallace Luz Mendes, secretário nomeado datilografei o presente termo, que vai assinado por todos.

Juarez Piauiense de Freitas Tapety
Mons. Joaquim Raimundo Ferreira Chaves
Mons. Leopoldo Portela Barbosa
José Expedito de Carvalho Rêgo
Raimundo da Costa Machado
Possidônio Nunes de Queiroz

CERTIDÃO

CERTIFICO que cientifiquei ao Exmo. Sr. Desembargador Antônio Santana Ferreira de Carvalho, de sua escolha como desempatador das opiniões apresentadas pelas comissões que estudam a data histórica que deva ser tomada como o dia da emancipação política de Oeiras, e de que às quinze horas de hoje, se dará, no Paço Episcopal, perante S. Exa., por parte dos representantes para o fim nomeado a sustentação dos pontos das aludidas comissões, do que ficou bem ciente, tendo prometido comparecer. Eu, Adão Wallace Luz Mendes, secretário datilografei este termo.

Oeiras, 23 de janeiro de 1973

Adão Wallace Luz Mendes

JUNTADA

E no mesmo dia, ano e mês supra, faço juntada a estes autos das razões apresentadas pelo Professor Possidônio Nunes de Queiroz, na sustentação do ponto de vista dos membros da comissão a que pertence, razões essas apresentadas na reunião das quinze horas. Eu, Adão Wallace Luz Mendes, secretário datilografei o presente termo.

JUNTEI

CERTIDÃO

CERTIFICO que no dia trinta de janeiro de mil e novecentos e setenta e três, fiz entrega destes autos ao Professor Leopoldo Portela Barbosa, Membro da Comissão Pesquisadora da data que deva ser considerada como o Dia do Município de Oeiras, pelo que escrevi este termo. Eu, Adão Wallace Luz Mendes, secretário nomeado, datilografei este termo, que subscrevo.

Adão Wallace Luz Mendes

RECEBIMENTO E JUNTADA

No dia cinco de julho de mil e novecentos e setenta e nove (05-07-1979), recebi os presentes autos das mãos do Professor Leopoldo Portela Barbosa; com os mesmos autos, o PARECER escrito em três laudas, a manuscrito, que junto aos ditos autos. Eu, Adão Wallace Luz Mendes, secretário nomeado, datilografei o presente termo, que o subscrevo.

Adão Wallace Luz Mendes

JUNTEI

PARECER

Inicialmente, queremos esclarecer, que o intento de nossa reunião não foi determinar-se o "**Dia**", que seria a data histórica do "**Município de Oeiras**".

Tencionávamos eleger, entre as datas, que desde sua nascerça, começaram a ter significado, para sua história e destinação futuras: uma, que se pudesse denominar, como "**Dia de Oeiras**".

No "Termo de Assentada" o digno secretário nomeado, parece não ter expressado genuinamente, o nosso pensamento — de Mons. Joaquim Ferreira Chaves, Dr. Juarez Piauihyense de Freitas Tapety e do signatário deste Parecer: Prof. Leopoldo Portela Barbosa.

Ressalvamos, reconhecendo a honestidade de Dr. Adão Wallace Luz Mendes, pois, em momentos de debates acalorados e bem arrazoados, por argumentos de todas as partes, é muito comum olvidar-se uma data, sem negar a essência do fato defendido. Foi o que aconteceu, sem prejuízo para nossa tese. Acreditamos fielmente.

Não nos firmamos, na data da escolha do local para a sede da primeira Freguesia da terra de Mafrense, que foi a 11 de fevereiro de 1697.

Reportamo-nos ao 03 de março de 1697, dia da Erecção Canônica da primeira Freguesia do Piauí.

Aí, está exatamente, o primeiro ato jurídico, emanado das leis canônicas, instaurando legitimamente a Freguesia de Nossa Senhora da Vitória. O poder delegado que o fez, celebrou o primeiro ato oficial, na história de uma comunidade nascente.

Para a legitimidade da fonte emanadora de um ato, não importa o aspecto institucional, intrínseco, de si mesma, que valorando uma comunidade, que surge, distingue-a, entre "os pares", que possuem essa outorga.

A "História é a Mestra da Vida". E teríamos, que fechar os olhos ao seu registro, que é um "Verdictum", quando firma "ad perpetuum rei memoriam", o fato inicial, que deu forma

jurídico-canônica ao ajuntamento humano, dali em diante, à célula mater das terras piauienses.

A história está cheia do reconhecimento do fato de serem as Igrejas, o centro catalítico, que gerara as cidades e forjara a estirpe humana de seus povos.

Será, que de nada valeram, na vida daquela comunidade os vinte anos, que intercedem, de 1697 a 1717?

Esta data última ninguém a nega, como início da instalação da "Villa da Mocha", em solenidade fundamentada, no Direito, que lhe outorgava a plenitude de jurisprudência, em âmbito local.

Mas essa emancipação política, na prática, tinha como pré-requisito, uma comunidade, com foros de vida espiritual organizada, com assistência de um clérigo.

Que vale mais para a vida existencial do homem?

Seu dia de nascimento natural, real e bio-ontológico ou o assentamento de registro, que assegura um prenome e reconhece o nome, que anteriormente lhe foram impostos, com base, no nascimento de um "homem vivo"? E a doutrina do Código Civil Brasileiro.

É o óbvio ululante, emitir-se resposta-conceito à indagação supra.

Esta é a razão, por que Mons. Joaquim Ferreira Chaves, dr. Juarez Piauihyense de Freitas Tapety e eu defendemos a tese, que Oeiras nasceu à luz de um Direito, reconhecendo-a como comunidade, que se organizava canonicamente, sobre as bases da Fé.

A nosso ver, histórica e logicamente a data para o "**Dia de Oeiras**" é o **03 de março**: quando a fé abriu caminho para a estruturação sócio-econômica da família, que seria a "gens" primeira do Piauí.

Tanto mais, analisando sob o prisma religioso e social, o **26 de dezembro** ficará absorvido pelo 25 de dezembro — Natal — não criando ressonância de amor à terra, num povo historicamente sofrido, desde 1852 a 1978, nas sucessivas decepções, que o fazem apático.

Este, o nosso parecer.

Teresina, 06 de julho de 1979

Leopoldo Portela Barbosa
Pela Comissão

ENTREGA

No dia dezesseis de julho de mil e novecentos e setenta e nove, faço entrega dos presentes autos ao Sr. Desembargador Antônio Santana Ferreira de Carvalho, para os fins determinados no TERMO DE ASSENTADA, isto é, para dar opinião dirimente resultante do empate verificado nos votos das Comissões nomeadas para estudarem qual a data que deva ser proclamada como o DIA DO MUNICÍPIO DE OEIRAS. Eu, Adão Wallace Luz Mendes, secretário nomeado, escrevi e datilografei este termo, que subscrevo.

Adão Wallace Luz Mendes

Vistos etc.

Todos os que se dedicam à pesquisa e ao estudo da historiografia piauiense são concordes em apontar o ano de 1676 como o do estabelecimento dos primeiros currais e fixação dos primeiros vaqueiros no brejo que viria a ser da Mocha.

A Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (Vol. XV — Maranhão — Piauí) à página 537, assim se refere à colonização de Oeiras — "A cidade de Oeiras, a mais antiga do Piauí, foi, segundo algumas opiniões, um arraial de índios domésticos, estabelecido por Julião Afonso Serra em 1676, compreendendo sua área a sesmaria de terras que foi concedida ao mesmo Julião, naquela época. Outras opiniões, porém, dão Oeiras como tendo sido uma das fazendas fundadas por Domingos Afonso Mafrense, e uma das mais importantes, conhecida pelo nome de Cabrobó, onde ele residiu por muito tempo. A tradição, nesse ponto parece estar ao lado da segunda versão". Na impossibilidade, portanto, de determinar-se o dia de tal estabelecimento, que significa de fato, o início do povoamento da futura freguesia, vila e capital da Capitania, somos obrigados a nos afastar da intenção primeira — a de sugerir para a data da cidade, a de tão expressivo significado histórico. O fato de não nos fixarmos em um dia do referido estabelecem no espaço de um dia, nem estes, prepostos humil-

des da Casa da Torre, podendo imaginar o interesse futuro do que então faziam deixaram-nos dados mais precisos; não nos fará afastar do calendário cívico de nossa terra, o ano de 1676. Este, o ano de nossa colonização.

Vinte anos depois, em 1696, S. Exa. Revma. D. Frei Francisco de Lima, Bispo de Pernambuco, deliberava pela criação da Freguesia. O ato de S. Exa. confirmava o povoamento. O que se fez na "Reunião da Tranqueira", de 11 de fevereiro de 1697, foi a escolha do local, no Brejo da Mocha, onde se levantaria a capela à Nossa Senhora da Vitória. Capela que pelo poder da cruz, viria aglutinar em torno de si as novas habitações. O dia 2 de março do referido ano de 1697, da bênção da nova Capela, assume, portanto, a nosso ver, maior significação entre as datas de nossa história religiosa, que o 11 de fevereiro. A 2 de março, materializava-se a ordem de D. Frei Francisco de Lima, concretizava-se a vontade do Padre Visitador Miguel de Carvalho, do Cura Tomé Carvalho da Silva, de Antonio dos Santos Costa, de Antonio Soares Touguia e de todos os que assinaram a histórica Ata da Tranqueira, de fazer construir "a nova matriz de Nossa Senhora da Victoria, no Brejo da Mocha, no taboleiro que se acha pegado a passagem do Jatubá para a parte do Canindé".

Atendendo, no entanto, a que as referências feitas à data da cidade pelos Estatutos do Instituto Histórico de Oeiras, ligam-na a de sua emancipação política; a que a Comissão Mista Prefeitura Municipal — Instituto Histórico de Oeiras, com tal propósito se reuniu, a que com esta finalidade se formaram estes Autos, somos porque se sugira à Câmara Municipal, o dia 26 de dezembro para o do Município de Oeiras, data de sua instalação oficial em 1717.

Oeiras, 30 de junho de 1979

Des. Antonio Santana Ferreira de Carvalho
Autoridade Desempatadora

Ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Oeiras,
Dr. Pedro Waldemar de Reis Freitas, para
encaminhamento à Câmara Municipal e
despacho final.

Oeiras, 10 de julho de 1979

Dagoberto Ferreira de Carvalho Jr.
Presidente do I.H.O.

Adão Wallace Luz Mendes
Escrivão ad-hoc

PROJETO DE LEI Nº 1.147, DE 16 DE AGOSTO DE 1979

Institui o dia da emancipação política do município de Oeiras.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OEIRAS DO ESTADO DO PIAUÍ

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º — Fica, por força desta Lei, declarada a data de 26 de dezembro, como a da emancipação política de Oeiras.

ART. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Oeiras do Estado do Piauí, em 16 de agosto de 1979.

Pedro Waldemar de Reis Freitas
Prefeito Municipal

JUSTIFICAÇÃO — O presente projeto de lei, versa matéria de interesse da terra mater. O Instituto Histórico de Oeiras, há anos, levantou, em boa hora, a idéia de pesquisar-se qual a data que se deveria considerar como o dia do município de Oeiras, ou de sua emancipação política. Para isso nomearam-se comissões das quais fizeram parte pessoas categorizadas, inclusive o ex-Prefeito Juarez Piauiense de Freitas Tapety, ao tempo Chefe desta Comuna, hoje Deputado Estadual e Líder do Governo na Assembléia. Fez parte também das comissões, o ilustre historiador piauiense, Monsenhor Joaquim Raimundo Ferreira Chaves.

Depois de debates, chegou-se à conclusão de que a data 26 de dezembro, é a data histórica a ser apontada, pois foi no dia 26 de dezembro de 1717, que se fez a instalação do município de Oeiras.

A Colenda Câmara de Vereadores, encontrará nos autos anexos, remetidos ao Chefe do Executivo Oeirense pelo Instituto

Histórico de Oeiras, tudo o que foi discutido, e que justifica amplamente a razão de ser deste projeto de lei. Espero pois, que dito projeto seja examinado judiciosamente e aprovado.

Data supra.

Pedro Waldemar de Reis Freitas
Prefeito Municipal

ooOoo

NOTA — O projeto de lei, supra, foi submetido a três (3) votações, tendo, em todas elas, sido aprovado por unanimidade.

Aprovado o projeto em apreço, foi, pelo dr. Pedro Waldemar de Reis Freitas, Prefeito Municipal, sancionada em 22 de agosto de 1979, a Lei nº 1.135, que instituiu a data 26 de dezembro, como o dia da emancipação política de Oeiras.

OEIRAS E A INDEPENDÊNCIA DO PIAUÍ

José Expedito Rêgo

Conferência pronunciada na Sessão Solene comemorativa da adesão do Piauí ao movimento da Independência do Brasil.

Transcrição da Ata da Sessão.

Realizou-se, no dia vinte e quatro de janeiro do ano de mil novecentos e setenta e dois, às vinte horas, nesta cidade de Oeiras do Estado do Piauí, na sede do Círculo Operário de Oeiras, velho sobradão sito à Praça das Vitórias, número cento e dezessete, cedido, gentilmente, para a solenidade, a sessão solene com que o Instituto Histórico de Oeiras comemorou a passagem do centésimo quadragésimo nono aniversário da adesão do Piauí ao movimento da Independência do Brasil. O vasto salão-auditório estava repleto de pessoas da nossa melhor sociedade. À hora designada convidou o Senhor Presidente do Instituto, para tomarem assento à mesa, ao Doutor Martinho Ribeiro de Sá, Juiz de Direito da Comarca; ao Senhor Gerson Nogueira Campos, representante do Senhor Prefeito Municipal; ao Dr. Roberval Lobão do Rêgo, Promotor Público da Comarca; ao Desembargador Antônio Santana Ferreira de Carvalho, segundo Vice-Presidente do Instituto Histórico de Oeiras; ao Doutor José Expedito de Carvalho Rêgo, Orador; ao Padre David Angelo Leal, Tesoureiro; à Professora Petronila Rego Amorim, Segundo Secretário; à Prof.^a Leonília de Carvalho Rêgo, Arquivista; ao Senhor Primeiro Tenente Luis de Castro Araújo, Comandante da Companhia da Polícia Militar do Estado, aqui sediada; ao Senhor Sargento Jaime Calado, representante da Companhia do Terceiro BEC (Batalhão de Engenharia de Construção) sediada nesta cidade; ao Universitário Ariberto Venturini, Chefe da Equipe de Componentes do Projeto Rondon IX, ora em atividade nesta

cidade; aos Universitários Ige Mees, Cleide Costa e Elídio Sinzato, também componentes do referido Projeto Rondon IX, e Possidônio Nunes de Queiroz, Primeiro Secretário do Instituto Histórico de Oeiras. A seguir, declarou o Senhor Doutor Raimundo da Costa Machado, Presidente do mesmo Instituto Histórico de Oeiras, aberta a sessão, e logo, todos de pé, cantou-se o Hino do Piauí. Depois o Senhor Presidente proferiu eloquentes, judiciosas palavras, em que disse da finalidade da sessão solene que se realizava. Era comemorar-se o transcurso de mais uma data aniversária da adesão do Piauí, à causa da Independência do Brasil. Inaugurado, melhor, fundado a seis deste mês, está hoje, poucos dias depois, dando o Instituto Histórico de Oeiras, cumprimento aos seus Estatutos, a uma das finalidades para que fora criado. Para dizer sobre a data, disse o Senhor Presidente, aqui se encontra o Senhor Doutor José Expedito de Carvalho Rêgo, conceituado Esculápio Oeirense, Poeta, Jornalista, fundador e Diretor de "O Cometa", jornal que circula em nossa terra. O festejado homem de letras fará uma palestra alusiva ao acontecimento histórico. Ouçamo-lo. Neste momento, acrescentou o Senhor Presidente, vou passar a palavra ao orador. Levantou-se o Senhor Dr. José Expedito, sob aclamações calorosas, e pronunciou a seguinte palestra: "OEIRAS E A INDEPENDÊNCIA DO PIAUÍ" — O Piauí sempre foi isolado e desprezado pelo resto do Brasil. Até hoje, e mais ainda no tempo em que se fez a independência. As distâncias eram imensamente grandes, os meios de comunicação inexistentes. Toda a propaganda que se fazia já sentir, pelo Brasil afora, a favor da independência, mal chegava por aqui. Basta dizer que o movimento revolucionário de mil oitocentos e dezessete, no Recife, não teve entre nós qualquer repercussão favorável. Nossa Capitania estava mais ligada, tanto comercialmente como pelas inclinações políticas, à vizinha Capitania do Maranhão. E o Maranhão era todo Portugal, tinha vida quase que independente do resto da Colônia, seu comércio era todo feito, diretamente, com Portugal. Vivia assim o Piauí, sob a influência do Maranhão. O último governador do Piauí, nomeado por Portugal, foi Elias José Ribeiro de Carvalho; esse homem não se deu bem entre nós. Sentia-se deslocado, aqui, como ainda hoje se sentem as pessoas que, vindas de um meio maior, passam a morar, nestes lugares. Elias era um caráter fraco, espírito vacilante. Sofreu as consequências disso, pois seu curto governo foi cheio de pequenos tropeços e vexames. Tomou posse do governo da Capitania, no dia seis de junho de 1819. Entre as peripécias de seu governo, podemos citar o embaraço causado por um tal senhor Antonio Maria Caú, Secretário da Junta da Fazenda Real. Essa junta administrava os bens da Coroa Portuguesa existentes na Capitania, inclusive as célebres Fazendas do Fisco, hoje Fazendas Estaduais. Já naquele tempo Elias afirmava que essas

fazendas eram as melhores existentes na região, melhores do que qualquer uma das particulares, mas eram pessimamente administradas. Talvez seja destino dessas pobres fazendas ou alguma praga jogada pelos jesuítas. O certo é que o tal Caú acusa o Governador Elias Carvalho de não dar conhecimento público a certos documentos, que determinavam fossem tomadas providências de interesse do governo português. Caú era um tipo atrabiliário e exorbitou de suas funções. Foi preso. Mas a sete de maio de mil e oitocentos e vinte e um, Elias jura prévia obediência à Constituição que se elaborava em Portugal. A nove de setembro de mil e oitocentos e vinte e um, quase um ano exatamente, antes do Grito do Ipiranga é jurada solenemente, ainda por Elias Carvalho, a Constituição Portuguesa.

Desejamos ler, para conhecimento de todos, o depoimento desse último governador da Capitania do Piauí, a respeito de nossa cidade: "Que mais se deve esperar de uma cidade, cujas cadeiras de primeiras letras, e Gramática Latina estão por prover porque não há pessoa que possua medianos conhecimentos para as ocupar? Que se deve esperar de uma cidade, onde em mais de dois anos que governo só tenho mandado passar uma provisão para advogado, esse mesmo tal qual Deus sabe? Que mais se deve esperar de uma cidade onde não existe senão a última classe do povo, e poucos empregados públicos, muitos dos quais não são naturais dela, e pela maior parte para aqui arrojados por delitos e crimes? Os habitantes do País, e entre os quais há muitos que merecem contemplação pela sua probidade, pela sua honra, e mesmo pelos seus conhecimentos em agricultura e fabrico das suas fazendas, moram daqui muitas e muitas léguas distantes, e só a voz do governo os conduz a essa cidade e não sem grande dificuldade, e repugnância, e pela maior parte chamam a isso violência e vexame!"

Como se pode ver era um pouco pior que agora.

A vinte e quatro de outubro de mil oitocentos e vinte e um, elege-se a Junta do Governo Provisório. Era uma disposição necessária para a eleição de deputados piauienses às Cortes Portuguesas. Foram eleitos deputados os doutores Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco e Ovídio Saraiva de Carvalho. Este último substituído pelo Padre Domingos da Conceição, vigário de Parnaíba. Eram todos piauienses e tanto o Doutor Miguel como o Padre Conceição muito reivindicaram para esta pobre Capitania. Mas quando se deu a independência, eles se julgaram no dever de permanecer ao lado de Portugal.

Aí está em que pé se encontravam as cousas, em nossa Capital, às vésperas da independência. Parece que já naquele tempo o oeirense sofria da triste doença do indiferentismo. Não havia entre nós, ao que tudo indica, o menor desejo de emancipa-

ção. A sete de abril de mil oitocentos e vinte e dois é eleita a nova Junta Provisória de Governo, assim composta: Presidente, Vigário Geral Matias Pereira da Costa. Secretário: Capitão Francisco de Sousa Mendes. Demais membros: Sargento-Mor José Antônio Ferreira, Capitão Miguel Pereira de Araújo e Sargento-Mor Caetano Vaz Portela. A seis de agosto de mil oitocentos e vinte e dois, um mês antes da proclamação de Pedro I, chega a Oeiras o Sargento-Mor João José da Cunha Fidié, nomeado Governador das Armas do Piauí. Tudo tranqüilo. Nenhum movimento em favor da independência do Piauí poderia começar por Oeiras. Aqui estava a sede do governo. Aqui estava Fidié, Governador das Armas, velho soldado fiel à pátria portuguesa, com sua tremenda noção do cumprimento do dever, homem de brio e de incontestável valor na arte militar, como demonstraria na campanha em que tomou parte em terras piauienses, e, depois, no Maranhão. Dentre os homens principais da cidade também nada transpirava no sentido de aderir à proclamação de independência, que se fazia iminente. Certamente, a família de maior influência, aqui na Capital, era a de Manoel de Sousa Martins. Mas o futuro Visconde da Parnaíba era homem por demais cauteloso e, sem dúvida alguma, oportunista. Como veremos no desenrolar da história, ele ficaria tacitamente ao lado do governo português, mesmo depois de Parnaíba lançar o grito de independência e Fidié ter deixado Oeiras, com destino àquela localidade.

Mas não precipitemos os fatos. A proclamação da independência em Parnaíba, ocorreu a dezenove de outubro de mil oitocentos e vinte e dois. O movimento foi liderado por João Cândido de Deus e Silva, Coronel Simplicio Dias da Silva, Capitão Domingos Dias da Silva, José Ferreira Meireles, Cap. Bernardo de Freitas Caldas e Tenente Joaquim Timóteo de Brito.

A treze de novembro, Fidié parte de Oeiras, com destino a Parnaíba. A marcha é lenta. Os caminhos são difíceis. Só trinta e cinco dias depois, a dezoito de dezembro, entra Fidié em Parnaíba. A cidade já estava ocupada por forças fiéis ao governo português, vindas do Maranhão. Os revolucionários haviam fugido para o Ceará. Fidié pouco tem a fazer. Põe-se a adestrar suas tropas, compostas de mais de mil homens leais e destemidos, um grande exército para aquela época. No seu ardor de velho português, parece que saído das páginas de Alexandre Herculano, imagina ir ao Ceará a fim de restabelecer o antigo regime, e mesmo até a Bahia, escorraçar Labatut do recôncavo bahiano. Os governadores de Oeiras e de São Luiz do Maranhão, no entanto, opõem-se às temerárias pretensões de Fidié.

Mal Fidié dera as costas, começa a baderna aqui na terrinha. Assim é que a treze de dezembro, em pleno dia, seis

indivíduos atacam a Casa da Pólvora e surram a guarda a chibata. O último dia do ano de mil oitocentos e vinte e dois foi de grande alvoroço, aqui na velha Capital. No dia de Ano Bom de mil oitocentos e vinte e três, bem cedo, às sete horas da manhã, é lida perante uma assembléia de homens bons, uma representação do Padre José Joaquim Monteiro de Carvalho e Oliveira, vigário de Oeiras, português, contra "esse punhado de facciosos e malvados" e contra a Junta de Governo, na opinião do Padre, tranqüilos espectadores das desordens insuportáveis. Está presente à leitura Manoel de Sousa Martins e seus parentes. Apoiando o Vigário. Como se vê, estamos já em janeiro de mil oitocentos e vinte e três e aquele, que seria depois o Visconde da Parnaíba, continua ao lado da antiga ordem estabelecida. Como resultado da representação do Vigário português é decretada a prisão dos principais promotores das desordens.

São eles: José de Sousa Coelho Faria, José Felix Barbosa, Lourenço de Araújo Barbosa, João Barbosa de Freitas e Inácio Gomes Correia. Parece que a família Barbosa não estava muito nas graças do governo. É encarregado de fazer as prisões Joaquim de Sousa Martins. Mas quase todos são avisados e fogem. Apenas José Felix e Coelho Faria são surpreendidos. Por esses dias chega a Oeiras o Correio de Jacobina, trazendo proclamações de Labatut, concitando o Piauí a declarar sua independência, e oferecendo tropas para ajudar na campanha. O Governo Provisório responde que para o Piauí é melhor continuar ligado à Corte Portuguesa do que à Corte do Rio de Janeiro. Depois de mostrar, em ofício dirigido a Labatut, as vantagens desta Província continuar o intercâmbio comercial com Portugal, através do Maranhão, termina com estas palavras: "Vossa Excelência diz que está sitiando a Bahia para libertá-la da opressão das baionetas de Portugal; seja assim. Porém que baionetas portuguesas oprimem o Piauí para que Vossa Excelência queira mandar em socorro dele, baionetas do seu comando? Se o Piauí quisesse aderir à causa das províncias do Sul, só tinha que declará-lo. Dentro dele não estão baionetas de Portugal que embarcem a declaração..."

Isso é falso, está visto. Se no Piauí não havia baionetas portuguesas, havia, entretanto, baionetas piauienses, leais a Portugal comandadas por Fidié.

Mas o fogo estava queimando por baixo, sorrateiramente. A revolução não podia começar por Oeiras, onde o governo permanecia fiel a Portugal. Começou, então, pelo norte. Patriotas cearenses já haviam atravessado as fronteiras, em direção de Piracuruca e Campo Maior, para ajudar os irmãos piauienses. Leonardo Carvalho Castelo Branco toma Piracuruca e segue para

Campo Maior, a fomentar o levante. Pouco depois o Coronel José Antônio da Cunha Rabelo, homem de confiança de Fidié vendendo-se sem garantias, abandona Campo Maior e segue para o Maranhão.

E chega finalmente a madrugada de vinte e quatro de janeiro de mil oitocentos e vinte e três. Não foi uma revolução, foi um "golpe". Entre os conjurados estavam o próprio Governador das Armas, Joaquim de Sousa Martins, e o chefe do policiamento da cidade, Capitão Inácio Francisco de Araújo Costa. Ocupam os pontos estratégicos da velha Capital. Assenhoreiam-se dos quartéis, tomam a CASA DA PÓLVORA, o Paço Municipal. Tudo é feito na melhor ordem, silêncio e sossego, de duas até às quatro horas da manhã. Deposta a junta de governo, assumiu o poder o novo Governo Provisório: Presidente: Brigadeiro Manoel de Sousa Martins. Secretário: Manoel Pinheiro de Miranda Osório. Demais membros: Capitão Inácio Francisco de Araújo Costa, Miguel José Feñreira e Tenente Honorato José de Moraes Rego. O futuro Visconde da Parnaíba tomava posse do poder em Oeiras. Se o Brigadeiro Manoel de Sousa Martins custou a se decidir pela causa da Independência, não podemos negar que, à frente do Governo Provisório, tomou medidas acertadas e trabalhou com afinco, dirigindo, sempre como velho general de gabinete, nunca indo a campo, dirigindo a luta em toda província. A Fidié em Parnaíba, o Governo Provisório manda ofício, narrando os acontecimentos em Oeiras, e pedindo ao mesmo que se conforme com o fato consumado e se retire em paz, pelo Maranhão. Todas as vilas aderem ao movimento, sendo Jerumenha a última. Fidié, é claro, não se retira, calmamente, para o Maranhão. Ao contrário, reinicia a marcha, agora com destino a Oeiras, para conter o levante e restabelecer o antigo regime. O Governo Provisório envia emissários a Exu, em Pernambuco e a Inhamuns, no Ceará, a oferecer cavalgadas às tropas que penetravam na Província, em nosso auxílio. Ordena a Valença que reúna o maior número de ordenanças capazes de pegar em armas. Convoca forças de Parnaguá e de outras partes, para concentração em Poty e Campo Maior. Autoriza a sair de Oeiras, para Piracuruca, o Major Bernardo Antônio Saraiva, à frente de cavaleiros do Regimento número dois, de Parnaíba, que Fidié tinha mandado para cá, por julgá-lo suspeito. O Tenente Coronel Joaquim de Sousa Martins, Governador das Armas, prepara-se para dirigir as operações em Campo Maior e Piracuruca. A ordem emanada de Oeiras era fazer guerrilhas, opor todas as dificuldades à marcha de Fidié, até cansá-lo. Nunca apresentarem ao mesmo uma oportunidade de batalha campal. O Governo Provisório conhecia as tropas de Fidié. Eram leais e bem treinadas. A batalha de Jenipapo foi uma temeridade dos exaltados ânimos, em Campo Maior. Mas, de

qualquer forma, foi salvação. Perdemos mas ganhamos. Lutamos com foices e espingardas de caça, contra peças de artilharia portuguesa; nossos soldados eram inexperientes e Fidié um velho soldado conhecedor da arte bélica; perdemos e ganhamos. Conseguimos tomar a bagagem de guerra de Fidié, o que resultou no desvio de sua rota para o Maranhão, onde continuou a campanha, mas foi, como é do conhecimento de todos, finalmente vencido em Caxias, preso e recambiado a Oeiras. Pedro Calmon, em sua História do Brasil, diz ter visitado, em companhia de Sigefredo Pacheco, o campo de Jenipapo. Pôde recompor, mentalmente, na paisagem local, a manobra segura e inteligente de Fidié. Foi com grande prazer que vi consignada, ainda em Pedro Calmon, a importância do papel desempenhado por Oeiras, na Campanha do Maranhão. Efetivamente, o Governo Provisório tomou medidas acertadas, no sentido de garantir os principais pontos do rio Parnaíba e também impedindo que passassem, desta Província para a vizinha, gados ou outros mantimentos. Fidié capitulou, em Caxias, de fome e sede, praticamente. Não nos devemos esquecer ainda que valentes tropas piauienses tomaram parte no cerco de Caxias. Mas voltemos aos acontecimentos no Piauí. Vimos que o Tenente Coronel Joaquim de Sousa Martins, Governador das Armas, preparava-se para deixar Oeiras e dirigir-se a Campo Maior e Piracuruca, a fim de tomar as rédeas do movimento, pessoalmente. Os meios de comunicação naquele tempo, eram por demais morosos. A Batalha de Jenipapo feriu-se a treze de março, e somente às seis horas da manhã do dia dezesseis, chega a Oeiras a notícia, ainda da tomada de Piracuruca, pelas forças de Fidié. A dezessete de março parte de Oeiras o Governador das Armas. No dia dezoito, cinco dias depois, é que chega aqui a notícia da derrota de Jenipapo. Joaquim de Sousa Martins encontrava-se em Estreito, quando recebeu a notícia. Prossegue viagem até São Pedro, onde se encontra com Alecrim, Luiz Rodrigues Chaves e outros. Volta com estes a Oeiras, já pensando em preparar a defesa da Capital.

A situação é crítica. Com a derrota de Jenipapo torna-se muito fácil para Fidié conquistar Oeiras. A ordem do Governo Provisório é arregimentar toda resistência à marcha de Fidié e, caso este consiga abrir caminho, que todos se dirijam a Oeiras, para que se incorporem às forças que preparam a defesa da Capital.

Finalmente, a vinte e dois de março de mil oitocentos e vinte e três, Oeiras suspira aliviada e rejubila-se. O Governo Provisório recebe ofício do Capitão Francisco Manoel de Araújo Costa, informando o desvio de rota de Fidié, para o Maranhão, notícia esta logo mais confirmada, definitivamente. Era o fim da Campanha no Piauí. Oeiras estava vencedora. Agora restava apenas ajudar os irmãos maranhenses, o que foi feito com

denodo. Oeiras estava vencedora. A Casa da Pólvora é uma testemunha disso. Lá está ela, no alto do Rosário; olhando simbolicamente para o Riacho da Pouca Vergonha, lá está ela desprezada e triste, ela que viu de perto o desenrolar dos acontecimentos; ela está triste, pois suspeita que nunca mais terá um dia de glória como o da madrugada de vinte e quatro de janeiro de mil oitocentos e vinte e três. Esperamos que um dos pontos porque se batam estes jovens brilhantes, que tiveram a coragem de criar o Instituto Histórico de Oeiras, seja a restauração da Casa da Pólvora, que se encontra em ruínas e a incorporação da mesma ao Patrimônio Histórico Nacional. Ela chora de saudade. Ela viu tudo que aconteceu. Ela sabe que foi aqui que o Piauí tornou-se independente¹¹. Palmas quentes, demoradas e festivas abafaram as últimas palavras do orador, que acabava de dar, em brilhante, erudita palestra, uma aula importante de história do Piauí.

A seguir levantou-se o Senhor Doutor Costa Machado, Presidente do Instituto Histórico de Oeiras que encerrando a sessão, proferiu eloquente improviso em que disse do brilhantismo da sessão e da importância da conferência que se acabava de ouvir. Agradeceu às Senhoras, à mocidade, às Autoridades. Enalteceu a boa vontade, o civismo dos acadêmicos Dagoberto Ferreira de Carvalho Júnior, José Gutemberg Ferreira Soares, Adão Wallace Luz Mendes e Wartene Portela Lopes, que em boa hora tiveram a feliz idéia da criação do Instituto Histórico de Oeiras, e a vêem concretizada. Conclamou a todos para constante esforço pela melhora moral, material e cultural de nossa terra, e terminou proclamando a sua fé nos destinos da Entidade, pois crê na força patriótica dos moços que sacudiram a velha terra e fizeram a mesma Entidade, com o ideal precípua de defender o nosso patrimônio e zelar pelas nossas cousas históricas. Antes da conferência do Doutor José Expedito de Carvalho Rêgo. Orador do Instituto Histórico de Oeiras, prestaram compromisso estatutário, os seguintes sócios: Gerson Nogueira Campos, sociólogo; Professor José Gerardo Helcias, solicitador José Cícero Romão Batista; e os acadêmicos Francisca Maria de Carvalho e João Carvalho de Sá. A sessão foi encerrada com o Hino Nacional, entusiasticamente cantado pela numerosa e seleta assistência.

PENETRAÇÃO PRIORITÁRIA DE MAFRENSE NESTAS QUE DEPOIS SE CHAMARAM TERRAS DO PIAUÍ

Costa Machado
Conferência pronunciada em sessão
do Instituto de 22.04.1972.

Ilustres Patrícios:

A palestra que, na sessão ordinária anterior deste Instituto Histórico de Oeiras, prometi realizar hoje, agrega-se à série de trabalhos de pesquisa com que o mesmo, desde sua primeira sessão solene efetuada a 24 de janeiro último, resolveu cooperar no plano geral de comemorações do Sesquicentenário da Independência Política Brasileira.

O trabalho precedente devêmo-lo ao nosso prestimoso Orador Oficial, Dr. José Expedito de Carvalho Rêgo, que desenvolveu brilhantemente o tema "Oeiras e a Independência do Piauí".

Agora, sob a epígrafe "Penetração prioritária de Mafrense nestas que depois se chamaram terras do Piauí", venho oferecer minha colaboração, conquanto singela, aos que promoveram esforço sincero na busca do almejado esclarecimento a esse antigo controvertido assunto.

Para isso, utilizo-me de uma missiva que, em novembro do ano recém-findo, escrevi ao acadêmico de medicina, ora no Recife, Dagoberto Ferreira de Carvalho Júnior — o qual foi idealizador e é atualmente um dos sócios-fundadores deste Instituto.

Admitindo a probabilidade de parecer esquisita esta mudança de carta para conferência ou palestra, lembro de logo que os grandes escritores, mestres dos mestres, não desdenharam do estilo epistolar, e nele exprimiram seus altos pensamentos filosóficos, religiosos, científicos, patrióticos, sociais. Assim, São Paulo, nas sagradas Epístolas; Erasmo, no Elogio da Loucura; Padre Vieira, Madame de Sevigné; Voltaire, Rui Barbosa e outros luminosos espíritos, em suas Cartas famosas.

Bem sabeis que os estou citando como meio de defesa prévia, por assim dizer, e não tomado da estultícia de me querer comparar a eles. Mas, isto sim, desejo ser visto como entusiasta da História desta Oeiras — desta Oeiras que não me foi berço natal mas de que me considero filho pelo coração. Por isso me fortalece a certeza de que neste momento, ouvireis a minha modesta palavra, com a fraternal atenção e a mesma generosidade das vezes anteriores, respeitáveis e ilustrados Patrícios!

"Oeiras, 15 de novembro de 1971
Prezado Amigo Dagoberto Júnior
Recife-Pe.

Votos de saúde e venturas, extensivos aos demais amigos confrades do Raiose Clube.

Por motivo de vir adoecendo com maior frequência ultimamente, impus injusto atraso a minha correspondência e somente hoje — marco de mais um aniversário da proclamação da República — me é possível responder a sua gentil carta de 26 de outubro.

A lembrança de "secretariado perpétuo", sobre ser verdadeira judiciosa, parece-me respeitavelmente diplomática. Independente disso, acredito que, de **motu próprio**, na hora que julgar inadiável, ele abandone as paliativas desculpas de múltiplos afazeres, e redija, de pronto, um excelente projeto. Já deve mesmo ter compreendido que a insistência de Vocês é ditada pelo desejo de que seja ele — e não outrem — o relator dos Estatutos do Instituto Histórico de Oeiras. Conheço-o, desde a infância. Somos amigos de muitos anos — eu, alguns anos mais velho — e companheiros em vários empreendimentos progressivos democrático-sociais, conseguindo, assim, atingir o que viemos apelidando nobres objetivos — embora nem sempre com assistência de toda a comunidade. Ele é, na verdade, um Consultor-meritório e altruista, desta terra. Fiel observante da palavra empenhada. Estão Vocês com o Evangelho: "Procurai e achareis". Guardarei sinceramente o segredo que Você me confiou.

No original do meu artigo "MAFRENSE" escrevi a palavra "situação" e não "povoação". De fato situação é um sinônimo modesto e mais condizente com sítio, pousada, fazenda ou curral — que deveria ser a Aldeia Cabrobó um ano após o seu descobrimento por Mafrense. Na tipografia (como é comum na espécie) situação metamorfoseou-se em povoação. Não vale a pena reclamar. Já verificara que povoação foi termo muito utilizado pelos colonos nordestinos no sentido de "postos" ou "metas"

de caminhos comunicando lugares importantes por vezes bem afastados. No povoado podia haver um só "fogo" ou residência, ocupado pelo colono, servido por alguns negros e, às vezes, também por um ou mais índios. E ficava sempre perto de rio, riacho ou fonte, e poucas léguas distante doutro povoado.

Meu referido artigo foi escrito em Salvador-Ba., em 1925, integrando o livrinho "Labaredas". Nada lhe alterei, além da ortografia, para a publicação, há dois meses, em O Cometa. Nem o estilo que adotei, de grossas pinceladas, poderia ser sobrecarregado por detalhes mais desdobrados. Isto é costume fazer-se por meio de notas. Conhecera, antes de redigi-lo, a "Cronologia Histórica do Piauí", a "História da América Portuguesa" e outras histórias, mas também, já supunha, então, que as incursões de Mafrense nos terrenos que vieram a tornar-se piauienses, houvessem começado antes da data admitida por Sebastião da Rocha Pita.

O "Devassamento do Piauí", editado em 1946, somente há poucos anos tive o prazer de lê-lo. Ainda mais recentemente li a "Súmula de História do Piauí" do Professor Odilon Nunes, editada em 1963. Ele endossa a tese Pereira-dacostense favorável ao pioneirismo de Domingos Jorge Velho no descobrimento do Piauí. Ignoro ainda a opinião — sobre o mesmo assunto — desse outro moderno historiador nosso, que é Monsenhor Joaquim Raimundo Ferreira Chaves. Ambos — Odilon e Chaves — membros da Academia Piauiense de Letras. Este último acaba de deixar **spocete sua** o vicariato-geral da Arquidiocese de Teresina para reiniciar seus prediletos estudos históricos, interrompidos há quinze anos.

Uma vez que Mafrense não veio de ônibus, e sim devagar — espreitando, descobrindo, predispondo e convencendo os "gentios bravos, com os quais teve muitas batalhas, saindo de uma perigosamente ferido, mas de todas vencedor" — admiti que apenas no ano seguinte — 1672 — tenha atingido o sítio então denominado Aldeia Cabrobó ou Quebrobó, atualmente Oeiras. Mesmo porque, antes, e por algum tempo, tomara Poções de Baixo por seu primeiro "rancho". E esse prazo ainda me pareceu exíguo.

Isso me levou a outra hipótese... (como naqueles nossos rudes tempos era nula a correspondência particular, e só muito mais tarde veio se tornando conhecida a Oficial, ainda assim, em grande parte obscura e contraditória, os historiógrafos-amadores são forçados a suprir com hipóteses os numerosos hiatos...)

Sabemos que antes de descer ao Piauí, Mafrense já possuía fazendas de criação de gado em Sobrado e Cabrobó

(Pernambuco), quarenta léguas acima de Joazeiro (Bahia). E também sabemos que, anteriormente à colonização em apreço, impuseram-se os fazendeiros ou curraleiros interioranos a árdua tarefa de descobrirem novas pastagens para seus rebanhos. Era natural que desejassem usufruir em sigilo, quanto fosse possível, as vantagens decorrentes do que iam conquistando. E, ao contrário de outros meros predadores de indígenas — que, depois, por aqui passaram, sem se fixarem, sem interesse pela terra — Mafrense, ligando o descobrimento à conquista, e esta ao povoamento, aqui permanecendo longos anos, consolidando a sua posse e demonstrando edificante entusiasmo pela obra realizada, evidenciou-se genuíno fazendeiro e colonizador.

Assim, ele — Domingos Afonso Mafrense, mais conhecido pela alcunha Domingos Sertão — e seu mano — Julião Afonso, também chamado Julião Afonso Serra — devem ter explorado desde a década de sessenta a viçosa região fronteira ao Sertão de Rodelas, e é plausível que só em meados da década seguinte — e para assegurarem direitos adquiridos — hajam se agregado à atuação prestigiosa dos potentados da Casa da Torre.

Nesse intuito, Mafrense — certamente após haver fundado vários currais no Piauí — achou prudente firmar-se como sesmario em local mais distante, e por isso, em 1674, adquiriu sete léguas, metade para si e metade para seu irmão, no Rio das Velhas (sitas na Bahia) — Alvará de 12 de fevereiro de 1674 — E foi além, conseguindo que a 9 de julho do dito ano de 1674, fosse expedida em seu favor patente de Capitão de Infantaria da tropa que Francisco Dias de Ávila deveria levar, como Capitão-Mor na entrada contra as aldeias dos Gurguéias (dizia-se então, Guarguas) situadas na que iria ser fronteira piauiense.

A conquista do Brasil (Afrânio Peixoto — Breviário da Bahia, 2ª edição revista — Agir 1946) teve dois atos principais: desembarcar em terra (cabeça de ponte, como se diz hoje, — a outra cabeça na Europa) e firmar-se aí, apesar dos dois inimigos — o marítimo (ou os piratas que acordaram mais tarde que os portugueses: franceses e flamengos) e o terrestre (ou local, os aborígenes, que resistiam ao domínio dos descobridores); e penetrá-la, além da orla litorânea, devassando os sertões, desenhando a periferia interna do Brasil: invasão e ocupação.

Na Bahia esse dualismo pode ser simbolizado na "Torre de Tatuapara", na Casa da Torre, na casa de Garcia D'Ávila... Foi um colono protegido (dizia-se então "criado", como hoje se diria "criatura", pois aquela palavra nobre se rebaixou a servo: Tomé de Sousa era "criado" de Dom Antonio de Ataíde, Conde da Castanheira, Ministro de Dom João III; como ministro que era, o

criado de agora virou grão... Vide Camões: — "manda os diligentes ministros amostrar as armaduras". (Lusíadas I, 67). Não quis Garcia d'Ávila, "criado" de Tomé de Sousa, ficar na cidade incipiente: teve a coragem do largo. Arrendou terras, a dez réis por légua, anualmente. Obteve sesmarias e comprou sítios.

Aonde? Em Itapagipe, além do Rio Vermelho, ao norte ainda, além de Itapuã, do Espírito Santo ou Abrantes, do Jacuipe, do Pojuca num alto dominando uma pequena angra, onde desemboca o Tatuapara. Aí estabeleceu a casa, que havia de crescer, edificar-se, dominando os quadrantes do céu e da terra. Posto de vigia, daria sinais para o sul, à Bahia, da naus que a demandavam. Porto de desembarque para as utilidades, que a via marítima lhe trouxesse, ou pudesse levar... Forte para a defesa contra os ataques dos índios e para a extensão territorial sertanista. Além da casa forte e da Torre, Olho ao mar e ao sertão, seteira e fortaleza, para disparo de arcabuzes e peças de artilharia...

Garcia d'Ávila se disse "morador na minha Torre de Tatuapara". Gabriel Soares, seu contemporâneo, depõe, admirando-se das casas e da capela "mui ornada, toda de abóbada"; "tem toda sua fazenda em criações de vacas e éguas e terá alguns dez currais por essas terras adiante". O Padre Fernão Cardim acrescenta: "tem tanto gado que não lhe sabe o número. Sua capela é a mais formosa que há no Brasil, feita toda de estuque e tintim, de obra maravilhosa de molduras, laçarias e cornijas, é de abóbada sextavada com três portas e tem-na mui bem provida de ornamentos". Em torno, currais e pastagens. E, com o inimigo repellido, a penetração no interior. Os currais e as pastagens vão entrando, Brasil a dentro, até o São Francisco, até além do Piauí, até os confins do Maranhão. E mais, o caminho mostrado.

Garcia d'Ávila enriqueceu e aos seus: foi a fidalguia deles, o sangue nobre português misturado ao das cunhãs indígenas: o êxito é que enobrece. Ao morrer em 1609 lega extensa e imensa riqueza de terras e currais a seu neto Francisco Dias de Ávila, bisneto de Diogo Álvares, o Caramuru, cinco oitavos branco e três apenas vermelho.

E assim vão continuando. Um dos seus parceiros, Afonso Sertão, chegará ao Piauí a Leste e ao Ceará ao Norte; ao morrer, legou à Companhia de Jesus trinta e nove fazendas. A Casa da Torre se estende. Em meio, o São Francisco é caminho móvel, para o sul e para o oeste... Podia pois realizar-se o outro binômio da civilização brasileira: o engenho de açúcar, no Litoral, indústria do lucro, para fora, e a fazenda de gado, nutrição da terra e força motriz das moendas, no interior, para provê-la de exercício.

Simonsen disse muito bem que a pecuária fora a segunda linha do açúcar.

A criação do gado foi a ocupação do Brasil. Garcia d'Ávila foi o precursor nessa maior largura dos meridianos. Pacificamente, o criador de gado fez mais ao norte que, a ferro, e fogo, o bandeirismo, ao sul. O espaço das bandeiras abaixo do círculo de Cuiabá merece muito menos, ao empurro dos meridianos, que, acima de Cuiabá, o arranco das boiadas.

As ruínas de hoje revelam que a casa forte fora outrora prestadia cabeça de ponte no litoral, para desembarcar e ficar, ficar e caminhar para o sertão. Capistrano de Abreu inventou uma "idade de couro", que é um dos marcos cronológicos de nossa civilização. Roberto Simonsen revela que, sem a pecuária criadora, não haveria a indústria açucareira, isto é, o que valeu e valeria o Brasil, por séculos.

Garcia d'Ávila fez-se pioneiro de uma dinastia; os seus descendentes podem declarar-se fidalgos, são filhos de "alguém"... Esse "alguém" que conta é mais que pretendida nobreza, é realidade de êxito. **Nothing succeeds like success.** O primeiro "nobre" do Império, depois da Independência será o Barão da Torre de Garcia d'Ávila.

Esse êxito fê-los entrarem na história do Brasil, ocuparem postos na sociedade do Brasil. Mas deixando Tatuapara, isto é, a terra para as raízes, os ramos e folhas definharam, a gente de Garcia d'Ávila passou para os livros de linhagem.

Refere Pedro Calmon (História do Brasil, 2º volume - 1941)... Foram baldadas as pesquisas de prata apesar dos velhos mamelucos e vaqueiros que guiaram os sertanistas entre Sergipe, Itiuba, Jacobina e o Rio Salitre. Descobriram-se, isto sim, ametistas e muito cristal de rocha que, embora sem valor comercial, teve grande consumo na Bahia (consoante Rocha Pita) para pequenos presentes e enfeite das casas. O fracasso da "prata" valia pouco em face do melhor proveito de tais alvíssaras: o interesse pelas "entradas", que deviam fazer-se a todo custo, repelindo a indiada e fixando, ao longo de caminhos que não se fechariam mais, núcleos estáveis de povoamento.

Francisco Dias de Ávila, sucessor de Pedro Antonio Pereira e senhor da Torre, teve de encargo, em fevereiro de 1673, remover os índios "reduzidos" para as aldeias que se lhes destinara. Resolveu em complemento à ordem, entrar o nordeste, indo surpreender, entre Sento Sé e o Rio Verde, a agitação de "gurguéias" e "galaches", que tomara o aspecto duma revolta geral, de povos cariris. Na aparência o objetivo da "bandeira" era o castigo deles, com o aquietamento consequente de todo o vale. Mas o salitre e as minas lendárias — cujo roteiro a Casa da Torre

exercia o alto cargo de Tesoureiro Geral da Bahia, por provisão do Governador Antonio Luis da Camara Coutinho. Em 12 de setembro de 1705, o Governador Geral do Brasil escrevia-lhe, bem como a Garcia d'Ávila, pedindo-lhes que mandassem gado de suas fazendas para a cidade da Bahia, — "que se lhes garantia o preço de cruzado por arroba enquanto estivesse aí a frota". Entre 1704 e 1706, construiu o edifício do Noviciado da Companhia de Jesus, ulteriormente Colégio de São Joaquim, sito naquela mesma cidade. Seu exemplar comportamento impôs respeito à própria Casa da Torre, da qual, após divergências e dúvidas com a viúva de Francisco Dias d'Ávila, terminou recebendo uma escritura de composição em que combinaram limites dos respectivos domínios nos terrenos piauienses. Ele mesmo aludia, enfaticamente a isso, em seu testamento, elaborado em Salvador, a 12 de maio de 1711. "Declaro que sou senhor e possuidor da metade das terras, que pedi no Piauí, com o coronel Francisco Dias d'Ávila e seus irmãos, as quais terras descobri e povoei com grande risco de minha pessoa, e considerável despesa, com adjutório dos sócios, e sem eles, defendi também muitos pleitos, que se moveram sobre as ditas terras, ou parte delas e havendo dúvidas entre mim e Leonor Pereira Marinho, viúva do dito coronel, sobre a divisão das ditas terras, fizemos uma escritura de transação no Cartório de Henrique Valensuella da Silva, na qual declaramos os sitios com que cada um havíamos de ficar, assim dos que tínhamos ocupado com gados, como arrendado a várias pessoas, acordando e assentando juntamente a forma com que havíamos de ir ocupando as mais terras por nós, como dos rendeiros que metessemos, como mais largamente se verá da dita escritura. Declaro que nas ditas terras, conteúdas nas ditas sesmarias, tenho ocupado muitos sitios com gados meus, assim vaccum como cavalar, e todos fornecidos com escravos e cavallos e o mais necessário, o que tudo constará dos meus papéis, fábricas, com a quantidade dos gados pelas entregas de cada uma das fazendas, e assim mais muitos sitios dados de arrendamento a várias pessoas, e outros muitos estão ainda por povoar e desocupados, que também se poderão ir dando de arrendamento, ou ocupando com gados meus, como melhor parecer a meu sucessor", etc.

A criação de gado, refere Capistrano de Abreu, primeiro se desenvolveu nas cercanias da cidade do Salvador. A conquista de Sergipe estendeu-a à margem direita do São Francisco. Na outra margem veio dar menos forte e menos acelerado movimento idêntico partido de Pernambuco. Ao romper a guerra holandesa estavam inçadas de gado as duas bandas do rio em seu curso inferior. Nem por outro motivo as incorporou Mauricio de Nassau

ao território da Companhia das Índias Ocidentais, e os patriotas da liberdade divina com tanto afincos as defenderam.

Foi o gado acompanhando o curso do São Francisco. O povoado maior, a Bahia, atraiu todo o da margem meridional, que para lá ia por um caminho paralelo à praia, limitado pela linha dos vaus.

Mais tarde, à medida que a criação se afastou do litoral, outros caminhos se tornaram necessários. Um dos mais antigos passava por Pombal, no Itapecuru, Jeremoabo, no Vazabarris, e atingindo o São Francisco acima da região encachoeirada, chamou o gado da outra margem. Esta, pertencente a Pernambuco por todos os títulos, ficou de fato baiana. Foi povoada por baianos; e como o chapadão do São Francisco se estreita depois de grande volta, onde ao contrário atinge sua maior expansão o do Parnaíba, consumou-se aqui a passagem de um para o outro, e encontraram-se os baianos com a gente vinda do Maranhão. O riacho do Terra Nova e o do Brígida facilitaram a marcha para o Ceará. Pelo do Pontal e pela serra dos Dois Irmãos passaram os caminhos do Piauí. Nem o Parnaíba teve poder para sustar a onda invasora: Pastos Bons foi povoado por baianos, e até meados do século XVIII teve comunicações exclusivamente com a Bahia.

Da margem pernambucana do rio São Francisco, onde a Casa da Torre possuía duzentas e sessenta léguas de testada, Domingos Afonso, por alcunha o Sertão, partiu, e pôde fundar numerosas e importantes fazendas nos rios Canindé e Piauí, legadas por seu falecimento à Companhia de Jesus, a quem a Coroa as confiscou em proveito próprio, por ocasião de suprimir a Ordem, em 1770.

A margem baiana do São Francisco cirou gado em não menor quantidade, embora no terreno cortado de serras e nas matas litorâneas ou ribeirinhas se conservasse numerosa população indígena, sempre disposta a salteios. As bandeiras de Arzão e Estevão Parente e outras enfraqueceram, mas não extinguiram a resistência indígena, e anos depois guerreava-se ainda nas cabeceiras do rio de Contas, Pardo, bem como do Morro do Chapéu até águas do rio das Velhas.

Os primeiros ocupadores do sertão — continua informando Capistrano de Abreu (Capítulos de História Colonial, 4ª edição), referindo-se à situação interiorana de Pernambuco e Bahia, antes e pouco depois da descoberta do Piauí — os primeiros ocupadores do sertão passaram vida bem apertada. Não eram os donos das sesmarias, mas escravos ou prepostos. Carne e leite havia em abundância, mas isto apenas. A farinha, único alimento em que o povo tem confiança, faltou-lhes a princípio por julgarem imprópria a terra à plantação da mandioca, não por

defeito do solo, pela falta de chuva durante a maior parte do ano. O milho, a não ser verde, afugentava pelo penoso do preparo naqueles distritos estranhos ao uso do monjolo. As frutas mais silvestres, as qualidades de mel menos saborosas eram devoradas com avidez. Pode-se apanhar muitos fatos da vida daqueles sertanejos dizendo que atravessaram a época do couro. De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia, para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as broacas de surroses, a roupa de entrar no mato, os banguês para cortejo ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz e faziam-se alpercatas e os chicotes...

Aquirida a terra para uma fazenda, o trabalho primeiro era acostumar o gado ao novo pasto, o que exigia algum tempo e bastante gente; depois ficava tudo entregue ao vaqueiro. A este cabia amansar e ferrar os bezerros, curá-los das bicheiras, queimar os campos alternadamente na estação apropriada, extinguir onças, cobras e morcegos, conhecer as malhadas escolhidas pelo gado para ruminar gregariamente, abrir cacimbas e bebedouros. Para cumprir bem com seu ofício vaqueiral deixa poucas noites de dormir nos campos, ou ao menos as madrugadas não o acham em casa, especialmente de inverno, porque nesta ocasião costuma nascer a maior parte dos bezerros e pode nas malhadas observar o gado antes de espalhar-se ao romper do dia, marcar as vacas que estão próximas a ser maes e trazê-las quase como à vista, para que parindo não morram de varejeiras.

As boiadas procuravam os maiores centros de população, isto é, as capitais da Bahia e Pernambuco. Sobre as que iam para a Bahia, assim escreveu André João Antonil, (anagrama do benemérito Jesuíta João Antonio Andreoni): "Constam as boiadas de cem, duzentas e até trezentas cabeças de gado; e destas quase cada semana chegam algumas a Capoeame, lugar distante da cidade oito léguas aonde tem pasto e aonde os marchantes as compram; e em alguns tempos do ano há semanas em que cada dia chegam boiadas. Os que as trazem são brancos, mulatos e pretos, e também índios que com este trabalho procuram ter algum lucro. Guiam-se indo um adiante cantando — aboiando — para serem desta sorte seguidos do gado; e outros vêm atrás das reses tangendo-as — tangerinos — e tendo cuidado que não saiam do caminho e se amontoem. As jornadas são de quatro, cinco e seis léguas, conforme a comodidade dos pastos aonde não de parar. Porém, aonde há falta de água, seguem o caminho

de quinze e vinte léguas, marchando de dia e de noite, com pouco descanso, até que achem paragem satisfatória. Nas passagens de alguns rios, um dos guias, pondo uma armação de boi na cabeça e nadando, mostra às reses o vau por onde devem passar".

Por maior cuidado na condução das boiadas, transviavam-se algumas reses; outras por fracas ficavam incapazes de continuar a marcha. Contando com isso, alguns moradores se estabeleceram nos caminhos e por pouco preço compravam este gado depreciado que mais tarde cediam em boas condições. Além disso, faziam uma pequena lavoura, cujas sobras vendiam aos transeuntes. Alguns, graças aos conhecimentos locais melhoraram e encontraram as estradas; fizeram açudes, plantaram canas, proporcionaram ao sertanejo uma de suas alegrias, a rapadura. No rio São Francisco, desde a barra do Salitre até São Romão, descobriram-se jazidas de sal na extensão de três graus geográficos, que preparado com algum trabalho provou excelente. Graças a essas circunstâncias, formou-se no trajeto do gado uma população relativamente densa, tão densa como só houve igual depois de descobertas as minas, nas cercanias do Rio.

Muito tempo viveu esta gente entregue a si mesma, sem figura de ordem nem de organização. Como era católica e a igreja obriga à frequência dos sacramentos, naturalmente qualquer vigário ou algum mais animoso, mais zeloso ou mais cúvido saía de tempos em tempos a desobrigar as ovelhas remotas. Depois da instalação do arcebispado da Bahia, criaram-se freguesias no sertão, enormes, de oitenta, cem léguas e mais. Ali era cobrado o imposto meio civil meio eclesiástico do dízimo. Os dizimeiros que o arrematavam, depois de ter feito a experiência, preferiram deixar a outros o trabalho da arrecadação: um dos fazendeiros ou qualquer pessoa capaz do interior em seu nome ia pelos vizinhos recolher os bezerros dizimados, pois a paga realizava-se em gêneros; depois de alguns anos, três ou quatro, conforme a convenção, prestava contas: cabia-lhe pelo trabalho um quarto do gado, exatamente como aos vaqueiros.

A carta régia de 20 de janeiro de 1699, primeiro esforço para introduzir alguma ordem naquela massa amorfa, mandou criar nas freguesias do sertão juizes à semelhança dos de vintena, que saíam dos mais poderosos da terra, e em cada freguesia um capitão-mor e cabos de milícia obrigados a socorrer e ajudar os juizes. A resistência contra estes se equiparava à resistência contra os Juizes de fora, e ficariam seqüestrados os bens do réu até sentença final; as penas pecuniárias deveriam ser proferidas por não se poder facilmente executar as corporais. Ouvidores, corregedores eram obrigados a uma visita trienal. Se tais ordens foram cumpridas e nos arquivos de além-mar existi-

rem relatórios das correções, nenhum documento poderá nos ajudar tanto no estudo e conhecimento da vida sertaneja.

Os capitães-mores deixaram fama de violentos, arbitrários e cruéis. Não eram, porém, incontrastáveis e maior ou menor sempre encontraram oposição. Reinava respeito natural pela propriedade; ladrão era e ainda é hoje o mais afrontoso dos epítetos; a vida humana não inspirava o mesmo acatamento. Questões de terra, melindres de família uma descortesia mesmo involuntária, cousas às vezes de insignificância inapreciável desfechavam em sangue. Por desgraça não se dava o encontro em campo aberto: por trás de um pau, por uma porta ou janela aberta descuidosamente, na passagem de algum lugar ermo ou sombrio lascava o tiro assassino, às vezes marcando o começo de longa série de assassinios e vinditas. Com a economia naturalista dominante, custava pouco juntar valentes e facinorosos, desafiando as autoridades e as leis. Para apossar-se destes régulos só havia dois recursos: a astúcia ou o auxílio dos vizinhos...

Em meu trabalho, composto na capital baianha, há 47 anos, como já disse, e que Você leu em O Cometa de agosto último, assim me externei:

...Aos padres jesuitas do Colégio da Bahia/
num eloquente testemunho da nobreza de sua formação
espiritual, legou por testamento,
em doze de maio de mil setecentos e onze,
a administração dessas fazendas e doutros bens nelas
acumulados, sob a cláusula de não serem alienadas, as
fazendas, e de constituírem, assim, uma capela ou morgado,
cuja renda fosse aplicada, desde logo e para sempre,
à dotação de donzelas, vestimento de viúvas
e órfãos e esmolas aos pobres, e, do que sobrasse,
na situação de novos currais, sem a menor dúvida, para
o mesmo fim",

E num discursinho que proferi anos atrás, na União Artística Operária Oeirense, estendi-me demoradamente a respeito do benemérito Mafrense. Talvez ainda se encontre, entre papéis velhos, no meu bauzão.

De qualquer maneira, a Situação ou Povoação Mafrense, em 1672, não teve caráter oficial, e sim popular, no dizer corrente de hoje. Eclesiástica pode-se afirmar que foi a denominação de Freguesia da Mocha, em 1696, e, afinal positivamente oficiais, as de Vila da Mocha, criada em 30 de Junho de 1712, e somente instalada em 26 de Dezembro de 1717, e de Vila de Oeiras do Piauí, — denominação esta imposta pelo Governador João

Pereira Caldas, — em 13 de Novembro de 1761. Esse mesmo Governador, "em 24 de Setembro de 1762, erigiu em cidade capital do Estado — de São José do Piauí — a Vila de Oeiras do Piauí, de conformidade com a Carta Régia de 11 de Junho de 1761".

Esta explicação evidencia que a referência supra por mim feita ao ano de "1672", é apenas teórica, não ainda legal. Tais assuntos vêm despertando vivo interesse. Também por isso, cumpre-nos agir com prudência. Nada perderemos por esperar mais um pouquinho. Nunca devemos pontificar afirmativas precipitadas. Aliás vem se tornando frequente o reexame de heróis antigos assim como o reconhecimento de mérito em personalidades que a História, involuntária ou propositalmente, silenciara.

Ampliarei a presente missiva, objetivando satisfazer a sua pergunta sobre a escolha de uma data adequada para comemorações — no próximo ano — do início do "povoamento de Oeiras".

Resolvido o caso da prioridade — a princípio atribuída a Afonso Mafrense; em seguida, ao mesmo de parceria com Jorge Velho; depois, exclusivamente a Jorge Velho, e, por último, graças a respeitáveis provas e satisfatórios argumentos expostos no "Devassamento do Piauí", tornando a Domingos Afonso, de modo exclusivo, dita prioridade, pelo afastamento definitivo de Domingos Jorge Velho no descobrimento do Piauí — eu me arriscarei a propor, como data do referido início a "13 de dezembro", na qual (século e meio mais tarde, precisamente) teria lugar o assalto, realizado por alguns ardorosos anônimos à Casa da Pólvora desta então sede da Província do Piauí, fielmente defendida pela guarda do Comando das Armas do Governo Português — fato de inestimável relevo para nós, (Oeirenses), pois simbolizou contagiosa labareda a inflamar o coração da capital, e induzi-la a decisivo apoio à proclamação da Independência política brasileira. Não considere disparatada ou absurda esta escolha. Qualquer data dos últimos meses do ano será adequada para o caso vertente, uma vez que provavelmente só no fim daquele ano de 1672 atingiu o local onde hoje residimos, o famigerado sertanista, de nacionalidade portuguesa.

Pense de novo no problema ou tese. Investigue-o mais a fundo. Examine os comentários ou críticas porventura feitos ao livro de Barbosa Lima Sobrinho. Em dezembro próximo, aqui, voltaremos a debater a matéria.

A prioridade de estado do paulista Domingos Jorge Velho em nosso Piauí foi — repito — objeto de vacilação, dúvida e divergência entre os cultores da História (Rocha Pita, Ayres do Casal, Southey, Galanti, Taunay, Basílio de Magalhães, João Ribeiro, Abdias Neves, Pereira da Costa, Ernesto Ennes, etc.). Há, porém, duas autoridades merecedoras de absoluta fé — uma

antiga, outra contemporânea — que asseguraram primazia a Domingos Afonso Mafrense Sertão. São elas: Francisco Adolfo Varnhagem (1816-1878) e Barbosa Lima Sobrinho.

O insigne Varnhagem, Visconde de Porto Seguro, mestre da História Geral, assim se pronunciou: "É menos exato que neste descobrimento tivesse parte o paulista Domingos Jorge Velho".

Os que discordarem do Visconde devem reler com muito cuidado a sua História. É sabido que costumava estribar-se em documentos inéditos calando as respectivas fontes. (Esse procedimento, de modo geral, irrita aos entusiastas da "lei do menor esforço". E foi imenso o campo em que agiu, ou sejam os numerosos arquivos que pesquisou, no Brasil e no exterior.

Ele próprio refere como procedia para escrever seus livros com a maior exatidão possível: não achando suficientes as velhas crônicas, rebuscou documentos, não só no Brasil, mas em Portugal, Espanha, Holanda, Itália e Áustria; visitou os Estados Unidos, as Antilhas e as repúblicas sul-americanas, vizinhas do Brasil; viajou por todo o litoral brasileiro. Nessas investigações e estudos, em que confrontou os locais históricos com as notas colhidas nos documentos, Varnhagen gastou mais de trinta anos. Foi assim, com dedicação de apóstolo, convencido de que "a verdade é a alma da história" que ele conseguiu explicar fatos que pareciam inverídicos ou que se contradiziam e esclarecer narrativas que pareciam absurdas ou fabulosas. Por isso foi chamado o "pai da nossa história". Suas obras passaram, desde logo a ser consultadas por historiadores, escritores, diplomatas e professores, que nelas iam, como a límpida fonte, beber conhecimentos". — (Renato Sêneca Fleury — Varnhagen — Eds. Melhoramentos).

Ultimamente, o "Devassamento do Piauí" interpretando documentos semioficiais e oficiais — alguns publicados por Ernesto Ennes no livro "Guerra dos Palmares" prefaciado por Afonso de E. Taunay, em 1938, — confirmou plena e peremptoriamente a afirmativa Varnhagen.

Passo a acompanhar — ora transcrevendo literalmente, ora resumindo, ora parafraseando — Barbosa Lima Sobrinho, no vagaroso mas convincente esclarecimento de tais documentos e outros papéis. Seu elegante estilo, de vez em quando dotado de ironia *quantum satis* tanto me agradou que cheguei a experimentar, pela primeira vez, e com a maior naturalidade, o que defino como arrepios de inveja.

Sebastião da Rocha Pita (1660-1738) ou a versão Rocha Pita — História da América Portuguesa — relata: "Um dos primeiros que entraram por aquelas dilatadas terras, até ali não

penetradas dos portugueses e só habitadas pelos gentios bravos, foi Domingos Afonso Sertão, em 1671". Mas, adiante acrescenta: "Neste descobrimento se encontrou com Domingos Jorge, natural de São Paulo. Com este, Domingos Afonso prosseguiu a empresa, e ambos, cada um por sua parte, conquistaram todo aquele país".

Essa narrativa — continua Barbosa Lima — é a que ainda hoje se repete em manuais estimados, sem afirmarem a prece-dência de um dos dois sertanistas mas a coincidência ou concomitância de ambos, no esforço inicial para o domínio do Piauí. Aceitaram-na o Padre Galanti, João Ribeiro e outros.

Assim, Domingos Jorge Velho foi considerado herói do referido descobrimento, no mesmo plano de Domingos Afonso Sertão, entre os dois se dividindo fraternalmente a glória de exploração.

Deve-se a Pereira da Costa o achado de interessante documento e o início de nova corrente a favor de Domingos Jorge Velho. O erudito autor da "Cronologia Histórica do Piauí" ficou assim com as responsabilidades e a glória da tese.

Esse documento fundamental era o requerimento de uma carta de sesmaria feito por Jerônima Cardim Fróis, viúva de Domingos Jorge Velho, e pelos oficiais pertencentes ao terço paulista que ele comandava. Os peticionários queriam terras, invocando serviços prestados ao Estado. Aludiam ao esforço contra o gentio, na defesa dos brancos e acrescentavam que para operar melhor nesse sentido "o mestre de campo e subalternos oficiais tinham erigido para sua morada e habitação o rio Potingh que queria dizer rio ou água de camarões e o rio Parnayba e neles tinham feito suas povoações com suas habitações, com suas criações tanto vaccum ou cavalares ou ovelhum e cabrum, etc., e faziam suas lavouras e assim tinham seus domicílios vinte e quatro ou vinte e cinco anos, topando bandeiras ao gentio bravo para onde as ocasiões o pediam..." Ali se deixa ficar o terço paulista, até... "que por parte de S.M. foi o dito Domingos Jorge Velho chamado e requerido do Sr. Governador João da Cunha Souto Maior, antecessor de V.S., de descer com a dita gente e oficiais em estado de guerra aos negros rebelados dos Palmares", "a qual descida foi no ano de 1687, largando terras, povoações, criações e lavouras sem reparo algum para vir servir S.M".

Pelos termos desse requerimento, despachado em 1704, parecia que ficavam fora de dúvida vários pontos, que provocaram manifestações terminantes dos historiôgrafos. Tais certezas resultantes do documento, faziam ver que Domingos Jorge Velho, 24 ou 25 anos antes de 1687, isto é, em 1662, ou 1663, vindo de

São Paulo com a sua tropa de sertanistas, chegara com ela ao interior do Piauí, onde se estabeleceu, afugentou o gentio e povoou a região; depois de 24 ou 25 anos de constante atividade agro-pecuária ao longo do Parnaíba, abandonara todos os seus haveres para, a chamado do Rei, ir guerrear os negros quilômbolas, dos Palmares e que essa descida para os Palmares ocorrera no ano de 1687.

Daí a prioridade de Domingos Jorge Velho no devassamento do Piauí, pois que o primeiro documento a respeito do seu êmulô, Domingos Afonso Sertão, é apenas de 1674, em patente para uma entrada, que só se concluiu em 1676; prioridade proclamada por A. Taunay, na "História Geral das Bandeiras Paulistas", da maneira seguinte: "Assim, quer atendamos às causas das incursões no sertão, ao testemunho dos cronistas e historiadores, quer ainda aos documentos oficiais indespiciendos para o restabelecimento da verdade histórica, a prioridade de descobrimento do Piauí pertence a Domingos Jorge Velho, feito que se deverá ter realizado em 1662". Na mesma base se externaram os piauienses Abdias Neves ("Aspectos do Piauí") e Benjamin de Moura Batista ("O Piauí").

Ultimamente, graças a Ernesto Ennes, na obra já citada, foram divulgados alguns documentos desconhecidos, a respeito do terço de Domingos Jorge Velho. Esses novos documentos, porém, não resolvem os problemas em que ainda se enreda a historiografia brasileira. Entretanto, no meio dos papéis por ele divulgados, há diversos referentes ao assunto em tela, que, por isso mesmo, não podem ser sumariamente desprezados. Há, por exemplo, um requerimento dos oficiais do "terço de Infantaria", de que é Mestre de Campo Domingos Jorge Velho, alegando serviços prestados e pedindo deferimento para suas petições encaminhadas por um procurador universal, Bento Sorrel Camiglio, que para isso foi a Lisboa. Outro documento, subscrito por esse procurador, expõe "condições que os paulistas do Terço de Infantaria, de que é Mestre de Campo Domingos Jorge Velho, pedem que se lhes concedam para poder continuar nos Palmares". Mais importante ainda é a "Carta autógrafa" de Domingos Jorge Velho, escrita do Outeiro da Barriga, Campanha dos Palmares, de 15 de julho de 1694, em que narra os trabalhos e sacrifícios que passou, e acompanha a exposição de Bento Sorrel Camiglio, procurador dos paulistas.

O confronto desses documentos como famoso requerimento, vulgarizado por Pereira da Costa é realmente interessante. Todos têm a mesma origem. Inspiram-se nas reclamações paulistas e procuram obter vantagens como recompensa pelos serviços prestados na expugnação dos Palmares.

(Essa "carta autógrafa" surge com ares de anedota ou pilhéria histórica. Seu autor, o Mestre de Campo Domingos Jorge Velho era analfabeto. Dom Francisco de Lima, bispo diocesano de Pernambuco — o mesmo que em 1696 criou, e mandou o Padre Miguel de Couto, também conhecido por Miguel de Carvalho, fundar a freguezia de Nossa Senhora da Vitória, o que com efeito teve lugar "aos dois dias do mês de Março do Ano de mil e seis centos e noventa e sete no Brejo da Mocha do Certão do Piauí"; ato aprovado pelo rei português D. Pedro II, em Resolução de 04 de fevereiro de 1698 e comunicada por carta-régia dois dias após a Caetano de Melo e Castro, então Governador e Capitão General de Pernambuco — Dom Frei Francisco de Lima, que viu de perto o Mestre de Campo Domingos Jorge Velho, descreveu-o, em carta de 18 de maio de 1697, nos seguintes termos plenamente negativos: "Os Paulistas, que assistem no Sitio dos Palmares em dois arrayaes, hum quê corresponde as Alagoas do Norte, e Sul, e outro que fica sobre as Cabeceiras do Porto Calvo me tem pedido lhes de sacerdotes com jurisdição izenta dos Vigr.os, em cujos destritos estão, que lhes admenistrem os sacram.tos; e para a congrua dos d.tos sacerdotes pedem se lhes largem os dizimos, q. de presente he cousa bem pouca; E porq. sendo aquellas terras as melhores deste Pernambuco, e cultivandosse (como já se fas) hão de ser m.to consideráveis os acressimos, que dos d.os dizimos há de rezultar a faz.da real, entendo não ser conv.te largaremselhes, porq. se não chamem ao depois à posse. De presente lhes tenho acudido com sacerdotes q. lhes admenistrem os Sacram.tos subordinaos, porem aos Vigr.os aos quaes só devem recorrer em ordem aos Matrimonios, p.^a se fazerem as Denunciações, que a respeito destes homens são bem necess.r.os e passada a Quaresma remeterem-se lhes o rol da desobriga, e pello seu trab.^o lhes largão os Vigr.os tudo o q. lhes pertence pellos direitos Parochiaes: com isto se dão por satisfeitos os do arrayal, q. assiste sobre o Porto Calvo. O M.e de Campo dos q. residem sobre as Alagoas ainda insta: porq.ê não só quer ter sacerdote izento da jurisdição dos Vigr.os mas quer ser elle o que apresente; e com efeito me apresentou hum Clerigo, q.ê sobre ser de vida desmanhada, e esta devia ser a total razão da escolha que delle fes; mandando o examinar não soube dizer a diferença q.ê há entre attrição e contrição; porém m.to livre está de q.ê eu me regule nesta matr.^a pella sua escolha. Este homem he hum dos mayores salvages com q.ê tenho topado: quando se avistou comigo trouxe consigo Lingoa, porq.ê nem falar sabe, nem se diferencia do mais barbaro Tapuya, mais q.ê em dizer q.ê he Cristão, e não obstante o haver-se cazado de pouco, lhe assistem sete Indias Concubinas, e daqui se pode

inferir, como procede no mais; tendo sido a sua vida desde q.ê teve uzo de razao se he q. a teve, porq.ê se assim foi de certo a perdeu, q.ê entendo a não achará com facilid.e athe o presente andar metido p.los matos à caça de Indios, e de índias, estas p.a o exercicio das suas torpezas, e aquelles p.a. os grangeos dos seus interesses".

(Como escrever carta quem, para entender-se com o Bispo necessitava de intérprete? Se ela foi escrita por procurador — talvez o Camiglio — por que denominá-la "autógrafa"?)

De qualquer maneira — reitere-se — as informações contidas nesses documentos, refletindo depoimentos de Domingos Jorge Velho e seus companheiros merecem exame atento em cotejo com o requerimento que a "Cronologia" descobriu. Há pontos de convergência entre eles e discordâncias também consideráveis, embora todos se situem no espaço de um decênio (1694-1704).

São unânimes numa circunstância: todos afirmam que Domingos Jorge Velho e seu terço de paulistas, ao partirem para os Palmares, saíram do Piauí e não de São Paulo.

Ocorre a primeira dificuldade na interpretação desses diversos documentos, quando procuramos saber em que ano o terço de Domingos Jorge Velho se instalou em tais paragens. No requerimento que Pereira da Costa encontrou, a presença do terço no Piauí recuaria a 1662 ou 1663. Nos outros documentos, a carta chamada autógrafa e os memoriais do procurador Camiglio não se pretende tanto.

Na "Carta autógrafa" declara o bandeirante que as condições do contrato firmado com o Governador João da Cunha Souto Maior, em 1687, "me fizeram largar a mim e a elas o domicílio que a poder de uma porfiada e diuturna guerra contra o gentio brabo e comedor de carne humana demais dezasseis anos nós tínhamos conquistado, povoado, lavrado e plantado com nossas criações e tudo deixamos para virmos servir a V. Majestade na guerra para que o dito senhor nos chamou", etc.

Se tomássemos a data do contrato para a guerra dos Palmares, 1687, esses dezasseis anos fariam remontar a 1671 a presença de Domingos Jorge Velho no Piauí. Não podemos excluir a hipótese de que se contasse esse período a partir da época da carta, isto é, de 1694, o que daria, em vez de 1671, o ano de 1678.

No célebre "requerimento da viúva e outros" se afirmou que o ano da descida foi 1687.

A contar de 1687, a presença no Piauí recuaria a 1662 ou 1663. Mas se tomarmos o prazo a partir da data do documento, encontraremos o ano de 1679, ou 1680, mais próximo das datas

que constam de outros papéis. O que ha, porém, de desconcertante em tudo isso é que, nos próprios requerimentos que são apresentados por Domingos Jorge Velho, ou gente de seu terço, não coincidem as datas, nem chegam a uma aproximação explicável. Concordamos que esses papéis teriam significação considerável, se todos eles se entendessem quanto à época da presença de Domingos Jorge Velho no Piauí. Mas o que eles atestam chega a ser espantoso, pela discordância. Notamos pelo menos dez datas, a saber: 1662, 1663, 1671, 1674, 1675, 1677, 1678, 1679, 1680, 1682. Em cinco documentos da mesma origem, encontramos uma diferença de vinte anos — 1662-1682. Não esqueçamos aliás que todas essas datas constam de papéis que tinham interesse em aumentar os serviços do terço paulista e consequentemente o período de sua presença no Piauí, para que se tornasse maior o merecimento de haver abandonado tão antigo domicílio, para servir ao Rei na Guerra dos Palmares.

A comparação das distâncias indicadas nos documentos torna igualmente difícil a localização da zona piauiense.

Na mesma base, os memoriais dos oficiais do terço e a carta denominada autêntica divergem sempre quanto ao número dos efetivos do terço. Os brancos variam de 80 e 84 a 150. Os arcos enumerados sobem de 800 e tantos a 1.300. O total oscila também: 950, 1.284 e 1.300.

Em face da documentação da época, todos esses Algarismos parecem fantásticos. O que se conhece, fora desses papéis do próprio terço, a respeito de seus efetivos, indica realidade muito mais modesta. Taunay resumiu tal documentação quando explicou: "Foi então que Matias da Cunha escrevendo a Pascoal Gonçalves, a 14 de março de 1688, informou-o da marcha de diversas colunas para o Rio Grande do Norte: Domingos Jorge Velho com os 300 homens já reunidos para atacar os palmaresenses".

Como se sabe, Domingos Jorge Velho teve interrompida a viagem para os Palmares. Voltou, porém, alguns anos depois, para continuar na empresa a que se propusera: a conquista dos quilombos. Mesmo na segunda viagem, os seus efetivos estavam longe dos totais indicados nos papéis do terço. Caetano de Melo e Castro, Governador de Pernambuco contava que os paulistas tinham "setecentas e tantas Almas mas que só Trezentas se acharão capazes de armaz. quantia tão limitada que não fora poçível conseguirem couza algua naquelas partes".

Divergências tão profundas nos impossibilitam a aceitação dos papéis do terço de Domingos Jorge Velho como verdade demonstradas. Há de confrontá-los com os documentos coevos para ver onde se detém a propaganda interesseira desti-

nada a obtenção de prêmios, e onde começam os fatos, as realidades apoiadas a informações de outra origem e enquadradas no conjunto dos acontecimentos da época.

Várias circunstâncias militam a favor dos que desconheciam da prioridade de Domingos Jorge Velho. Observemos, de início, que não há referência ao seu nome e a sua presença no Piauí, em toda a correspondência oficial até hoje conhecida, e que se reporta ao período entre 1662 a 1687. Só a partir de 1687 ele surge, a propósito do episódio dos Palmares.

As cartas do Governo Geral para os Governos de Pernambuco e de São Paulo não mencionam o seu nome, que também não se encontra nas cartas dos governos locais, a julgar pelas respostas do Governo Geral e pelo registro nas Consultas do Conselho Ultramarino. As patentes de Domingos Jorge só aparecem também a partir de 1687. Os próprios documentos paulistas se mantêm alheios a essa personagem. Pedro Taques — autor da Nobiliarquia — não aponta Domingos Jorge Velho entre os paulistas que haviam chegado ao Piauí.

Capistrano de Abreu, na obra já citada, menciona e exalta seu nome mas como participante de lutas no baixo São Francisco. Neste sentido diz o erudito historiador: Às expedições marítimas sucederam outras por via terrestre. Talvez a mais antiga fosse a de Domingos de Freitas de Azevedo, de quem apenas consta haver sido derrotado no rio S. Francisco. Facilitaram estas entradas a abundância de matas no trecho superior do rio, as suas condições de navegabilidade dentro do planalto, o emprego de canoas. Paulistas houve que fizeram canoas e desceram para vendê-las próximo do trecho encachoeirado, onde a escassez da vegetação tornava preciosa a mercadoria. Das expedições feitas pelo interior conhecemos as de Domingos Jorge Velho, Matias Cardoso de Almeida, Moraes Navarro, todos empregados em combater os Paiacus, Janduís, Icôs, nas ribeiras do Açu e do Jaguaripe. Domingos Jorge auxiliou a debelação dos Palmares, mocambo de negros localizado nos sertões de Pernambuco e Alagoas, que já existia antes da invasão flamenga e zombara de numerosas e repetidas tropas contra ele mandadas. Ficou assim livre todo o território entre as matas do cabo de Santo Agostinho e Porto Calvo.

Muitos dos paulistas empregados nas guerras do Norte não tornaram mais a S. Paulo, e preferiram a vida de grandes proprietários nas terras adquiridas por suas armas: de bandeirantes, isto é de povoadores, passaram a conquistadores, formando estabelecimentos fixos. Ainda antes do descobrimento das minas, sabemos que nas ribeiras do rio das Velhas e do S. Francisco havia mais de cem famílias paulistas entregues à criação de gado".

E, páginas adiante acrescenta: Um escritor anônimo (Informação do Estado do Brasil e de suas necessidades", Rev. de Inst. e Geog. Brasileiro, 1862, t. 25, p. 473) dizia a respeito dos paulistas pouco depois de 1690: "Sua Majestade podia se valer dos homens de São Paulo, fazendo-lhes horas e mercês, que as honras e os interesses facilitam os homens a todo o perigo, porque são homens capazes para penetrar todos os sertões, por onde andam continuamente sem mais sustento que caças do mato, bichos, cobras, lagartos, frutas bravas e raízes de vários paus e não lhes é molesto andarem pelos sertões anos e anos, pelo hábito que têm feito daquela vida. E suposto que estes paulistas por alguns casos sucedidos de uns para com outros, sejam tidos por insolentes, ninguém lhes pode negar que o sertão todo que temos povoado neste Brasil eles o conquistaram do gentio bravo que tinha destruído e assolado as vilas de Cairú, Boipeba, Camamu, Jaguaripe e Peruaçu, no tempo do Governador Afonso Furtado de Mendonça, o que não puderam fazer os mais governadores antecedentes por mais diligências que fizeram para isso. Também se lhes não pode negar que foram os conquistadores dos Palmares de Pernambuco, e também se podem enganar que sem os paulistas com o seu gentio nunca se há de conquistar o gentio bravo que se tem levantado no Ceará, no Rio Grande e no Sertão da Paraíba e Pernambuco, porque o gentio bravo por serras, por penhas, por matos, por catinga só com o gentio manso se há de conquistar e não com algum outro poder, e dos paulistas se deve valer Sua Majestade para a conquista de suas terras".

Nenhuma referência, portanto, em torno da vinda dele — Domingos Jorge Velho — ao Piauí, ou ao que passou a ser denominado Sertão Piauiense.

(Nos litígios relativos às terras de arraial de Mocha, aparece um Domingos Jorge requerendo indenização pelas terras que lhe haviam sido tomadas pela Câmara e pela igreja do lugar. De outra vez, numa carta régia de 7 de outubro de 1741, se ordenara, segundo Pereira de Alencastre, "a demarcação das sesmarias de Domingos Jorge". Tanto bastou para que Pereira da Costa precedesse a referência desse nome com o qualificativo de "paulista". Ora o "paulista Domingos Jorge" havia morrido no começo do século. Porque, pois, admitir que se referisse a ele aquela carta régia, e não a outro Domingos Jorge, que aparece em documentos dessa época, nos pedidos de indenização pelas terras que lhe haviam sido tomadas no arraial da Mocha? E esse outro Domingos Jorge não era paulista. O Conselho Ultramarino chamava-lhe herdeiro "de seu tio Julião Afonso Serra, um dos quatro descobridores daquele Sertão", provavelmente com Do-

mingos Afonso Sertão, Francisco Dias d'Ávila e Bernardo Pereira Gago, titulares da primeira sesmaria outorgada na região.

As cartas de sesmarias no Piauí, embora feitas em benefício de aproveitadores, não esqueceriam e não desprezariam os chefes de tropas estacionados na região conquistada. (Não se alegue desinteresse do bandeirante, quando há prova de sua meticulosidade e vigilância, em todos os papéis que se reportam ao contrato para a guerra dos Palmares).

As patentes concedidas a Domingos Jorge Velho e as seus cabos não mencionam tribos do solo piauiense. A patente de Mestre de Campo, que lhe foi conferida em 1688, fala apenas nos "janduins e outras nações confederadas" aludindo aos elementos que se haviam mobilizado para a guerra de Açú. No ato de nomeação de um de seus oficiais — Manuel Gonçalves Ferreira — há indício de icós e sucurus, do sertão paraibano e cearense. Não são outras as tribos referidas na folha de serviço de outro oficial de seu terço — Luis da Silveira Pimentel. A localização dessas nações é muito conhecida. Os Sucurus são ainda hoje recordados pelo rio desse nome, ao sul da Paraíba. Os Janduins foram colocados entre os rios Curimataú e Trairi; e os Icós estendem-se da margem direita do rio Salgado e Jaguaripe ao rio do Peixe, na Paraíba.

Não esqueçamos também que os documentos relativos às viagens de exploração do rio Parnaíba — então chamado rio Paraguassu — pouco antes descoberto pela costa, entre as Capitânicas do Ceará e Maranhão — viagens empreendidas entre os anos 1676 e 1679, a mando de Inácio Coêlho da Silva, governador do Maranhão, "para achar comunicação com o Brasil", não diziam cousa alguma que valesse confirmação da presença do terço de infantaria de Domingos Jorge Velho naquelas paragens. Uma das tais viagens foi confiada a Vital Maciel Parente, filho do velho prisioneiro dos flamengos. Ele, no começo de 1678, partiu de São Luís capitaneando trinta canoas e uma barca grande, com 140 soldados e 430 índios. Percorreu o rio Paraguassu acima, passante de duzentas léguas, durante a jornada não menos de quatro meses, sem que conseguisse chegar às procuradas nascentes do aludido rio, embora reconhecesse a direção meridional do seu curso.

Após viver e arrostar muitas aventuras e perigos, mas desesperançado de atingir o principal objetivo do empreendimento, regressou Vital Maciel Parente, cheio de glória militar, em meados daquele mesmo ano de 1678.

Segundo Capistrano de Abreu, daquele "reconhecimento da direção meridional de curso do Parnaíba" deve manar a idéia da proximidade senão identidade entre o Parnaíba ou Paraguassu e o São Francisco. Assim a questão apresentava-se com certa

nitidez: a Bahia representava o objetivo e o Parnaíba o rumo a seguir.

Em resumo, os comandantes daquelas entradas levaram meses subindo o curso do longo rio. Como poderiam ter navegado tanto, em constante conversação com o gentio — conforme era costume fazer-se — sem obter notícia de uma tropa, que se deveria encontrar ali, desde alguns lustros?

Essa ausência de Domingos Jorge Velho nas cartas de sesmarias e nas patentes que se reportam ao Piauí, é um poderoso argumento a favor da tese do clarividente Varnhagen.

Sem patentes — pois só aparecem em 1678, para os Palmares — a autoridade militar seria precária e não permitiria requisições, indispensáveis no curso da peleja. Os próprios subordinados teriam razões para protestos e para indisciplina, num meio em que os instintos encontravam solicitações irresistíveis. Ademais, os serviços militares se depreciariam, no momento de reivindicar prêmios e benefícios.

Sem as sesmarias, o domínio da terra seria precário, sujeito a cobiça de conquistadores que soubessem procurar a proteção de autoridade régia.

Em 1681, as datas de terras já estavam junto ao rio Parnaíba e haviam subido o Gurguéia. Alguns anos após invadiam as margens do rio Tranqueira.

Não era evidente a ameaça e certo o perigo, para as criações e fazendas, que são atribuídas ao bandeirante e sua tropa?

Alega-se como argumento o nome do Rio Parnaíba. Escreve a respeito Pereira da Costa que sendo Domingos Jorge Velho "natural da vila da Parnaíba, em São Paulo, talvez venha desta circunstância a denominação do mais notável rio do futuro Estado do Piauí — o Parnaíba — imposto pelo aventureiro paulista que o descobriu, primeiro habitou as suas margens, cultivou as suas terras e situou várias fazendas de gado, como uma reminiscência da terra querida em que nasceu e viu deslizar a sua infância alegre e feliz". Essa hipótese repousa toda sobre a suposição de que Domingos Jorge Velho tenha nascido em Parnaíba, conforme autores paulistas o afirmaram. Mas o Domingos Jorge Velho, que tais autores declaram nascido em Parnaíba, é o filho de Simão Jorge e de D. Francisca Alvares, segundo se lê em Apontamentos, de Azevedo Marques. Ora, Taunay deixou fora de dúvidas que o vencedor dos Palmares descendia de Francisco Jorge Velho e Francisca Gonçalves. Não se sabe de onde seria. Não se conhece de sua infância coisa alguma, e o "alegre e feliz" do historiador da Cronologia, deve ser levado à conta de devaneio. Mesmo, porém, que Domingos Jorge fosse de Parnaíba, a

denominação do Rio piauiense, poderia ter vindo de outra fonte, ou inspirada em circunstâncias do próprio rio, consideradas objetiva ou subjetivamente, ou dada por outro paulista que tivesse passado pela região. Sem a prova de uma vinculação direta entre Domingos Jorge Velho e o nome do Parnaíba, nenhuma certeza se poderá inferir daí, senão uma conjectura inexpressiva, pouco mais que uma criação de fantasia.

A tudo isso haveria que acrescentar um problema de idade. Encontramos toda a tropa, ainda em 1704, no requerimento assinado pelos "que eram então e são do terço de infantaria" com o qual Domingos Jorge Velho e os ditos suplicantes "fizeram o trabalho de conquista" a que se reporta o documento. Admitindo que dita atividade começasse desde 1662, em 1704, todos esses oficiais contariam 42 anos só de serviços nas guerras sertanejas. É certo que Domingos Jorge Velho morrera pouco antes, mas os documentos que a ele se referem ainda em 1697 não o apresentam como decrépito. Ao contrário, os missionários se escandalizavam, até vésperas de sua morte, com o proceder do bandeirante, que diziam assistido de sete concubinas, embora casado de pouco.

Em quem não causam estranheza esses 42 anos de serviço militar admitidos para todos os oficiais de Domingos Jorge Velho?

Assim, pois, os oficiais contavam 42 anos de serviço militar, e não se apresentavam ainda candidatos à reforma. De um deles, o sargento-mor do terço — Cristovão de Mendonça Arrais — sabe-se que continuou a aparecer, perfeitamente válido, por mais dois lustros ainda, sempre à frente de tropas.

Esse milagre de longevidade coletiva poderia valer de alerta, para o entusiasmo de conclusões apressadas e categóricas.

Outro aspecto do maior interesse para a elucidação desse problema é o conhecimento do ponto de partida do terço de Domingos Jorge Velho, na sua viagem para os Palmares.

Quisemos seguir o próprio texto do requerimento de sesmaria, para que se observasse que por ele, na inteligência que lhe dão, não pode haver nenhuma dúvida quanto a esse fato: em 1687, Domingos Jorge Velho partiu do Piauí para a guerra dos Palmares.

Todavia, a documentação da época uniformemente afirma que em 1687 Domingos Jorge Velho e sua gente foram de São Paulo para os Palmares. De São Paulo e não do Piauí.

As referências a esse respeito são copiosas, em fontes as mais diversas. Um dos primeiros documentos, pela data, é a patente de governador de um terço de infantaria passada a favor

de Domingos Jorge Velho, que ia à conquista dos bárbaros do Rio Grande. O documento datado em 1688 é imediato aos fatos erguidos. É possível mesmo que se redigisse diante de representações ou memórias do cabo paulista como de costume se fazia em casos tais. Se algum receio se justifica diante desses papéis é antes o de exagero na relação dos merecimentos, pois não pecam habitualmente por omissões.

Pois bem, ao referir os empreendimentos de Domingos Jorge Velho, nada dizia a patente sobre os vinte e quatro ou vinte e cinco anos de guerras esforçadas no Piauí. Destacava o Governo Geral, porém, o "notável serviço que fez a S. Majestade em deixar por ordem minha a empresa dos mocambos dos Palmares", "para a qual se abalou por terra da Vila de São Paulo, com o número de gente branca e de índios que entendeu ser bastante a conquistá-los, havendo resistido várias vezes aos soldados de Pernambuco, tolerando nas jornadas, em que gastou quase dez meses, grande esterilidade e falta de sustento e águas, no que mostrou melhor a constância com que os venceu, até chegar às vizinhanças dos ditos Palmares" etc. Era o que dizia Matias da Cunha, Governador do Brasil. Reiterou essas expressões numa carta de 13 de outubro de 1688, declarando ao mesmo Domingos Jorge Velho que tinha "mui presente a ação de deixar pela minha ordem a empresa dos Palmares, a que por tão ásperos e dilatados sertões veio destinado de São Paulo". O sucessor de Matias da Cunha no Governo Geral, o Arcebispo Dom Manoel da Ressurreição não era menos explícito na menção desse fato. Em carta para os oficiais da Câmara de São Paulo, referindo-se aos negros dos Palmares, louvava os serviços de Domingos Jorge Velho "que dessa capitania veio pelo sertão a conquistá-los, e que deixara prontamente a empresa desde que recebera ordem de Matias da Cunha para que se dirigisse sem demora ao Rio Grande, a fim de combater os bárbaros levantados. A obediência e o sacrifício do cabo paulista justificaram plenamente, dizia ainda o Arcebispo e Governador, a concessão da Patente do Governador de sua gente, passada a Domingos Jorge Velho, com preeminência e soldo de Mestre de Campo.

É expressivo que o episódio sempre se relata da mesma forma, nos documentos da época. A insistência e a uniformidade valem aqui como reforço de prova. Em carta ao Capitão-Mor de S. Vicente, o Governador Geral do Brasil lembrava, como serviço de Domingos Jorge Velho, a "conquista dos Palmares, a que veio destinado dessa Capitania" etc.

A outra autoridade, o Governador de Pernambuco, referindo-se ainda àquele cabo paulista anunciava o Arcebispo D. Manoel da Ressurreição que ele voltava para os Palmares "a cuja conquista foi chamado e ele veio de São Paulo".

O alvará de reorganização dos postos da guerra do Rio Grande; 4 de março de 1690, declarava também: "e porque o intento de Mestre de Campo Domingos foi vir de São Paulo à conquista dos Palmares", etc.

A narrativa se repetia invariavelmente na correspondência do Governo Geral, ora para os capitães que pelejavam na guerra de Açú, ora para Agostinho César de Andrade, capitão-mor do Rio Grande, ora para Matias Cardoso de Almeida, a quem duas vezes se repetiu aquela circunstância, com que tanto se recomendava o esforço e a disciplina de Domingos Jorge Velho.

As cartas para Domingos Jorge Velho não lhe fariam de certo, a injustiça de ignorar 24 ou 25 anos de trabalhos ásteros no Piauí, e de serviços ao Estado, no momento em que o procuravam animar, com o reconhecimento e o louvor de seus atos.

Entretanto, mesmo nessa ordem de documentos, escreve-se que o cabo paulista "veio por terra de São Paulo", "chamado do Governador e Câmara de Pernambuco", "para a empresa dos Palmares".

Silenciaria o sertanista propositalmente, os 24 ou 25 anos de atividade guerreira no Piauí? Mas com que intuito? Não seria mais vantajoso confessá-los, se só podiam valer de apoio para prêmios, ou de sesmarias?

De resto, o silêncio seria inútil, pois que as cartas para as autoridades paulistas viriam retificadas, desmentindo-se que houvesse Domingos Jorge Velho saído naquele tempo, se 24 ou 25 anos antes ele houvesse partido para o sertão piauiense.

Ficamos, pois, diante do fato essencial, que os documentos uniformemente confirmam: Domingos Jorge Velho, com o seu terço de paulistas, veio de São Paulo para os Palmares.

Ora, sabendo-se que a descida para os Palmares foi em 1687, o que se confirma com o próprio requerimento de sesmarias e não padece nenhuma contestação na historiografia, temos que enfrentar uma questão decisiva: em 1687, Domingos Jorge Velho desceu para os Palmares. Partiu do Piauí, como se alega diante de alguns documentos? Ou de São Paulo, como pretendem tantos outros, com maior autoridade, vindos de fontes mais variadas e muito mais próximos dos sucessos a que se referem?

Não se diga que Domingos Jorge Velho deixou as fazendas do Piauí e foi para São Paulo, de onde retornou para os Palmares. O requerimento de sesmarias afirma que ele desceu dessas fazendas para os Palmares. E que saiu delas em 1687. Ora, num mesmo ano não seriam possíveis as duas viagens, uma do Piauí a São Paulo, outra de São Paulo a Pernambuco, sempre por terra "em sertões ásteros e dilatados" com uma grande tropa de guerra.

Além disso, o requerimento de sesmaria fala em que ele saiu das fazendas que tinha naqueles sertões para se dirigir aos Palmares em 1687. E admitir que haja partido delas para São Paulo e que de São Paulo prosseguisse para os Palmares, é de algum modo desprezar o próprio documento, a que se procura atribuir tão grande relevo na história do Nordeste, e seria acreditável que o documento silenciase o merecimento dessas duas viagens — uma do Piauí a São Paulo e outra de São Paulo aos Palmares, quando tal fato concorreria, evidentemente, para o reforço das pretensões que os signatários do documento alimentavam e pelos quais com tamanho denodo se bateram?

Como se vê, a afirmação substancial da prova, em que se estriba a tese da prioridade de Domingos Jorge Velho, não consegue entender-se diante de tantos documentos que a contrariam explicitamente. Não é possível desprezar documentos dessa ordem, nem esquecer, à vista deles, a lição categórica de Varnhagen.

Reportemo-nos agora sobre o atendimento do requerimento. Num relatório devidamente autenticado, (intitulado "Noções circunstanciadas sobre diversas aldeias e missões de índios, que desde anos remotos existem na província de Alagoas", com o caráter de informação oficial, feito numa Secretaria de Estado, para conhecimento de autoridades interessadas, ficando na Secretaria da Presidência da dita província,) encontramos resumidos os episódios relativos à sesmaria de Domingos Jorge Velho. Reproduzimo-lo aqui, com a extensão devida à importância do documento: "não tendo-se naquele ano de 1705 expedido ao tal mestre de campo o competente título da exarada sesmaria de seis léguas de terra em quadra, seu arraial, povoado de soldados e índios, com igreja, que na maior parte dela já estava empossada, com prédios e culturas, que o elevou a vila denominada de Atalaia, levantando nela pelourinho, denominando-se senhor e donatário, sua mulher, Jerônima Cardim de Frois, o requereu em 6 de maio de 1716, ao então Governador capitão general D. Lourenço de Almeida, que, em observância à carta de 15 de junho de 1703, registrada no livro 10, na ordem do catálogo, à folha 133, lhe mandou passar a respectiva carta de sesmaria, registrada na dita tesouraria da fazenda no livro 1º, à folha 121, e na Secretaria do Governo de Pernambuco à folha 68, sendo as tais seis léguas de terra em quadra concedidas nas cabeceiras das terras de Diogo Soares, no Taboleiro da Lagoa do Sul, regado dos rios nas nascentes do rio Puturig, ou dos Camarões, até onde se mete nos rios da Paraíba Grande, Pequena, Satuba e Mandaú, fazendo frente ao longo daquele taboleiro, ou campina, onde chamam Borda da Mata, correndo aos rumos de noroeste e sudeste, que são os rumos que correm à praia deste continente,

tendo ditas seis léguas de terra princípio onde se acabam 2.400 braças craveiras de dez palmos craveiros cada braça; e da Cruz que chamam das Almas para o sudeste, e no fim delas ao longo da dita campina, atravessando pelos ditos rumos três léguas ao sudoeste e três ao noroeste e no extremo de umas e outras pelo travessão do sertão, pelo noroeste, as outras seis léguas de terra a uma e outra banda do dito rio Puturig ou dos Camarões e as outras três léguas da sua barra para aquele rio da Paraíba abaixo, na mesma largura de cá, até que pelo dito rio Paraíba abaixo topem com terras despovoadas. Nesta mesma terra, nas denominadas campinas de Guarapuava, mandou El-Rei, por carta-régia de 1 de abril de 1809, e 17 de junho do mesmo ano, fundar a primeira missão dos índios tapuias, com o nome de povoações de Atalaia".

A sesmaria de quatro léguas, dada ao sargento-mor Cristovão de Mendonça Arrais, demarcava-se no sítio em que depois se estabeleceu o arraial de S. Caetano, hoje conhecido como Jacuipe. Ao sargento-mor dos índios e seus soldados dava-se também uma propriedade de quatro léguas em quadra defronte do rio Urucu e ao longo do Mandaú, partindo da "ilharga das testadas da sesmaria da dita D. Jerônima Cardim de Frois, viúva do referido mestre de campo do terço dos paulistas, Domingos Jorge Velho".

O rio Paraíba a que se reportam os documentos é sem dúvida o que sob esse mesmo nome existe atualmente em Alagoas. Ele desagua na lagoa Manguaba, após um percurso de cerca de duzentos quilômetros quase todo em território alagoano.

No rio S. Miguel há um afluente, que nasce na serra da Nicéia, proximidades da Borda do Mato, dentro do município de ATALAIA, não muito longe do rio Paraíba. Chama-se rio dos Camarões. O mapa de Barléus já o menciona, entre os afluentes do S. Miguel, que era também conhecido como Genembi, e atribuía, mesmo, alguma importância àquele afluente denominado-o Potiguaçu e fazendo-o receber no seu percurso as águas do rio Potimirí (Potiminim).

Não está indicado, na demarcação descrita nas "Noções circunstanciadas", que o rio Puturig, ou dos Camarões fosse afluente do Paraíba. Ao contrário, ele é apresentado como ponto de referência na confrontação pelo sul da sesmaria. A propriedade ficava no taboleiro da Lagoa do Sul ou Manguaba, regada "dos rios nas nascentes do Rio Puturig ou dos Camarões, até onde se mete nos rios Paraíba Grande, Pequena, Satuba, e Mandaú", que fechavam, pelo norte, o referido taboleiro. Já o

mesmo não se dirá do requerimento da viúva de Domingos Jorge Velho, pois que se alude a um rio Potingh, ou dos Camarões, afluente de um outro, Parnaíba ou Paraíba. Observe-se, porém, que a referência se baseava num trecho do contrato para a guerra dos Palmares, quando essa região, sujeita à investida dos quilombolas, não estava ainda suficientemente conhecida. Talvez daí mesmo viessem as dúvidas e dificuldades para a confrontação das terras pedidas, e que levaram cerca de 20 anos para serem demarcadas, desde a Carta Régia de 24 de janeiro de 1693, até o título de sesmaria, a 6 de maio de 1716.

E o que há de incontestável é que a sesmaria foi demarcada em Alagoas e não no Piauí e que todos os requerimentos de Domingos Jorge Velho e seus sucessores, assim como as Cartas Régias, alvarás e Provisões, ou as Consultas e pareceres do Conselho Ultramarino, ligavam essa concessão às cláusulas do contrato para a guerra dos Palmares. Nem seria possível, no ponto em que se achava a divisão de jurisdição entre os governos de Pernambuco e do Maranhão, que depois de 1701 ainda ocorresse e se registrasse em Pernambuco um requerimento de sesmaria relativa ao Rio Parnaíba, no Piauí.

A carta de sesmaria, que resultou de um extenso debate, dava à viúva, ou a alguma filha do mestre de campo Domingos Jorge Velho, "seis léguas de terras conquistadas dos Palmares". Não houve outra sesmaria, senão essa nas terras dos Palmares. Pereira da Costa se equivocou, deslumbrado com a importância que poderia ter o documento por ele descoberto, se, de fato, se reportasse ao Piauí.

Acreditamos que os dois problemas se distinguem, o da sesmaria e o da presença de Domingos Jorge Velho no Piauí. A sesmaria sem nenhuma dúvida, foi pleiteada e concedida em terras dos Palmares. Isso não impede que Domingos Jorge Velho tenha estado no Piauí, embora também não se possa aceitar a data expressa ao documento que é, não somente a redação confusa, como discordante de vários outros papéis oriundos do próprio terço de paulistas.

Assim falou Barbosa Lima Sobrinho, ex-governador do Estado de Pernambuco e atualmente, fulgurante membro da Academia Brasileira de Letras!

Na tese que sua voz destronou, pavoneava eufórica parcela de vaidade regional, obscurecendo motivos de glória, que possuímos mais sólidos e regados de próprio suor... A verdade, irmã da Lei, é como o sol... Que nunca se olvide o *Dura lex, sed lex*.

Amiguinho Dagoberto Júnior,
acho-me ainda em convalescença, mas parecendo-me descorte-

sia a demora de resposta a sua atenciosa missiva; pus-me a escrever segunda-feira — data aniversária da proclamação da República — e de tal modo vim me entusiasmando que me tornei quase alheio ao tempo, e nem avaliei a "cacetada" que iria, como com toda certeza vai causar à Você esta alongada epístola... a qual, em virtude de forçados intervalos, somente hoje — Dia da Bandeira — estou concluindo. Meus olhos... Sinto-me entretanto, melhorado neste momento. E assim me subscrevo, com toda a estima,

seu velho amigo
Costa Machado
Oeiras, 19.11.71.

P.S.

Junto os três exemplares costumeiros de O Cometa, nº 8, de outubro recém-findo, que chegou há pouco, de Teresina para a distribuição.

Abraços em Gutemberg. Congratulações a João Sá e Roberto Jones, pelas colaborações publicadas.

Quando Você vier em dezembro, traga a presente carta. Desejo copiá-la, e já não convém ser retardada a sua remessa.

Estou verificando agora que, nas entrelinhas destas quarenta laudas, enquanto lançava retrospectivos olhares ao passado, eu vim também robustecendo o traço de união entre nós, ainda encorajadores sóis-poentes — petulante vaidade! — e Vocês, riosas alvoradas, todos possuídos do mesmo cívico desejo de que Oeiras continue sendo cada vez mais Oeiras, isto é, sempre progressista e firme no trono elevado pela inteligência cultivada e oferecido pelo coração compreensivo dos que nasceram e dos que se agasalharam à sua sombra generosa".

CONTRIBUIÇÃO DO PIAUÍ NAS LUTAS DA INDEPENDÊNCIA

Possidônio Nunes de Queiroz
Conferência proferida no auditório da
Escola Normal "Presidente Castelo Branco",
às 20 horas do dia 24 de setembro de 1972.

Temos ainda o espírito edificado pelo espetáculo grandioso das magníficas sessões cívicas realizadas há poucos dias, durante a Semana da Pátria, neste majestoso edifício da Escola Normal.

Sentimos um doce embevecimento de intelecto, como se estivéramos ainda a ouvir, a saborear, as belas, judiciosas palestras aqui proferidas, as quais, não somente encantaram, como abriram ao entendimento, largo motivo para a meditação e o aprendizado.

Foram, não há negar, dias felizes para a nossa Oeiras, nos quais, devota e sinceramente, recebia todas as noites, debruçada sobre o altar da Pátria, o sacramento purificador, das idéias cívicas que se pregavam.

Dias em que a alma da juventude se abriu em festas para a entoação dos hinos epiniciais e o coração da infância se fez diadema para coroar a majestosa fronte do nosso amado Brasil.

Dias consagrados à ardente comemoração do Sesquicentenário de nossa Independência, neste ano, todo a ele dedicado.

Dias em que, mais que noutros, constatamos o milagre, porventura o maior, senão dos maiores com que a Providência dotou os homens — só não percebível, estonteadoramente, porque se dilui na rotina do cotidiano — dias em que, repetimos, constatamos todos, o milagre soberano da palavra, — esse instrumento poderoso, que possui os acentos mágicos de um **estravariatus** encantado.

Esse instrumento de comunicação entre as criaturas, e que, — perdoem-nos a expressão, mas, deixem-nos proferi-la, — foi uma das maiores criações do Criador.

Esse instrumento, que na boca do Missionário, serve para exortar, evangelizar, humanizar, despertando nos corações, a flor espiritual dos mais nobres sentimentos, — do mandamento que nos ordena amar ao próximo como a nós mesmos, que nos proíbe de murmurar, maldizer, intrigar, bisbilhotar, macular a reputação alheia, enredar, sabatinando cousas pequenas, afurando mal entendidos.

Esse instrumento, que nos lábios do Professor, é facho que ilumina inteligência, é caldo de cultura do aprendizado, é meio de manter-se acesa a lâmpada do conhecimento, transmitido diuturna e pacientemente, de geração a geração; é cartilha de educação para a vida, é escola de civismo, de criação dos povos generosos e fortes.

Na boca do Chefe Militar, do Guerreiro, é voz de comando, é força que transforma e eletriza o homem, impelindo-o para alevantados atos de heroísmo, para a morte, para a glória.

Na boca dos Heróis, transmuda o curso das cousas, desvia o rumo da história, cria povos e nações, dá ao mundo, no Grito do Ipiranga, na voz de Pedro I, um Brasil Independente, — pátria onde impera ativa a Liberdade, — "País do Futuro".

Na boca do Poeta, é encantamento, são os "LUSÍADAS" é lirismo, é suavidade musical, que arrebatava ao mundo do sonho e da fantasia; é voz mussitante, que desembravece, amansa, transforma seres em criaturas.

Nos lábios da Mãe, são corações que falam, cordas que soluçam frases de amor e de ternura; é um mundo trabalhando pelo equilíbrio, pela regeneração do gênero humano.

Nos da criancinha, — alma egressa do céu, descida do empíreo para o sofrimento aqui na Terra —, é sorriso que dá vida, anima e consola; é motivo de alegria para as almas tristes; é luz para os espíritos enoitados; é nesga de paraíso para os pais; é orquestração maravilhosa, com que na pronunciação reiterada, tatibitate do primeiros fonemas, — exercício preparatório, tatear necessário ao encanto da palavra —, talvez lembre o gênio imortal de Camões, plasmando a nossa língua, aformosentando-a, trabalhando, suando, sofrendo; dando ao mundo essa Bíblia admirável da Raça Portuguesa — os "LUSÍADAS" —, cujo quarto centenário, a Humanidade embevecida agora festeja.

Bem, meus Senhores e Exmas. Senhoras!

Ressoam-nos ainda, aos ouvidos, a palavra autorizada do Dr. José Expedito, médico e poeta, conferencista e homem de imprensa, abrindo magistralmente, a série de palestras. A palavra judiciosa do Padre Davi Ângelo Leal, conhecido educador oeirense. Os ensinamentos brilhantes das Professoras: Rita Campos e Iracema Sá, finos ornamentos de nossa Sociedade e de nossa

cultura pedagógica. A oração vibrante do Mons. Leopoldo Portella, eloquente e erudita. Os cânticos, os recitativos, as outras orações que se pronunciaram. As representações dos vários estabelecimentos de ensino. Por fim, o encerramento pomposo, no dia oito, presidido por S. Exa. Revma., o Sr. Dom Edilberto Dinkelborg, nosso Bispo, e a contribuição intelectual dos Professores ilustres Vera Magalhães e Augusto Silva de Carvalho, da Universidade Federal de Goiás, os quais vieram gentilmente de Picos, onde servem no Campus Avançado, para comungarem conosco da grande, da alvoroçada alegria, com que coroávamos aquela semana, dentro na qual, elevamos nossas vozes para o culto dos nossos heróis, para a glorificação do Brasil.

Meus Senhores!
Exmas. Senhoras!

O Instituto Histórico de Oeiras realiza hoje, a sua terceira sessão solene, comemorativa do ano do Sesquicentenário. E para dizer algo, destacou um dos seus secretários, o humilde orador que ocupa a tribuna, o qual, deletreando, abordará o tema: **CONTRIBUIÇÃO DO PIAUÍ NAS LUTAS DA INDEPENDÊNCIA.**

Falar do papel do Piauí, da sua participação nas lutas do Movimento Separatista, é falar de Oeiras, a gloriosa cidade que, àquele tempo, comandava galhardamente, os destinos da Terra de Mafrense.

E não se pode falar de Oeiras, das agitações políticas desenroladas aqui, no primeiro quartel do século passado, sem evocar a figura do Brigadeiro Manuel de Sousa Martins, homem poderoso, de grande prestígio, e que se tornou a figura central da Independência, no Piauí.

Esquecer o Visconde da Parnaíba, a sua ação decisiva, necessária, desenvolvida na legendária Oeiras, naqueles momentos de lutas e incertezas; seria admitir que Thiers ao escrever sobre a França, tivesse omitido a figura de Napoleão Bonaparte, ou que Rocha Pombo, na sua História do Brasil, não tivesse feito menção ao Grito do Ipiranga.

Sabe-se que o Piauí, devido à sua posição geográfica, andou sempre, nos tempos que se foram, pouco bem informado do que se passava distante. Até de fatos passados no seu território, às vezes, somente com grande demora, chegava o conhecimento à Velhacap.

Não quer isso significar que fossem os piauienses avessos ao que sucedia aqui e ali, ou que se considerassem inimigos de novidades; não. Estado central, sem vias de comunicações, sem telégrafo, (que este só viria anos mais tarde) sem imprensa (reportamo-nos ao tempo da Independência), não era muito que

vivesse um pouco à margem dos acontecimentos, cujas notícias só chegavam tarde.

É possível, por isso, que a velha Metrópole do Piauí, não andasse muito bem informada do que se passava no Rio de Janeiro depois da retirada de D. João VI para Portugal.

Talvez não conhecesse a Velhacap, minuciosamente, o que ocorria contra o Príncipe D. Pedro, a pressão tremenda que sobre ele pesava; o desejo que se tinha de arrancá-lo aos brasileiros, por todos os meios, mesmo compulsoriamente.

No dia 11 de janeiro de 1822, os acontecimentos assumiram, no Rio, aspecto de uma guerra não declarada. O General Jorge de Avilez, comandante das armas portuguesas determinou prender naquele dia, à noite, a D. Pedro, quando este saísse do teatro e embarcá-lo à força para Lisboa. Os brasileiros, que andavam de sobreaviso, pressentiram que algo de extraordinário se estava passando. E tropas nãtivas, fiéis a D. Pedro, fizeram abortar o plano sinistro.

Notável historiador patricio, descrevendo o delírio daqueles dias, e falando sobre aquele dia, isto é, o 11 de janeiro de 1822, descreve com vívidas e nervosas cores, o nervosismo reinante, o entusiasmo reinante, o Amazonas de sentimento patriótico reinante na Capital do Reino Unido, cujo povo estava disposto a sacrifícios supremos na defesa do Príncipe. Ouçamo-lo:

"Na cidade e subúrbios operou-se um movimento extraordinário como de rebate geral: homens válidos de toda as classes em grande afã corriam aos quartéis do campo, armados uns, outros a tomar armamento, disputando o direito de ir para a vanguarda no exército do Príncipe. Há testemunho irrecusável de que «naquela noite de 11 de janeiro, mais de seis mil pessoas de todas as classes pegaram em armas...»" (1).

O comandante português andava cheio de ódio contra o Príncipe e contra os Brasileiros. Pudesse, e teria esmagado a tudo e a todos, punindo escarmentadamente, ao Príncipe, pelo delito de desobediência, e ao Povo, pelo crime de querer a Pátria livre do jugo estrangeiro. Pudesse, e aquele "FICO", solenemente proferido, dois dias antes, pelo Príncipe estouvado, cabeçudo, passaria a ser um fico de brincadeira, sem nenhuma significação histórica.

Efetivamente, dois dias antes, a 9 de janeiro, se dedicara D. Pedro, a desobedecer à Corte e a ficar conosco. D. Pedro não pôde resistir ao pedido que lhe fizeram naquele dia, através de brilhante representação, que constituiu espetáculo inédito no Rio

de Janeiro. Transportemo-nos, mentalmente, àquele momento histórico e ouçamos como o grave escritor ROCHA POMBO, narra o acontecimento:

"Pela manhã do dia 9, reunira-se o senado da Câmara, no consistório da igreja do Rosário, para onde haviam afluído a maior parte das pessoas consideradas da terra, e muito povo, devendo notar-se que se achavam presentes ali os oficiais, tanto da passada vereança como da que tinha sido no dia 1º empossada. Às 11 horas desceu o senado, com seu presidente e o pomposo concurso de notáveis que o cercavam, no meio de imensa multidão dir-se-ia maravilhada daquela cerimônia com que o povo brasileiro ia afirmar a sua capacidade de soberania e o seu intento de fazer-se nação. O préstito era numeroso; todos em grande gala, cabeça descoberta, em duas alas, indo à frente alçado o estandarte da Câmara foram descendo pela rua do Ouvidor, a passo lento... Dizem com justa razão os testemunhos do tempo, e bem o sentimos hoje nós outros, que foi aquela a mais faustosa e brilhante cena da nossa história". (2)

E, linhas adiante, continua o autorizado escritor:

"Tendo ouvido quanto lhe diziam, o Príncipe, «do alto do trono», dirigindo-se ao presidente do senado, proferiu estas palavras: COMO É PARA BEM DE TODOS E FELICIDADE GERAL DA NAÇÃO, ESTOU PRONTO: DIGA AO POVO QUE FICO". (3)

E logo depois, da sacada do palácio, quando se amainou um pouco, o delírio das aclamações:

"Agora só tenho a recomendar-vos — união e tranquilidade". (4)

Dias depois, a 16 de janeiro, diria D. Pedro:

"Vós tendes confiança em mim; eu em vós: seremos felizes... Conto com a vossa honra... Contai com a minha firmeza". (5)

Isto proclamava D. Pedro, aos brasileiros, no dia 16 de janeiro. De fato, na hora precisa, estava o Príncipe Regente firme ao nosso lado. A nossa causa, fê-la a sua causa, e a nossa Pátria, adotou por sua, com todo o ardor do seu coração impetuoso e venusino.

Tínhamos inteiramente por nós, aquela alma inquieta e nervosa. Aquele moço, amigo de crianças, espírito aberto, alegre, por vezes brincalhão; aquele homem que da calma absoluta, era capaz de passar ao absoluto extremo da ira, por um descontrole momentaneamente irrefreável, se pusera nas hostes brasílicas, e ia se esquecendo das ordens de ultramar, irritando as Cortes, marchando aceleradamente, para o advento separatista.

E a separação se fez. Um brado hercúleo sacudiu o Gigante Sul Americano. O Brasil havia sido declarado livre das peias portuguesas. Um frêmito universal sacode a alma brasileira. Por toda parte o entusiasmo, a loucura cívica, o regozijo maior.

A alma brasileira é una, indivisível. Os sentimentos nobres que tangenciam o espírito do Povo, aquilo que vem em real proveito da honra e da grandeza da terra comum, encontra eco em todos os corações, e em cada um tem um adepto tranquilo, fervoroso, leal. Daí porque as idéias malsãs, que nos querem impingir à força, vindas de fora, de outros povos, de outras filosofias, de outras religiões; se encontram guarida em alguns espíritos menos brasileiros; têm, a lhes barrar a caminhada, a unidade do nosso Povo, o seu culto às suas tradições e a consciência do seu destino. E essas idéias alienígenas forcejam mas caem, fazem-se aríetes mas, no choque da luta contra a muralha do nosso culto à Terra de Santa Cruz, se desgastam, quebram, esboroam, fragmentam.

O amor à causa da liberdade, que sacudia os habitantes do Sul e de algumas capitânicas do Nordeste; por isso, por esse forte sentimento que vincula a alma de nossa gente, por essa unidade da alma nacional; se espalhou depressa por toda parte.

O Piauí recolheu alvoroçado o seu eco. E se inflamou, e se alistou generoso, nas falanges dos cruzados da liberdade.

Em Parnaíba, o Juiz Dr. João Cândido de Deus e Silva e o Cel. Simplício Dias da Silva, que já pregavam as idéias emancipacionistas, tanto que tiveram conhecimento do ato corajoso de D. Pedro, aliciam o povo, sacodem a vila, e arvoram o estandarte da Independência. Estávamos a 19 de outubro de 1822. Era o começo da caminhada tormentosa para a glória, iniciada no litoral e que seria encerrada no coração da Província, em Oeiras, na pacata Capital de nossa terra.

Portugal já pressentira que o Gigante não se encontrava mais adormecido; que já se espreguiçava e distendia os músculos, aprestando-se para a luta. Por isso, providências e providências, se haviam feito sentir por toda parte. Removeram-se autoridades. Colocaram-se os comandos militares nas mãos de soldados forjados, caldeados na intransigência aos ideais lusitanos.

Fidié, o valoroso comandante português, Governador das Armas do Piauí, escolhido a dedo, chegara a Oeiras, a 8 de

agosto de 1822. Um mês antes do Grito do Ipiranga. Ciente e consciente de sua missão, estava pronto para jugular qualquer movimento sedicioso.

Antes de partir para a nossa terra, apresentara-se, a 26 de abril daquele ano, ao Congresso de Lisboa, e ratificara os votos de obediência, e protestara "a mais firme e constante aderência à constituição e bem da causa da nação e que no desempenho de suas obrigações procuraria em tudo proceder conforme os seus benéficos sentimentos". (6)

Fidié era um militar de reconhecido valor, respeitável, de conduta exemplar. Por isso o Congresso ouviu a declaração satisfeito e "resolveu mandar publicar (a mesma) no DIÁRIO DAS CORTES, e que isso mesmo fosse comunicar a Fidié um dos seus secretários". (7)

Em Oeiras também havia adeptos do separatismo. Prudentes, cautelosos, não se arriscavam a uma propaganda aberta. Não se expunham, que isso não convinha. Não era certamente, o medo do sacrifício pessoal. Mas, isto sim, o de um sacrifício improdutivo, inglório. Morrer por uma causa, na hora exata, é ato de sublime abnegação. Imolar-se fora de tempo pode ser loucura.

A cinco de novembro, chega a Oeiras, um positivo, trazendo minuciosas notícias do que ocorrera na vila da Parnaíba. É bom dizer-se, que embora vagamente, já circulavam aqui, desde o dia 30 de outubro, rumores do ocorrido.

A cidade se assanha, esfervilha. Há providências improvisadas, movimentos nos quartéis. A Junta do Governo estremece. Fidié, a lei pretoriana em pessoa, vai ter oportunidade de por à prova a sua coragem e a sua tática guerreira. Acertam-se planos e o Comandante das Armas, garboso e marcial, à frente de numerosa tropa, poderosamente armada, se parte para Parnaíba. Vai castigar ali a audácia daqueles brasileiros sonhadores, que utopicamente, irrefletidamente, tiveram a coragem de aceitar a proclamação do Príncipe Regente.

No dia 13 de novembro os tambores sacodem a velha Oeiras. Cornetas clarinam no ar. Passos cadenciados. Vozes de comando. E o séquito militar, brilhante como se fora para uma parada em dia de festa cívica, deixa a cinta de morros que emolduram a nossa terra, e vai por aí, arrotando valentia, rumo ao extremo norte da Província.

A viagem é penosa. O sol castiga impiedoso, a coluna marcial. A seca que naquele ano martirizava os sertões, extenua a soldadesca. Estirões enormes sem encontrar uma pousada, sem água, sem sombra. Apenas, luz em excesso. O povo espavorido corre à aproximação de Fidié, cujo nome, ia adquirindo, até pelo exotismo da forma, fama terrorífica. A soldadesca ao chegar

a uma casa, já deserta, faz absurdos, invade tudo, mata animais, carrega mantimentos...

No dia 25 de novembro chega Fidié a Campo Maior, onde se demora vários dias, refazendo a coluna, das enormes fadigas. Dali escreve à Junta do Governo em Oeiras, e expede ordens ao Tenente Egídio da Costa Alvarenga, do 1º regimento de cavalaria, comandante da 11ª companhia, em Jeromenha, determinando que se transporte com suas forças para a terra dos carnaubais, a fim de ir reforçar o destacamento ali deixado sob o comando do Te. Cel. José Antônio da Cunha Rabelo.

A sete de dezembro despacha parte da tropa rumo a Parnaíba. No dia seguinte, segue com o restante.

A marcha é monótona. Nada se lhe atravessa na frente. Nenhum inimigo a combater, nenhuma emboscada, nenhuma sortida a espantar-lhe a soldadesca. E assim penetra em Piracuruca no dia 12 de dezembro. Ali recebe "os oferecimentos e as saudações de Freira Garção, que se mostrava ansioso por ver chegar o futuro herói das lendas e cantares piauienses..."

Prossegue sua derrota. No dia 18 entra na vila rebelada. Tudo calmo, nenhuma oposição.

Um navio português, o brigue Infante D. Miguel, enviado de São Luiz, e chegado a 6 de dezembro, e mais a notícia da aproximação de Fidié, haviam posto em fuga os patriotas parnaibanos, que se passaram para o Ceará. Mas, não fora uma retirada vergonhosa e sim estratégica. Na terra da Luz continuariam o glorioso trabalho em prol da Independência. E entre os irmãos de ideal, aliciariam gente, formariam esquadrões, e desceriam à Terra de Mafrense para ajudar a expulsar o estrangeiro, para ajudar a consolidar aqui, a obra benemérita de D. Pedro, de que se haviam feito os arautos, nesta parte do território brasileiro.

Entretanto o Comandante português passeia ? sua vitória pela Princesa do Igarapé, e antes de aquartelar-se faz alto defronte da Igreja Matriz. Deixou ali a tropa "e dirigiu-se à Câmara onde fez que os habitantes renovassem o juramento de fidelidade a el-rei. Ordenou em seguida um **Te-Deum** na igreja de N.S. da Graça, exigindo ao mesmo tempo, manifestações de regozijo público, em que fosse victoriado o rei de Portugal".

E aqui Fidié se nos apresenta mau, inquisitorial. Tripudiar sobre uma população inerte, vencida; obrigá-la a erguer vivas a uma entidade que há pouco varrera de seus corações; arrastar para o cativo espiritual, almas sedentas de liberdade; exigir festas públicas, e obrigar a isso, uma comunidade arrasada pelo trauma que lhe deixara a perda de um ideal violentamente arrasado; é o gesto de nenhuma nobreza, que se não devia afinar com a bravura de um chefe militar da estatura de Fidié. A quanto monta o ódio, a vaidade humana.

Sim, porque Fidié não era um comandante que se medis-

se pela bitola de muitos então existentes. Era um oficial bravo e culto.

Voltando a Portugal, depois que D. Pedro lhe restituiu a liberdade e lhe permitiu o regresso à Pátria, lá, na terra lusitana, continuou a servir, laborando pelo engrandecimento do pequeno mas heróico povo, que assombrou o mundo pelos feitos gloriosos, pelas luminosas páginas que escreveu na História da Humanidade.

Assim, em 1825 era nomeado primeiro Comandante do Colégio Militar, do qual passou a Diretor em 1837 e nesse cargo permaneceu até 1848. Escreveu obras, entre as quais a denominada: "Vária Fortuna de um Soldado Português", em que descreve sua passagem pelo Piauí.

Fidié deixara Oeiras em novembro. Na sua ausência começou a ebulir o caldeirão das idéias separatistas. A sua presença teria, certamente, retardado a cousa. Não a teria impedido, porém.

No relógio do Tempo estava marcada a Hora Brasileira, e esta chegara; e não havia conter o fluxo patriótico que extravasava de todos os peitos. As baionetas seriam apenas uma frágil, passageira muralha. A avalanche que se engrossava, levaria tudo de roldão, como essas enxurradas violentas, que arrastam na sua correnteza, obras de arte seculares, consideradas indestrutíveis pela ancianidade e pela solidez.

Em Oeiras se trama e se confabula contra o jugo português. Há intrigas, conversas, delações. As autoridades estão precatadas.

No fim do ano de 1822, exatamente no dia 31 de dezembro, o vigário colado da Freguesia, o Padre Dr. José Joaquim Monteiro de Carvalho e Oliveira, que com olhos de lince, há muito ia notando certas manifestações contra o domínio português, apresentou uma representação à Junta Governamental em que pedia a convocação, para o dia seguinte, 1º de janeiro, de um conselho civil e militar, para tratar de assunto grave.

O Presidente da Junta, o Revmo. Padre Matias Pereira da Costa, se deu pressa de fazer a convocação e mandou avisar as pessoas mais importantes da cidade.

Às 7 horas da manhã do dia 1º de janeiro, chegavam a palácio, um a um, os convocados. Vinham sem saber o porque da convocação.

Apresentaram-se muitos. Citaremos apenas alguns, que a lista é grande. Assim, entre outros: o Dr. Francisco Zuzarte Mendes Barreto, Ouvidor Geral; o Dr. Bernardino José de Melo, Juiz de Fora; Antônio Martins de Abreu, Vereador mais velho; Inácio de Loiola Mendes, terceiro Vereador; Roque Gomes Ferrei-

ra, procurador da Câmara; Brigadeiro Manuel de Sousa Martins, Tesoureiro da Junta da Fazenda; Te. Cel. Joaquim de Sousa Martins, Comandante da Guarnição, encarregado da defesa da cidade; Capitão-mor João Nepomuceno Castelo Branco, Comandante da Polícia; e outros, entre os quais, vários tenentes-coronéis, capitães, tenentes, alferes, etc., etc., ao todo trinta e três, inclusive o autor da convocação, o Pe. Dr. José Joaquim Monteiro de Carvalho e Oliveira.

Entre os presentes, alguns pertenciam ao bloco dos que tramavam a separação. Estavam ali apenas atendendo ao convite, mas sem conhecimento do que se ia tratar.

Reunidos, logo mandou o Presidente da Junta ler a representação, pedindo para a mesma a atenção de todos. A leitura do documento estremeceu. Um arrepio nervoso correu por sobre a assembléia. Vejamos o que disse um escritor piauiense:

"Burburinhou, desde logo, um sussurro assombrado pela sala e os implicados se viram descobertos. Uma ansiedade dolorosa, que o terror aumentava, caiu sobre os circunstantes..." (8)

Convidado a declinar os nomes dos facciosos, pediu o vigário colado, que o absolvessem disso, escusando-se com a sua qualidade e com a função que exercia. Aceita a escusa, mandou a Junta que o Conselho deliberasse. Este concluiu pela prisão dos sediciosos, à qual se seguiria depois a devassa.

Mandou depois o Presidente, que cada um fosse a uma sala separada, e ali escrevesse em uma cédula, os nomes dos apontados como sediciosos.

Apuradas as cédulas, colheu-se este resultado: "em 12 delas apareceu o nome de José de Sousa Coelho Faria; em 11, o de José Félix Barbosa; em 9, o de Lourenço de Araújo Barbosa, conhecido por "Garricha"; em 6, o de João Barbosa de Freitas; em 5, o do Tenente Inácio Gomes Corrêa; em 2, o de João Lobo Fróes; em 1, o de Francisco Nunes de Sousa".

A prisão dos denunciados foi logo deliberada. Entretanto, apesar da presteza da ação, apenas um foi encontrado: José de Sousa Coelho Faria, exatamente aquele cujo nome aparecera em 12 cédulas. Os mais tinham azulado.

O ano de 1823 começara assim. A Junta do Governo não se sentia segura. Algo lhe dava a entender que os filhos da terra, apenas aparentavam obedecer à Constituição portuguesa; no fundo eram todos separatistas. A cidade vivia em bulício constante e a Junta em sessões permanentes.

Correios, de vários pontos, entravam na cidade e dela saíam, trazendo e levando ofícios, proclamações, ordens.

A idéia da separação se alastrava. Havia adeptos por toda parte. No seio da própria força surgiam simpatizantes. Assim é que Fidié, cedo notou, em Parnaíba, que o regimento de cavalaria simpatizava com a causa brasileira. E então fê-lo retornar a Oeiras.

Não raciocinou bem o Comandante das Armas. Debaixo de suas vistas, seria mais fácil o controle dos cavalarianos. Em Oeiras, certamente não. Com esse ato favorecia Fidié, indiretamente, à causa da emancipação.

Cada dia chegavam à Velhacap, notícias de adesões ao movimento emancipacionista. Aqui e ali a idéia crescia. Essas notícias iam despertando os tíbios, encorajando os decididos.

Entretanto, no Piauí, grande, numerosa era a população portuguesa. Discursando no Parlamento de Lisboa, pouquinhos dias antes do Grito do Ipiranga, precisamente no dia 2 de setembro, afirmava o Deputado, Padre Domingos da Conceição, que no Piauí, havia 70.000 portugueses. Isto era motivo bastante para sentir-se que a causa não se resolveria aqui, a favor da causa brasileira, senão com lutas cruentas, com derramamento de sangue. Era preciso, pois, calma e tato.

ROCHA POMBO, emérito historiador patricio, no vol. IV, página 93, de sua magnífica História do Brasil, escreveu isto:

"Na província do Piauí, a tormenta estava preparada. Sente-se que ali agora não se respira: anseia-se".

E um pouco mais adiante:

"A independência por ali não se há de fazer sem lutas porfiadas e sangrentas. É naquela parte do território que se acha mais condensado e mais forte o elemento português; é por isso mesmo que mais há de custar ali a vitória dos patriotas".

Os piauienses sabiam disso, mas não esmoreciam. Leonardo de Carvalho Castelo Branco, nascido em 1789, no termo de Parnaíba, desde cedo, ao lado do Dr. João Cândido de Deus e Silva e do Cel. Simplicio Dias da Silva, levantara a bandeira da independência. Teve, como os outros, de fugir para o Ceará. E ali, continuou desassombrado, na pregação dos seus ideais. Encontrou eco naquele povo irmão. Aliciou gente, constituiu batalhões e regressou à sua terra, disposto a varrer o elemento estrangeiro. Em 22 de janeiro conquista Piracuruca e proclama a independência.

Dali rumo para Campo Maior. À sua aproximação, a soldadesca portuguesa, ou porque se atemorizasse, ou porque

simpatizasse com a nossa causa, declarou-se disposta a não combater. Os soldados, aos brados se dirigiram aos comandantes Te. Cel. José Antônio da Cunha Rabelo e Te. Egídio da Costa Alvarenga, declarando que não lutariam com os "carcundas", apelido dado aos brasileiros. Ou evacuariam a vila, ou eles desertariam. Os chefes não tiveram outra opção, que senão desocupar a praça. Leonardo Castelo Branco parecia o homem fadado para expulsar de nossa terra o elemento intruso, indesejável. Campo Maior foi ocupada.

Leonardo era um homem de ação. No ardor dos seus 33 anos, — idade áurea, que tem assinalado tantos sulcos profundos na História, idade com que morreu Alexandre Magno e com que foi imoldo o CRISTO —, não tinha às vezes, a prudência que era de exigir-se.

Depois das vitórias de Piracuruca e Campo Maior, planejara invadir o Maranhão e ocupar a vila de São Bernardo, que sabia desfalcada de tropas, pois as existentes, tinham sido enviadas a engrossar o exército de Fidié.

Homem leal, supunha Leonardo, fidelidade nos outros. No momento em que distribuía uma proclamação escrita em Piracuruca, eis que se lhe apresenta o Capitão José Antônio Correia, e declarando-se simpático à causa brasileira, convida-o a passar à banda ocidental do Parnaíba. Leonardo aceita o convite. Ao chegar à localidade Repartição, prende aquele militar, o nosso herói. E temendo revide dos brasileiros, logo envia Leonardo, seguido por uma escolta de confiança, para São Luiz, onde, metido em ferros, ficou preso na fortaleza de Santo Antônio da Barra. O oficial encarregado de escoltá-lo, o Te. de Cavalaria João José Alves de Sousa, foi promovido a Capitão, por haver desempenhado bem a missão importante.

Um escritor dos acontecimentos, diz que ao chegar a São Luiz, foi Leonardo recebido por enorme massa. O povo curioso se aglomerou nas ruas para ver passar o herói piauiense.

Foi processado, tratado com enorme severidade, a tal ponto que chegou a correr nos sertões a notícia de sua morte, notícia que o jornal o "Conciliador" se apressou em desmentir.

Remetido para Lisboa, ali é recolhido à cadeia do Limoeiro, no dia 2 de junho de 1823.

Estava encerrada a brilhante, meteórica jornada cívica do nosso herói. No cárcere, não teve conhecimento da marcha vitoriosa dos ideais por que se batera destemeroso e altivo.

Fidié, em Parnaíba, recebe reforços e adentra o seu exército e se prepara para esmagar a patriotada, composta, em grande parte, de soldados bisonhos, sem preparo militar e sem armas. Enquanto isso, descem homens do Ceará. E acorrem do Piauí, de toda parte, em torrentes patrióticas.

O piauiense não se entusiasma, afirmou notável escritor

coestadano. Mas, naquele momento histórico, ninguém esteve indiferente. Todos se queriam bater por uma causa dita sagrada, porque era a causa do Brasil. Vejamos como o Dr. João Cândido, descreve o delírio daqueles dias:

"Os voluntários patriotas vinham às dezenas, arrastados pelos sentimentos, pela imitação, talvez. As próprias mulheres não ficavam indiferentes: mandavam os maridos, os filhos, os irmãos para a guerra e a fim de que levassem munições e armas vendiam as jóias, si mais nada tinham que vender. A mulher piauiense, continua elle, mostrou nesse ocasião, a grande fortaleza, o ânimo varonil de lendárias heroínas. Foi inexcedível de amor pelo triumpho completo da Independência que abraçara, desde as primeiras proclamações. De todos os pontos do sertão chegavam diariamente a Oeiras e às vilas, grupos que vinham alistar-se nas fileiras da revolução. Que entusiasmo e confiança no resultado! Que loucura no ardor com que vinham para a acção, alguns, muitos, sem armas, sem a possibilidade de adquiril-as, sem bem saber o que queriam e dispostos no entanto a se deixar trucidar pelos sabres lusitanos, desde que, assim, estorvassem o passo ao seu exército!" (10)

Essa página, o que ela nos diz, é de uma extraordinária grandiosidade. Lê-la, meditá-la, é convencer-se de que em nenhuma parte do Brasil se lutou mais, se sofreu mais, houve mais heroísmo, nas lutas da Independência, que em terras do Piauí.

A alma piauiense, naqueles dias, se encheu de uma coragem sublime, de um sublime desamor pela vida, oferecendo-a, depositando-a na ara sagrada da Pátria, em holocausto à consecução do ideal de liberdade.

Os dias correm. A ansiedade em Oeiras cresce. Sabe-se que Crateús estava em armas. Outros pontos, também. A causa da emancipação, em ascensão triunfal, ia conquistando todo mundo.

A Junta do Governo percebe o perigo. Teme seja a cidade atacada. Escreve a Fidié. Solicita-lhe o seu retorno, sem demora, à Capital, ponto naturalmente visado, como cabeça da Província.

Afinal, chega para nós a hora H. Era preciso, porém, que aparecesse um homem decidido para tomar a frente do movimento. Certamente, havia muitos cidadãos influentes na cidade. Muitos de real prestígio. Entre esses, porém, qual o indicado?

O Brigadeiro Manuel de Sousa Martins foi o homem da

ocasião. No dia 23 de janeiro convocou a sua casa, todos os conjurados. À noite, um a um, foram chegando. O grande quadrilátero que existia, ou ainda existe, no respeitável casarão, regurgitava de caboclos, vaqueiros, de elementos de bagunça, todos aprestados para o momento. Armas e munições, havia em quantidade, tudo, a que se diz, subtraído ao governo, com a conivência de João da Silva Miranda, Escrivão da Junta da Fazenda.

Ali, concertaram planos, providências, tudo acertaram. O Brigadeiro Sousa Martins assumiu a responsabilidade do movimento e, em consequência, o comando das operações. Ao lado de seu irmão, o Te. Cel. Joaquim de Sousa Martins, e de conformidade com os outros oficiais presentes, determina o que se deve fazer naquela histórica noite. Às duas horas da madrugada, quando a cidade dormia o calmo sono dos justos, saíram para a execução do plano concertado.

O Tenente Coronel Inácio Francisco de Araújo Costa, partiu para cercar a casa do Capitão de 1ª linha, Agostinho Pires e prendê-lo.

O Alferes José Martins de Sousa, incumbiu-se de prender o Alferes Damaso Pinto da Veiga, oficial da mesma tropa, e inimigo fidalgo dos brasileiros.

O Te. Cel. Manoel Pinheiro de Miranda Osório e o Major Manoel Clementino de Sousa Martins, foram encarregados de tomar a Casa da Pólvora e tê-la em segurança.

Outros oficiais foram colocados com sua gente nas proximidades do quartel. Ainda outros espalharam força pela cidade. Às quatro da madrugada estava tudo executado, e sem que tivesse havido o menor incidente!!!

O dia 24 de janeiro de 1823 despontou assim, debaixo desse aparato bélico. O povo não estranhou. Parece já esperava aquilo e saiu para a rua a fim de acompanhar o desenrolar dos acontecimentos.

Tanto que o Sol nasce, o Brigadeiro Manuel de Sousa Martins, em grande uniforme, cercado dos seus e à frente das tropas, ergue entusiásticas saudações à Independência e a S. Majestade Imperial, o Sr. D. Pedro I. O povo prorrompe em grandes aplausos, ovacionando a Independência e ao Príncipe. Foi um momento culminante na história de Oeiras e do Piauí. Estava selado o grande pacto de honra. A hora chegara. Hora que não era do Brigadeiro Sousa Martins, que não era de ninguém. Era de todos, porque da Pátria.

Logo convocou-se extraordinariamente a Câmara. Reuniram-se todas as autoridades, o povo em peso.

Aberta a sessão pelo Juiz de Fora, Dr. Bernardino José de Melo, a este apresenta o Brigadeiro Sousa Martins, uma

proclamação e um ofício do General Labatut, Pacificador da Bahia, em que ordenava essa autoridade, a aclamação do Príncipe D. Pedro como Imperador do Brasil. À leitura desses documentos seguiram-se vivas entusiásticos a D. Pedro e à Independência. Na mesma ocasião se elegeu a nova Junta do Governo. O Brigadeiro Manuel de Sousa Martins foi eleito Presidente; Manuel Pinheiro de Miranda Osório, Secretário, e Miguel José Ferreira, Inácio Francisco de Araújo Costa e Honorato José de Moraes Rêgo, membros da Junta. Prestaram o juramento e logo se empossaram. De tudo lavrou-se o termo competente, que deve ter sido assinado por centenas de pessoas, a julgar-se pelo seguinte trecho do mesmo termo:

"E accordou-se que se declarasse aberta esta Vereação enquanto durassem as assinaturas, por ser impossível ultimarem-se no dia de hoje". (11)

E aqui há lugar para uma ligeira e respeitosa observação: notável polígrafo piauiense, já falecido, porventura uma das maiores expressões das letras mafrensinas, em todos os tempos, reportando-se ao fato de haver o Brigadeiro Manuel de Sousa Martins assumido a liderança do movimento separatista, escreveu o seguinte:

"O brigadeiro Manuel de Sousa Martins, que tomara a frente da conspiração, não por patriotismo, nem por amor à Independência, mas despeitado por ser vencido nas eleições de 7 de abril de 1822, não quiz que outro tivesse a glória da proclamação". (12)

Cremos que não tem muita razão o Imortal Piauiense.

Gostaríamos de poder divergir do ilustre MESTRE, cuja memória reverenciamos com profundo respeito. Gostaríamos de pensar diferentemente do antigo Professor, de pouco tempo, à época de nossa mocidade, nos idos de 1924, na Cidade de Saraiva.

Entendemos que se não poderia increpar, a Bonaparte, pelo fato de haver tentado, em 1789 ou 1790, embora sem resultado positivo, assumir a chefia de um movimento de independência da Córsega. Nem porque se fez eleger, anos depois, Cônsul único, tornando-se senhor da França. Nem ainda pelo fato, sem precedentes de, em 2 de dezembro de 1804, em Notre Dame, haver arrancado a coroa das mãos de Pio VII para coroar-se, a si próprio.

Cremos que o Brigadeiro Sousa Martins era o homem do momento.

A Junta do Governo fora dissolvida. Fez-se a eleição da nova. E quem foi o escolhido, não foi Sousa Martins? A história não diz que tivesse, sequer, havido outro candidato. Logo, era o reconhecimento público de suas qualidades de liderança, feito por aquela respeitável assembléia.

Pensando assim, é que ousamos escrever o que atrás fica, — palavras divergentes do pensamento do provento escritor que foi ABDIAS NEVES, cuja memória reverenciamos com profundo respeito.

Estavam lançados os dados. O Piauí aderira à causa de D. Pedro, melhor, à causa do Brasil, e agora vai trabalhar para por fora o português opressor.

A Junta do Governo se desdobra em atividades. O dia 24, de quase nenhuma atividade, após os trabalhos da manhã. O dia 25, porém, foi cheio. Positivos conduzindo ofícios e ordens foram expedidos para Valença, Jerumenha, Parnaguá, Marvão, Campo Maior e Parnaíba. Era a palavra oficial mandando que se proclamasse, sem tardança, o Príncipe D. Pedro nosso defensor e, em consequência, a nossa independência.

No ofício endereçado a Fidié, era lhe ordenado que entregasse o comando das armas ao Capitão Manoel Pimenta de Sampaio e que se retirasse da Província.

No mesmo dia 25, dirigiu a Junta uma proclamação aos maranhenses. Reportando-se a este ato da Junta do Governo, diz o grande ABDIAS NEVES:

“Não teve hem vacillações, nem temores e a linguagem em que se dirigiu às autoridades maranhenses merece francos elogios pelos conceitos terminantes”. (13)

Mas, como é fácil depreender-se, vivia o nosso governo, vida de apreensões. Dentro da Província, a poderosa força de Fidié, bem armada e aguerrida. Bem perto, pelo Oeste, a vizinha Província do Maranhão, totalmente fiel a Portugal. E ao Maranhão, por isso mesmo, dispensou o governo piauiense, especial atenção. Ao longo do Parnaíba se esforçou por manter numeroso corpo de tropas porque a Junta estava persuadida de que a maior ameaça ao Piauí, era o vizinho de além Parnaíba. Precisava, pois, trazê-lo de olho.

Havia muita gente. Patriotas chegavam todos os dias, aos magotes. Mas, onde as armas? Diante da situação se dirige a Junta do Governo, ao General Labatut e lhe pede socorro de armas e oficiais para guiar os nossos homens “ao campo dos louros”.

Enquanto isso “Fidié comunicava haver solicitado do governo de São Luiz, um reforço de 300 homens e do ministro da

guerra, em Portugal, o auxílio de um batalhão”. (14) Essas notícias inquietavam a Junta, que se aforçurava em providências, no sentido de obter armas e munições e outros recursos para a defesa da causa.

Vão as cousas assim, quando Fidié se inteira de tudo quanto se passara no sul da Província. Ruge de cólera. E sem esperar os recursos bélicos pedidos a Portugal resolve marchar contra Oeiras.

No dia 1º de março deixa a terra de Simplicio Dias, com um exército bem aguerrido, apoiado por onze peças de artilharia, armas e munições em grande cópia.

Vem em marcha acelerada. Até Piracuruca, apenas escaramuças ligeiras.

Oeiras sabe da sua vinda e procura cortar-lhe o passo. Campo Maior seria, melhor, as margens do riacho Jenipapo, nas proximidades de Campo Maior, seria o palco, o lugar do encontro, o ponto onde os patriotas convenceriam ao bravo Cabo Português, que ele não poderia mais vir à Capital.

No dia 12 de março, as últimas providências se tomavam, pois era sabido que Fidié não estava longe, e vinha em grande marcha.

No dia 13 de março — “dia da grande refrega — manhã cedo, se reúnem os nossos defronte da Igreja de Santo Antônio, no coração da vila. São uns 2.000 homens; uns quinhentos soldados. O resto é a cabocladá alegre, valente, sem preparo e sem armas. Clavinotes velhos, espadas velhas, velhos facões, espetos, talvez até cacetes, são as suas armas. E com elas esperam a melhor. Esperam, com elas, trazer rendido, maniatado, aquele homem temido de quem se contava um mundo de cousas.

Depois de breve instrução, dão os comandantes ordem de marchar. E lá se vão, intrépidos, descuidados, até garbosos, aqueles homens, que marcham para a morte como se fossem para uma festa de bodas.

Rumara para o riacho Jenipapo. Por ali passaria Fidié para alcançar a vila. Fizeram alto, e ocultaram-se nas ribanceiras do histórico riacho, nos tufos de matos e esperaram.

Não tardou e os exércitos se defrontaram. Seriam nove horas. Iluminava o Sol, esplendidamente, o vasto anfiteatro, sempre calmo, e que iria assistir horrorizado, à maior batalha, travada, em qualquer parte, nas lutas da Independência.

Dentro em minutos a campina se conflagra. O céu atroava com o estrondo das peças de artilharia, com o estampido das armas de fogo, com as vozes dos comandantes e com os gritos de dor dos que tombavam.

Os nossos caboclos marchavam contra aquelas armas infernais, que não conheciam, no desejo insensato de fazê-las

calar, e iam morrer, despedaçados, a dois passos das mesmas.

O Português se impacientava de ver tanta resistência em homens, que parece, vieram de propósito para morrer.

As peças cuspiam fogo e varriam tudo, à frente, abrindo em nossas hostes, claros enormes, que, para logo, se preenchiam. Dir-se-ia, estarem todos aqueles homens que, caricaturescamente enfrentavam canhões com facões e espetos, tocados de nojo pela vida, e da volúpia nirvânica da morte.

Às duas horas da tarde, o campo era uma floresta de cadáveres e de feridos. Todos, de ambas as partes estavam fatigadíssimos. Os piauienses e cearenses tiveram ordem de retirada, que se fez sem grandes baixas, porque Fidié não mandou perseguir os vencidos. As nossas baixas foram grandes: — "542 prisioneiros e mais de 200 entre mortos e feridos". (15)

Notável escritor, coestaduano, reportando-se à batalha do Jenipapo, disse:

"Não há, aliás, em toda a luta pela Independência no Ceará, nesta província e na do Maranhão, uma página mais pavorosamente grandiosa que a da batalha do Jenipapo — a mais importante das que foram feridas". (16)

Fidié venceu, mas teve receio de seguir. Os patriotas no fragor da luta lhe deram um grande prejuízo. Subtraíram-lhe armas, munições, dinheiro e despojos que trazia de Parnaíba. Isso mudou o rumo das cousas. Já não sonhava atacar Oeiras, pelo menos no momento. Rumou para o Estanhado, às margens do Parnaíba, hoje União. Alguns dias depois atravessou o importante rio e penetrou no Maranhão. Não voltaria mais ao Piauí, senão como prisioneiro.

No Maranhão lutou meses a fio, como um bravo. Ali as nossas hostes, irmanadas com tropas cearenses, em constantes combates, foi reduzi-lo e apresioná-lo no começo do mês de agosto de 1823.

No dia 7 de agosto de 1823, lavrou-se na Igreja Matriz de Caxias, o ato solene da aclamação de D. Pedro, perante o grande mundo e o povo satisfeito. Estava presente ao ato, o Brigadeiro Manuel de Sousa Martins, que desde julho se encontrava no Maranhão aonde fora como um motivo de forte encorajamento às nossas forças.

Do que vai dito, um tanto à ligeira, vemos como foi importante a contribuição do Piauí nas lutas da Independência.

Lutamos heroicamente, aqui, em nosso território, contra um inimigo poderoso, contra uma colônia sobremodo grande, como o proclamou um dos maiores historiadores brasileiros. (17)

Travamos aqui uma batalha campal terrível pelo entre

choque dos combatentes; admirável, incompreensível, quase inacreditável, pelo fato de homens armados de espetos, de espadas, de chuços — armas medievais —, enfrentarem um exército aguerrido, apetrechado de armas modernas; comandado por um oficial europeu, cuja bravura ninguém desmerece; um oficial que pelos feitos aqui realizados, em chegando de volta a Portugal, foi premiado com os maiores postos e encargos da hierarquia militar.

A contribuição do Piauí nas lutas da Independência é relevante. Depois de expulsarmos o português de nossa Província, levamos as nossas armas ao Maranhão, e ali, irmanados com tropas cearenses ao mando do bravo Cel. José Pereira Filgueiras, derrotamos os exércitos contrários à causa emancipacionista, estabelecendo a paz na Província transparnaibana.

E o Maranhão reconheceu, proclamou e agradeceu, o feito das nossas armas e das do Ceará, na expulsão do português.

Em 3 de setembro de 1823, dirigia o senado da Câmara de São Luiz do Maranhão, o seguinte ofício aos Chefes do exército expedicionário do Ceará e Piauí:

"Ilmos. e Exms. Srs. — Não nos é possível explicar o contentamento que tivemos com a recepção da felicitação, que V. Excs. nos fizeram a honra de dirigir. Nós nos congratulamos pelo bom sucesso, que tiveram as nossas fadigas; vendo em tão breve tempo e com a menor effusão de sangue proclamado na nossa pátria o feliz systema de independência com obediência ao Sr. D. Pedro I, imperador constitucional do Brasil e seu defensor.

Resta-nos agradecer a V. Excs. o desvelo que tomaram sobre esta província, onde o despotismo português estava sobremaneira opprimindo os verdadeiros brasileiros. Fazemos por tantos benefícios os mais sinceros votos pela prosperidade de V. Excs.; e ao mesmo tempo desejamos, que, ainda voltando aos seus paizes, conservem com esta província aquella fraternidade, que mostraram com tanto excesso para a proclamação de um tão feliz systema.

Deus guarde a V. Excs. — Maranhão, em Câmara de 3 de setembro de 1823. — Ilmos. e Exms. Srs. da junta expedicionária do Ceará e Piauí. — Rodrigo Luiz Salgado, Presidente. Manoel Bernardes Lamagner. Francisco Correia Leal. Antonio José Guilhaon. Raimundo Ferreira d'Assumpção Parga. Joa-

quim Mariano Ferreira. Manoel Raymundo Correia de Faria". (18)

O Brigadeiro Manoel de Sousa Martins, todos sabemos, teve papel preponderante na proclamação da Independência no Piauí, e nas lutas que se seguiram.

Não descansou um só momento desde o instante da proclamação. Aceitando a responsabilidade maior, teve, não há dúvida, também o ônus maior. E grangeou, naqueles dias, a estima, o respeito e a consideração dos membros do governo, e certamente do povo.

É possível, que anos depois tivesse, pelo próprio poder de que se achava revestido, cometido atos de força. E, certamente, os praticou. Muita gente o atacou e lhe fez guerra encarniçada. Não teria sido ele a figura que foi, se não tivesse tido muitos inimigos.

A fama odienta de homem mau, que lhe grangearam, pode bem ter sido uma das maneiras (e se tal se deu desonesta), de combatê-lo. Depois, a fantasia popular, nas suas estórias e nos seus cantares, andou romanescamente exagerando a figura do Visconde da Parnaíba, ao sabor da inspiração e má vontade dos menestrelis.

Foi o homem do momento. Prova é que em 29 de agosto de 1823, os seus pro-homens se dirigiram em ofício, ao Sr. Ministro da Guerra, João Viçeira de Carvalho, pedindo a promoção do Brigadeiro Sousa Martins, a Marechal de Campo e que levasse S. Exa., o pedido a S.M. Imperial. O pedido se baseava exatamente no reconhecimento do papel preponderante de Sousa Martins na causa da Independência. (19)

O Piauí, apesar de pequeno e pobre, deu nas lutas emancipacionistas, uma contribuição que hoje nos orgulha.

Ainda chegará o dia em que a Nação inteira há de reconhecer o quanto fez o nosso Estado pela vitória completa dos ideais lançados ao Brasil com o Grito do Ipiranga.

E agora, quando se celebra o Sesquicentenário de nossa Independência, evocando o passado, rendemos o nosso sincero preito de veneração e respeito ao Piauí de ontem, aos heróis que tombaram gloriosa, mas anonimamente, levados tão somente do desejo sublime de ver a Pátria livre e soberana.

E nos alegramos porque o sacrifício valeu. Não foi em vão que regamos do sangue generoso de nossa gente, as margens históricas do Jenipapo. Ajudamos a libertar este Gigante, que hoje se impõe no concerto universal, e que no palco das nações livres, constitui motivo de alta admiração.

Alegremo-nos também pelo fato de hoje, Portugal e Brasil, que sempre comungaram a unidade linguística, estarem

fraternalmente unidos, de tal forma, que já comungamos como que uma espécie de unidade política.

Alegremo-nos pelo fato de saber que os restos mortais de S.M. Imperial, o Sr. D. Pedro I, estão no Brasil, e aqui repousarão para sempre.

A entrega dos restos mortais de D. Pedro, feita à nossa, pela nobre Nação Portuguesa, constitui, como bem o disse o eminente Presidente da República, S. Exa., o Sr. General Emílio Garrastazu Médici: — "um gesto fraterno, raro e generoso, exprime a certeza de que são permanentes e inquebrantáveis os vínculos raciais, a comunhão de sentimentos, a afinidade de espírito e a vocação cultural que unem os nossos povos".

Alegremo-nos e concitamos a todos os oeirenses a trabalharmos pela, cada vez mais crescente prosperidade de nossa terra.

Oeiras tem uma destinação histórica a cumprir. Todos os seus filhos somos responsáveis por esse destino.

Lutas estéreis, competições que não visem ao bem comum, devem ceder lugar ao grande e sadio combate por esta que é a mãe do Piauí.

Trabalhem para que num futuro, que desejamos super-próximo, os ideais democráticos sejam aqui um fato. Para que o Povo, suficientemente esclarecido, possa forrar o espírito dessa renúncia de que nos fala BILAC, — renúncia que faz ver apenas o bem coletivo, pois ela, no pensar do Imortal Poeta, é a geradora poderosa das grandes pátrias.

Neste ano do Sesquicentenário, Senhores, volvamos o olhar ao passado, e façamos uma aliança sublime: trabalhar, orgulhosamente, pela nossa Oeiras, pelo Piauí, pelo Brasil.

1 — ROCHA POMBO — "História do Brasil", vol. IV, pág. 63, Edição da W.M. Jackson Inc., 1942.

2 — Obra cit. vol. IV, pág. 61.

3 — Idem, idem, idem, pág. 62.

4 — Idem, idem, idem, pág. 62.

5 — Idem, idem, idem, pág. 67.

6 — PEREIRA DA COSTA — "Chronologia Histórica do Estado do Piauí", pág. 144.

7 — Idem, idem, idem, pág. 144.

8 — ABDIAS NEVES — "A Guerra de Fidié", pág. 37.

9 — Idem, idem, idem, pág. 38.

10 — Idem, idem, idem, pág. 126.

11 — PEREIRA DA COSTA — "Chronologia Histórica", pág. 163.

12 — ABDIAS NEVES — "A Guerra de Fidié", pág. 48.

13 — Idem, idem, idem, pág. 51.

- 14 — Idem, idem, idem, pág. 59.
15 — Idem, idem, idem, pág. 106.
16 — Idem, idem, idem, pág. 102.
17 — ROCHA POMBO, "História do Brasil", pág. 93.
18 — PEREIRA DA COSTA "Chronologia Histórica", pág. 200.
19 — Idem, idem, idem, idem, pág. 199.

PARTICIPAÇÃO DE OEIRAS NO MOVIMENTO DA INDEPENDÊNCIA

Mons. Joaquim Chaves
Conferência pronunciada no dia 24 de
janeiro de 1973, às 20,5 horas, em Oeiras, no
salão nobre da União Artística Operária Oei-
rense.

A 7 de setembro de 1822, em São Paulo, às margens do Ipiranga, Dom Pedro arrancou do chapéu o laço português e lançou o brado de — INDEPENDÊNCIA OU MORTE.

Este brado iria repercutir de maneira sangrenta no Piauí. Em 1821 nossa situação econômica na Província era boa. O Piauí florescia a olhos vistos com a exportação intensiva de suas boiadas. Sucessivas e abundantes remessas de gado se faziam anualmente, às vezes crivadas de percalços, trabalhosas e demoradas, em viagens de não mais de 4 ou 5 léguas por dia, conforme a comodidade dos pastos onde haviam de parar. Quando não acontecia o "estouro" louco dos bois espantados, o gado escorria mansamente pelas nossas estradas, sua rota segura e limpa.

A renda líquida da Província em 1821, foi 101:685\$540 réis.

Talvez por isso mesmo e, principalmente, pela sua posição geográfica o Piauí havia despertado a atenção do Governo de Lisboa para o caso de uma emergência. Prevendo que a independência do Brasil seria apenas uma questão de tempo, o Governo português planejava ficar com uma parte para ele, isto é, o norte, recriando o Estado do Maranhão que compreenderia as Províncias do Pará, Maranhão e do Piauí.

Estrategicamente falando, teríamos muita importância neste plano, pois que nos comunicávamos por terra com o Ceará, com a Bahia e com Pernambuco, onde o movimento dos independentes era bem forte. O Piauí era o celeiro fornecedor de carnes para essas províncias. Firmar-se militarmente nele seria

cortar o abastecimento de carnes para os rebeldes e ficar em posição de poder atacá-los por terra, numa contra-ofensiva, se o movimento independente ali enfraquecesse.

Por outro lado a navegação a vela do norte para Portugal era fácil, suave, segura, permanente e abundante. O mesmo já não se dava com a navegação do norte para o Rio de Janeiro. Em certa época do ano, as viagens por mar, entre o norte e o sul, tornavam-se difíceis e arriscadas. Por causa dos ventos contrários e das calmarias, do Pará a Pernambuco, por exemplo, desde maio até dezembro, gastava-se 3 meses na viagem, e às vezes 5 ou 6, e assim progressivamente para a Bahia e para o Rio. (1)

Quando era Governador do Piauí Carlos Cesar Burlamaqui, recebera ele a incumbência de organizar um plano para fazer de Oeiras o ponto central das comunicações comerciais entre as colônias portuguesas, isto é, entre o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão. O altiplano piauiense teria assim a função de estabelecer a unidade da nação. O Piauí, às vésperas da independência, antes da navegação a vapor, desempenhava realmente esta função. Distribua suas boiadas de norte a sul das colônias portuguesas, estabelecendo o mais poderoso vínculo que prendia o Maranhão ao Brasil.

Se os portugueses pretendiam realmente ficar com o norte após a independência, a ocupação militar do Piauí seria então uma questão de vida ou de morte para eles.

Duas medidas tomadas pelo Governo português, naqueles dias, a nosso respeito, dão a entender que aquela pretensão tinha algum fundamento. A primeira delas foi enviar-nos um carregamento de armas e munição exagerado para as necessidades normais da Província. Aquele material desembarcou em São Luiz a 4 de outubro de 1820. (2)

A segunda providência e a mais importante foi Lisboa despachar, às pressas, para o Piauí, como Governador das Armas, um cabo de guerra experimentado e ferozmente fiel aos interesses de Portugal — o Major João José da Cunha Fidié, veterano das guerras peninsulares contra as tropas de Napoleão Bonaparte, e que serviu no exército de Wellington.

Fidié saiu de Lisboa a bordo da charrua "Gentil Americana", destinada ao Pará e que devia desembarcá-lo em São Luiz, de onde ele seguiria para Oeiras. Deveria ter recebido, antes de sair, um posto e uma ajuda de custo, mas era tal a urgência de sua vinda que, não podendo demorar-se para receber um e outra, partiu quase que só com a roupa do corpo e a Carta Régia de sua nomeação. Aqui chegou a 8 de agosto de 1821 e, tomando posse no dia seguinte, tratou logo de criar novos Corpos de Milícias, além de reorganizar os já existentes. Esta intempestiva mobilização de tropas em Província central, sem qualquer ameaça de luta

externa, já podia revelar de certa forma a missão de Fidié entre nós; conservar o Maranhão e sua zona de influência fiéis a Lisboa.

Nossa situação política, como a de todo o Brasil, era confusa. Em obediência ao decreto das Cortes de Lisboa de 29 de setembro de 1820, governava em Oeiras uma Junta eleita a 7 de abril de 1821, assim constituída: Vigário Geral Matias Pereira da Costa, presidente; Cap. Francisco de Souza Mendes, secretário; e membros Sargento Mor José Antônio Ferreira, Cap. Miguel Pereira de Araújo, Sargento Mor Caetano Vaz Portela.

A Província não estava inteiramente tranquila. O eco do que acontecia fora chegava também até nós. Pelo menos em Parnaíba, em Campo Maior e aqui em Oeiras já se sabia do que se passava na Bahia, no Ceará, em Pernambuco e no Sul. Pasquins sediciosos apareciam, vez por outra, nessas duas vilas e na Capital, concitando o povo a rebelar-se contra os portugueses.

Alarmada com esses boletins subversivos, a Junta de Governo pediu ao Dr. João Cândido que sindicasse a respeito, abrindo devassas que levassem a descoberta dos sediciosos. A atitude do Juiz de Parnaíba deveria ter posto de sobreaviso as autoridades portuguesas de Oeiras. Sua resposta ao Governo foi significativa: negou-se a fazer devassas alegando que perseguir os culpados, naquela hora, seria fatalmente despertar simpatias pelo Brasil, em prejuízo dos interesses portugueses.

Atento ao que se passava, Fidié pressionou a Junta para que tomasse imediatas e rigorosas providências. Não havia mais tempo a perder.

Como Campo Maior fosse o foco que parecia mais perigoso, Fidié deslocou para lá o destacamento de Marvão e chamou a Oeiras, para defender-se das acusações que pesavam sobre ele, o agitador Lourenço de Araújo Barbosa, que ali atuava desassombrado e impunemente.

Em meado de outubro de 1821 chegou a Oeiras um ofício do Dr. João Cândido, cujo conteúdo foi considerado explosivo para a Junta de Governo. Nele o Juiz dá conta do que acontecera em Parnaíba em fins de setembro e participava haverem ali recebido ofícios do Rio intimando-os a realizarem eleições de deputados para as Cortes do Brasil. Continua dizendo que proclamações, manifestos e notícias circulam abertamente em Parnaíba concitando seus habitantes a aderirem ao que se passava na Província do Ceará. Ali o Governo havia dado plena liberdade ao povo para se manifestar livremente em cada distrito escolhendo o sistema de governo que julgasse melhor. "Separar-se ou não separar-se", era a pergunta que em cada distrito do Ceará se fazia ao povo. O Juiz achava que este modo de proceder da Província vizinha estava muito certo, muito conforme ao

princípio da Justiça e ao Direito conferido pela natureza a todo homem, quando o dotou de liberdade. Esta doutrina, dizia o Dr. João Cândido, estava sendo recebida em Parnaíba com muito agrado e entusiasmo. (3)

Oeiras também recebera do Rio a mesma ordem de eleições para a Constituição do Brasil. Mas a Junta havia resolvido que tal ofício **fosse metido em silêncio mediante a decisão do Soberano Congresso e de El Rei, visto o juramento a que estamos ligados.** (4)

O recado do Juiz de Parnaíba foi entendido pelas autoridades de Oeiras. Reuniram-se em conselho com o Governador das Armas e ficou assentado que o Major Fidié iria, pessoalmente, acomodar aqueles povos, acompanhado de uma pequena escolta.

Mas Parnaíba não esperou. O movimento independente irrompeu ali no dia 19 de outubro de 1822. A notícia daqueles acontecimentos chegou a Oeiras no dia 6 de novembro e estourou aqui como uma bomba. O Governo não hesitou mais. Ordenou a Fidié que reprimisse pelas armas aquela intentona e deu-lhe carta branca para agir.

Sabemos o que aconteceu depois. Fidié mobilizou forças e marchou sobre Parnaíba. Contava com o apoio militar da Província do Maranhão.

Os parnaibanos que haviam feito o movimento no peito e na raça não aguentaram. À aproximação das forças repressivas debandaram os chefes do movimento e Fidié entrou em Parnaíba sem dar um tiro sequer.

Uma vez ali, dispondo de 1.600 homens bem armados e adestrados, passou a arquitetar planos de invadir o Ceará, no que foi desaconselhado pela Junta de Oeiras.

Fidié cometeu uma imprudência afastando-se muito da Capital.

Aqui, a inércia da Junta estava sendo desafiada abertamente por acontecimentos que deviam, pelo menos, despertar suspeitas nas autoridades mais responsáveis. Os correios que chegavam regularmente de Parnaíba e Campo Maior traziam cartas com proclamações nas quais eram atacados rudemente Portugal e os portugueses. Tais proclamações passavam de mão em mão e eram lidas aos analfabetos, acirrando os ânimos contra os europeus.

Às 14 horas do dia 13 de dezembro, dia que não era feriado mas nele não se trabalhava por ser dia de Sta. Luzia, 6 homens encapuçados surpreenderam a guarda da Casa da Pólvora, tomaram-lhe as armas e surraram-na a chibata. Ninguém acudiu os guardas. Abriam-se devassas, mas tudo ficou envolto em mistério.

A muito custo e depois de alguns sermões incendiários do Vigário Colado, Padre Doutor José Joaquim Monteiro de Carvalho e Oliveira, as autoridades resolveram reunir-se a 29 de dezembro para algumas deliberações, que acabaram se resumindo a uma só: recomendar ao Comandante da Guarnição que tivesse a tropa de prontidão **para o que pudesse suceder.** Não se satisfez o Vigário Colado com esta simples recomendação. Avaliando a gravidade da situação e a apatia das autoridades, apresentou-lhes, a 31 de dezembro, uma representação escrita, na qual pedia a convocação de um conselho civil e militar para tratar de um assunto muito sério. "Pessoas incendiárias e facciosas faziam clubes, pasquins, ameaças, partidos e planos para derrubar o novo sistema constitucional, a majestade do Soberano Congresso das Cortes de Portugal, a autoridade do Governo e do Magistrado, a segurança da nação e o sossego público, a vida e a fazenda dos cidadãos, para instalarem a criminosa Regência do Príncipe Real com independência do Soberano Congresso da Grande Nação Luso-Brasileira". (5)

Desta vez a Junta respondeu com açodamento. Através da Secretaria expediu no dia 1º de janeiro (1823) um ofício para vários dos cidadãos mais importantes da cidade convidando-os a comparecerem ao Palácio do Governo, naquele mesmo dia, às 7 horas da manhã, para tratarem de **objeto tendente ao bem público.** A Junta confiava na honra e no patriotismo de cada convidado e esperava que nenhum deles se excusasse ao convite.

Imagina-se o impacto que o ofício provocou nos convidados. Era uma intimação expedida na madrugada de 1º de janeiro para uma reunião que se realizaria às 7 horas do mesmo dia. Algo de grave estava para acontecer. (6)

À hora marcada lá estavam todos, alguns com o coração aos pulos pois eram conspiradores e temiam que o convite fosse uma cilada do Governo para pegá-los desprevenidos. Compareceram o dr. Francisco Zuzarte Mendes Barreto, Ouvidor Geral; dr. Bernardino José de Melo, Juiz de Fora; Antônio Martins de Abreu, Vereador; Roque Gomes Ferreira, Procurador da Câmara; João Alvares Nogueira; Brigadeiro Manoel de Sousa Martins, Comandante da Guarnição; Capitão-Mor João Nepomuceno de Castelo Branco, Comandante da Polícia; Ten. Cel. Tomaz de Aquino Osório; Ten. Cel. Luís Manoel de Pontes; Capitães Manoel Pinheiro de Miranda Osório, Dionísio Gonçalves Vilarinho, José Luís da Silva, Agostinho Pires, José Inácio Madeira, Miguel José Ferreira Domingos Vieira de Sá, Domingos José Barreiros; Tenentes João José Batista Ferreira e Antônio de Sousa Mendes; Alferes Cesário José da Silva Conrado, Damaso Pinto da Veiga, Manoel Luís

Ferreira, Raimundo José de Queirós e José Mendes Vieira; Juiz Almotacel Manoel Rodrigues Macedo; Luís Marreiro da Silva, Francisco José da Cunha, Manoel José de Sippeda, Joaquim José Rodrigues Lisboa; Ajudante Caetano de Castelo Branco e Padre dr. José Joaquim Monteiro de Carvalho e Oliveira. (7) Aberta a sessão, o Presidente da Junta, Matias Pereira da Costa, mandou que o Secretário lesse para todos a representação do Pe. José Joaquim. Foi uma bomba. Terminada a leitura, pediu o Presidente que o Pe. Vigário denunciante, de viva voz apontasse os nomes dos incendiários e facciosos. O Vigário excusou-se. Não iria apontar nomes, pois tal atitude seria incompatível com a função que exercia. Além do mais, cumpria às autoridades descobri-los. Perguntando o Presidente o que então se deveria fazer, todos acordaram, por voto, que fossem presos os sediciosos. Mas quem seriam eles? Pediu o Presidente que cada um dos presentes escrevesse num papel os nomes dos que lhes eram conhecidos como tais. E assim se fez. Recolhidos os papéis, fez-se a apuração. O nome de José de Sousa Coelho de Faria apareceu em 12 papéis; o de José Félix Barbosa em 11; o de Lourenço de Araújo Barbosa em 9; o de João Barbosa de Freitas em 6; o do Tenente Inácio Gomes Correia, em 5; o de José Lobo Froes em 2 e o de Francisco Nunes de Sousa em 1. Excluídos os dois últimos por terem tido votação muito baixa, ordenou a Junta de Governo a prisão imediata dos indiciados. Oficiou-se ao Ten. Cel. Joaquim de Sousa Martins para que os prendesse em suas próprias casas, com sentinela à vista, até que o Ouvidor pudesse efetuar as buscas de praxe. Naquele dia só se conseguiu prender em casa José de Sousa Coelho que, horas depois da reunião dos grandes, era recolhido, coberto de ferros, a uma das salas do Paço da Câmara. No dia 2 foram feitas outras prisões, entre as quais a de Lourenço de Araújo Barbosa. (8)

Estavam s cousas neste pé quando a 11 de janeiro um **correio** de Jacobina (Ba.) chegou a Oeiras com uma portaria e proclamações do Governo do Rio, e um ofício do General Labatut. Estes documentos davam a notícia do grito do Ipiranga e convidavam os piauienses a aderirem à Independência plena do Brasil. Labatut dizia no seu ofício que já a 12 de outubro Dom Pedro havia sido aclamado Imperador Constitucional do Brasil, e depois solenemente coroado a 1º de novembro. Por ordem do Imperador, ele se encontrava à frente de um grande exército, sitiando a cidade da Bahia. No dia 8 de novembro os honrados baianos, de armas na mão, haviam feito conhecer aos portugueses o valor indomável dos brasileiros. Mais de 200 lusos haviam sido mortos e cerca de 300 feridos, não contando os prisioneiros

feitos naquele mesmo dia. Os portugueses, por experiência própria, já deveriam ter constatado que os brasileiros não lhes cediam em valor e denodo, nem eram os fracos indígenas que eles tantas vezes venceram e assassinaram. Labatut esperava a chegada, por terra, de 2.000 mineiros, além de três batalhões de 1a. linha do Rio de Janeiro. Os caçadores e artilheiros de Pernambuco estavam prestes a desembarcar no Rio Real. Já era hora de os piauienses sacudirem também o jugo lusitano. A queda de Salvador estaria próxima. Quando isto acontecesse, suas tropas marchariam sobre o Piauí, para ajudar-nos. O ofício de Labatut fora expedido do Quartel General no Engenho Novo, no Recôncavo da Bahia, a 22 de dezembro de 1822. (9)

O presidente da Junta, tão indeciso em outras oportunidades, desta feita apressou-se em dar resposta a Labatut por meio de um ofício, no qual dizia, com arrogância, que o Piauí jamais deixaria de ficar ao lado do Governo de Lisboa. No mesmo dia fez regressar o estafeta da Bahia levando sua resposta. Agora, porém, as autoridades de Oeiras estavam mais temerosas. A Bahia não estava indiferente ao que acontecia no Piauí.

Nesse mesmo dia 11 o Padre Matias comunicou a Fidié o levante do destacamento de Marvão. Temendo ser surpreendido com a invasão da Província, escreveu aos Comandantes do Riachão, da Ribeira do Intaim, da Ribeira de Canindé, da Ribeira do Piauí e ao Comandante de Valença pedindo-lhes que estivessem atentos ao que se passasse nas fronteiras e, ao primeiro indicio de ameaça de invasão por qualquer daqueles lugares, despachassem positivos especiais, com a máxima celeridade possível para alertarem a Capital. (10)

Uma certa intranquilidade começou a atormentar as altas autoridades. O Ouvidor da Comarca, dr. Fransico Zuzarte Mendes Barreto, percebendo que as cousas estavam mal paradas para Portugal, pediu demissão do cargo e solicitou passaporte para Lisboa. Por lei deveria substituí-lo o Juiz de Fora, dr. Bernardino José de Melo. Acontece que este Juiz era da Bahia, de **Cachoeira**, filho, genro e amigo íntimo de patriotas e guerrilheiros baianos. A Junta por unanimidade negou a exoneração pedida pelo dr. Zuzarte e não permitiu que ele saísse de Oeiras.

Oficiou também a Fidié sugerindo-lhe que deixasse um destacamento em Parnaíba e, com toda a tropa regressasse, urgentemente, à Capital, pois era óbvio que esta seria o primeiro alvo dos inimigos da causa lusitana. (11)

Precisamente naquela hora chegava a Oeiras um positivo do Capitão-Mor Antônio José Leite Pereira de Castelo Branco,

Comandante de Valença, com a notícia de que Crateús estava em armas e prestes a marchar sobre esta Capital. (12)

As autoridades entraram em pânico. Ainda se reuniram uma vez para redigir uma proclamação aos povos de Crateús e de Marvão exprobandos-lhes a cegueira e o desacerto de haverem aderido ao criminoso partido da Independência. E foi só o que fizeram. Estava-se a 23 de janeiro de 1823. No dia seguinte a história seria outra.

Ao anoitecer do dia 23 de janeiro, os conspiradores de Oeiras, chefiados pelo Brigadeiro Manoel de Sousa Martins, reuniram-se, pela última vez, na residência dele, àquela hora transformada em autêntico arsenal com o armamento e as munições que os patriotas haviam surrupiado, aos poucos, dos armazéns nacionais. Dezenas de capangas, agregados do Brigadeiro, ali se encontravam, aventureiros e truculentos, aguardando a hora da tomada da cidade. Presumia-se que poderia haver luta, pois o Capitão da 1a. linha Agostinho Pires e o Alferes Damaso Pinto da Veiga tinham tropas sob seu comando e eram acérrimos inimigos da causa da Independência.

Concertados os planos, saíram os seus executores, às duas da manhã, para os locais onde deveriam atuar. O Ten. Cel. Raimundo de Sousa Martins e o Major Francisco Manoel de Araújo deveriam rebelar o Regimento de Cavalaria nº 1, que estava sob o comando de dois oficiais contrários ao movimento da independência. Ao Ten. Cel. Manoel Pinheiro de Miranda Osório e ao Capitão José de Sousa Martins fora confiada a tarefa de assaltarem o Quartel de linha e o dominarem. O Cel. Inácio Francisco de Araújo Costa deveria cercar a residência do Capitão Agostinho Pires e prendê-lo. O mesmo deveria fazer o Alferes José Martins de Sousa com relação ao Alferes Damaso Pinto da Veiga. O Major Clementino de Sousa Martins tomaria a Casa da Pólvora e conserva-la-ia em segurança. Os Majores Bernardo Antônio Saraiva e Honorato José de Moraes Rêgo, oficiais rebeldes do Regimento de Cavalaria nº 2, deveriam conservar nas ruas os poucos soldados daquele denominado Regimento e dar apoio onde se fizesse preciso. Tudo foi pronta e silenciosamente executado entre 2 e 4 horas do dia 24. Quando o povo saiu à rua, pela manhã, foi para responder aos vivas que Manoel e Joaquim de Sousa Martins ergueram à Independência e ao Imperador diante das tropas formadas na Praça da Matriz.

Pela madrugada haviam fugido alguns membros da antiga Junta de Governo.

O Senado da Câmara foi convocado extraordinariamente para aquela manhã. Presentes representantes de todas as classes

sociais, vereadores, Juiz de Fora e Chefes Militares, abriu a sessão o Brigadeiro Manoel de Sousa Martins que apresentou a todos o ofício e as proclamações do Rio e de Labatut ordenando a aclamação de Dom Pedro. Não houve opositores. Todos aclamaram, com vivo entusiasmo a Independência e o Imperador. O Presidente mandou que se lavrasse uma ata de vereação para perpétua memória. A ata recebeu a assinatura dos presentes. E em seguida procedeu-se à eleição para a constituição da nova Junta Provisória de Governo. Foram eleitos: Presidente, Manoel de Sousa Martins; Secretário Manoel Pinheiro de Miranda Osório; membros Miguel José Ferreira, Inácio Francisco de Araújo Costa e Honorato José de Moraes Rêgo. Os eleitos fizeram logo o juramento de praxe e foram empossados.

No outro dia, 25 de janeiro, o novo Governo despachou positivos para Valença, Parnaguá, Jerumenha, Campo Maior, Parnaíba e Marvão, ordenando às respectivas Câmaras que, naquelas vilas, quanto antes, fosse proclamada a adesão do Piauí à Independência.

Ao Governador das Armas do Maranhão fez a Junta uma participação do que acontecera em Oeiras no dia 24 e lhe pediu que o Governo do Maranhão guardasse neutralidade a respeito do Piauí, não dando ajuda nem concorrendo direta ou indiretamente para que o povo piauienses fosse flagelado e se sufocasse a sua vontade oprimindo-o. O novo Governo do Piauí desejava conservar com a Província do Maranhão as antigas relações amigáveis e comerciais, com grande vantagem para ambas as partes. Se porém o Maranhão procurasse intervir para modificar o sistema político ora implantado aqui, o Governo Piauiense não hesitaria em interromper as comunicações entre as duas Províncias e proibiria a exportação de gado para a outra margem do Parnaíba. Prevenia-lhe que o Piauí e o Ceará estavam de mãos dadas e já àquela hora se deslocavam forças cearenses rumo a esta Província para garantirem, aqui, a Independência. (13)

Oficiou também ao Major Fidié ordenando-lhe que se retirasse da Província, passando o comando das tropas ao Capitão Manoel Pimenta de Sampaio. Que Fidié deixasse reinar a paz e o sossego no Piauí. (14)

Vitoriosa a nova Junta esqueceu Fidié e sua força em Parnaíba. Sabedora de que a Província do Maranhão concentrava tropa em nossa fronteira líquida, concluiu que o perigo estava ali e dirigiu para as passagens do Parnaíba todas as tropas que conseguiu mobilizar. Abandonou o norte inteiramente aos cearenses e nem mesmo acudiu Campo Maior quando Fidié dela se aproximou.

Foi pois com estupor e surpresa que a Junta recebeu a

19 de março a primeira notícia da derrota do Jenipapo. Trouxe-a um positivo do Ten. Cél. Francisco Manoel de Araújo Costa, Comandante da Passagem de Santo Antônio, onde nós tínhamos armados, bem alimentados e descansadamente imobilizados cerca de 800 homens, esperando a invasão dos maranhenses de Caxias. A notícia caiu como um raio sobre a Junta, o Comércio e o povo de Oeiras. As poucas casas comerciais fecharam suas portas precipitadamente. Boatos alarmantes começaram a circular enchendo de pavor a população. Não escapara ninguém em Campo Maior. A mortandade fora completa. Os cadáveres inseultos, de homens, mulheres e crianças, enchiam os campos e as ruas da Vila atraindo milhares de urubus. Ninguém pudera fugir à fúria de Fidié e seus soldados. O novo Átila marchava agora aceleradamente sobre Oeiras.

Naquela emergência, em vez de empregar as forças piauienses que estacionavam nos portos do Parnaíba na defesa, agora, da Capital ameaçada, o Brigadeiro apelou para o Crato, para o Comandante Leandro Bezerra Monteiro, escrevendo-lhe um ofício com pedido de socorro urgente. E tratou de encaixotar, secretamente, o dinheiro dos cofres públicos e de preparar-se para fugir para o Crato, ao menor sinal de alarme. Já não o tinha feito ainda porque não haviam chegado os cavalos possantes que pedira das Fazendas Nacionais.

Redimiui-se, porém, de toda essa fraqueza e esses descertos quando soube que Fidié havia torcido caminho para o Estanhado. Transformou-se. Agiu daí em diante com inteligência e desassombro, descentralizando o Comando, mobilizando tropas, abastecendo-as, colocando-as nos lugares certos, coibindo abusos, incentivando-as até a vitória final das armas piauienses na rendição de Caxias. Mas esta é uma história muito longa que está todinha no livro que publicarei ainda este ano: "O Piauí nas lutas da Independência do Brasil".

Oeiras não assistiu passivamente ao movimento independente entre nós. Tomou parte nele ativamente e deu-lhe a sua contribuição valiosa no dia 24 de janeiro de 1823, cujo sesquicentenário comemoramos hoje de cabeça erguida.

- 1) Odilon Nunes — Pesquisas para a História do Piauí. Vol. II, pág. 307
- 2) M. 70 (1812-1820) — Doc. 13 — Cap. CAB.
- 3) Abdias Neves — A Guerra de Fidié, pág. 14.
- 4) Odilon Nunes — Pesquisas para a História do Piauí, Vol. II, pág. 310
- 5) Abdias Neves — A Guerra de Fidié, pág. 36
- 6) L. 105, pág. 14 a 14-v — Cap. CAB.

- 7) L. 105, pág. 16 a 16-v — Cap. CAB.
- 8) L. 105, pág. 14-v a 15 — Cap. CAB.
- 9) L. 87 — Doc. 14 — Cap. CAB.
- 10) L. 105 — pág. 19 — Cap. CAB.
- 11) L. 105 — pág. 21 a 23 — Cap. CAB.
- 12) L. 105 — pág. 26-v a 27 — Cap. CAB.
- 13) L. 113 — of. nº 8, pág. 8 — Cap. CAB.
- 14) L. 113 — of. nº 9, pág. 11-v — Cap. CAB.

UM POUCO DE OEIRAS

Conferência pronunciada, no dia 27 de janeiro de 1973, às 20 horas, em Oeiras, no salão nobre da União Artística Operária Oeirense, pelo Exmo. Sr. General Abimael Clementino Ferreira de Carvalho.

A 9 de março de 1500, singrando as águas do Tejo legendário, rumo ao mar, velas desfraldadas, a cruz de Cristo ostentando, as naus de Cabral largaram para a glória e para a imortalidade. E o português a tudo afeito "pela pátria, pela fé e pelo rei", habituado já a cortar "os mares nunca doutrem navegados", pisou um dia em terras até então desconhecidas. Estava descoberto o Brasil. Era o dia 22 de abril de 1500. Um feito a mais se inscrevia nas páginas da história gloriosa da gente lusitana e um marco ficaria a assinalar aos pósteros o início de uma nova era.

Predestinação de um povo: ao assenhorear-se da terra "que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo", conforme profeticamente observou o nosso primeiro historiador, o escrivão Pero Vaz de Caminha, do conquistador o cuidado primeiro foi na praia a cruz erguer. E essa cruz milenar, que de instrumento de suplício em símbolo de fé se tornara, das areias brancas de Porto Seguro, a exemplo do "Pão da Montanha", vem-se multiplicando com o passar dos séculos e chegou até nós, altaneira no cimo do "Corcovado", reluzente nas torres das grandes catedrais, tosca nas humildes capelinhas do interior, mas sempre a mesma, à cuja sombra gasalhadora se abriga a família brasileira. E de tal forma o milagre da multiplicação se fez sentir pelo Brasil aentro, que a cruz — nada obstante o materialismo de nossos dias — a cruz, repetimos, aí está e, como a estrela que guiou os Magos do Oriente na grande jornada para Belém, ficará perpetuamente a indicar o rumo certo às gerações vindouras.

"Pela pátria, pela fé e pelo rei", de Portugal vieram colonos para a conquista da terra descoberta. Então, ao princípio no litoral, e com o decorrer dos tempos também pelo interior, foram surgindo os primeiros núcleos populacionais, muitos dos quais são hoje cidades das mais importantes.

Para a penetração, as mais das vezes os cursos dos rios orientaram o delineamento de caminhos através dos quais os colonizadores levaram às mais longínquas paragens o poderio da coroa portuguesa. E tão comuns se tornaram as expedições para a exploração da terra que os "mamelucos", intrépidos brasileiros dos primeiros tempos, bandeirantes denodados da grandeza nacional, cuja memória devemos cultar com respeito e admiração, de tal maneira dilataram as fronteiras da Pátria, levando-as a pontos os mais distantes, que, sem exagero e com orgulho, podemos dizer bem alto: a eles devemos este território imenso que aí está, "melhor porção da América Latina, em cuja superfície tudo são frutos, em cujo centro tudo são tesouros, em cujas montanhas e costas tudo são aromas", como bem o definiu um grande pensador patricio.

É chegado o momento de perlustrarmos juntos os mesmos caminhos há três séculos percorridos por antepassados nossos. E ora acompanhando as sinuosidades do Parnaíba, "velho monge de barbas brancas", no dizer de Da Costa e Silva, o maior poeta já nascido por estas bandas; ora seguindo a margem batida das entradas de gado que, como os cursos dos rios, também se constituíram fator preponderante na colonização, alcançarmos as baixadas e chapadas que, por excelência, caracterizam as nossas regiões. Sigamos, assim, os passos dos primeiros desbravadores que penetraram nesta terra que a nós todos serviu de berço.

Deixando de parte incursões outras, de que apenas temos ligeiras e inseguras notícias, e para não incorrermos, talvez, numa injustiça, falemos, embora em poucas palavras, de Domingos Jorge Velho, cujo nome, mais tarde, veio a celebrar-se nos "Palmares". Estamos em 1662 ou 1663. Às margens do Poti e do Parnaíba, nome este dado ao Rio Grande dos Tapuias, certo em homenagem à terra natal do bandeirante, natural que era da Vila da Parnaíba, da Capitania de São Paulo, foram situadas as primeiras fazendas de criação. Assim, ele, Domingos Jorge Velho, segundo historiadores, à frente Pereira da Costa, pernambucano ilustre a quem muito deve o Piauí, faz jus à palma de primeiro conquistador das terras piauienses.

Na nossa peregrinação, porém, tantas as controvérsias, fixemo-nos em Domingos Afonso Mafrense, o nosso tão conhecido e admirado "Mafrense".

Por volta do ano de 1671, dando prosseguimento a suas arrojadas explorações, alcançou ele o "Canindé". Pertenciam, então, as terras do Piauí à Capitania de Pernambuco, sob cuja jurisdição, não obstante ato-régio de 1695, transferindo-as às do Maranhão, continuou até 1715.

Em 1676, pelo governador da época, foram concedidas as primeiras sesmarias, no Piauí, sendo um dos beneficiários Domingos Afonso Mafrense, nome que haveria de ficar ligado à nossa história, pois, se a ele não cabe a primazia de ter sido o primeiro a aqui chegar, cabe, no entanto, de direito e de fato, o justo e honroso título de "Fundador do Piauí". Foi, na realidade, o principal desbravador e colonizador da terra que, mui justamente, é chamada: "de Mafrense". Ainda bem que a justiça se faz ouvir na voz da história. Energias e recursos despendeu o bravo e destemido explorador, canseiras e decepções há de ter sofrido, a própria vida de certo arriscou, mas, em compensação, seu nome sinônimo é hoje daquele que tem a terra a que tanto quis.

Descendo o Canindé — ainda os cursos dos rios orientando a penetração — sertanejos das bandeiras de Mafrense, na sua maioria constituídas de pernambucanos e baianos da Casa da Torre de Garcia de Ávila, na Bahia, a que estava vinculado o desbravador, foram a região povoando. Detenhamo-nos, com eles, em certo trecho da caminhada. Estamos à margem esquerda e à distância de seis quilômetros do rio. O lugar é cercado de morros por todos os lados, mas aprazível. Ao princípio, lá pelos idos de 1674, é a "Aldeia do Cabrobó", nome que lembra a freguesia a que as terras estavam anexadas; a seguir, com o seu desenvolvimento, a povoação toma o nome do riacho a cuja margem direita se estende, "Mocha", nome com o qual passa a vila. E tanto prosperou que, no ano de 1696, sob a invocação de Nossa Senhora da Vitória, sendo Bispo Diocesano de Pernambuco D. Frei Francisco de Lima, foi criada a "Freguesia da Mocha", desmembrado o seu território da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Cabrobó.

Com a criação da freguesia, acontecimento que trouxe a estas paragens um surto ainda maior de prosperidade, pois a presença do padre no desempenho de sua missão evangelizadora é benéfica em todos os sentidos, a antiga "Aldeia do Cabrobó", algum tempo decorrido, isto é, em 1712, pela carta-régia de 30 de junho do mesmo ano, passou a constituir a "Vila da Mocha", embora, na realidade, só a 26 de dezembro de 1717 tenha se realizado o ato oficial de sua instalação. Antes, porém, de tal ocorrência, outra, também de magna importância, pela influência que viria a ter nos destinos de nossa terra, há a ressaltar. em junho de 1711 falecia, na cidade do Salvador, Domingos Afonso Mafrense, o português de São Domingos da Fanga da Fé, o Cava-

leiro Professo da Ordem de Cristo, o bandeirante admirável e intemorato, que pelos seus feitos nos rincões nordestinos mereceu a honrosa alcunha de "Sertão"; em uma palavra: "Mafrense", o verdadeiro fundador do Piauí. Com sua morte, as fazendas de criação de gado que lhe pertenciam, aqui existentes, passaram aos Padres Jesuítas ao Colégio da Bahia. Para administrá-las, foi designado o Padre Manuel da Costa. De como tal legado influiu sobremaneira nos destinos da terra, não se faz mister rememorar. Sabemos: a história das "Fazendas de Mafrense", posteriormente "dos Padres Jesuítas", mais tarde "Fazendas Nacionais" e hoje em dia "Fazendas Estaduais", constitui um dos mais significativos capítulos da própria história do Piauí.

Com a instalação da vila, quando, já então, de fato, por força de alvará de 11 de janeiro de 1715, estávamos sob a égide da Capitania do Maranhão, muitas pessoas foram mandadas para estimular o desenvolvimento da população. A esse tempo, vínhamos já experimentando os resultados da ação meritória dos Jesuítas, não só na administração de suas fazendas como na consecução de empreendimentos outros em prol da grandeza da terra. Aqueles da nossa e de gerações anteriores que ainda vivem não de lembrar-se certamente das ruínas dos paredões jesuíticos do "Convento", na esquina da Rua Dr. José Sérvio (lado do nascente) com a de Getúlio Vargas (lado do norte); e do "Colégio", lá no alto do Rosário, junto à igreja, também por eles construída, colégio e convento depois tão injustificavelmente deixados ao léu... entregues à própria sorte...

Instaladas a vila e respectiva comarca, cujo termo abrangia todo o território do Piauí, foi, em 1712, criado o cargo de Ouvidor-Geral, que nos nossos dias equivale ao de Juiz de Direito. Seu primeiro titular, por provisão datada de 28 de janeiro de 1723, foi o Dr. Vicente Leite Ripado.

No ano de 1733, com a ereção da Igreja de Nossa Senhora da Vitória, teve o Piauí o seu primeiro templo regular. E esse templo, cujo bicentenário transcorreu há 40 anos passados, é a nossa bem amada Matriz, a que todos estamos ligados pelas mais gratas recordações; é a igreja onde nos batizamos e onde se batizam nossos filhos; nossos, sim, dizemos e com satisfação, pois muito embora nenhum dos treze que, por mercê da Providência Divina, nos deu a companheira dedicada e boa de todos os instantes, na jornada que juntos, felizes, empreendemos, e que já vai além dos trinta e cinco anos, tenha aqui nascido, um deles, para alegria dos pais, recebeu, na igreja que é hoje a Catedral de Oeiras, o sacramento do batismo, a verdadeira luz da vida. E... Vera Lúcia é o seu nome.

Concedida autonomia administrativa ao Piauí, por alvará de 1718, somente mandado executar em 1758, a vila passou a

cidade e capital da Capitania, por carta-régia de 19 de junho de 1761. Não conservou, porém, a denominação antiga, originária do nome do tradicional riacho, tão nosso conhecido, e que, com os seus deliciosos poços "do Chico", "dos Cavalos", "do Silva", "da Ponte Grande", "do Bacanga", "do Barateiro", "dos Cachorros", "da Forquilha do Rio", "do Pátio de Paulino", "das Laranjeiras" e outros, era a alegria e o regigério da mocidade de antanho; e hoje — por força de ambições desenfreadas e injustificáveis que o asfixiaram, cercando-o por todos os lados e, conseqüentemente, impedindo o seu livre curso — não passa de mísero fio de água, triste e silencioso, porque não mais há murmúrios, como antigamente, certo a recordar um passado de grandeza, quando livre como os pássaros do céu e os animais dos campos era a sua correnteza. Melancólico destino o do velho "Mocha", que depois de tanto servir como paga teve a maldade de ambiciosos e iconoclastas! E agora... como se um criminoso fora, sofre, amargamente, a sua desdita.

Naquele tempo, como em todas as épocas, desde que o mundo é mundo, a humanidade tinha as suas fraquezas. O espírito de lisonja, se bem que em escala menos acentuada que nos dias atuais, predominou já nos diversos setores da administração. Daí a razão por que tivemos mudado o nome de nossa terra. Por sorte, o estadista em honra do qual foi dado o nome de Oeiras à novel cidade bem merecia a homenagem. Sebastião José de Carvalho e Melo, então Conde de Oeiras e Primeiro Ministro do Rei de Portugal, que passaria à história com o título de Marquês de Pombal, foi, é indiscutível, um grande patriota, a cuja benemerência muito ficou a dever a nação portuguesa.

A 13 de novembro de 1761, João Pereira Caldas, primeiro governador da Capitania, mudou o nome da capital para Oeiras. Quase um século depois, isto é, em 1852, outro governador, o Conselheiro José Antônio Saraiva, fundou, à margem direita do Parnaíba, na "Chapada do Corisco", uma nova cidade: Teresina; nome que faz lembrar a grande Imperatriz Teresa Cristina, e o que é bem uma confirmação do que há pouco foi dito em relação à mudança, para Oeiras, do anterior nome de nossa terra. Ainda bem que, a exemplo do primeiro caso, a homenagem foi justa e merecida.

Com a fundação de Teresina, perdemos os foros de capital. Passamos a ser apenas a cidade de Oeiras. Felizmente, não obstante perdidos os privilégios de metrópole, acontecimento que sobremodo influiu para que se retardasse a nossa evolução, conseguimos já retomar o caminho do progresso. No presente, Oeiras, superada a fase de desânimo, conseqüência natural da mudança da capital, é uma das principais cidades do Estado.

Em virtude de atos-régios de 1759, pelos quais foram banidos do Reino de Portugal os Padres Jesuítas, coube ao primeiro governador a tarefa de ultimar o confisco de seus bens e expulsá-los do Piauí.

Após João Pereira Caldas, que prestou bons serviços, dentre os quais se destacam a criação dos municípios de Valença, Parnaíba, Paranaçu, Campo Maior, Jerumenha, e Marvão; a edificação dos primeiros prédios públicos e a realização do primeiro recenseamento da Capitania, em 1762, que acusou uma população de 12.746 habitantes, 1.120 dos quais no distrito da capital, inúmeros governadores por aqui passaram, fatos diversos, relevantes uns, de pouca importância outros, aconteceram.

O Governador D. João de Amorim Pereira, pelas suas qualidades de homem probo e administrador austero e zeloso do bem público, merece as nossas homenagens. Tomando posse a 12 de dezembro de 1797, durante algum tempo esteve à frente dos destinos da Capitania, cuja capital, tendo em vista vantagens que no seu modo de pensar poderiam advir com a mudança, desejou transferir para a então Vila da Parnaíba.

Seu governo caracterizou-se sobretudo pela guerra imposta à corrupção dos costumes, mostrando, mais com o exemplo que com a palavra, a maneira como se deveriam portar todos os que tivessem qualquer parcela de responsabilidade para com a pública administração. E de tal forma se houve, tudo fazendo pelo desenvolvimento da terra, pela aplicação honesta dos dinheiros do erário, pelo fiel cumprimento das leis, sem distinção entre ricos e pobres, combatendo inclusive a lisonja, vício abominável que às vezes leva à perdição lisonjeadores e até mesmo os lisonjeados, que, passados quase dois séculos, seu nome continua a ser um símbolo e seu exemplo digno de ser imitado pelos governantes. Tão escrupuloso era o Governador Amorim Pereira que, certa feita, ao restituir, oficialmente, por intermédio da respectiva câmara, umas fivelas de ouro, que de presente lhe mandara um vereador, não teve meias-medidas: além de admoestá-lo severamente, puniu-o, com prisão. Homem raro, raríssimo mesmo, cujo nome evocamos com admiração: João de Amorim Pereira!

Jurada a Constituição Portuguesa de 1821, e antes mesmo de autorização do Rei, ou do Congresso de Portugal, foi o Governador da Capitania, Elias José Ribeiro de Carvalho, substituído por uma Junta de Governo Provisório, assim constituída: presidente, o Dr. Ouvidor-Geral Francisco Zuzarte Mendes Barreto; vice-presidente, o Brigadeiro Manuel de Sousa Martins; secretário, o Capitão Francisco de Sousa Mendes; e membros: pela classe militar, o Capitão Agostinho Pires; pela agricultura, o Capitão Miguel Pereira de Araújo; pelo clero, o Padre Matias

Pereira da Costa; pela magistratura, o Dr. Juiz de Fora Bernardino José de Melo; e pelo comércio, o Capitão Caetano Vaz Portela. Posteriormente, em face da ordem da Corte, houve eleição para uma nova junta, da qual fizeram parte: Padre Matias Pereira da Costa, presidente; Capitão Francisco de Sousa Mendes, secretário; Sargento-Mor José Antônio Ferreira; Capitão Miguel Pereira de Araújo; e Sargento-Mor Caetano Vaz Portela, membros. Estávamos, então, em 1822. As idéias emancipacionistas já se alastravam de maneira a mais alvissareira por todos os quadrantes do território nacional. E no Piauí, como nas demais capitanias, os anseios de liberdade de há muito empolgavam os brasileiros. Em Oeiras, Manuel de Sousa Martins chefia um partido de apoio à causa da Independência. E assim toma vulto o descontentamento para com a Metrópole. A ação, no entanto, foi seriamente dificultada na capital, com a presença do Major João José da Cunha Fidié, novo Comandante das Armas, homem forte e de alto valor. Sôldado disciplinado e disciplinador, tem em mão as forças sob o seu comando, o que muito contribuiu para retardar o levante dos patriotas em Oeiras. Irrompem, entretanto, os primeiros movimentos separatistas na Província, e a 19 de outubro de 1822 a Vila da Parnaíba, à frente João Cândido de Deus e Silva, Simplício Dias da Silva, Domingos Dias da Silva, João Ferreira Meireles, Bernardo Antônio Saraiva, Ângelo da Costa Rosal, Bernardo de Freitas Caldas, Joaquim Themóteo de Brito e outros, aclama o Príncipe D. Pedro Imperador do Brasil. E, pela primeira vez, em terras do Piauí, foi ouvido o grito: Independência! Honra, pois, aos insurgentes da Parnaíba!

Ao tomar conhecimento do fato, o Major Fidié parte imediatamente para o norte da Província com tropa de seu comando. Entra na Vila de Campo Maior, e, em seguida, já com reforços recebidos do Maranhão, e contando com o apoio de um vaso de guerra e um navio mercante, este para servir de hospital, ocupa, sem resistência, a da Parnaíba, porque os rebeldes, ante a sua aproximação e dos maranhenses, retiraram em demanda do Ceará conduzidos por João Cândido de Deus e Silva e Simplício Dias da Silva. Enquanto isso, forças do Ceará invadiam o Piauí, ocupando Piracuruca e Campo Maior; e em Oeiras, onde chegaram a ser efetuadas prisões de suspeitos, os partidários da causa nacional preparavam-se para o movimento que, finalmente, chefiado por Manuel de Sousa Martins, explodiu na madrugada de 24 de janeiro de 1823, sendo deposta a Junta Governativa e proclamada a Independência do Piauí. No mesmo dia foi eleita e tomou posse uma outra junta, constituída de cinco membros: Brigadeiro Manuel de Sousa Martins, presidente; Manuel Pinheiro de Miranda Osório, secretário; Capitão Inácio Francisco de Araújo Costa; Miguel José Ferreira e Tenente Onorato José de Moraes Rêgo.

Cientificado da ocorrência, o comandante português marcha sobre Oeiras. Houve o combate do "Jenipapo", o maior da chamada "Guerra do Fidié", e francamente desfavorável às nossas armas, mas que muito concorreu para dissuadir o intrépido oficial de prosseguir na direção da Capital. É que, esta a verdade: no "Jenipapo" perdemos a batalha mas, paradoxalmente, ganhamos a guerra, porque ali, é inegável, selada tiveram os portugueses a sua sorte, tanto que, transposto o Parnaíba para o lado maranhense, somente vencido e prisioneiro voltaria Fidié a pisar em terras do Piauí.

A Junta de Governo está em permanente alerta, tomando de pronto as providências que exige a difícil situação. Vêm tropas de Pernambuco. Do Ceará, a expedição auxiliadora de Pereira Filgueiras e Tristão Gonçalves, que João Brígido, grande jornalista cearense, preferia chamar **aladroadá**. Foi organizada uma Junta Militar, com Pereira Filgueiras, Manuel de Sousa Martins, Joaquim de Sousa Martins, Tristão Gonçalves Pereira de Alencar e Luís Pedro de Melo César, o primeiro, presidente, e comandante em chefe das forças em operações no Maranhão e Piauí, posto este para o qual fora nomeado pelo Imperador, e o último, secretário. Já então o Fidié abandonara o território piauiense rumo a Caxias, no Maranhão. O exército coligado, à frente os componentes da Junta Militar, deslocou-se para o campo da luta, no interior maranhense. Depois de prolongado sítio e renhida peleja, a 1º de agosto de 1823, caiu a cidade de Caxias, principal e último reduto dos realistas, sendo preso o comandante da praça. Chegara ao fim a "Guerra do Fidié". Estavam inteiramente livres do jugo português as Províncias do Piauí e Maranhão, graças, especialmente, não olvidado o valioso auxílio do Ceará, aos esforços e bravura dos próprios piauienses.

Dissolvida a Junta Militar, a 24 de outubro de 1823, volta a Oeiras o Brigadeiro Sousa Martins. E agora, depois da árdua campanha, a que prestou o seu integral concurso, depara-se-lhe um outro tipo de guerra, bem diferente do primeiro: as exigências descabidas dos aliviados da véspera. Ante a ameaça do avanço de tropas cearenses de Campo Maior sobre Oeiras, a Junta de Governo toma as medidas que se impunham para a defesa da Capital e oficia ao Comandante Luís Rodrigues Chaves ordenando-lhe que se retirasse diretamente para a sua província, sem passar por Oeiras. Teve, entretanto, por não dispor, na ocasião, de forças para oferecer resistência aos expedicionários cearenses, organizados, numerosos e bem armados, de pagar a Tristão Gonçalves 3.000\$000 (três contos de réis), a título de indenização de dívida para com o exército auxiliador. Quem sabe se a razão não estava mesmo com João Brígido?...

Em setembro de 1824, o Brigadeiro Manuel de Sousa

Martins foi eleito presidente temporário da Província, tomando posse no dia 20; a 1º de maio de 1825 toma posse como presidente efetivo, nomeado que fora por carta-imperial de dezembro do ano anterior, permanecendo no governo até 9 de dezembro de 1828. Volta ao governo na qualidade de vice-presidente e no impedimento do presidente, a 17 de fevereiro de 1831, sendo nomeado em caráter efetivo em 1833, e nele continuado até 30 de dezembro de 1843.

Governou a província, pode dizer-se, tão insignificante a interrupção, cerca de 20 anos consecutivos. O seu governo foi agitado e de lutas. Após a campanha da independência, que muito sacrificou o Piauí, teve de se haver com outros movimentos que direta, ou indiretamente, afetaram a província, como a revolução republicana de 1824, no Nordeste; o levante de Pinto Madeira pró restauração de Pedro I, no Ceará; a invasão do Piauí pelas hordas do cearense-maranhense João Antônio Damasceno; e, por último, destacando-se pelo vulto que tomou, a "Balaiada", sedição que grandes prejuízos causou às Províncias do Maranhão e Piauí, e para cuja total debelação muito contribuiu a ação pacificadora de Luís Alves de Lima e Silva, o futuro marechal; duque e vencedor da guerra do Paraguai; o maior soldado do Brasil.

Mesmo assim, no governo de Sousa Martins entre outros empreendimentos há a assinalar a instalação da primeira tipografia provincial; a realização de recenseamentos da população; a efetivação da primeira divisão judiciária da província; a concretização de trabalhos visando tornar navegável o rio Canindé, para maior facilidade de transporte de cargas. Como bem o disse Benjamim de Moura Batista, "o seu governo acidentado teve senões, o que aliás era fatal, dadas as condições políticas da época, agravadas por circunstâncias especiais. É preciso porém convir que a sua orientação política era de largos horizontes, e quase sempre visava os interesses gerais".

Homem forte e enérgico, produto do meio social e do tempo em que viveu, Manuel de Sousa Martins, o Visconde da Parnaíba, nem sempre tem sido compreendido, daí (para o seu caso, "data vênia", tomamos de empréstimo, adaptando-o, conceito do ilustre escritor Gustavo Barroso em referência a antigo chefe sertanejo cearense), a severidade de julgamento de alguns historiadores que só contra explicação no fato de eles, como juizes, se situarem na esfera das idéias liberais de seu tempo e não abstrairam o mesmo, a fim de olhar o Visconde integrado nos usos, pensamentos e cruas necessidades de sua época. Época, acrescentamos, em que os escravos eram açoitados nas enxovias; os presos espancados nas cadeias; os soldados chibateados

nos quartéis; os marinheiros vergastados nos navios; as crianças castigadas nas escolas; os filhos surrados em casa, pelos pais; época, acrescentamos ainda, em que se passavam pelas armas, fria e cruelmente, em pleno reinado de D. Pedro I, há bem pouco tão justamente festejado, por motivo do Sesquicentenário da Independência, homens da estirpe de Frei Caneca, Mororó, Ibiapina, Pessoa Anta, Carapinima, Azevedo Bolão e outros, pelo único crime de sonharem com a república para sua pátria!

Chefe dos independentes, segundo nos contam os historiadores, entre outros, Odilon Nunes, chegou o Visconde à presidência "prestigiado pelos homens honrados do Piauí que haviam padecido os vexames dos ominosos tempos coloniais", pois, "na luta armada, revelara tino de estrategista, e soubera defender, com energia, as prerrogativas das funções que exercia, e também a dignidade da Província que governava". Se, por vezes, foi intransigente ao fazer cumprir a lei e na manutenção da ordem, agindo com pulso de ferro, a exemplo de inúmeros outros homens públicos do Império e mesmo da República, o seu procedimento encontra justificativa na rudeza do tempo, quando tudo eram dificuldades e de toda espécie; e se impunha, conseqüentemente, por imprescindível e inadiável, a restauração do princípio da autoridade, de há muito combalido pelos desmandos de maiores da terra, prepotentes e dissolutos, que iam ao cúmulo de apadrinhar de público, ostensivamente, malfeitores na prática de desordens e até de crimes, em absoluto menosprezo ao poder constituído, bastando aqui mencionar que um governador, pouco antes da independência, tal a situação, tamanhos os descabimentos, chegara a pronunciar-se pela extinção da capitania! E este governador, Carlos César Burlamaqui, era oficial do exército português.

Tesoureiro da Fazenda, Brigadeiro, Comandante das Armas na Capitania, Presidente da Junta Governativa com a proclamação da independência, Vice-presidente e Presidente da Província, Comendador da Ordem de Cristo, Dignitário da Ordem do Cruzeiro, Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial, Barão e depois Visconde da Parnaíba, com as honras de grandeza, Manuel de Sousa Martins foi, inegavelmente, um líder, e não considerá-lo como tal, a nosso ver, equivaleria a menosprezar, a obscurecer, a diminuir mesmo os seus contemporâneos, muitos dos quais de alta envergadura moral, e prestígio social, como os Sousas Mendes, os Mirandas Osórios, os Morais Rêgos, os Ferreiras de Carvalho, os Silvas Mouras, os Araújo Costas, os Pereiras de Araújo, os Pereiras da Silva, os Vieiras de Sá, os Portelas, os Avelinos, os Soidos e tantos outros que aqui viveram quando, durante tanto tempo, mais de duas décadas, o Visconde da Parnaíba foi o maior chefe político do Piauí e o seu incontestável

líder. Na verdade, esta a irretorquível realidade, Manuel de Sousa Martins, o discutido e por vezes acerbamente malsinado Visconde da Parnaíba — sem que as acusações, na sua grande maioria, resistam a um primeiro exame, mesmo superficial — até o presente não teve da posteridade a justiça a que faz jus, através de um julgamento sereno e imparcial, conforme a palavra abalizada e insuspeita do inolvidável homem público que foi Esmaragdo de Freitas: "O Visconde da Parnaíba ainda não foi julgado em definitivo pelos piauienses. Está por ultimar-se o processo de que deve emanar esse julgamento — um processo simultaneamente acusatório e inquisitório — em que pululam cardiais-diabos e se apoucam os promotores de bondade: arrasta-se tumultuado pelas lendas que tendem a denegrir o homem de ação, obscurecendo atenuantes irrecusáveis e abafando justificativas de tempo e meio".

Depois do Visconde da Parnaíba e até a mudança da capital, vários presidentes, de Oeiras, dirigiram os destinos da província. Dois deles, pela alta projeção que vieram a ter no cenário da política nacional, merecem alusão toda especial. Referimo-nos a Zacarias de Góis e Vasconcelos e José Antônio Saraiva, mais tarde Conselheiros de Estado e Presidentes do Conselho de Ministros, no segundo império. A Saraiva, último a governar de Oeiras, coube, em 1852, a tarefa de fazer a mudança da capital para a cidade que fundou à margem direita do Parnaíba: Teresina; atualmente uma bela e simpática metrópole.

Zacarias de Góis e Vasconcelos, que governou de 28 de julho de 1845 a 7 de setembro de 1847, fez uma grande administração. Homem austero e de alta visão, o seu governo se caracterizou pela probidade e pelo progresso. A ele, entre outros benefícios, devemos a nossa admirada e sempre louvada ponte grande, construída em 1846, e que aí está a desafiar a inclemência do tempo; a criação de escolas; a edificação de um palácio para o governo.

Foi um grande presidente e administrador exemplar. É um nome que em todo o tempo deve ser reverenciado pelos filhos desta terra.

Ainda com as vistas voltadas para o passado, falemos um pouco mais de tradições, homens e fatos da velha Oeiras. E, como na rememoração, muito nos louvamos em narrações ouvidas nos saudosos e já distantes tempos da meninice — quando à semelhança do jovem de que nos fala Casimiro de Abreu, ao cantar o torrão natal, em seus pungentes e plangentes versos "Meus Oito Anos", despreocupadamente aqui vivíamos,

"Pés descalços, braços nus,
correndo pelas campinas,
....."

Atrás das asas ligeiras Das borboletas azuis!"

—se faltas cometemos, esperamos não merecer condenação, pois não temos a veleidade de querer fazer história; apenas queremos e desejamos às gerações mais novas transmitir o que das mais velhas ouvimos e como verdade aceitamos.

oo

Ao cair da noite de uma quinta-feira santa, no século passado, ali pelas alturas das Laranjeiras, um escravo, Simão, a quem faltava o dedo grande de um dos pés, assassinou, de emboscada, a mando de outrem, um senhor de sobrenome Freire, baiano de nascimento e comerciante, aqui radicado. Facilmente identificado, graças ao defeito físico, pelas pegadas deixadas no terreno, Simão confessou-se culpado e apontou os mandantes, dos quais fora, por paga, em dinheiro, e promessa de alforria, mero instrumento na covarde e macabra empresa. Este crime, que empolgou a sociedade local, dividindo-a, como sói acontecer em semelhantes situações, foi, talvez, até o presente, o que maior repercussão teve nos anais do foro criminal da cidade. Dos pronunciados — inclusive a esposa e sogra do morto — em número de cinco, um acadêmico da Faculdade de Direito de Olinda, de importante e abastada família local, e um moço, seu colega de estudos, que aqui se encontravam no gozo de férias, e que por circunstâncias especiais haviam sido envolvidos no processo, provada, cabalmente, a inocência de ambos, foram absolvidos; as duas mulheres, na realidade as responsáveis pelo bárbaro homicídio, foram, ambas, condenadas, uma delas morrendo na prisão; enquanto Simão, o autor material do delito, pagou, com a pena máxima, na época, a feia e abjeta ação praticada. É de notar, entretanto, que o fatal erro da pronúncia foi altamente prejudicial ao jovem e promissor acadêmico conterrâneo, vítima inditosa do destino pois, com o processo, tão vultosas as despesas, não mais teve condições de retomar o curso jurídico, interrompido; ficou pobre, e de tal maneira a carência de recursos se fez sentir em sua casa, até então um dos maiores solares da cidade, que os mais velhos de nós ainda chegamos a conhecer descendentes diretos seus, em extrema pobreza.

oo

Em plena Rua do Fogo, no centro da cidade, numa bela tarde do ano de 1845, tombou, vítima do punhal de sicários que do crime faziam profissão, o Padre Manuel Quintino de Brito, estimado vigário da paróquia de Paranaguá e deputado provincial. Crime brutal que fez estremecer de indignação a quase totalidade dos habitantes de Oeiras de então. Embora prevenido

de que algo se tramava na sombra contra a sua pessoa, o Padre Quintino não tomou qualquer precaução no sentido de resguardar-se. Em nada modificou os seus hábitos, mesmo o de passear a cavalo pelas ruas da cidade. E foi justamente numa dessas cavalgadas, pouco depois de mais uma vez advertido por pessoas amigas quanto ao que se propalava de boca em boca, que o simpático e corajoso sacerdote veio a encontrar a morte. O crime ficou em mistério; os culpados não tiveram a punição merecida, o que sobremodo robusteceu a opinião de que o atentado fora consequência de injunções de ordem política.

oo

O Rosário é bairro de gente pobre, a mais pobre da cidade, talvez, porém o de clima mais saudável, o melhor que experimentar se possa na velha urbe. No alto, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, que lhe deu o nome. E nas imediações da "Casa da Pólvora" — verdadeiro monumento histórico, até bem pouco abandonado e, felizmente, para alegria de todos nós, restaurado pela atual administração municipal, graças aos bons ofícios do Instituto Histórico de Oeiras, e que em outras eras, como o nome está a indicar, serviu para a guarda de apetrechos bélicos — gravado num lajedo, o "Pé de Nosso Senhor". Ainda bem que, para felicidade da terra, Deus por aqui passou... Foi, pelo menos, a ilusão dos ingênuos de outros tempos e a crença de muitos de nós, quando crianças, tanto assim que aqueles traços, com a forma perfeita de um delicado pé, na pedra bruta esculpida, estavam sempre cobertos de flores; flores silvestres, que, na sua simplicidade, e com o seu suave aroma, traduziam os sentimentos dos que, em piedosa romaria, até lá se deslocavam, na convicção de homenagear o Divino Mestre e... na realidade, homenageavam, pois, em tudo, vale a intenção...

Para desespero dos oeirenses, porém, certo dia por alguém foi notado que junto ao "Pé de Nosso Senhor", bem ao seu lado esquerdo, um rastro de forma arredondada, de feio aspecto, em tudo indicando artes de Satanás, na pedra gravado estava. De boca em boca, celeremente a nova ganhou mundo: o Diabo também por aqui passara... E o pior é que, mesmo com as camadas e camadas de espinhos no sítio depositadas por gerações e gerações de filhos da terra, o monstro lá está... a desafiar o próprio tempo...

oo

Ainda no Rosário. Agora, na própria Igreja. Não podemos precisar se em dia de festa de São Benedito ou se da Padroeira. Missa solene; repiques de sino; foguetes; cânticos; música...

muita música. E justamente da música... muita música, o episódio que foi bem um sinal dos tempos. Estavam no apogeu duas filarmônicas locais: Triunfo e Vitória. Como vêem, por coincidência, ou de propósito, as bandas tinham nomes semelhantes, pois vitória e triunfo, embora não sejam sinônimos perfeitos, são palavras de valor significativo muito aproximado.

Uma, a Triunfo, representava o governo, era a voz ritmada e sonora do "partido de cima"; a outra, a Vitória, a oposição, encarregada, portanto, de fazer ouvir através de notas melodiosas os protestos do "partido de baixo", missão bem espinhosa e que, se a memória não nos falha, teve até o fim de seus dias, porque, na República, antes de 1930, o "partido de cima" **jamaícaia** e... logicamente, o "partido de baixo" **nunca subia**. Aliás, seja dito de passagem: temos muito de afinidade com essa Música Vitória pois, a não ser uma vez, em que vencemos pelas armas, em todas as campanhas que havemos pelejado com a força do voto, exceção de uma única, em que entretanto as alegrias da vitória... ou triunfo não tiveram de duração o período de uma gestação, sempre experimentamos o amargor da derrota.

Pois bem, tal a intolerância da política local, tão reprováveis e condenáveis os costumes de então, que aonde ia a Triunfo não podia ir a Vitória; por onde passava a Vitória não podia passar a Triunfo. Era uma guerra sem tréguas que empolgava dos chefes de partidos aos mais humildes "pratonistas".

Até a Arte, que não tem pátria, porque universal, aqui tinha de dividir-se, para satisfação e gozo de uma policitação de campanário. Um dia, porém, uma das bandas achou de ir onde a outra se achava. Provavelmente o encontro, tal o local escolhido, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, foi obra demoníaca. Ao se defrontarem as duas equipes, nem mesmo o recinto sagrado respeitaram. O ódio de há muito recalcado veio à tona. Então, viu-se aqueles delicados instrumentos, feitos para transmitir a maviosidade da música, transformados em instrumentos de castigo. Confusão geral... gritos, correrias, desmaios, um verdadeiro pandemônio! Serenados os ânimos, verificou-se que o espetáculo — porque na realidade espetáculo fora... e deprimente — havia sido muito mais grotesco que sangrento, com muito mais gritaria que pancadaria.

Do triste episódio restou uma lição: a de que por mais inconciliáveis que sejam as divergências políticas, especialmente em cidades pequenas, como a nossa, em que todos constituem como que uma só família, devemos tudo fazer pela vitória ou... triunfo da causa por que nos batemos, mas de tal maneira que, finda a refrega, possamos de novo nos dar as mãos.

Para todo oirense, a custódia de ouro, de pedras preciosas adornada, de sua Matriz de Nossa Senhora da Vitória, é um motivo de justo e patriótico orgulho. Pois, só por milagre essa jóia de raro valor intrínseco e mais ainda extrínseco chegou até os nossos dias. É que, lá pelos idos da primeira metade do século XIX, mãos profanas, num desrespeito sacrílego, não só ao objeto sagrado, mas ao próprio templo que o guardava, levaram-na, do que resultou geral consternação a todos os habitantes da cidade.

Preces, invocações, um mundo de pedidos, de certo aos céus subiram. E... não foram em vão. O miserável que tão feio ato praticara, embora já com alguns dias de andança, pouco se distanciara do local do crime. De certo trecho da estrada, por mais que o quisesse, não se pôde afastar, ficando, assim, prisioneiro dos próprios passos, que com a mesma intensidade que o levavam à frente, faziam-no retroceder. Baldados todos os esforços para a fuga, enlouquecido por fantasma invisível que o atormentava, corroendo-lhe a consciência, antes adormecida; doido de fome e de sede, extenuou-se, finalmente, indo cair no mato, a poucos passos do caminho. E foi aí que um viajante, o Coronel Joaquim de Sousa Martins, o encontrou. Despertada a sua atenção por insólita revoadade urubus, que à sua passagem abruptamente deixaram o lugar em que pousavam, o coronel, movido pela curiosidade ou — quem sabe? — impulsionado por força estranha, dirige-se ao ponto que assinalado ficara pelos corvos em debandada. Em lá chegando, uma lúgubre surpresa o aguardava. Caído, vivo ainda, mas já moribundo, estava um homem, o corpo em parte dilacerado pelas negras aves carniceiras. Tétrico espetáculo que, mesmo a Sousa Martins, sertanejo de ténpera rija, fez estremecer de horror! E o mísero, balbuciadas algumas palavras, num último arranco, indicou um objeto ao seu lado. Era a rica custódia, tão ansiosamente procurada pelos oeirenses.

Passados os primeiros momentos de estupefação, procurou o coronel socorrer o infeliz, mas inutilmente, pois entrara ele na agonia final e em pouco exalou o último suspiro. Dada sepultura ao resto daquele corpo, tratou Sousa Martins de reconduzir à sede da paróquia a valiosa jóia. Foi, sem dúvida, um dia de festa. Fisionomias anuviadas pela tristeza, de imediato se devem ter transformado: voltara à Matriz a sua custódia, que ainda hoje é um rico patrimônio de nossa cidade.

E o "carnaval"?... Quem dos mais antigos aqui presentes

não se lembra e possivelmente com alguma nostalgia do carnaval de outrora, em Oeiras, pelo menos até os primeiros anos da terceira década deste século? Havia o "entrudo": "cabacinhas" de cera, "seringas" de taboca... estas nem sempre contendo água de boa procedência. E, por fim, entravam na função latas e outras vasilhas. O "banho" era quase geral porque, exceção das pessoas de muita idade ou de certa austeridade, toda gente caía na folia. Às vezes havia desentendimento, mas no final... em honra ao carnaval, a maior e mais popular festa brasileira, tudo dava certo.

Tínhamos, também, os "máscaras": todos homens, porém alguns... em trajes femininos: "as damas"... Faziam eles as suas passeatas pelas ruas afora, ao rufo de caixas e tambores e ao som estridente de cornetas ou instrumentos semelhantes. Era uma festa... crianças e gente grande nas calçadas, às portas e janelas, aguardavam com ansiedade a passagem do cortejo momino. A alegria esfusiente a todos contagiava. E o "Zéperei-ra", num estridor frenético de ensurdecer, a cidade toda percorria. À noite, então, ao som da música, lá estavam eles, os "cavaleiros" com as suas "damas", nas danças, em casas de família. Dançavam, cantavam, bebiam, comiam, divertiam-se e distraíam a assistência, geralmente numerosa, porque a festa era de todos, ricos e pobres, grandes e pequenos: era o carnaval.

Os folguedos se prolongavam até a madrugada de quarta-feira. E pela manhã... toda gente, contrita, ia às "cinzas", trazendo, de volta da igreja, na testa, uma cruz feita com cinzas de ramos bentos no domingo anterior à última festa da Ressurreição.

E os "congós"?... os "reis"?... o "boi"?... E Benedito de Firma?... Tiborão?... Agostim Memeu?... Chico Preto?... Faustino Rei?...

Rei?... Tantos e tão animados os festejos populares de antigamente, com as suas figuras tradicionais, que falar em todos seria um longo desfilar de reminiscências, e assim sendo melhor é não continuar, porque, se recordar é viver — conforme se apregoa — por outro lado, saudade — como disse o poeta — “é asa de dor do pensamento”...

O oeirense que depois de demorada ausência volta à terra natal, ao passear pela cidade vê, entristecido, que as tradições aqui nem sempre são levadas na devida conta. As ruas, por exemplo, ostentam vistosas placas, de modo geral com nomes de pessoas, mas à primeira vista patenteado fica que no critério que se vem adotando o culto ao passado não ocupa o

primeiro plano. Aliás, neste particular, a cidade não foge à regra comum ao Brasil todo. Em consequência, quantas das nossas ruas, como as do Fogo, do Tanguitá, do Hospital, das Flores, tiveram os nomes, que muito deviam dizer da sua história, mudados, num descaso público e irreverente à tradição, que, por sagrada, devia ser respeitada. E como se sente deprimido o visitante, que ama sua terra e cultua as suas tradições, verificando que não foram lembrados piauienses dos mais ilustres, que honraram, enobreceram, dignificaram, engrandeceram, pela inteligência, pelo saber, pela bravura, pela correção de atitudes, pela honestidade, pela dedicação ao serviço público, pelo trabalho, o nome de Oeiras. São inúmeros, muitos. Lembremos alguns, dentre eles.

FRANCISCO JOSÉ FURTADO — o Senador Furtado, que é nome de rua no Rio de Janeiro, nasceu em Oeiras, em 1818. Foi tudo no Brasil: bacharel em direito pela Faculdade de São Paulo, advogado, juiz, desembargador, político, chefe de partido, deputado, senador, jornalista, escritor, orador, presidente de província, conselheiro de estado, ministro da justiça, presidente da câmara dos deputados, presidente do conselho de ministros!

Patriota, na acepção real do termo, engrandeceu, enalteceu mesmo, não apenas o nome de Oeiras e do Piauí, mas do Brasil. Morreu pobre, muito pobre, a ponto de seus amigos terem de fazer subscrição pública a favor de sua família. E, por incrível que pareça, não há em Oeiras uma placa de rua, de uma viela sequer, com o nome de Francisco José Furtado, o juiz íntegro e ilustrado, o legislador preeminente, o administrador probo e fecundo, o homem público respeitado e admirado, e, acima de tudo, o cidadão intemerato: de vida particular irrepreensível, modelar!

PADRE MARCOS DE ARAÚJO COSTA — o virtuoso sacerdote, o educador emérito, nasceu em Oeiras, em 1780. Foi membro da Junta Defensiva de 20 de setembro de 1824, deputado à primeira legislatura da assembleia provincial e no biênio seguinte, o vice-presidente da província. Modesto ao extremo, recusou outros elevados cargos. Passando a residir na "Fazenda Boa Esperança", hoje cidade de Padre Marcos, abriu um internato para instruir os jovens, a eles fornecendo não só o alimento do espírito como o do corpo, sem receber qualquer paga, gratuitamente! Foi um benemérito. De Zacarias de Góis e Vasconcelos, o grande conselheiro que governou o Piauí, bem como de outros presidentes recebeu ele as maiores deferências e honrarias, num testemunho público de reconhecimento pelo muito que vinha fazendo em prol da instrução da província. Foi Comendador da Ordem de Cristo. Falecido em 1850, o governo, numa homena-

gem justa e merecida, mandou erigir um mausoléu na Igreja Matriz de Jaicós para nele serem depositados os restos mortais do ínclito sacerdote e exemplar educador, a quem tanto ficou a dever o Piauí — e por que não dizer? — o Brasil! E Oeiras? Acaso alguém já viu aqui ao menos uma placa de rua com o nome do Padre Marcos de Araújo Costa?!

MANUEL CLEMENTINO DE SOUSA MARTINS — o herói da "Balaíada", nasceu em 1799. Foi deputado à primeira legislatura da assembleia provincial, e no biênio consecutivo de 1836/1837.

Na defesa da família piauiense, da lei, e do princípio da autoridade, no combate do "Baixão", próximo à povoação do Estanhado, hoje cidade de União, ao infligirem as tropas do seu comando mais uma fragorosa derrota aos rebeldes, tombou mortalmente ferido a 14 de setembro de 1839, com 40 anos de idade, deixando viúva e 11 filhos menores na orfandade. Não faz muito, no cumprimento de um dever cívico, e também filial, porque dele descendemos, emocionado tivemos a honra de reverenciar sua imarcessível memória na bela Igreja Matriz de União, onde dormem o sono eterno os seus restos mortais.

A chamada "Guerra dos Balaíais" ou "Balaíada", sedição que em 1838 irrompeu no interior do Maranhão, pouco tempo decorrido começou a alastrar-se pelo Piauí, trazendo o desassossego às populações ribeirinhas do Parnaíba. E aqui, por razões óbvias, para falar do herói esquecido, homem rico e de prestígio, sobrinho e único genro do presidente, que na província poderia ter sido tudo, e que antes, bem moço ainda, já dera sobejas provas de sua bravura na campanha da independência; e, em 1832, quando no comando de tropas piauienses, combateu denodadamente a rebelião de Pinto Madeira, no Ceará, preferimos dar a palavra a "UM VELHO AMIGO DA VERDADE", que, segundo ouvimos em criança, outro não era senão o Coronel Benedito de Sousa Brito, oeirense de grande mérito, e que até o presente também não teve o nome lembrado pelos conterrâneos: "...Foi então que o valoroso temerário, e mesmo heróico Major Manuel Clementino de Sousa Martins, oficial de Milícias, sobrinho, genro e amigo do Barão da Parnaíba, renunciando aos gozos da riqueza, tranqüilidade e paz domésticas que então gozava, cercado já de numerosa prole ainda na infância e na juventude, voou ao apelo da Pátria e imediatamente apresentou-se ao seu ilustre sogro, oferecendo-se para a guerra, e observando-lhe desde logo que não desistiria do seu designio, se por ventura seu referido sogro quisesse desviá-lo dele por sentimentos de amor paternal, ou outros de interesses quaisquer que o isentasse de tomar parte direta na ação das tropas em movimento conjunto para debelar a Balaíada, que já invadia, aqui e ali, o território do Piauí. ...O

exemplo do bravo Major Clementino converteu-se em incentivo à ardorosa plêiade de moços piauienses residentes na Capital: estudantes oriundos de boas famílias, artistas, agricultores de posição decente, em grande parte parentes conjuntos e remotos do Major, num verdadeiro frêmito de entusiasmo sublime, correram incorporados ao Palácio Presidencial, oferecendo-se para acompanhar o destemido parente e heróico guerreiro na jornada belicosa que se projetara. É preciso dizer que nenhum desses "bravos moços" atendeu aos rogos da família que os exortava a evitar essa arriscada empresa. Nada, porém, os moveu, porque a coragem é comunicativa, e um **forte Rei faz forte a fraca gente**. Em poucas semanas estavam aprestados para a marcha numerosos contingentes de paisanos de todas as classes. A fim de que os futuros **conteurs** fiquem melhormente informados e não assumam a responsabilidade de censuras injustas, incoerências e omissões (quiçá propositais) para obscurecer a glória de gigantes em favor de pigmeus, recordo aqui os nomes de muitos moços valentes domiciliados nesta cidade, que então seguiram o Major Clementino, espontânea e heroicamente, renunciando a isenções legítimas que os escusavam do serviço das armas para pagarem em prol da pátria periclitante o tributo de sangue. Eram eles: Joaquim José de Carvalho, Antônio João Batista Ferreira, lente de latim, Antônio Soido, Ludgero de Moraes Rêgo, Thomaz Vieira de Sá, Luís Francisco dos Passos Louro, Tenente José Luís de Queirós (morto no campo), Cornélio Avelino, José Egídio, Joaquim de Araújo, Luís Cardoso Antunes, João Paulo Santos e muitos outros jovens de distintas famílias, formando um respeitável estado maior em homenagem ao valoroso Major Clementino, comandante em chefe desse corpo de tropas expedicionárias, composto de seiscentos homens, que daqui de Oeiras partiu em demanda do Alto Parnaíba no município de Jerumenha, na altura da vila de Pastos Bons, província do Maranhão, onde a Balaiada tinha o seu quartel general, expedindo dali grandes partidas que iam se alastrando por toda a margem esquerda do Parnaíba, com escala por S. Francisco, Queimadas, Santo Antônio, Poty, Estanhado até Santa Quitéria. ...Depois de varrer da margem piauiense do rio Parnaíba as hordas rebeldes o Major Clementino dividiu a expedição em dois corpos; seguindo parte de um para baixo, sob o comando do Major graduado do Exército, o bravo Antônio de Sousa Mendes, veterano da Independência do Império, e também sobrinho legítimo do Barão da Parnaíba, a fim de ir guarnecendo a margem direita do rio, com reserva de forças para a defesa da legalidade, até onde fossem sendo sentidos os efeitos da rebelião; e outro sob o comando do chefe Major Clementino, que ficaria em

observação no Alto Parnaíba, onde começara o movimento e, por isso, mais terríveis eram as suas conseqüências. No entanto, a indeclinável necessidade de acudir logo as populações ribeirinhas do Maranhão não se fez esperar, uma vez que a Balaiada depredava as propriedades, e trucidava com a crueldade própria de canibais desenfreados, sem socorro da Capital daquela província, que até então não pudera amparar aquelas regiões flageladas. Então o heróico Major expedicionário, sem esperar ordens do governo, e levado tão somente pelos nobres sentimentos de patriotismo e humanidade, transpôs o rio, acima da vila de Pastos Bons, onde começou a atacar a rebelião que fugia aos embates das armas auxiliadoras, as quais iam restituindo a paz e a garantia aos lugares conflagrados".

Aí a palavra de um velho octogenário, que foi cidadão respeitável e estimado, sobre Manuel Clementino de Sousa Martins, o brasileiro que no cumprimento do dever encontrou a morte no Estanhado, e ante cujo túmulo esse mesmo octogenário "se curvaria sempre respeitoso em sinal de profundo reconhecimento pelos imponderáveis serviços que ele prestou ao Piauí". E este homem, que no solo piauiense, na opinião de criterioso escritor, "antecipou arrancadas de Andrade Neves, acabando de revelar um tipo inédito de providencial condutor de caporreiros, que o seu contacto transfigurava" e que, finalmente, pagou o mais caro de todos os tributos, porque a moeda foi o próprio sangue, a própria vida, pela felicidade de sua gente e a paz de sua terra, e a cuja família, em "reconhecimento aos serviços prestados ao Brasil", a Assembléia Geral do Império concedeu uma pensão vitalícia, até hoje não mereceu sequer ser nome de rua na cidade de Oeiras! Será que foi pequeno o sacrifício?!

CASIMIRO JOSÉ DE MORAIS SARMENTO — o primeiro piauiense que recebeu o grau de doutor em direito no Brasil, nasceu em Oeiras, em 1813. Bacharel e doutor em direito, advogado, secretário de governo no Maranhão, deputado, Presidente da Província do Rio Grande do Norte, aos 32 anos de idade, Presidente da Província do Ceará, Diretor da Instrução Pública e Inspetor da Tesouraria da Fazenda no Maranhão, Lente Catedrático da Escola Militar no Rio de Janeiro, Major Honorário do Exército, Comendador da Ordem da Rosa, Casimiro de Moraes Sarmento de tal maneira se houve no desempenho dos diversos cargos que ocupou, com proficiência e probidade, tantos e tão relevantes serviços prestou ao Brasil, que se impôs à admiração e ao respeito de seus concidadãos. Além de mestre da oratória, foi jornalista de alto mérito e primoroso escritor.

Voltou à terra natal em 1852. Aqui foi redator do jornal "O Oeirense" e ainda trabalhou como advogado. Faleceu em

1860. Será que um vulto de tal porte, que deixou de ser cidadão de Oeiras para ser do Brasil, não merece ter o nome gravado numa placa de rua na cidade em que nasceu?!

FRANCISCO DE SOUSA MARTINS — o financista, nasceu no ano de 1805, em Jaicós, então município de Oeiras. Iniciou os seus estudos de direito na Universidade de Coimbra, que teve de abandonar por motivos de ordem política, regressando à pátria onde se formou na Faculdade de Direito de Olinda. Bacharel, Juiz de Direito de Oeiras, Juiz dos Feitos da Fazenda e Chefe de Polícia no Rio de Janeiro, deputado em várias legislaturas pelo Piauí e pelo Ceará, Presidente da Província da Bahia, com apenas 29 anos, Presidente da Província do Ceará, orador fecundo e facundo, escritor de renome, jornalista, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Sousa Martins sempre se houve com brilhantismo no decurso de toda a sua grande vida. Várias vezes convidado para a pasta da Fazenda, segundo nos informa Pereira da Costa, jamais a aceitou, embora fosse um oráculo em finanças. Dele, ardoroso adepto da política conservadora, com a ressalva de não haver tido outro mais partidário, disse o escritor Paulino Nogueira que ao Ceará não fora administrador de mais talento e ilustração. E Sousa Martins, como bem o afirmou um seu biógrafo, "foi muito menos do que devia e podia ter sido".

Doente, sentindo a aproximação do fim, trocou a Capital do Império pela sua velha Oeiras e voltou para dormir o último sono no seu Piauí, a que tanto quis e sobremodo engrandeceu. Faleceu em 1857, com 52 anos. Pois bem, este homem, a exemplo de seu irmão Manuel Clementino e outros coestaduanos ilustres, ainda não mereceu nem mesmo a homenagem de ter o nome num modesto logradouro na cidade de Oeiras!

MARCOS ANTÔNIO DE MACEDO — o cientista, nasceu no ano de 1808, em Jaicós, na época pertencente à comarca de Oeiras. Bacharel pela Faculdade de Olinda, advogado, magistrado, literato, grande cultor da botânica e da mineralogia, deputado provincial no Ceará, deputado à assembléia geral pelo Piauí, presidente de sua província natal em 1847/1848, Marcos Macedo se impôs à admiração de seus contemporâneos e ao respeito dos pósteros. Mais de uma vez foi à Europa, sendo uma delas em missão científica do governo cearense. Cientista e escritor de alto mérito, deixou vários escritos sobre literatura e inúmeros trabalhos relacionados às suas investigações científicas, uns em português e outros em francês. Foi, conforme tudo indica, o pioneiro da idéia da construção de um canal ligando o Rio São Francisco ao Jaguaribe, no Ceará, e que certamente modificaria, de maneira a mais sensível e promissora, a feição do Nordeste, periodicamente castigado pelo fenômeno das secas, que tanto o afligem. E este homem, que se distinguiu de modo notável nas letras, nas ciências e na administração, e que já é nome de rua em Fortaleza, até agora não foi lembrado por Oeiras. Acaso, ele, que tanto honrou o nome do Piauí, não é merecedor de uma homenagem da cidade de onde dirigiu os destinos de sua província?

SINHÁ SOIDO — por que Sinhá Soido não é nome de rua, de grupo ou de escola em Oeiras? Porventura haverá alguém aqui nascido, por maior que tenha sido ou seja, que mais o mereça? Não, respondemos nós mesmos, porque ela foi a Mestra, a Grande Mestra, a Primeira Mestra, de gerações e gerações de filhos desta terra. Foi uma vida, toda ela, dedicada à instrução, ao ensino das primeiras letras. Anos a fio, da mocidade à velhice, na prática de um verdadeiro sacerdócio, ensinou os meninos de Oeiras, ricos e pobres. E quando cobrava — para assegurar a própria sobrevivência, porque desprovida de recursos materiais — dos que podiam pagar, era pequena importância. Muitos estudavam sem qualquer paga, gratuitamente, mas poucos o sabiam!

A sementeira que fez no jardim da infância de Oeiras de outros tempos, levando as luzes de seus ensinamentos a centenas, talvez milhares de crianças, não foi em vão; ao contrário, das mais proveitosas, tanto que daquelas tenras plantinhas muitas árvores frondosas tivemos: homens e mulheres que, pelo saber, pelo trabalho, pelo patriotismo, souberam ser dignos de tão digna Mestra.

Ao recordarmos nomes de piauienses ilustres, tão intimamente vinculados à nossa terra, não podíamos esquecer o de Sinhá Soido, porque se o fizéssemos cometeríamos não apenas uma injustiça, mais ainda: uma ingratidão.

E nesta hora em que de público, o coração a palpitar descompassadamente e os olhos enevoados pela saudade, evocamos a tua austera, mas simpática e bondosa figura, primeira e inesquecível mestra, queremos, com a solidariedade, estamos certos, de todos os que foram teus alunos, numa homenagem filial, não de pé, como antigamente, mas de joelhos, beijar, profundamente comovido e sinceramente agradecido, a tua mão: Tia Sinhá!

oo

Muito de propósito, silenciemos em relação a fatos de nossos dias, porque será melhor que sobre eles falem os que vierem depois. Um, no entanto, pela sua magnitude, merece registro especial, razão por que não podemos deixar de dedicar-lhe algumas palavras: a criação da Diocese de Oeiras. Do significado de tão relevante acontecimento, tivemos já provas, as mais

evidentes, valiosas e insofismáveis. O padre, como já o dissemos, traz, com a sua missão evangelizadora, frutos os mais opimos às terras e às gentes a que se consagra. E quando este padre vem revestido de báculo e mitra, aí então as dádivas são as mais benfazejas e meritórias. Cumpre, porém, que os diocesanos não saibam apenas receber, porque mister se faz que também aprendam a dar. Devemos, por conseguinte, estar atentos às nossas responsabilidades para com a Igreja, não poupando esforços no sentido de apoiar sempre e cada vez mais as iniciativas sadias de nosso ilustre prelado D. Frei Edilberto Dinkelborg, mesmo porque, não nos iludamos, outros, de menores tradições mas de maiores recursos, bem que almejam o privilégio de um bispado.

Já que falamos na Diocese, não podemos esquecer o nome de quem, pelo muito que fez desprendida e honestamente, se impôs à gratidão desta terra. Referimo-nos ao Cônego Antônio Cardoso de Vasconcelos que, num período de dezessete anos, foi vigário de Oeiras. A ele, o "Cônego Cardoso", como era por todos conhecido, muito ficamos a dever, nós, os oeirenses, pois além de benefícios outros, sem conta, de que tão fértil foi o seu apostolado à frente da Paróquia, há a salientar a atuação ímpar na campanha em prol da criação de nossa Diocese, campanha em que se desdobrou na labuta cotidiana, desinteressada e entusiasticamente, e da qual foi cérebro e coração. Ao benemérito sacerdote portanto, que vive ainda na lembrança dos que o conheceram e reverenciado deve ser por todos os filhos da terra, as nossas saudosas homenagens.

E aqui, também, uma palavra de saudade ao Fundador da Diocese, o nosso primeiro bispo, D. Francisco Expedito Lopes, que à natural virtude de bom sacerdote e ao poder espiritual de bispo, aliava a firmeza de condutor de homens e a bondade de pastor de almas. Para ele, que tanto fez por Oeiras, as nossas preces. Deus o tenha no céu!

oo

Chegamos ao fim. Resta-nos agora formular, como ora o fazemos, os mais fervidos votos pela constante prosperidade de nossa terra; terra que a todos nós serviu de berço; terra onde viveram e onde dormem o sono derradeiro os nossos Pais, de saudosa e imperecível memória, a quem tudo devemos e para os quais, num preito de justiça e imorredoura gratidão, temos, neste instante, voltados o coração e o pensamento; terra que guarda já os restos mortais de outros entes queridos, em lembrança dos quais deixamos, sentidamente, uma lágrima de saudade; terra onde nascemos e para onde quiséramos, "se imitar pudéssemos aqueles animais e pássaros oriundos de certa floresta cantada em

versos por um poeta polaco", de que nos fala Joaquim Manuel de Macedo, "ao sentir a aproximação da morte, poder vir correndo ou voando" para aqui exalar o último alento; terra boa e dadivosa, a mais encantadora de todas as terras: Oeiras!

OEIRAS — VIAGEM SENTIMENTAL

Dagoberto Carvalho Jr.

Em 1676 os currais dos prepostos de Garcia d'Ávila haviam já assegurado a colonização dos sertões que um século mais tarde vieram a constituir a Capitania de São José do Piauí. Marco fundamental da presença e da ação pioneiras desses vaqueiros ousados, que transpuseram em nome do Rei e da Casa da Torre as ribeiras do São Francisco e do Canindé, a Fazenda Cabrobó, plantada às margens do Riacho da Mocha. Grande destino histórico, o dessa fazenda remota — centro geográfico de nova região fisiográfica — o de aglutinar os colonos perdidos nas trilhas nostálgicas das chapadas distantes. O de fazer-se eleger para residência pelo próprio Mafrense, colonizador e senhor de quase todo o "Sertão de Rodelas".

Vinte anos depois do primeiro curral, em 1696, chegava à fazenda longínqua, ao povoado nascente, a Igreja Católica. A Igreja de Deus e do Estado. Chegava com o Padre Visitador Miguel de Carvalho, com a pequenina Capela de Nossa Senhora da Vitória, com o Reverendo Cura Thomé Carvalho da Silva.

Em 1712, a 30 de junho, era o povoado elevado à vila. Desígnios de "El Rei, Nosso Senhor". Era a Vila da Mocha. Sua instalação solene, demorou cinco anos. Deu-se a 26 de dezembro de 1717. No ano seguinte, criava-se, separada da do Maranhão, a Capitania do Piauí. Seria, virtualmente, a Vila da Mocha, única de todos esses sertões, o centro da nova Capitania. E, o foi de fato.

Em setembro de 1759, fazia-se sede do Governo ainda vila. Recebia em festa, o primeiro governador, João Pereira Caldas. Viveria nos anos seguintes, seus dias de fausto. A 19 de junho de 1761, era cidade e capital da Capitania "com todas as honras, prerrogativas e privilégios inerentes às novas hierarquias conferidas". No dia 13 de novembro do mesmo ano, por imposição do mesmo Governador, passou a cidade a chamar-se Oeiras

do Piauí e a Capitania, São José do Piauí. Homenageava-se, com o nome da cidade, o todo poderoso Primeiro Ministro do Reino, então Conde de Oeiras, o futuro Marquês de Pombal. Com a nova denominação da Capitania, o Rei, D. José I.

O ano de 1823, assinala a adesão do Piauí à Independência do Brasil. Liderou o movimento de 24 de janeiro, o Brigadeiro Manuel de Sousa Martins. Antecedeu-o, na Capital, em 13 de dezembro do ano anterior, o levante que passa à história como "Episódio das Chibatadas".

Em 1852, com a mudança da Capital, perdeu a hegemonia que desfrutara desde o alvorecer da colonização. Fato de incalculáveis consequências, reflete-se este, hoje ainda, no espírito de nossa gente e em sua decadência conformada de cidade esquecida.

PRAÇA DA MATRIZ

A Praça das Vitórias ou, mais popularmente Praça da Matriz, não teve seu delineamento inicial regulamentado por lei. Isto veio a acontecer no Piauí, só a partir de 1761, ano em que se expediu a Carta Régia relativa a "urbanização" de novas Vilas que então aqui se criavam. Diz a Carta: "determineis o lugar mais próprio para servir de Praça a cada uma das ditas Vilas, fazendo levantar no meio delas, o Pelourinho, assinando área para edificar uma Igreja, etc". É interessante notar que foi a mesma Carta Régia normativa desse planejamento urbano, que elevou à Cidade, com o nome de Oeiras, a Vila da Mocha.

Em 1761, o povoado que nascera desde 1697 em torno da Igreja naquele ano construída em terras da mafrensina Fazenda Cabrobó, às margens do Riacho da Mocha, já se havia tornado o mais populoso centro dos sertões do Piauí. Suas ruas e praças já estavam, portanto, delimitadas ou esboçadas. A Carta Régia, possivelmente, terá orientado novas construções, corrigido alguns erros, impedido eventuais infrações. A Praça das Vitórias, portanto, presente da Igreja da mesma Senhora, era já o centro da Vila desde os seus primórdios.

Na ala nascente da Praça, estão a Igreja, primeira Matriz do Piauí, hoje Catedral de Oeiras e à sua direita, o Sobrado João Nepomuceno, atual sede do Bispado. À esquerda, ergueu-se outrora a imponente Cadeia Pública. Na ala oeste, resistem a

Casa do Cônego João de Sousa Martins e a do Cirurgião-Mor José Luiz da Silva, também dos primeiros anos do século XIX. Ao Norte, o Sobrado dos Ferraz. Nessa ala existiram, vizinho ao sobrado, o alpendrado Quartel da Milícia e, à esquerda daquele, a velha Casa da Fazenda Real. Esta, com quatro portas e nove janelas de frente, existiu até 1960. Na ala Sul, estão duas das mais antigas casas da cidade. A da esquina, hoje residência do Dr. Antonio Gentil, o foi em tempos outros, do Des. Benedito Martins que a houvera por herança. Em 1972, a casa perdeu 7,5m de frente, espaço correspondente a duas portas e modificou-se internamente para que se alargasse o "beco" que liga à Praça, a Rua Brigadeiro Manuel Clementino. Perdeu também as rótulas fixas do peitoril da sala de jantar. A outra, contígua, pertencente hoje à mesma família, é a lendária Casa das Armas.

Até por volta de 1935, existiu a "Calçadinha" pavimento de pedra lavrada de aproximadamente um metro de largura, encravado em calçamento de seixo rolado. Estendia-se do Quartel à embocadura da então Rua da Amargura, atual Brigadeiro Manuel Clementino.

Ladeando a Matriz, a antiga Cadeia, o Sobrado Nepomuceno, lâmpioes de gás iluminavam a velha Praça. Em, 1937, a 7 de setembro, inaugurava-se a iluminação elétrica. Havia mais lâmpioes. Uma na esquina da Casa do Cônego, um na calçada da antiga Casa das Armas, outro na esquina da lendária Casa de Câmara, outro na da casa do Cel. Benedito Brito, hoje da viúva Natu Reis e outro mais na esquina da Casa da Fazenda Real, quase na Travessa do Conselho.

IGREJA DE N. S. DA VITÓRIA

A atual Igreja de N.S. da Vitória, construída no local em que como tal primeiro a fizeram em 1697, os Padres Miguel de Carvalho e Thomé Carvalho da Silva e "os homens bons de todos esses brejos", data de 1733. Como um todo ou, quase um todo. A Igreja atual, sofreu no correr desses dois séculos, poucas modificações. Poucas em número.

Em época posterior ao ano de 1809, foi — primeira significativa modificação — acrescida da torre esquerda que hoje serve de acesso ao coro e ao campanário. Este, era até os anos trinta deste século, alcançado por escada de pedra protegida pelo copiar lateral, existente até então à direita do templo. Aquele, continuava-se por um balcão à maneira de "friza" conhecido por "Tribuna" até as imediações de uma porta que comunicava o

alpendrado com a Nave Central. Deste balcão, assistiam o culto, as pessoas mais gradas da terra.

Até o ano de 1932, sofrera as modificações descritas. Desse ano, há uma descrição fidedigna de suas condições. As grandes e profundas transformações por que passou, somente a partir de então, tiveram início. As atuais Capelas laterais de São Vicente de Paula e do Sagrado Coração de Maria, então Sacristias, comunicavam-se respectivamente com a Capela Mor, através de uma pequena porta. Esta, situava-se à altura do atual primeiro arco, a contar do arco cruzeiro. Para o exterior, a comunicação dessas dependências, fazia-se por uma porta e duas janelas. Eram também mais baixas as velhas Sacristias. Não se comunicavam, como o fazem hoje, com as Capelas do Senhor Bom Jesus dos Passos e do Santíssimo Sacramento. Esta, foi outrora, a Capela do Coração de Maria. Na época, elas também só davam para a Nave Central e, já o faziam pelos mesmos arcos de cantaria. Anexo à Capela do Bom Jesus, existiu o "Gasômetro", de utilidade quando se fazia a gás a iluminação da Igreja. Comunicava-se com a Capela, por uma porta muito baixa, quase uma janela. Tanto o copiar como o corredor que se lhe correspondia à esquerda, comunicavam-se com a Nave Central por apenas uma porta. Do copiar, chegava-se a um dos púlpitos de pedra. Existiram dois. O da esquerda cedeu lugar ao atual. O da direita desapareceu. Deles representavam os personagens de nossas velhas Semanas Santas. Em 1950 foi aumentada em extensão a Capela Mor, sendo recuados o Retábulo e o Altar. Foi nessa época, construída em continuação a mesma Capela, a nova Sacristia. O piso de toda a Igreja era de tijoleira tamanho 40x40. As soleiras de portas e janelas, de pedra. Chamava a atenção pelo número, pela diversidade e pela arte, as lápides. A Matriz, é o grande cemitério de nossos antepassados. Seu atual patamar é de 1948. O primitivo, de pedra lavrada era limitado por muros, também de pedra.

PALÁCIO DO GOVERNO

Com o nome de Sobrado do Major Selemérico, conhecemos hoje o antigo Palácio de Zacarias de Góis e Vasconcelos, presidente da Província do Piauí de 23 de julho de 1845 a 7 de setembro de 1847. Fecunda administração, a do futuro Conselheiro. Já não há mais dúvidas de que o Sobrado em questão não existia em 1839. Gardner não o menciona. Há de estar mais uma vez com a razão, a tradição oral de nossa gente. Já o aceitara

como obra do Presidente Zacarias, Thedim Barreto, comentando em seu valioso trabalho sobre a arquitetura piauiense: "Alguns deles são notáveis tais como: o de G.E. Costa Alvarenga e a antiga residência do Conselheiro Zacarias, ambos em Oeiras, etc". O Brigadeiro Sousa Martins levara para sua casa, o Palácio. Com seu afastamento, viu-se sem sede o Governo. Problema grande que enfrentaram os seus sucessores imediatos. Rio Pardo que assumiu em 9 de setembro de 1844, não conseguiu instalar-se senão em modesta casa cujas ruínas chegaram até nossos dias, na hoje Praça Costa Alvarenga.

O quarto de nossos sobrados (hoje, terceiro, ruíu o da Cadeia que "acabara de ser construído" em 1839), voltou há poucos anos, a pertencer ao Estado, por compra à Diocese de Oeiras. Ao mesmo Estado por quem e para quem fora construído e de quem o adquirira por arrematação em 15 de maio de 1895, o Cel. Noberto Rodrigues de Carvalho. Na partilha de seus bens arrolados em inventário, consta: "Um sobrado de um só andar à Rua do Tanguitá desta mesma cidade, com duas portas e cinco janelas, digo quatro janelas de frente, havido por compra pelos inventariados (Noberto Rodrigues de Carvalho e Ana Teixeira de Sá Carvalho, sua mulher) à Fazenda Estadual deste Estado".

CASA DE CÂMARA E CADEIA

O Sobrado dos Ferraz, atual Círculo Operário, "um prédio sobrado com 18,85m de frente e cinco portas e cinco janelas; 17,87m na parte que dá para o beco e quatro portas e quatro janelas para o mesmo beco com fundos de um e outro lado correspondentes; compartimentos térreos: um corredor, um quarto, um salão, duas salas, o rol de escadas; primeiro pavimento: dois quartos e dois salões", tem sua história perdida no passado longínquo e pouco documentado da velha Capital.

Tem-se como certo, ter sido comprado ao Estado pelo Cel. João Batista Ferraz que o "restaurou" entre os anos de 1880 e 1890. Dona Mundoca, a última "dama do Sobrado", viúva do dito Coronel, contava sua estória. Que fora ali, a Cadeia. A Casa da Força. Estas, talvez as estórias que povoaram de fantasmas lendários, os corredores do Sobrado.

O prédio foi construído para a Casa de Câmara e Cadeia de Oeiras, pelo Governador Carlos César Burlamaqui, entre os anos de 1806 e 1809. Estava efetivamente concluído em 1810. Desse ano é valioso depoimento de Francisco Xavier Machado sobre a cidade "...parece-me não ter, a exceção da Câmara, uma

única casa de sobrado". Ficava contígua ao Quartel da Milícia, construção também de Burlamaqui, hoje desaparecida.

Mantém o Sobrado de Dona Mundoca — assim foi conhecido por dilatados anos — sua velha e pesada estrutura, acrescida apenas, em 1956, de um mirante.

PALÁCIO DOS BISPOS DE OEIRAS

VER PÁG. 1420 NO. 3

Sobrado João Nepomuceno. Este o nome oficial do atual Palácio dos Bispos de Oeiras. Pouco se sabe a seu respeito. Apenas, que desde fins do século XIX, pertenceu aos Ferraz. Em 1900, ali residia o Cel. Alano Beleza, casado com D. Clotildes Ferraz. Anos depois, adquirido pela Intendência Municipal, serviu-lhe de sede já na terceira e quarta décadas do século atual. Em 1929, era o Grupo Escolar Costa Alvarenga que muito impressionou Thedim Barreto. Achou-o "notável" e comentou tratar-se de um prédio da primeira metade do século passado.

O que mais se pode dizer, é bem pouco. Pereira da Costa só foi pródigo na biografia do Capitão-Mor João Nepomuceno de Castelo Branco, seu construtor. Sabe-se que o mesmo, já em 1817 recebia Carta de Brasão de Armas. Fora de dúvidas, o mesmo Brasão que se encontrou até 1930 na fachada do Sobrado e tido como dos Castelo Branco ou dos Burlamaqui. Há poucos anos, pareceu ficar provado por estudos do ilustre genealogista Dr. Josias Clarence Carneiro da Silva, não se tratar do brasão de nenhuma daquelas famílias. Hoje, estamos certos de que a tradição oral está com a razão e o mesmo é de fato, o concedido ao Capitão-Mor. O que se encontra no Arquivo Público, é o do Barão de Castelo Branco: Mariano Gil, ancestral menos remoto dos atuais do nome que o tomaram como de família.

É possível, portanto, que construído e de início habitado pelos Castelo Branco de João Nepomuceno, tenha o velho Sobrado, com o falecimento do Capitão-Mor, passado por compra ou herança através de sua filha única Maria Benedita da Encarnação Castelo Branco, aos Burlamaqui Ferraz.

Externamente, em nada o tempo o mudou. Internamente, adaptou-se, nos anos quarenta, às novas funções de Palácio de Bispos. De mais significativo, a substituição total do teto.

CASA DO CÔNEGO

A casa de número 37 da Praça da Vitória, hoje pertencen-

te ao Sr. Lourimar Clemanceau de Carvalho, foi construída na primeira metade do século passado, pelo Brigadeiro Manuel de Sousa Martins para o filho Padre, o futuro Cônego João de Sousa Martins. Ali residiu o então pároco da Freguesia de N.S. da Vitória, por longos anos. Foi Vigário colado de Oeiras.

A casa mantém-se em sua estrutura original. Segue o padrão "clássico" das moradas do Piauí. A planta em "U" de Thedim Barreto. Não nos constam reformas outras além da de 1948. Esta descaracterizou-lhe toda a fachada principal. Realizou-a o Dr. Antonio Santana Ferreira de Carvalho, substituindo por cornija, o beiral triplo e fazendo deslocar o nível das janelas. Foram conservadas as paredes. Todas. De pedra, a da frente. De taipa, todas as outras. São também originais os arcos da Sala de Jantar e um "óculo" ornado sobre a porta de acesso à mesma sala. Na mesma época, foram demolidos, por arruinadas, quatro dependências da ala norte.

Sucessivamente, pertenceu ao Cel. Achilles Leôncio Pereira Ferraz, seu filho Antônio Leôncio Pereira Ferraz e D. Maria Josefa Clementino Martins.

CASA DO VISCONDE

Tem-se como certo ter sido seu primeiro proprietário, o legendário Brigadeiro Manuel de Sousa Martins, que ao depois, Visconde da Parnaíba, emprestou-lhe o nome com que passa o tempo presente. Sua construção remonta aos últimos anos do século XVIII. Sousa Martins era Cel. Comandante da 5a. Companhia de Cavalaria de Milícias, já em 1815. Família criada entre a Serra Vermelha, fazenda da família, e a casa grande da cidade.

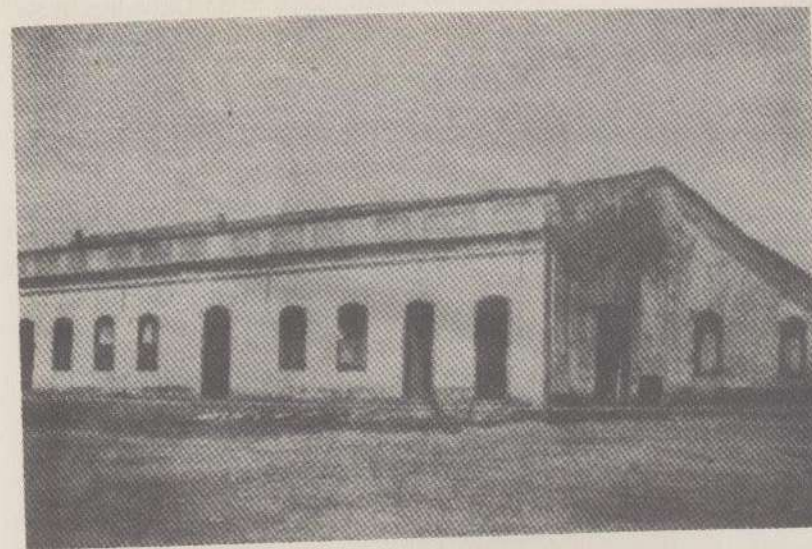
A mais notável descrição remota da velha casa, dá-nos George Gardner em a sua "Viagem ao interior do Brasil". Testemunho de 1839. "O palácio, como é chamado, situa-se na parte mais alta da cidade, tem um só andar e é de aspecto muito ordinário. Havia na frente da casa, um pavimento de poucos pés de largura, etc". E, continua: "Após quinze minutos de espera no saguão, fui introduzido em uma grande sala, com duas pequenas mesas, um sofá e poucas cadeiras".

A casa, no correr dos anos, veio a pertencer sucessivamente ao Cel. Salustiano de Holanda Campos, Sr. Domingos Piauilino de Holanda Campos, ao Cel. Euclides Clementino de Sousa Martins, ao Capitão Virgolino Vaz da Costa e ao Sr. Pio de Sousa Mendes. Hoje, pertence à viúva deste, D. Maria de Carvalho Mendes. Em 1930, sofreu sua mais profunda e significativa transformação. Recebeu sob a orientação do Capitão Vaz da

Costa, o platibanda e as "pinturas" de Chico Paulino. A fachada ostentava beiral triplo: "beira, eira e sob-eira". Até o ano de 1947, contava ainda com quatro portas e cinco janelas de frente e uma porta e duas janelas no oitão sul. Internamente, não sofreu modificações. Preservam-se, intactos, o saguão, os dormitórios e as salas. A de jantar e a de rezar. Esta, a nossa muito familiar "Sala do Santo".

Serviu de Palácio do Governo durante toda a longa administração de seu primeiro proprietário, o todo-poderoso Brigadeiro Sousa Martins. Palácio entre os anos de 1823 e 1843, com duas pequenas interrupções, acreditamos. Tudo faz crer que o próprio Conselho do Estado, durante todos esses anos, tenha funcionado em dependências da velha casa. Outra não teria sido a razão de chamar-se até bem pouco, a Praça onde se situa, de Praça do Conselho.

Na Casa do Visconde, tramou-se a conspiração de 24 de janeiro de 1823. Dela saíram armados para a luta, os heróis piauienses da Balaiada. Nela teceram-se as intrigas do velho Partido Liberal. Dela emanou, por vinte anos, a palavra de ordem no Piauí.



Casa do Visconde da Parnaíba — Séc. XVIII. Fotografia de 1947.

IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário, construída para Capela do Hospício Jesuíta da Vila da Mocha em data posterior ao ano de 1711, sofreu em 1937, significativa transformação. Foi totalmente demolida a Capela Mor. A primitiva era de menores proporções. Em continuação à que então se fez, construiu-se nova Sacristia, em substituição a lateral, cujos alicerces existem à direita do templo. Continuando-a, existiu uma outra capela por onde se chegava ao púlpito, que se conserva na Nave Central. O retábulo e altar mor atuais, datam também da época das demolições. A Nave Central é tudo o que resta da antiga Capela do Hospício. Conservam-se os altares laterais, o coro e balaustrada de madeira trabalhada que a divide, acompanhando a diferença do nível do piso. Este, teve as tijoleiras substituídas por ladrilhos hidráulicos, já em 1952. A torre, é apêndice já da época da alvenaria. A esquerda do templo, ergueu-se o Hospício.

CASA DO PATRONATO

Primeira residência das Irmãs de Santa Teresa em Oeiras, pertencia a Casa do Patronato já no início do século, ao Major Selemérico Newton de Carvalho. Ali residiu a velha Professora Sinhá Soido. Depois, o Dr. José Epifânio de Carvalho, o Sr. Eliseu Barroso de Carvalho e o Sr. Raimundo de Sousa Moura. Na administração Laurentino Pereira Neto, foi adquirida pela Municipalidade. Já em 1950, era sede do Instituto Nossa Senhora de Fátima, sob orientação do Pe. João Batista Pereira. Em 1951, era o Patronato Nossa Senhora de Fátima, das Irmãs de Santa Teresa. Daí o nome que a velha Casa tem hoje. Quando de sua transformação em escola, adaptaram-se no corpo da casa, algumas salas de aula. Externamente, sua fachada é a mesma. Mantém-se também o partido original em "L" com "mei água" à direita. Do início do século, são os muros de "adobo cru" cobertos de telhas, tão em voga na cidade daquele tempo. Sua construção é anterior ao ano de 1809.

CASA DO PADRE FREITAS

Sabe-se que a casa em estudo foi durante todo ou quase todo o seu paróquiato, a residência do Padre José Dias de Freitas, o "Padre Velho". Sua construção, tudo faz crer, pelo mesmo Sacerdote (não há referência em seu inventário à maneira

por que a houve, indicação constante em documentos dessa ordem) deu-se por volta de 1880. Em 1912, foi descrita como "uma casa de taipa sita nesta cidade à Rua das Flores com uma porta e dez janelas de frente, avaliada por 500 mil réis". Interna ou externamente, não sofreu modificações neste século.

CASA DO DR. ANTONIO GENTIL

A atual residência do Dr. Antonio Gentil de Sousa Mendes, na extremidade oeste da ala sul da Praça da Matriz, pertenceu anteriormente, já em 1900, ao Desembargador Benedito Martins de Carvalho. Houvera-a, por herança, dos pais de sua mulher, D. Rosa de Holanda Carvalho. A dita senhora, falecida em 1961, com 93 anos de idade, contava que a casa pertencera a uma sua avó de mesmo nome. Em 1972 a Prefeitura Municipal, julgando de utilidade pública o alargamento do "beco" que a limita, levou a cabo a execução do projeto, sacrificando algumas dependências da velha casa. A demolição correspondeu na fachada a 7,5m. Por conta disto, foi a sala de jantar dividida, desaparecendo as rótulas fixas de seu peitoril.

CASA DAS ARMAS

A antiga casa residencial do Desembargador Cândido Ferreira de Sousa Martins tem uma característica especial: a simetria com que são distribuídos os seus cômodos. Foi descrita no inventário de D. Irmina Clementino de Sousa Martins, como "uma casa de telhas à Praça das Vitórias, antiga da Matriz, com uma porta e oito janelas de frente". Adquiriu-a por compra (200 mil réis), o Desembargador Cândido Ferreira de Sousa Martins a Manoel Lopes Teixeira. Lopes Teixeira residia em Teresina, onde a arrematara ao Estado como tendo sido a Casa das Armas. A escritura é de 7 de abril de 1900.

CASA DO PASSO

Pouco se sabe sobre a chamada Casa do Passo, hoje pertencente aos herdeiros do Capitão Sebastião Eloy de Moura Nunes. Localiza-se na antiga Rua do Passo, atual Rua Conselheiro Coelho Rodrigues, esquina com Luiz Rêgo, tradicional Rua do Fogo. Adquiriu-a o Capitão Sebastião Nunes, por compra, ao Sr.

Miguel Oliveira que a houvera por herança (sua mulher) do Cel. Luiz Rego. Durante os anos 30, foi a velha casa a conhecida "Pensão de Doninha Rego". O Passo anexo, diz a tradição, sempre existiu ali, como tal. E, fato interessante, a procissão do Senhor Bom Jesus dos Passos, remonta à terceira década do século XIX. A estrutura da casa, interna ou externamente, não se alterou.

CAPELA DO CEMITÉRIO

A Capela do Cemitério do Santíssimo Sacramento, de Oeiras, foi concluída em 1869. Construiu-a o então Presidente da Mesa Regedora da Irmandade do Santíssimo Sacramento, da Matriz de Nossa Senhora da Vitória, o Dr. José Luiz da Silva Moura, à época também Juiz de Direito da cidade. Era Pároco, o Cônego João de Sousa Martins. Capela e Cemitério pertenceram, portanto, à dita Irmandade. Os homens de cor ou que a ela não pertencessem eram sepultados no Cemitério de São Benedito, que também foi construído por uma Irmandade, a de São Benedito, do Rosário. A Capela conta com três vãos intercomunicados. Cada um deles dá para o interior por uma porta, sendo a do principal, de largura dupla. Nele estão sepultados, entre outros, D. Maria Raimunda de Sousa Moura, esposa do Dr. José Luiz e o Cel. Elias de Sousa Martins, "Comandante Superior da Guarda Nacional". Fato interessante, o de haver falecido esse Coronel em 1866. Isto nos leva a crer que sua construção tenha tido início naquele ano, porquanto não era hábito em nosso meio a translação de restos mortais. No vão esquerdo, estão sepultados o Cel. Raimundo Nogueira de Sá, D. Irmã Clementino de Sousa Martins, D. Eulália Clementino Martins de Carvalho e Casimiro Clementino de Sousa Martins. No direito, Joaquim José de Sousa Reis e sua mulher, D. Antonia de Sousa Reis. Neste compartimento existe uma pia talhada em pedra. No central, um óculo, na parede de fundo. A Capela foi completamente restaurada em 1971, sendo substituído todo o teto originariamente de carnaúba.

PENSÃO PORTELA

Sabe-se apenas, que a casa onde funcionou de 1932 a 1964 a Pensão Portela, pertencia em 1900 a um certo Aristide de tal. Nessa época, ocupou dependências suas a Escola do Professor Rafael de Farias, uma das mais tradicionais da cidade em

todos os tempos. Havia já nessa época, na esquina que dá para a rua do Padre João, um dos velhos lampiões de gás da iluminação pública. A Rua em que se situa, hoje Getúlio Vargas, já foi Rua do Isidro e Rua da Madeira. Antes de ser Pensão Portela, foi residência do Sr. Lourenção Oliveira, comprada que fora pelo Sr. Miguel Oliveira. Conserva-se internamente. Externamente, sofreu profunda transformação em 1957.

O PIAUÍ E A UNIDADE NACIONAL

Bugyja Britto

Três fatos caracterizaram o Piauí como unidade ou membro da Pátria Brasileira.

O primeiro decorreu de sua colonização diferente da que houve no país, quando se tratava de uma região possuindo costa marítima. A colonização foi feita do sertão para o mar, ou para empregarmos uma expressão de fundo geométrico, mas bastante usada na linguagem literária: do centro para a periferia.

O segundo fato foi a sua contribuição para a unidade política nacional. A luta que sustentou para expulsar os portugueses, livrando-nos de uma fragmentação territorial, não teve similar nos faustos dos acontecimentos militares do país. Aqueles matutos ou homens interiorizados e que eram os piauienses de há centos e cinquenta anos passados deram o mais expressivo contingente de sangue nas campanhas travadas para a conquista da Independência Nacional; a presunção histórica é de que, sem eles, ou melhor, sem o seu esforço, tenacidade, patriotismo e bravura, o Brasil teria deixado de ser uno do Amazonas ao Prata.

O terceiro fato, foi — ou ainda o é — o seu emperrado progresso ou tardio desenvolvimento, que deve ter por causas: a) o seu encerro geográfico ou difícil acesso à civilização brasileira, que durante muito tempo foi completamente litorânea; b) o regime extensivo da criação de gado, provocando o trabalho insubmisso e fazendo com que circunstâncias especiais pudessem imperar na formação da vida social, a ponto do Instituto da Escravatura, por exemplo, ser de precários efeitos, no meio; c) a falta de uma continuada corrente imigratória não só para desenvolver a produção, ativar o progresso e espalhar o interesse, como para alimentar, no futuro, a melhoria étnica do tipo e sub-tipo formados; d) o abandono da região pelo Governo Central, ou uma miopia dos estadistas nas questões de caráter administrativo e econômico do Brasil.

O segundo fato ou a sua apreciação é o que nos interessa, no momento, neste trabalho.

Parecerá a muita gente nos dias atuais que os lances de uma luta tremenda e a conseqüente vitória não seriam possíveis, dadas as condições negativas que o meio teria. Como seriam possíveis os comandos para os setores da luta, as provisões, os armamentos, a compreensão cívica do povo? — não serão perguntas seguidas para quem neste 1973 queira duvidar? Pois é precisamente neste ponto, isto é na dúvida, que haverá as respostas, numa modesta síntese mostrando ao leitor as condições positivas do meio.

Quando se feriu a luta, o meio e o habitante que este abrigava eram de primeira categoria. Três opiniões insuspeitas, porque de estrangeiros eminentes, confirmam a versão. A primeira é de MARTIUS, que em 1.818 perlustrou o sertão do Piauí, tendo estado em Oeiras (antiga capital) e áreas que podiam influir para uma descrição judiciosa, como fez. Diz Martius (Spix e Martius) no **Viagem pelo Brasil** (tradução portuguesa de Lúcia Furquim Lahmeyer, revista por Ramiz Galvão e anotada por Basílio de Magalhães, **Edições Melhoramentos**, S. Paulo, Tomo II, pág. 254): "O alimento animal e a ocupação dos sertanejos, nesta região, produzem surpreendente efeito na sua índole e temperamento. O genio alegre, folgazão, lhano, manifesta-se nas feições dessa gente bem nutrida, forte e trabalhadora. A tarefa de conter reunidas as inúmeras boiadas, de protegê-las contra as feras, ou de tocá-las para os cercados, exerce a resistência e a força física, de sorte que, em pleno país tropical, podem ser admiradas aqui a mesma robustez e a mesma operosidade dos homens nórdicos". É claro que a maior parte da população ou pelo menos dos fazendeiros e proprietários era européia, — e é isto o que nos diz Ferdinand Denis in **Le Brésil** (tradução da **Livraria Progresso Editora**, Bahia, 1.955 vol. II, pág. 154,) quando descrevendo a cidade de Oeiras, se refere ao povo: "O luxo não oferece coisa notável. Contudo, antes da última revolução (**luta da Independência**) a maior parte dos habitantes eram europeus". Denis se alonga na descrição do Piauí e, em certo trecho, diz: "Graças ao Parnaíba e a seus afluentes, graças sobretudo a seus excelentes pastos, o Piauí é destinado a tomar, um dia, maior importância que o Ceará e mesmo que o Rio Grande do Sul. Tal tem sido em poucos anos a propagação dos gados nestas paragens, tal a superioridade incontestável dos rebanhos, que se tem quase completamente abandonado as tentativas de agricultura, ou, para melhor dizer, tem-nas resultado, inúteis".

A terceira opinião estrangeira é de George Gardner, botânico inglês que nos deixou um livro excelente sobre o Brasil

(**Travels in Brazil, 1.836-1.841**). Gardner perlustrou o Piauí em 1.839, vendo os seus campos, caatingas, matas, chapadas, vales, baixões, fazendas e habitações; na então Província piauiense colheu matéria para sua ciência (botânica), clinicou e operou doentes na cidade de Oeiras, pois era médico afamado, e, finalmente, reafirmou as boas qualidades do povo, capacitado a empreender vãos mais altos de vida, tais como amar a Liberdade e sentir o Civismo. Gardner só em Oeiras esteve 4 meses, de 12 de Março a 22 de Julho de 1.839. E, não obstante fazer 16 anos que a Província se tinha emancipado politicamente, a situação não tinha baixado a níveis considerados inferiores no sentido econômico e de progresso latente.

Com a nomeação em 31 de Julho de 1.758 do primeiro Governador da Capitania, esta então recém-criada (Governador João Pereira Caldas, um administrador de notáveis qualidades como se pode constatar hoje, ao fazer-se um exame detido) começou pouco a pouco a emigração. O Governador Pereira Caldas que tomara posse do cargo a 20-9-1.759, prestara ao Reino boas informações a respeito da terra, tais como pastagens, clima, salubridade, etc., de forma que apareceram na Península muitos interessados em se estabelecerem na recém-criada Capitania. Oficial e oficiosamente ia começar a emigração. O Governo de Lisboa começou a doar terras àqueles que lhe eram afeiçoados por prestação de serviços: fidalgos, nobres, afidalgados e gente de boa espécie, em que se incluíam ex-militares e doutores, foram beneficiados com a liberalidade reinol.

Pois foi esse imigrante, na maioria portador de apreciáveis qualidades humanas, que iniciou o povoamento no Piauí, estabelecendo-se na região que João Pereira Caldas tinha praticamente delimitado: do Atlântico, no norte (2º, 54' graus de latitude) até a serras no sul (9º, 15' graus de latitude) deixando ao Oeste o rio Parnaíba e a leste outras serras. Basta se saber que Caldas instalou as primeiras 6 vilas, que tinham sido criadas, e dentre elas a de Parnaguá (ou Paranaguá), distante de Oeiras mais de 100 léguas; ele fizera o percurso de Oeiras a Parnaguá, em 1.762, a cavalo, para a instalação da vila e dar posse ao Juiz respectivo.

O côlono recém-chegado instalou-se com os modos e costumes da Península, mas com o perpassar do tempo recebeu outros **modus** e **processus** que o próprio meio ia compondo. Escolhido o terreno para a casa da moradia, feito o curral, selecionadas as cabeças para a criação e muitas vezes um cercado de pedras (costume da Península, onde a pedra era abundante e a madeira menos fácil, já, de aquisição), estavam aí os primórdios da fazenda.

Os anos passavam e os rebanhos cresciam, não obstante as secas, uma vez por outra, ocasionando muito prejuízo. No próprio ano (1.823) em que se decidiu dos destinos da luta emancipadora houve uma grande seca; em Março de 1.823, quando se realizou (no dia 13) a Batalha de Jenipapo, um dos mais brilhantes feitos das lutas emancipacionistas, as chuvas ainda não tinham caído na região, razão por que o sol era inclemente e o leito do riacho (Jenipapo), onde os dois exércitos se encontraram, um puro areal.

E se foi um emigrante relativamente bom que iniciou o povoamento, como já vimos, é claro que os seus descendentes não deixavam de herdar, na maioria, as qualidades paternas. Houve até alguns casos que portugueses de nascimento simpatizaram e ajudaram da maneira que lhes foi possível, o movimento emancipador, de 1.822/23; isso é uma prova de que existiram emigrados, adaptados e amando o Brasil, que não se pejaram de ficar ao lado dos **Independentes**, — como se chamavam os que almejavam ou lutavam pela causa nacional.

O regime do pastoreio é de índole tranqüila. O gado enchendo os campos e proporcionando cuidados que são muito mais atraentes **hobbies** do que encargos pesados, perpetua belos sentimentos e eleva os corações. O homem é dócil como o armento quando ele é pastor. A agricultura ou a produção de cereais que requer mais esforço, atividade mais penosa e choques econômicos mais tenazes, não tem a placidez atraente dos que labutam nas lides da pastorícia, que, como forma de trabalho, é livre como a imensidão do ambiente em que ela se opera; e, daí um complexo de sentimentos apreciáveis que se harmonizam no vaqueiro ou no homem que cria o gado. Todavia, não obstante a docilidade dada pelo bucolismo dos campos, o homem ergue-se como um titã quando está em jogo a quebra desse bucolismo. E foi o que aconteceu.

Sendo este o estado da Província, o grito de **Independência ou Morte** dado por D. Pedro I, em S. Paulo, a 7 de Setembro de 1.822, tinha de ter receptividade local. A notícia do grito, entretanto, só chegou ao Piauí, assim mesmo na vila da Parnaíba, a 19 de Outubro, ou seja decorridos 1 mês e 12 dias.

A notícia podia ter vindo para a Província pelo interior, via Bahia ou Pernambuco, eis que quase todo o comércio com o Rio de Janeiro e Sul do País era feito em costas de animal; através dos caminhos de tropa não ia apenas o gado — mercadoria que se transportava por si mesma — mas iam e vinham as alimárias carregando ou levando as fazendas, pessoas e correspondência; a notícia, entretanto, veio pelo mar, via Maranhão, que era Província limítrofe; São Luiz ou Tutóia eram portos que se comunicavam, embora precariamente, com a vila da Parnaíba.

Parnaíba (fora Oeiras, que era a capital, como já vimos) além de ser um centro econômico de valia, dispunha de uma coorte de bons intelectuais, entre os quais estava o Juiz de Fora, Dr. João Cândido de Deus e Silva. Pois este, ao lado de Simplicio Dias — o financiador do movimento, ali, eis que era um dos homens mais ricos da região — foi a alma do movimento libertador no município.

Mas vamos a outros acontecimentos que precederam o levante inicial, em Parnaíba.

D. João VI enfrentou dissabores de todos os tamanhos. A Guerra de Russilhão e o tratado de paz chamado de Badajoz, a partilha de Portugal entre a Espanha e a França, assinado em Fontainebleau por Napoleão em 1.807, a transmigração da família real para o Brasil com as perdas decorrentes de uma fuga, a regência do trono e o trono depois de 1.816, a regência em que uma autocrática administração do reino foi dirigida pelo general inglês Guilherme Beresford, a Revolução portuguesa de 1.820 e a conseqüente Constituição que ele teve de jurar, a **Vila-Francada** e a **Abrilada** em que correram parelhas a ingratidão do filho e a loucura da esposa, — fizeram-no um sofredor, um humilde, um clemente.

No Brasil, como Príncipe Regente e como Rei, não foram menos difíceis a sua posição e amarga a sua vida. A revolta de Pernambuco em 1.817, as eleições paroquiais com o consequente massacre na Praça do Comércio que se diz ser da estultice do filho D. Pedro (este depois Imperador do Brasil), a falada conspiração portuguesa contra ele, as discórdias com a esposa e um embarque quase que obrigado para a Pátria, onde aguardavam-no malogros e atos hostis, — são acontecimentos que se somam àqueles que se desenrolaram em Portugal de 1.807 até Abril de 1.821.

Com tudo isso, D. João não compartilhou da idéia de concordar com a Independência do Brasil. Se chegou, quando no Brasil, a praticar atos que podiam influir em nossa emancipação política, por outro lado desfazia esses mesmos atos; às vezes externamente dava amostras de liberalidade, mas internamente, como a gente pode sentir, devia-lhe doer a criação de nova Pátria. Todavia, forçado pelos fatos a reconhecer que a Independência era impossível conter, armou a idéia de que uma parte do País podia se constituir em Colônia de Portugal; com isso devia acalentar os campeões emancipacionistas, cuja maior parte residia e laborava no Rio e em S. Paulo, e beneficiar a si mesmo porque beneficiaria a sua Pátria. **Portugal não devia ficar sem colônia nesta parte do Atlântico** — era um pensamento que lhe pairava no espírito. O prestígio de nação colonizadora, um centro para emigrados e o comércio ativo de exportação e importação, e

em que auferia vantagens econômicas, não podiam ser perdidos. Com o Piauí, o Maranhão e o Pará as comunicações eram mais regulares do que as comunicações dessas 3 Províncias com o resto (Sul) do País; Lisboa e Porto tinham influências, nelas, mais ativa e cordial do que tinha o Rio — sede política do País. Daí as providências reinois de manter totalmente o Piauí, que fôra considerado um ponto estratégico para a missão. E, efetivamente, devia o ser. Em primeiro lugar por ser, então, uma Província rica (Fidié, no **Varia Fortuna dum soldado português**, livro em que narra episódios da Independência, assim a considerava), eis que o gado — riqueza pública e privada — dava-lhe destacada posição perante outras Províncias do País. Para o estrangeiro (depois da abertura dos portos do Brasil, em 1.808, é claro) o Piauí fizera-se exportador em larga escala, de gado e cereais; foi a Província que teve a primazia de ter as primeiras charqueadas no Brasil. Só com destino a Portugal existiam, antes e depois de 1.803, 3 vapores encarregados de conduzir carnes e bois em pé. Fora os sub-produtos do boi, inclusive os couros, e de matérias primas como o algodão, existia a exportação de cereais: o Piauí mandava para Lisboa e Porto gêneros alimentícios, de que se destacavam o milho e o arroz. Em segundo lugar porque o Piauí tinha uma posição privilegiada para a missão. Colocado na retaguarda lateral do Maranhão, ou melhor no Oeste fechando toda a superfície maranhense, seria normalmente uma continuação do Maranhão, suprimindo a este o que faltasse na produção e exportação, eis que São Luiz era também um porto de grande comércio com Lisboa. Em terceiro lugar porque o Piauí tinha fronteiras com a Bahia, com Pernambuco e o Ceará, podendo influir, num caso de necessidade, como estrada ou caminho militar; até para o norte de Goyaz, alcançando o Alto-Parnaíba e o Tocantins e, conseqüentemente o Pará, podia haver uma via estratégica. Admite-se que a área que ficaria como colônia e que compreendia do Piauí ao Pará, iria se juntar o resto da Amazônia, — dessa Amazônia que Portugal conquistara posteriormente aos espanhóis, tão cobiçada então, como possivelmente ainda agora.

Por tudo isso D. João VI nomeia para o cargo de Governador das Armas do Piauí o destemido cabo de guerra cujo nome completo era João José da Cunha Fidié. Sendo afilhado do Rei, — razão que reforçava a lealdade do nomeado, — instruções especiais foram expedidas ao lado do material de guerra, o mais moderno em uso na Europa de então, remetido com urgência para Oeiras. É conhecida a expressão interjectiva de D. João à hora da partida do seu afilhado: **Mantenha-se! Mantenha-se!...** Estrategista e poliglota, Fidié tinha servido nas lutas napoleônicas ao lado do tenente-coronel inglês Olivier. A sua ação militar

tinha sido admirável nos combates que as forças anglo-lusas, sob o comando supremo do Duque de Wellington, tiveram de enfrentar. É conhecida igualmente a pressa para Fidié assumir ao comando. Veio até sem receber a ajuda de custo a que tinha direito. O comando requeria pressa como ele mesmo o diz no seu livro **Varia Fortuna dum Soldado portuguez** (edição reimpressa pelo Governo do Piauí, 1.942): "Em 1.821 fui nomeado para o Governo das Armas da Província do Piauí, e por essa ocasião deveria ter recebido um posto e uma ajuda de custo, porém a urgência do serviço fez com que se expedisse ordem ao Comandante da Charrua Gentil Americano, destinada para o Pará, para me receber a seu bordo, e conduzir-me diretamente à Cidade de São Luiz do Maranhão: não podendo pois demorar-me para receber um e outro, como era de Lei, e sempre se praticou, e se verificou ainda com os Oficiais que compozerão a Divisão Constitucional Luzitana, enviada à Bahia: antepondo pois o bem da Pátria ao meu próprio, parti sem mais recursos, do que as comedorias a bordo e a Carta Régia da minha nomeação". Ele chegara em Oeiras, assumindo incontinenti as suas funções, a 6 de Agosto de 1.821.

Em Oeiras Fidié encontrou uma manifesta efervescência. É que o Brasil já dispunha, politicamente, de modo acentuado, de uma consciência emancipacionista, não obstante as comunicações difíceis entre as Províncias, e os sertões destas, e ainda a maioria da população não dispor de um índice de civismo na altura precisa. Contudo, 7.000 homens (incluindo-se as tropas de Milícias) sob o seu comando e o armamento do mais moderno tipo, deviam calar, em Oeiras, e, em consequência, em todo o Piauí, o patriotismo latente. A soberania portuguesa tinha de ser mantida de qualquer forma, e, mantida, serviria não só como apoio à região que compreenderia a nova Colônia, como também de reduto militar no Nordeste do Brasil. A propósito desta última finalidade convém se dizer que Fidié, antes de ser derrotado, chegara a agir, — aliás sem resultado prático na ocasião, — no sentido de cortar o intercâmbio do Piauí com a Bahia; a sua intenção era favorecer, na Bahia, as forças portuguesas sob o comando do General Madeira.

Como toda guerra requer recursos financeiros, e estes não podiam partir do elemento oficial, foram duas as Casas que financiaram o movimento, ajudadas pelas contribuições privadas, isto é por fazendeiros, proprietários e comerciantes. As Casas, são: a de Oeiras ou dos Souza Martins, que teve por chefe o Visconde da Parnaíba ou Manoel de Souza Martins, depois Brigadeiro honorário do Exército e Governador durante muitos anos da Província, e aquela chamada **Casa-Grande da Parnaíba**, repre-

sentada por Simplicio Dias da Silva, um dos homens mais ricos do Brasil, naqueles tempos.

A luta foi cruenta. Descrevê-la somente um livro volumoso. Quatro episódios, entretanto, ora descritos aqui de modo sumário, devem ser ressaltados. O primeiro episódio é o levante de Parnaíba, no norte da Província, a 19-10-1.822; o segundo episódio é a proclamação da Independência, em Oeiras, a 24 de Janeiro de 1.823, que se revestiu de bravura e ardileza, eis que só o Assalto à Casa da Pólvora, por 6 patriotas, mascarados e armados, vale por destemor e inteligência; o 3º episódio é o da Batalha de Jenipapo a 13 de Março de 1.823, na vila de Campo Maior; o 4º episódio é a fuga de Fidié para Caxias (Maranhão) para entrincheirar-se e reagir às hostes piauienses, nesta altura engrossadas por tropas cearenses e que foram ao encaço do ilustre cabo de guerra para desbaratá-lo, como conseguiram, depois de um assédio de 3 meses.

O primeiro episódio, como já vimos, é aquele em que um grupo de patriotas, tendo à frente o Dr. João Cândido de Deus e Silva e o milionário Simplicio Dias, decide, num golpe espetacular, aderir ao Grito do Ipiranga, agindo para isso com homens e munições adquiridas com real sacrifício, dada a vigilância oficial no momento; prendendo as autoridades e guarnecendo os pontos principais lançam sua proclamação adesista. Além de João Cândido e de Simplicio Dias estão, fazendo parte do grupo, o tenente Joaquim Timóteo de Brito, o capitão Bernardo Antonio Saraiva, e os civis José Ferreira Meirelles, Angelo da Costa Rosal e Bernardo de Freitas Caldas. O novo estado de cousas não perdura, porém, na heróica vila. No dia 5 de Novembro, ou seja daí a 16 dias, Fidié é sabedor, oficialmente, em Oeiras, do acontecido, pois um estafeta trouxera para ele notícias minuciosas; antes da notícia de caráter oficial tinham circulado, aliás, rumores da ocorrência. O Governo de Oeiras (Junta Provisória do Governo) toma imediatas providências. Prepara-se uma expedição para abafar o movimento. Fidié, em pessoa, é o comandante. A distância de Oeiras a Parnaíba orçava por mais de 600 quilômetros, a ser coberta a pé, em regime de urgência; nem por isso Fidié titubeou. Reuniu incontinenti uma força apreciável, que se estima entre 1.500 a 3.000 homens, com farta munição de boca e de guerra, cavalgadas para condução de bagagens, e funcionários encarregados de fazer pagamentos, da contabilidade e da bóia. Fidié parte no dia 13 de novembro e, 35 dias depois, chega à Parnaíba; o resto do exército português fica em Oeiras sob o comando do capitão Agostinho Pires, oficial lusitano de inteira confiança.

João Cândido e demais patriotas sabedores da aproximação de Fidié decidem abandonar a vila, retirando-se para o Ceará,

onde iriam, às expensas próprias, arregimentar homens e comprar armamentos. O Ceará, por essa ocasião, já tinha aderido à Independência; tinha, pois, o seu governo brasileiro.

Fidié encontrou a vila deserta. Fora as tropas terrestres de Fidié a vila estava cercada pelo mar (são apenas 14 km a distância de Parnaíba a Amarração), porquanto o "Brigue D. Miguel", vindo do Maranhão, com tropas, encontrava-se ancorado relativamente perto. O exército luso ficou instalado dois meses na vila, e o "Brigue D. Miguel" recebeu, como presa inimiga, os haveres, valores privados, rendas públicas e as famílias dos patriotas, que tiveram os seus bens confiscados.

O segundo episódio, o mais importante sob o ponto de vista político, dá-se na madrugada do dia 24 de Janeiro de 1.823. É nesse dia proclamada a Independência da Província do Piauí ou a adesão da Província ao Grito do Ipiranga.

Os acontecimentos estão como fortes labaredas, incendiando a alma popular. Os dias estão correndo e as depredações a bens dos portugueses exaltados, as discussões, os **meetings** e as desavenças entre os apaixonados, são fatos que infestam a cidade; entre os patriotas trocam-se cochichos, siglas, confidências, combinações sigilosas. A invicta metrópole piauiense vibra sob a ação de um sentimentalismo que não conhece o medo das armas lusitanas. No dia 13 de Dezembro, em plena luz do dia, dá-se o Assalto à Casa da Pólvora, — que foi mais um brado de épico civismo do que um ato de astúcia comum: seis patriotas, mascarados e armados, investem contra aquele depósito de material bélico e chibateiam a guarda. Chega a notícia de que o Dr. João Cândido e Simpício Dias conseguiram, em Granja e Sobral do Ceará, armar elementos para a causa piauiense. Ao entrar o Ano Novo (1º de Janeiro de 1.823) o vigário de Oeiras, Padre José Joaquim Monteiro de Carvalho e Oliveira, um português exaltado e inteligente, lança uma proclamação que é lida perante os elementos do oficialismo. Eram taxados de "facciosos e malvados" os brasileiros que lutavam para a conquista da sua emancipação. A proclamação do vigário que se tornou uma espécie de representação dirigida à Junta Governativa, teve apenas este efeito: exaltou mais os ânimos.

No dia 11 de Janeiro chega um estafeta da Bahia trazendo uma portaria e uma proclamação do Rio de Janeiro e ainda um ofício do General Pedro Labatut, comandante em chefe do exército independente em operação na Bahia. A correspondência para aqueles que tiveram conhecimento oficial (a Junta Governativa e quejandos) é recebida com surpresa. Labatut comunica aos piauienses a proclamação da Independência Nacional, em São Paulo, e conclama a todos a fazerem a devida adesão.

No dia 22 de Janeiro Oeiras tem conhecimento de que a

vila de Piracuruca foi tomada pelo patriota Leonardo de Carvalho Castello Branco, obrigando-a a aderir à Independência. Outra vila que, nessa altura já era independente, chamava-se Marvão, no extremo leste da Província.

As tropas deixadas por Fidié em Oeiras e nas quais existiam oficiais e soldados piauienses, estavam comandadas por Agostinho Pires, capitão do exército português, gozando de plena confiança ao lusitanismo. Havia, porém, um seu superior hierárquico, o coronel Joaquim de Souza Martins, piauiense pertencente à Casa-Grande dos Souza Martins, militar bravo e disciplinador, que depois prestou outros denodados serviços; Joaquim de Souza Martins, ao lado do capitão Inácio Francisco de Araujo Costa, chefe do policiamento da cidade, de outros militares da guarnição e de civis destemerosos, todos praticamente comandados por Manoel de Souza Martins, — o futuro Visconde da Parnaíba e Brigadeiro honorário do Exército brasileiro, — na madrugada do dia 24 de Janeiro reuniram-se e tomaram conta do poder; eles dominaram a Casa da Pólvora, investem contra os quartéis, localizam-se nos pontos estratégicos da cidade, prendem os suspeitos de lusitanismo, lançam uma proclamação, espalham boletins, expedem comunicações às autoridades do Rio e das províncias vizinhas, e, finalmente, consideram o Piauí integrado na comunhão nacional.

Fidié está distante dos acontecimentos de Oeiras, mas prepara-se para voltar, quando soube da ocorrência. Nessa altura tropas aquarteladas em Oeiras sob o comando de chefes brasileiros, saem com o fito de encontrá-lo. Na vila de Campo Maior — mais ou menos o meio do caminho entre Oeiras e Parnaíba, — dá-se o encontro, e, nessa oportunidade, as tropas de Oeiras que foram ao seu encalço juntam-se com outras tropas vindas do Ceará, com as de Piracuruca e com o destacamento sediado em Campo Maior.

Esse episódio ou o 3º deste nosso trabalho constitui a Batalha chamada de Jenipapo, ferida a 13 de Março, cheia de lances dramáticos e de derramamento de sangue. No encontro perdemos militarmente a batalha, mas ganhamos politicamente ou na realidade das cousas. Foi uma Batalha de Phyrro: Fidié ganhou mas acabou perdendo... A luta levou horas sob a ação inclemente de um sol de Março, pois no ano de 1.823 houve uma grande seca na região. Fidié dispunha de bom armamento, inclusive de 11 peças de campanha e de cavalaria armada de lanças e carabinas; o seu exército era calculado em 1.600 homens, e, como estrategista notável, aplicou as suas técnicas de mestre no renhido combate. Os independentes ou brasileiros dispunham de armamento precário: duas velhas peças de campanha, que, ao atirarem, se tornaram imprestáveis, de antigas pederneiras, de

espingardas, clavinas e pistolas mal calibradas, de punhais, chuços, lanças, arcos de barris e jucás; mas como tínhamos superioridade em homens, pois se calculava em 3.000 combatentes, foi possível tomar do inimigo peças de artilharia à mão, e, no fim da refrega cruenta, entre balaços e tiros de canhões carregados pela boca, no meio dos tombos daqueles que caíam morrendo, conseguimos subtrair a bagagem do Fidié, o que constituiu um lance espetacular. Fidié, com a perda da bagagem, que compreendia a botica, munições sobressalentes, apetrechos pessoais, dinheiro e até os depojos arrecadados por ele na vila da Parnaíba, sentiu-se atônito e desarmado; ele acabou fugindo para a vila piauiense do Estanhado (hoje cidade de União), à margem do Parnaíba, com o fim de, atravessando o rio, alojar-se em Caxias (Maranhão), onde, de fato, se entrincheirou no **Morro das Tabocas** e recebeu expressivos contingentes portugueses. De Caxias ele tinha a intenção de continuar a luta, eis que a Província do Maranhão era um satélite importante de Portugal.

Perdemos em Campo Maior, na Batalha de Jenipapo, para mais de 700 homens, dos quais 200 como mortos e feridos; o resto, em número de 542, como confessou posteriormente Fidié, constituiu os prisioneiros. O capitão Luiz Rodrigues Chaves, o nosso comandante supremo no combate, afirmou, entretanto, que morreram na ação mais de 400 pessoas, "sendo a maior parte do inimigo".

É conveniente salientar que a perda do combate de Campo Maior trouxe seríssimos receios a Oeiras. Os rumores que chegaram eram de que Fidié retornava para Oeiras mais zangado e mais feroz. O medo, como é natural, entranha-se furtivamente. Certa noite — aquela em que foi conhecida a nossa derrota e o retorno de Fidié — o povo, amedrontado, espera aflito os acontecimentos. E que fizeram os **leaders** brasileiros? O seu chefe, Manuel de Sousa Martins, manda abrir as portas da Câmara e acender feericamente as luzes, determina que a Junta fique em sessão permanente, distribui boletins alertando os habitantes para a defesa da cidade, manda encaixotar os valores do Tesouro para prevenir uma possível tomada por tropas invasoras, oficia ao comando da cidade de Crato (Ceará) solicitando auxílios em homens, e ele próprio, tranqüilo e firme, ostentando aprumo militar e vestindo o seu uniforme de gala, fala ao povo reunido na em praça, conclamando dignidade e espírito de sacrifício.

O nosso 4º episódio, a ser descrito sucintamente, configura-se no assedio à vila de Caxias, onde Fidié rendeu-se incondicionalmente a 27 de julho de 1.823, após um cerco de mais de 3 meses. Sitiando a vila Gonçalves Dias nasceu na selva a 1º de Agosto, justamente porque a sua genitora tinha

fugido antes, para o mato, temerosa da guerra na sede do município) havia um exército que excedia de 8.000 homens, compreendendo soldados e voluntários remetidos de Oeiras sob o comando do coronel Joaquim de Souza Martins, e de voluntários vindos do Ceará sob os comandos de José Pereira Filgueiras e Tristão de Araripe.

O Piauí sofreu rudemente com a guerra, que nos livrou de uma fragmentação territorial; além de estipendiar as tropas cearenses, sustentando-as por mais de 6 meses, custeou o seu próprio exército e suportou os lances e desperdícios de uma luta tremenda; o povo representado, todavia, por seus fazendeiros, lavradores, vaqueiros, comerciantes, intelectuais, escravos, agregados, posseiros e peões escreveu essa epopéia, que é única nos faustos da história militar da Independência do Brasil.

VISCONDE DA PARNAÍBA

Notas para a biografia

Antônio Santana Ferreira de Carvalho

Manuel de Sousa Martins nasceu em 8 de dezembro de 1767, na Fazenda Serra Vermelha, então município de Oeiras. Era filho legítimo do português Manuel de Sousa Martins e de Ana Rodrigues de Santana, filha de Valério Coelho, o lendário fundador do Arraial do Paulista, hoje cidade de Paulistana.

Com a morte do pai teve Manuel de Sousa Martins de abandonar os estudos cedo iniciados sob a orientação do Sargento Mor Marcos Francisco de Araújo Costa, seu tio e pai do futuro Padre Marcos da Boa Esperança. A iniciação de Sousa Martins incluiu também elementos de língua latina. Abandonados os estudos dedicou-se desde então à administração do avultado patrimônio que lhe coube — herança do pai e da avó materna. Cedo, era um "vaqueiro hábil e negociante diligente". Cedo, multiplicou seus bens. A par de toda essa atividade administrativa, sabe-se que sentou praça como soldado da 5a. Companhia do Regimento de Cavalaria de Milícias. Em 1804, era Alferes. Em 1812, Coronel Agregado. Em 1815, Coronel Efetivo, substituiu no Comando do Regimento, o Coronel Luiz Carlos Pereira de Abreu Bacelar, o célebre Coronel Luiz Carlos da Serra Negra. Em 1820, promovido a Brigadeiro, reformou-se a pedido, sem soldo. Nessa condição, foi Governador das Armas da Província. O único cargo civil que ocupou, foi o de Tesoureiro da Junta Real da Fazenda.

A carreira política do futuro Visconde, teve início com sua eleição para Vice-Presidente da Junta Governativa que sucedeu a Elias José Ribeiro de Carvalho. Em 1823, em 24 de Janeiro — com a adesão do Piauí ao Império, ele o proclamador — assumiu a Presidência do Governo Provisório. Em 19 de setembro de 1824, elegeu-se Presidente Temporário, sendo confirmado por Carta Régia de 1º de dezembro do mesmo ano. Em 1828, a 9 de dezembro, transmitiu o poder ao Tenente-Coronel Inácio Francisco de Araújo Costa, Vogal do Conselho da Província, para

retomá-lo a 15 de fevereiro de 1829, quando o transmitiu ao Presidente nomeado João José de Guimarães e Silva. Falecendo o Presidente Guimarães e Silva a 19 de fevereiro de 1831, voltou Sousa Martins a assumir o Governo, na qualidade de Vice-Presidente. Foi confirmado na Presidência pela Carta Régia de 1º de julho de 1832, governando ininterruptamente até 30 de dezembro de 1843, quando o substituiu o Presidente José Idelfonso de Sousa Ramos.

Seus quase vinte anos de Governo, por vezes despótico, garantiram ao Piauí, a estabilidade social que exigia o momento nacional. Não se pode eximir de erros ou culpas mandatário algum, sequer, um mandatário de vinte anos mas, tais erros, foram antes do sistema de Governo que do governante. Afinal, Sousa Martins não se estribara sozinho no Governo. Foi antes, instrumento do regime nascente, do regime personalista e arbitrário de Pedro I. Com a abdicação, mantido no poder, teve em todos os momentos, o respaldo da Regência Trina, de Feijó, de Araújo Lima e dos Conselheiros do Segundo Império. Teve sobretudo, o respaldo de Lima e Silva. Entre as realizações do Governo de Manuel de Sousa Martins citam-se por principais, a realização do Censo de 1826, a construção da Casa de Câmara e Cadeia de Oeiras, a criação do Diário do Conselho Geral, a aquisição da tipografia provincial, a pugna pela anexação do delta do Parnaíba e o apoio incondicional a idéia de criação do Bispado do Piauí. Some-se a isto o descortínio de horizontes do político hábil que soube evitar as intrigas da Confederação do Equador e debelar quase sozinho, o perigo maranhense da Balaiada.

Manuel de Sousa Martins recebeu o Hábito da Ordem de Cristo em 1811. Em 1814, foi armado Cavaleiro da mesma Ordem, na Matriz de Nossa Senhora da Vitória, pelo Governador Baltazar de Sousa Botelho de Vasconcelos. Em 1830, era Comendador da Ordem de Cristo. Em 1823, foi eleito Oficial da Imperial Ordem do Cruzeiro. Em 1824, Dignatário e Fidálgo da Casa Imperial. Em 4 de abril de 1825, Barão da Parnaíba. Em 18 de julho de 1841, Visconde (com honras de grandeza) da Parnaíba. Casou-se com sua prima Josefa Maria dos Santos e em segundas núpcias com Maria Benedita Dantas. Do casamento com a Baronesa D. Josefa teve os seguintes filhos: Coronel Raimundo de Sousa Martins, Tenente-Coronel José de Sousa Martins e D. Maria Josefa Clementino de Sousa que foi casada com o Major Manoel Clementino de Sousa Martins, herói do Estanhado. Do segundo casamento não deixou filhos. Foram seus filhos naturais, os Drs. Antônio de Sousa Martins, Jesuino de Sousa Martins, Cônego João de Sousa Martins, Cornélio de Sousa Martins, Maria Joaquina de Sousa e Joaquina Maria de Sousa.

Faleceu o Visconde da Parnaíba a 20 de fevereiro de 1856, estando sepultado na Capela Mor da hoje Catedral de Nossa Senhora da Vitória, de Oeiras.

A VERDADE HISTÓRICA

e o

bravo Major Manoel Clementino de Sousa Martins, um dos
heroes da Balaiada

Coronel Benedito de Sousa Brito

O "Diario do Piahy", jornal official do Estado, nº 224 de 12 de Outubro do anno p. passado, inseriu em suas columnas, sob a assignatura de Cruz Monteiro, um artigo denominado **conto histórico**, elogioso ao cidadão Irineo Gomes Corrêa e grandemente offensivo ao heroico e bravo piahyense Major Manuel Clementino de Sousa Martins, a quem o conteur, como para velar as injúrias assacadas ao preclaro morto, chamou simplesmente "Coronel Martins", dando-lhe um posto que elle não tinha. Até nisto, convem salientar ab initio, se evidencia a malícia de Cruz Monteiro. Revoltado com as invencionices de pessôas que, como o autor do **conto historico**, não hesitam em deturpar a verdade para ennodoar a memoria imperecivel dos nossos maiores, resolvi, fundado nas tradições que conservo, verdadeiras e leaes, e que me foram legadas pessoalmente pelos contemporaneos da guerra dos Balaíos, refutar aquelle acervo de inverdades e incongruencias, e restabelecer assim a verdade historica acerca da vida e dos feitos heroicos do inclyto Major Clementino, cuja bravura, honestidade, energia e moralidade nunca foram postas em duvida, a não ser ha dez annos pelo jornal "Patria", e agora pelo Sr. Cruz Monteiro.

Eis os dados exactos que conservo:

Em 1838 irrompeu no interior da então provincia do Maranhão uma sedição denominada Balaiada, no povoado Passagem Franca, tendo como primitivo chefe um ourives de nome Antonio João, que da Capital dessa provincia recebia instrucções de politicos dali pretextando vexames que os agentes do fisco causavam aos contribuintes do interior. Alastrando-se, como era natural, essa rebelião, insignificante no começo, aos municipios

visinhos, onde os selvagens insurgidos praticavam toda sorte de depredações e continuos assassinatos contra os proprietarios de todas aquellas então invias paragens, chegaram os rebeldes a ameaçar esta então provincia, cujas extremas daquella eram, como ainda hoje, o rio Parnahyba, em cuja margem esquerda era situada Passagem Franca, com sua população relacionada com a da margem direita do mesmo rio, no lugar quasi fronteiro, denominado Manga; e portanto, foi fácil propagar-se a rebelião ao Piahy, já não sob o pretexto de perseguição dos prepostos do fisco, mas com o intuito do saque que o caudilho Antonio João inculcava aos seus perversos sequazes. Conhecido o facto pelo Presidente do Piahy, Barão e depois Visconde da Parnahyba, um dos políticos mais em foco no norte do Império pela riqueza e número da família Coelho, da qual descendia e já então se mantinha em destaque em diversos pontos da Província, poz este em acção todos os meios de guarnecer a margem direita do Parnahyba, territorio do Piahy, ameaçada de ser invadida pelos Balaies, cujo numero avultava com rapidez extraordinaria, trahendo alarmada toda a extensão ribeirinha, desde a Villa Jeromenha até Estanhado (hoje União) ponto distante de Oeiras, antiga Capital, e onde os revoltosos do Maranhão faziam constantes desembarques para a pratica do roubo e da chacina quando acossados pelas forças leaes daquella ex-provincia. Sem abrigo e soccorros efficazes por tropas do Piahy chegaram muitos proprietários e agricultores de ambas as margens do rio, que se submettiam, embora constrangidos, aos intuitos perversos dos rebeldes, fingindo-se seus adherentes, sob pena de perda das respectivas vidas e fortunas. Então o Piahy, justamente revoltado, e tendo à sua frente o inolvidável Barão da Parnahyba, Presidente da Província, que com a influencia legitima que exercia sua prestigiosa familia, apesar de contar apenas com pequeno numero de tropas de primeira linha, resolveu chamar às armas em defesa da patria piauihyense toda a flor da mocidade do municipio da Capital, composta na sua maioria de parentes seus e de amigos das melhores familias. Foi então que o valoroso temerário, e mesmo heroico Major Manuel Clementino de Sousa Martins, official de Milicias, sobrinho, genro e amigo do Barão da Parnahyba, renunciando aos gosos da riqueza, tranquillidade e paz domésticas que então gosava, cercado já de numerosa prole ainda na infancia e na juventude, voou ao appello da Patria e immediatamente apresentou-se ao seu illustre sôgro, offerecendo-se para a guerra, e observando-lhe desde logo que não desistiria do seu designio, si por ventura seu referido sôgro quizesse desviar-o d'elle por sentimentos de amor paternal, ou outros de interesses quaesquer que o inzentassem de tomar parte

directa na acção das tropas em movimento conjuncto para debellar a Balaia, que já invadia, aqui e ali, o territorio do Piahy.

O Presidente que conhecia a bravura temeraria de seu unico genro e sobrinho, que outr'ora (em 1832) ainda na flor da idade corraera sponte sua em socorro das populações do interior do Ceará a braços com a rebelião de Joaquim Pinto Madeira assassinado juridicamente em novembro de 1834 pela sua ardorosa dedicação ao Imperador Pedro 1º, que acabara de abdicar em 7 de abril de 1831; praticando o Major Clementino naquellas paragens confinantes com o Piahy actos de incontestavel valor, a frente de cerca de 200 homens que reunira no municipio de Capital, e noutros do sul da provincia, em beneficio das alludidas populações então sob o guante da rebelião ainda hoje recordada com o nome de "Guerra do Pinto". O Barão que conhecia, repito, a bravura do seu sobrinho e genro, observou a este a desnecessidade de sua marcha, ao menos por ora, para o theatro dos acontecimentos onde receiava que seu sobrinho arriscasse a vida tão preciosa à pátria e à numerosa prole. Entretanto, tudo balda do foi diante da pertinácia do patriótico designio do Major Clementino. É que elle não tinha sede de vanglórias, e nem tão pouco visava honras que não almejava; mas sobravam no seu coração generoso os sentimentos humanitários que lhe permittiam ver impassivelmente os soffrimentos dos seus patricios flagellados por levas de selvagens, assassinos e roubadores de todas as classes e especies.

O exemplo do bravo Major Clementino converteu-se em incentivo à ardorosa pleiade de moços piauihyenses residentes na Capital: estudantes oriundos de boas familias, artistas, agricultores de posição decente, em grande parte parentes conjunctos e remotos do Major, num verdadeiro fremito de enthusiasmo sublime, correram encorporados ao Palacio Presidencial, offerecendo-se para acompanhar o destimido parente e heroico guerreiro na jornada bellicosa que se projectara. É preciso dizer que nenhum desses bravos moços attendeu aos rogos da familia que os exhortava a evitar essa arriscada empreza. Nada, porém, os demoveu, porque a coragem é comunicativa, e um forte Rei faz forte a fraca gente. Em poucas semanas estavam aprestados para a marcha numerosos contingentes de paisanos de todas as classes. Afim de que os futuros conteurs fiquem melhormente informados e não assumam a responsabilidade de censuras injustas, incoherencias e omissões (quicá propositaes) para obscurecer a gloria de gigantes em favor de pigmeus, recordo aqui os nomes de muitos moços valentes domiciliados nesta Cidade, que então seguiram o Major Clementino, espontanea e heroicamente,

renunciando a isenções legítimas que os escusavam do serviço das armas para pagarem em prol da pátria periclitante o tributo de sangue. Eram elles: Joaquim José de Carvalho, Antonio João Baptista Ferreira, lente de latim, Antonio Soido, Ludgero de Moraes Rêgo, Thomaz Vieira de Sá, Luiz Francisco dos Pessos Louro, Tenente José Luiz de Queiroz (morto no campo), Cornelio Avellino, José Egydio, Joaquim de Araujo, Luiz Cardoso Antunes, João Paulo Santos e muitos outros jovens de distintas famílias, formando um respeitável estado maior em homenagem ao valoroso Major Clementino, commandante em chefe desse corpo de tropas expedicionárias, composto de seiscentos homens, que daqui de Oeiras partiu em demanda do Alto Parnahyba no município de Jeromenha, na altura da Villa de Pastos Bons, provincia do Maranhão, onde a Balaiada tinha o seu quartel general, expedindo dali grandes partidas que iam se alastrando por toda a margem esquerda do Parnahyba, com escala por S. Francisco, Queimadas, Santo Antonio, Poty, Estanhado até Santa Quitéria. Em chegando de Oeiras os brayos expedicionários encontram Jeromenha em armas na defesa do município, que então já era victima de sortidas nos portos frequentados, estando já preparados para encorporar-se aos moços de Oeiras o Capitão Gonçalo de Freitas, Major José Felipe, Coronel Ribeiro, e grande parte da familia Pereira da Silva, parentes conjunctos do Barão da Parnahyba. É preciso registrar que desta Cidade, em falta de cirurgiões para o serviço de hospitaes, seguiu também voluntaria e gratuitamente o habil Pharmaceutico Bartholomeu Nicoláo Maza, italiano residente na provincia e já casado na importante família Avellino, cujos membros mais próximos do illustre estrangeiro o auxiliaram poderosamente no município de S. Gonçalo Velho (hoje Regeneração) quando foi este por sua vez invadido pelos Balaies. Depois de varrer da margem piauihyense do rio Parnahyba as hordas rebeldes o Major Clementino dividiu a expedição em dois corpos; seguindo parte de uma para baixo, sob o commando do Major graduado do Exercito, o bravo Antonio de Sousa Mendes, veterano da Independência do Império, e também sobrinho legítimo do Barão da Parnahyba, afim de ir guarnecendo a margem direita do rio, com reserva de forças para a defesa da legalidade, até onde fossem sendo sentidos os effeitos da rebelião; e outra sob o commando do chefe Major Clementino, que ficaria em observações no Alto Parnahyba, onde começara o movimento e, por isso, mais terribes eram as suas consequências.

No entanto, a indeclinável necessidade de acudir logo as populações ribeirinhas do Maranhão não se fez esperar uma vez que a Balaiada depredava as propriedades, e trucidava com a crueldade própria de canibae desenfreados, sem soccorro da

Capital daquela provincia, que até então não pudera amparar aquellas regiões flagelladas. Então o heroico Major expedicionário, sem esperar ordens do governo, e levado tão somente pelos nobres sentimentos de patriotismo e humanidade, transpoz o rio, acima da villa de Pastos Bons, onde começou a atacar a rebelião que fugia aos embates das armas auxiliadoras, as quaes iam restituindo a paz e a garantia aos logares conflagrados. Seguido sempre pelos denodados voluntarios que o acompanharam, rio abaixo, o Major foi deixando, aqui e ali, guarnições, embora pequenas, nos pontos evacuados pelo inimigo, ao mesmo tempo que concitava as populações sertanejas a lançarem mão das armas para o auxiliarem e se defenderem, e não adhereirem por meio ou por interesse aos rebeldes.

Quando, porém, se approximava do importante sitio de lavoura de propriedade da respeitavel viuva D. Rosa Alvarenga foi bruscamente atacado por forças reunidas nesse sitio, e ahi aquartelladas, forças que, segundo então constou, eram alimentadas por essa Senhora que adherira à rebelião e acoitava um troço de rebeldes.

Indignado com a noticia o Major avançou sobre o sitio, pondo em retirada os atacantes, e, chegando à casa de D. Rosa verberou-a frente a frente pelo seu procedimento, homiziando rebeldes; mas não praticou nenhuma violencia material contra ella ou suas propriedades. Desse incidente, muito licito e justificavel nos periodos anormaes de guerra, originou-se a inqualificavel calumnia que ha annos levantaram no jornal "Patria", deste Estado, contra o memoravel Major Clementino, uma das glorias immarcessiveis do Piauihy, e cuja abençoada memoria devia honrar immenso aos seus conterraneos, ingratos abyssinios que assim malsinam a vida dos seus homens de valor, cahidos já na voragem do tumulto! Esse facto com as suas circumstancias verdadeiras foi sempre narrado, tal como agora fica de novo descripto, pelos contemporaneos que constituíram então o estado maior do grande piauihyense, e eram homens dignos e criteriosos como o Coronel Joaquim de Carvalho, um dos heroes no combate do Morro agudo. Na occasião em que jogando a artilharia contra a força inimiga cahiu ferido o respectivo commandante Capitão Frederico Bittner, allemão, o bravo então Tenente Joaquim de Carvalho, supra referido, official de infantaria, vendo em debandada a guarnição das bôcas de fogo, correu para o ponto, animando com inaudita coragem os soldados enfraquecidos, dirigindo elle mesmo as pontarias, até que o inimigo se retirou em rapida carreira. Testemunhas oculares do já predito facto foram, alem de Joaquim de Carvalho, Ludgero de Moraes Rêgo e Clarismundo de Moraes Rêgo, os dois irmãos oeirenses compa-

nheiros do Major Clementino, e que m o contaram diversas vezes com todos os seus pormenores. Do sitio de D. Rosa seguiram as forças auxiliaadoras, rio abaixo, triumphando sempre, e compellindo a Balaiada a deixar a margem do mesmo e fugir terra a dentro para os sertões do Maranhão. Tocando as forças leaes no antigo porto de S. Francisco, defronte da hoje Cidade de Amarante, encontraram já ahi contingentes outros reunidos pelos Major Antonio Mendes e seu digno irmão Coronel Theotônio de Sousa Mendes, abastado fazendeiro nesse logar residente. A esse tempo já o Maranhão enviava forças contra a Balaiada, e então começaram estas a operar de accordo com as do Piauí em ambas as margens do rio, reunindo tropas que reforçaram as suas fileiras, todas cooperando para o mesmo fim: rechassar os rebeldes. Nas confrontações do município do Poty e Estanhado os proprietarios do centro do Piauí, dos termos de Marvão e Cratheus foram reunindo contingentes armados em sua defesa, e, juntando-se ao grosso do Exercito do Major Clementino, prestaram serviços à legalidade; e foi então que, entre esses patriotas, como o Tenente Aleixo, Coronel Antonio Fernandes de Vasconcellos e Irineo Gomes Corrêa veio este ter ao Estanhado, onde permanecia o quartel general.

Velho boçal, tal como o descreve o seu apaixonado panegirista, tinha arroubos de valentia selvagem; porém, sem tino, jamais a sua audacia chegaria ao ponto de desacatar e muito menos insultar o Major Clementino, que acompanhado sempre com parentes e amigos devotados não precisava de guarda costas para defendel-o em qualquer conflicto singular com Irineo Corrêa, pois possuia valor pessoal para enfrentar a este ou a qualquer outro de maior vulto, que o aggredisse. O que diz a tradição e é verosimil é que esses contingentes compostos de matutos sem instrucção rudimentar do serviço militar, e inclinados ao roubo, eram por vezes mandados castigar pelo chefe das forças em operação, acontecendo que seus improvisados commandantes apresentavam-se pedindo pelos seus commandados, obtendo quasi sempre perdão ou modificação do castigo; mas nenhum tinha a ousadia de vilipendiar o chefe militar prestigiado por seu valor proprio e o de sua familia, cercado de parentes amigos já officiaes e perante os quaes um Irineo Corrêa, nem outro mais audaz desacataria impunemente. E, portanto, falso, falsissimo esse episodio inventado pela malicia do conteur, que, segundo espero, levado por sentimentos de patriotismo e a bem da verdade, se retractará dessa calumnia infamante contra a memoria do heroico e inesquecivel patricio. Mal informado, sem duvida, Cruz Monteiro romantizou para fazer espirito e causar impressão, embora desagradável aos posteros levianos, e quiça

ingratos, e o que e mais, desconhecedores dos factos de sua propria historia! É provavel que o chefe legal tivesse necessidade de ser rigoroso com rebeldes convertidos que, receiosos de castigos próprios das guerras daquelles tempos se abrigavam às forças leaes para obterem a impunidade de crimes e traições, e principalmente para gosarem as vantagens das fraudes que depois da guerra os tornaram ricos por indemnisações dos cofres geraes, allegando falsos prejuizos causados pela rebelião; e neste expediente os habitantes do Nortê do Piauí foram fertilissimos.

E, porém, verdade que o Major Clementino jamais attendeu contra a honra das mulheres, e nem consentiu que soffressem o mais leve desrespeito das tropas sob o seu disciplinado commando. Assim, pois, repito, é falso que se desse o fato da mulher esbofeteada e mandada desnudar perante os soldados. Nem mesmo principio de verdade contém essa infâmia gerada na imaginação doêntia de picar os desaffectedos que não recuam deante das mais baixas e deprimentes concepções para marear a honorabilidade do eminente conterraneo morto, ferindo, não obstante, os seus descendentes e collateraes vivos e altamente collocados no nosso meio, como o Desembargador Helvidio Clementino de Aguiar, verdadeiro typo de juiz illustrado e incorruptível, Dr. Elias Martins, vulto notável na politica piauihyense, e illustres Desembargadores Carlos de Araújo Costa e Cândido Martins.

O Major Clementino educado nos sãos principios da moral mais acrisolada, austero e intransigente em materia de honra, da qual fazia um verdadeiro culto, era incapaz de proceder do modo figurado, isto é — mandar desnudar uma mulher perante soldados!

Nota-se que essas tradições apocryphas, revestidas de tons e caracteristicos lendarios só começaram a ter voga perante os ignaros e maliciosos alguns annos depois da morte do valente Major, quando, nesta então provincia se discriminaram os partidos politicos, e estes deixando-se dominar por paixões oriundas de interesses subalternos e inconfessaveis, explodiram injustamente contra a illustre e tradicional familia Sousa Martins e Coelho, por esses tempos quasi toda adherente do partido conservador, então enfrentado pelos liberaes que, salvas honrosas excepções, se tornaram desaffectedos dessa grande familia, a mais importante do sul da provincia, exclusivamente para offuscarem a memoria dos seus membros mais notaveis, apesar de já hoje se encontrar entrelaçada com muitos desses detractores soezes, os quaes mordem a reputação alheia com a mesma soffreguidão dos lobos famintos. Estão, todavia, no seu papel. "Certaines âmes ont des dents". O historiador deve ser primeiro

que tudo criterioso no julgamento dos factos que historia, investigando-os convenientemente, afim de não degenerar e cahir na valla commum dos novelleiros levianos que, à guisa dos trapeiros, rebuscam nas trevas e no lixo das ruas os fragmentos da immundicie com que formam artefactos de diversas especies. Propagar contos sob informações infundadas e dar-lhes apparencias de verdade, é tornar-se responsavel da infamia original que os gerou. Dir-se-á: a vida publica dos homens que criaram posições evidentes na pratica do bem ou do mal pertence à historia, e que as verdades que della resaltam não devem ceder diante de contemplações que a deturpem; mas é incontestavel que o historiador consciante só deve beber em fontes puras, unicas que os garantem contra o risco de ingerirem miserias e dispausterios indignos.

Resta rectificar um ponto em que o autor do conto historico, sem afastar-se do intuito mal velado de obscurecer a gloriosa memoria do Major Clementino, foi menos argucioso, narrando o epilogo da guerra da Balaiada, na grande batalha do Estanhado, onde este bravo cahiu ferido em pleno peito e não na nuca, como affirma o conteur para insinuar que a bala que o matou partiu das tropas do seu commando, aliás incapazes de atraçoarem o estimado chefe que as guiava a um dos maiores triumphos das armas piauihyenses. Não; o Major Clementino, momentos depois de ter cessado o fogo nessa batalha partiu immediatamente acompanhado de um insignificante piquete para explorar o campo da acção donde haviam fugido aterrados os inimigos em completa desordem. Ali chegando foi inopinadamente alcançado por uma bala partida das trincheiras abandonadas ha poucos instantes; e, como é crível e provavel, da arma de algum inimigo que ficara emboscado por traz de qualquer dessas trincheiras.

Sobrevivendo meia hora apenas ao grave ferimento re-commendava ainda aos seus commandados que não repousassem sobre os louros da victoria e batessem o inimigo em toda a linha, instando então com o seu digno primo Major Antonio Mendes, fiscal do Exercito, para assumir o commando em chefe daquelle punhado de bravos restantes, e completar o triumpho esplendido desse dia.

Secundado pelo Major Mendes o herculeo esforço do brioso soldado que acabava de fallecer, a disciplina não soffreu deficiencias, e nem as tropas, que o conheciam desde a Independencia, desfalleceram diante do sangue, ainda quente, do bravo Major, em quem depositavam inteira confiança e viam a virilidade personificada; e, assim, com o auxilio desses aguerridos piauihyenses deu-se cabo a aventureira empresa que os brios da provin-

cia inflammaram ao animo de seus filhos. Que os serviços do Major Clementino foram de grande relevancia o diz o acto da Assembléia Geral do ex-Imperio, concedendo uma tença vitalicia de 600\$ annuaes à sua illustre viuva e dignas filhas, das quaes ainda existe a ultima residente em S. João do Piauihy, e que é respeitavel mãe do Coronel Herculano Ferreira de Carvalho. Oxalá que a presente contestação ao lendario conto historico, articulada com toda a isenção e imparcialidade, sine irae ac studio, e baseada na verdadeira tradição historica, estreme de invencionices e ficções, aproveite ao Sr. Cruz Monteiro e a outros que pretendam polluir a memoria do imperecível patriota, ante o tumulto do qual, eu velho octogenario, me curvarei sempre respeitoso em signal de profundo reconhecimento pelos imponderaveis serviços que elle prestou ao Piauihy.

Oeiras, Estado do Piauihy — 1 — Janeiro de 1913

Nota — Publicado pela Typographia Paz, Teresina — 1913
Assinado — Um velho amigo da verdade

NOSSA SENHORA DA VITÓRIA DE OEIRAS

Dagoberto Carvalho Jr.

Com certeza terá sido a imagem de Nossa Senhora da Vitória, orago da seiscentista freguezia que à mesma Senhora se erigiu nos sertões do Piauí, a primeira imagem que viram ditos sertões. Melhor dizendo, terá sido esta a primeira imagem sacra a tão remotas paragens vinda para ficar. Que outras, antes, as tenham cruzado em audazes missões de fé, não se duvida como não se duvida ser a invocação de Nossa Senhora da futura Vila da Mocha, a mais remota do Piauí. Remota cronológica e geograficamente, pois que criada em fins de 1696 e instalada já em 2 de março de 1697 com Capela, paramentos e alfaia em sítio de que só então se daria notícia escrita, teve — dedução lógica — entronizada naquele 2 de março, sua imagem padroeira.

Trazida naturalmente de Olinda, sede da Diocese a que então pertencia o "Sertão de Rodelas", onde D. Frei Francisco de Lima houve por bem, para maior grandeza dos serviços de Deus e do Rei, criar a nova Freguezia, terá chegado, como deduzimos, sua imagem padroeira, com os Padres Miguel de Carvalho e Thomé de Carvalho da Silva. Miguel de Carvalho, Padre Visitador, autor da "Descrição do Sertão do Piauí" e mentor da criação da Freguezia e Thomé de Carvalho, seu Vigário fundador chegaram ao Brejo da Mocha em novembro de 1696. Com eles, efetivamente, a imagem de Nossa Senhora da Vitória.

Passados os anos, em derredor da capela primitiva e ao amparo da Virgem, crescia a povoação com o nome do riacho a cuja margem direita ali primeiro se plantara a cruz. Já em 1712 eram, freguezia e povoação, a próspera Vila da Mocha, oficialmente instalada em 26 de dezembro de 1717. Em 1733, Thomé de Carvalho, fundador e Vigário Colado da Freguezia de Nossa Senhora da Vitória, entregava — fruto maior do seu apostolado de quase quarenta anos — a nova e definitiva matriz construída



de "pedra e cal" sobre as fundações da pequenina Capela do Padre Miguel.

Em sua nova casa a imagem da Virgem continuava inspirando o desenvolvimento; da Vila; a partir de 1712; da Capital da Província a partir de 1759; da Cidade de Oeiras, a partir de 1761. Em sua igreja rezaram-se os Te Deum comemorativos dos feitos maiores da pátria portuguesa, armaram-se os nossos velhos cavaleiros da Ordem de Cristo, sepultaram-se os nossos avós, elegeram-se os nossos deputados. Em sua igreja, vivera Oeiras o seu fausto, o seu apogeu sócio-cultural. Só no segundo quartel do século XIX, um fato novo mudaria o rumo dos acontecimentos — a chegada à cidade de sua nova imagem de Nossa Senhora da Vitória. Força do conceito de tradição de cada geração, consequência do desenvolvimento sócio-econômico da cidade, inspiração do aprimoramento da arte escultórica, a cultura e o zelo religioso dos oeirenses de então fizeram substituir no trono da matriz a velha imagem de sua padroeira. Depoimento dos mais válidos a esse respeito, o do poeta Tibério Burlamaqui, fundador de "O Eco Liberal", citado por Expedito Rego — "quando chegou a nova imagem de Nossa Senhora da Vitória, para a matriz de Oeiras, todos derramaram-se em elogios à perfeição da imagem, e diziam — sem defeito. Tibério chegou, aproximou-se da Santa, persignou-se e começou a apalpá-la delicadamente. Depois virou-se para os presentes e disse — Sim é muito linda mas tem um defeito, o braço esquerdo mais grosso do que o direito". A imagem que então de novo se entronizava na matriz de Oeiras tem muitas das características da imaginária da primeira metade do século XIX. Do período a que chama José Valadares de "período da beleza e graça", cujo início fixa nos primeiros anos da segunda metade do século XVIII, marcado, sobretudo, por uma maior identificação do artista com o meio. Corresponderia pois, no Brasil, ao barroco, entre nós, movimento de produção intelectual de raízes também nativistas.

Quanto à primitiva imagem, apesar de chegada a Oeiras em fins do século XVII, enquadra-se em termos de definição, adotados os mesmos princípios classificatórios, no que se poderá chamar de primeiro período de nossa imaginária. Seu "estilo é duro e preciso, rico de pormenores porém despido de graça". Impressiona também a nossa imagem pelo volume do bloco de madeira, pela frontalidade e pela quase ausência de movimento. Será originária de alguma oficina da Bahia onde primeiro surgiram os nossos santeiros. Pernambuco, mais precisamente Olinda, só os conheceria anos mais tarde. Mas, onde estaria esta imagem? Queremos crer que com a chegada nos anos quarenta do século passado da nova imagem de Nossa Senhora da Vitória, a primitiva imagem tenha sido recolhida inicialmente à sacristia do



velho templo, servindo a partir de então às procissões anuais quando das festas da dita Senhora. Depois, e esse hábito haveria de generalizar-se em Oeiras, é possível que a imagem tenha sido levada para a Casa dos Campos, onde de fato a encontrou, em 1965, já em mãos de um herdeiro, o então Mons. Leopoldo Portela Barbosa. Diz a tradição popular e confirmam os fatos que a referida imagem pertenceu já por herança a D. Joaquina Piaulino de Holanda Campos, atavés de quem chegara às mãos de José Roberto de Amorim. Sua transferência para a Coleção Leopoldo Portela deu-se por compra ao Sr. Amorim, fato que impediu saísse de nossas fronteiras tão importante peça, quicã a mais valiosa peça sacra de todo o Estado, aquilatados o valor artístico e, sobretudo, o seu valor histórico.

A reforçar a tese que vimos sustentando, o fato curioso de em Oeiras "adotarem-se" imagens do culto. Chamamos de "adoção" de imagens — acepção nossa — o hábito, como antes dissemos, aqui generalizado, de em determinadas épocas e pelas mais variadas razões (reparos nas igrejas ou nos seus altares, aquisição de novas e "mais bonitas imagens" e às vezes, até por só vontade de velhas zeladoras) mudarem-se as imagens de suas igrejas para residências particulares. Deste hábito, ainda nós depomos como testemunhas de vista. Vimos ainda em casa de D. Umbelina Ferraz de Moura Nunes (avó materna do autor), velha e imponente imagem do Senhor Ressuscitado, substituída no culto em 1927, quando da doação de nova imagem do mesmo Senhor, pelo Cel. Orlando Barbosa de Carvalho. Em casa de D. Iazinha Ferraz passou a imagem referida aproximadamente vinte anos. Com D. Joana Ferreira de Oliveira encontra-se ainda e desde 1950, a primitiva imagem de Nossa Senhora, orago da Igreja da Conceição. Já esta, é imagem por demais graciosa, barroca, bem poderíamos dizer. Isto se explica pela época bem mais recente de sua escultura, posto que encomendada para uma igreja que ainda não se concluíra em 1839.

Aceitos a boa fé e o zelo religioso dos que ao longo de duzentos anos guardaram para as igrejas muitas de suas imagens o mesmo não se poderá sequer esperar de seus descendentes em segunda e terceira gerações. O esquecimento, natural até certo ponto, dessa gente, terá sido em muitos casos a razão maior de encontrarem-se hoje em mãos particulares, raridades sacras como por exemplo a primitiva imagem de Nossa Senhora da Vitória de Oeiras.

CARTAS

Bugyja Britto
Abimael Carvalho

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1978

Para o eminente General Abimael Clementino Ferreira de Carvalho: — Que belo caráter! que bela inteligência! que bela cultura! — esses são os três predicados principais que ornaram a personalidade de Dagoberto Ferreira de Carvalho, a cujo filho — Abimael — eu me dirijo nesta espécie de carta.

ooo

Caríssimo Abimael:

Li com o maior interesse a edição especial — 1978 — da **Revista** do Instituto Histórico de Oeiras, que você teve a gentileza de enviar-me, juntamente com uma carta datada de 9 de fevereiro do corrente ano.

Eu estava ausente do Rio; cheguei aqui no dia 19 de março último, e encontrei a **Revista** e a carta.

Assim, o que estarei a lhe revelar nesta espécie de carta, significa acusar o recebimento das duas correspondências, e, aproveitando a ocasião, realçar algumas palavras sobre o seu ilustre progenitor.

Na sua referida carta de 9 de fevereiro você se refere ao meu livro **Narrativas Autobiográficas, vol I**, que recebera no mês anterior, ou melhor em janeiro. Muito agradeço as palavras gentis de referência ao mesmo. Em **Narrativas**, — como você deve ter notado — saíram alguns lapsos e erros de revisão, em outra edição que eu faça, pretendo corrigi-los.

Devo regressar à propriedade Riacho Fundo lá para o dia 12 do corrente.

Escreva-me, de sempre, e mande-me algumas produções

que a sua pena brilhante tem feito. No "O Cometa", de Oeiras, eu tinha oportunidade de ler excelentes produções poéticas da sua lavra.

Se Deus me ajudar, ainda em 1978 (lá para o fim do ano) publicarei um livro de crítica, focalizando 6 individualidades, nas quais se inclui a figura invulgar do Visconde da Parnaíba. O perfil biográfico do Visconde (este, uma das individualidades focalizadas) terá por base o trabalho, que você conhece, feito em forma de conferência, — esta pronunciada em março de 1977. Entre as 6 individualidades haverá outro oeirense: o jurista Coelho Rodrigues, que deve ser seu parente, ainda.

Por estes 4 dias remeter-lhe-ei, pelos Correios, dois exemplares do **Narrativas** para você fazer o que quiser.

Conheci o nosso Dagoberto e dele guardo as mais expressivas recordações. Em 1914 ele morava numa casa pegada à do meu avô Benedito Britto, na Praça da Matriz, o que vale dizer à casa em que eu morava; era — a do seu progenitor — uma casa de esquina, e dessa esquina começava a Rua do Tanguitá. Nossas famílias eram vizinhas. Os seus filhos **Né** (Manuel), **Godô** (Godofredo) e **Nicota** (Maria da Conceição), por serem mais ou menos da minha idade, eram aqueles com os quais eu brincava quase que diariamente, ora todos se reunindo na casa do meu avô, ora na casa do seu eminente pai. Abaixo da idade do **Né**, do **Godô** e da **Nicota** estavam o **José**, o **Antônio** e **você**, que se entretinham mais com o **Júlio** — o meu irmão mais novo do que eu um (1) ano.

Que tempos!

Como tudo passou e uma alteração substancial houve entre os antigos companheiros!... A sua estremecida Nicota, a terna Nicotinha dos pais queridos, faleceu em 1943, não tendo mais do que uns 34 anos de idade; o meu irmão **Júlio**, — o **Nenem** — como eu chamava, falecera em 1937, com apenas 29 anos; era um artista do violino e um músico de nascença.

O Major Dagoberto, seu preclaro progenitor era o promotor público da nossa venerável cidade; ele tinha, entretanto, outros títulos que o enalteciam: jurista, intelectual, advogado, homem bom e cidadão de bem, chefe de família distinto, amigo dos amigos e amante da gloriosa cidade onde exercia as suas atividades públicas e privadas. Do seu intelectualismo sadio provinha o seu poder de eloquência, vinha a sua qualidade de orador brilhante; como jurista e como advogado emparelhava-se com qualquer togado piauiense que convivesse com os Códigos e procurasse enraizar-se nos arcanos do Direito. E que devo dizer agora das suas outras qualidades, inclusive da bondade e da moral? Você, o **Expedito**, o **Possidônio**, o **Dagoberto Júnior**, o **José Luiz** (neto talentoso e culto) em belos pronunciamentos que

estão nas páginas da **Revista** (edição especial do I.H.O., já citada) mostraram as ações da vida de Dagoberto e da prática de agir entre os habitantes da sociedade de que fazia parte.

Na memorável Oeiras havia 3 cidadãos ou companheiros adultos que se compreendiam muito bem, por isso que se reuniam quase que diariamente para palestras habituais: Dagoberto, Joaquim Reis e Britto, este último o meu avô paterno e em casa de quem fui criado durante os primeiros anos da minha existência. O Reis passava por grande conhecedor do léxico da língua portuguesa; dizia-se localmente que ele tinha na cabeça o dicionário de Moraes... (informação que, uma vez a tia Yayá me deu). O Major Dagoberto, pelo seu espírito ponderado, judicioso, cordato, polido, era aquele que discutia qualquer assunto de interesse público. O meu avô Britto, que não ficava — se assim posso dizer — nem atrás nem adiante, era o terceiro que acompanhava ou colaborava no pensamento e ilustração dos 2 distintos companheiros; a todos esses 3 homens públicos, portadores de envergadura moral e intelectual, vinham se juntar, às vezes, outros elementos que deviam compor uma congregação de boas unidades: O Dr. Benedito Martins Ferreira de Carvalho, Juiz de Direito, o Dr. Cândido Martins, ex-Juiz de Direito, ex-Intendente Municipal e **leader** político, o Cel. Luiz Rêgo, fazendeiro e comerciante, o Major Selemérico Newton de Carvalho, farmacêutico e professor de Português, o Cel. Jesuíno Moura, fazendeiro e ex-político, etc.

Devo dizer-lhe, para finalizar o meu pronunciamento sobre Dagoberto Ferreira de Carvalho, dois fatos, a seguir. O primeiro: é que fiquei de pleno acordo com as homenagens que lhe foram prestadas a 18 de julho de 1976 para comemorar o seu 1º centenário de nascimento; o Instituto Histórico de Oeiras pôs em realce as suas finalidades precípuas em apoiar as festas comemorativas e a fazer inaugurar o retrato de eminente homenageado. O segundo fato: é que depois de mais de 30 anos que eu tinha deixado Oeiras eu vim (aliás pela 2ª vez) a rever aquele de quem estamos tratando. Em 1947 eu tinha ido a Oeiras em caráter sentimental, isto é, a título de visitar a cidade e os seus habitantes... e é dessa ocasião (1947, mês de julho) o meu discurso que fora pronunciado no **Cine Teatro Oeiras** e que consta do meu último livro **Narrativas Autobiográficas** (págs. 142/44), e é dessa ocasião também o ato da visita que fiz ao nosso Dagoberto, que estava residindo, então, à Praça da Matriz, na mesma casa que tinha, no saguão, um pé de umbu e de que faço referências à pág. 99 do referido **Narrativas Autobiográficas**. A referência prende-se a um tombo do umbuzeiro, que levei, num dia em que a árvore estava molhada por motivo de chuva.

Dagoberto recebeu-me com aquela proverbial cordialida-

de e ficou satisfeitíssimo pela visita. Eu estava acompanhado do meu irmão João (este nascera em Teresina a 4 de janeiro de 1920, era médico veterinário e falecera a 14 de julho de 1969).

Palestramos bastante. Foi a última vez que o vi, por isso que em 7 de dezembro de 1951, Deus o levou para sempre...

Com as minhas recomendações e da Olívia à D. Tarcísia, receba afetuosamente um abraço do

Catônio

Rua Sambaíba, 555, Leblon
Rio de Janeiro — Tel. 274-0315

Fortaleza, 29 de maio de 1978

Meu caro Bugyja

Aqui vai a minha palavra de agradecimento pelo que você, em carta, ou melhor, num verdadeiro resumo histórico, escreveu sobre meu Pai, Dagoberto Ferreira de Carvalho, cujo centenário de nascimento foi solenemente comemorado pelo nosso Instituto.

A você, meu caro, cujo espírito de justiça é por todos reconhecido e que anteriormente, honesta e imparcialmente, já teve oportunidade de manifestar-se, em brilhante conferência, sobre Manuel de Sousa Martins, o Visconde da Parnaíba, fazendo história com **H** maiúsculo, por meu intermédio, o muito obrigado da família Ferreira de Carvalho, notadamente dos filhos daquele a quem, em pinceladas de mestre, tão bem retratou, fazendo destacar, de maneira sobremodo sensibilizadora, os principais predicados que ornavam a personalidade de Dagoberto, que, realmente, foi "um belo caráter, uma bela inteligência e uma bela cultura". Felizmente, para nós, seus (dele) descendentes, todos os que o conheceram proclamam as suas virtudes, e, por sorte, o 18 de julho de 1976, em Oeiras, data que seria comemorada na intimidade da família, transformou-se num grande acontecimento público, porque, como bem o disse o Dagoberto Júnior, "o Instituto Histórico de Oeiras não só se associou às homenagens que então se prestaram a Dagoberto Ferreira de Carvalho: Fez a festa. Liderado pela figura ímpar de Possidônio Queiroz — em tão boa hora Presidente da Casa — contemporâneo e amigo do homenageado, o Instituto levou à festa da família o reconhecimento da cidade". E, creia, meu caro Bugyja — filho que devota a

mais respeitosa veneração à memória imperecível do pai, porque nele sempre teve um paradigma — vivi, naquele 18 de julho, um dos grandes dias de minha vida.

E as suas palavras amigas, Bugyja encheram-me de contentamento e trouxeram-me muitas recordações, porque, além de falar de meus pais, fez você referências a outros entes muito queridos, dentre eles, dois irmãos, Nicotinha e Manuel (Né), já desaparecidos e a um passado já distante vivido na velha Oeiras, terra que está permanentemente no meu pensamento e na minha saudade. E quantas pessoas foram citadas, das quais me recordo, umas pelo conhecimento pessoal, outras através da tradição, como Benedito de Sousa Britto, seu ilustre e culto avô, cujo nome, na casa do meu Pai, era pronunciado com respeito e admiração? É que Benedito de Sousa Britto, o "Coronel Britto", como o chamava meu Pai, não obstante a diferença de idades, foi um dos grandes amigos dele, Dagoberto. E, também, um dos seus mestres, porque, na convivência diária — vizinhos que foram, e durante largo espaço de tempo — muito aprendeu Dagoberto com as ilustradas palestras do culto varão, especialmente no ramo do Direito, pois, Benedito, como sabemos, foi cultor emérito da ciência de Ulpiano. De minha parte, confesso, não tenho a mínima lembrança do Coronel Brito, porque, quando ele morreu, ainda era eu muito pequeno. Posso assegurar-lhe, no entanto, e o faço sinceramente: a admiração que por ele tinha o pai transmutou-se num sentimento de veneração à sua memória, por parte do filho, o signatário destas linhas, que na imagem que faz do Coronel Brito está sempre a ver a inteligência, a cultura e, sobretudo, a dignidade e a austeridade.

Já que falei em diferença de idades, não posso fugir ao desejo de aqui ressaltar, como vou fazer, um fenômeno, no meu modo de pensar, bem interessante e que, até certo ponto, considero curioso: meu Pai, homem austero, desde a mocidade, mas ao mesmo tempo jovial, teve a facilidade de conseguir fazer amigos não só entre os jovens, como, especialmente, com pessoas mais idosas. E assim é que, bem moço ainda já mantinha — o que não é muito comum — amistosas relações de amizade, alicerçadas pelo respeito e confiança mútuos, com homens do porte de Benedito de Sousa Brito, Selemérico Newton de Carvalho, Luís de Moraes Rego, Mundico Sá, Joaquim Reis e tantos outros, que dele, em idade, muito se distanciavam, sendo em mais de 40 anos, no caso do seu inesquecível avô paterno.

Falei em Joaquim Reis, que por você me foi lembrado. Conheci-o de perto. Era um dos frequentadores da "roda" da velha casa da Praça das Vitórias. E, por um lapso de memória, que muito lamento, mas que julgo perdoável — porque quem vive

longe da terra-berço e afastado do convívio bom da gente irmã está sujeito a falhas, em relação ao passado — não o mencionei, quando da fala no 18 de julho de 1976. Ainda bem que você o citou. E eu, neste instante, estou a vê-lo: velhinho; cabeça toda branca; alto; simpático; de bengala; entre outros lugares, sentado em um dos **bancos** do antigo "Canela", aonde iam alguns homens daqueles tempos, para espaiar-se nas tardes ensolaradas da velha Oeiras. E todos a ouvirem a palavra agradável, apumada e escoreita do velho e saudoso Joaquim Reis.

Para finalizar, meu caro, seja-me permitida uma palavra de referência para com alguns dos seus, que também foram meus, pela estima e pela admiração. Júlio, o nosso Júlio, tão prematuramente afastado do convívio dos parentes e dos amigos, foi um dos bons companheiros dos primeiros tempos de minha infância. E, com o seu desaparecimento, perdemos nós um amigo e Oeiras, o Piauí e o Brasil "um artista do violino e um músico de nascença". E sua tia laiá? Lembro-me perfeitamente dela: magra, alta, simpática, inteligente e culta. Foi minha professora, durante pouco tempo, é verdade, mas muito foi o que com ela aprendi. Também lembro-me de Dona Iaiazinha, que tive a satisfação de rever, quando de minha estada em Teresina, no ano de 1927, e com quem, algumas vezes, conversava, após a missa aos domingos, na Igreja da Praça Saraiva. E a terna Umbelita, a sua gentil prima da Bocaina? Dela me recordo, e com saudade, pois foi uma das meninas-moças que enfeitavam a Oeiras dos meus tempos de rapazinho. E... que tempos!

Recebi os dois exemplares de "Narrativas", que você teve a delicadeza de remeter. Um, dei ao Dr. Antônio Emérico de Carvalho Sousa, advogado do Banco do Brasil, meu parente e filho de sua madrinha Raimunda, que foi esposa de Benedito Francisco de Sousa.

Com as minhas recomendações e da Tarcisia a Dona Olívia, o abraço amigo do velho

Abimael

**HISTÓRICO SOBRE A CUSTÓDIA DE OURO DESTA FREGUEZIA,
CÓPIADO DE UM DOCUMENTO AUTHENTICO NO ARCHIVO
PÚBLICO DE THERESINA**

"Senhor: — A defeza das Sabias Leis de Vossa Alteza Real e a defeza de nossa Santa Religião me obrigão a fazer a Vossa Alteza Real huma Suplica, a qual pella sua natureza conto desde já que ha de meresser as Paternaes Pias e providentes Vistas de Vossa Alteza Real: Na Matris desta Cidade havia huma custodia de oiro que um fiel offeresseo a Irmandade do Santissimo Sacramento o anno passado, era com efeito a peça mais rica que havia nesta cidade, e pello seo uzo a mais respeitavel, e Sacrosanta, e a quem o Povo todo dedicava o maior Respeito. Na noite do dia 12 de Maio deste anno a roubarão sem que se pudesse descobrir o furto; por mais diligencias e averiguaçoens que fiz e mandei fazer por toda a parte. Quando já de todo se tinha perdido as esperanças, mas que senão tinham afroxado as Cautellas se descobrio nas maõs de um homem Natural de Pernambuco, que hia de viagem, e que levava feita em pedassos, longe desta Cidade 10 Legoas. O dezacato feito a Magestade Divina e afronta as Leis de Vossa Alteza Real produzirão (catholicamente pensando) huma molestia Mortal ao Condutor que foi achado (como já disse agonizante, e entregou o depozito Sagrado, e declarou o nome do principal Reu, e espirou. Thomaz Vilarinho, natural de Pernambuco, e que aqui estava a Mezes, foi o principal Reu, (e por agora segundo as inquisicoens unico,) felismente se prendeu no momento que eu fui siente, e se lhe acharão as provas incontestaveis do furto execrando, indo todos os dias descobrindo-se-lhe outros da mesma força como tudo consta do Processo que lhe está fazendo o Ouvidor Geral desta Capitania. He elle sem duvida o monstro infame; todos os indicios approvas humanas estão esgotadas Contra elle; falta pois Senhor o Castigo equivalente a Semelhante Crime. A pratica que aqui há fundada na Carta Regia da Criação da Junta da Justissa da Cidade de São Luiz do Maranhão, he a de remeter para aquella Cidade, todos os Reus que ha nesta, seja qual for seo delicto. Assim o tenho feito até agora, e tenho com efeito por diferentes vezes, remetido

Criminozos de delictos atrocissimos e provadissimos athe hoje, não vi nenhũ so Justissado ou degredado; mas sim fugidos ou da Cadêa ou da Calsseta vindos estes com a maldade mais acerba vingar-se dos que o prenderão e sentenciarão. Não me atrevo pois a mandar para aquella Cidade hum Reo tão execravel como o do presente Cazo; a Religião se desacreditava a fé esfriava, e as Leis de Vossa Alteza Real serião desprezadas se se visse (o que não he de esperar) ficar empugne Semelhante delicto. Senhor, o exemplo so calla pella vista, e não pello Ouvido: estes Povos São mui maus, e só nelles faz impressão a dor ou o pezo da Ley quando o Centem ou veem. Pesso pois a Vossa Alteza Real que pella sua piedade, e Justissa mande que este Reo sendo sentenciado afinal, ou aqui ou na Rellação do Districto que he a da Bahia, seja erremessivelmente Justissado nesta Cidade, para que estes povos conheção que assim como o Rey dos Ceos pello seo poder descubrio o furto, e o Ladrão, a sim o Rey da terra a purgou de semelhante Monstro castigando emediatemente, e no mesmo Logar do Crime dispensando por motivo tão justo e tão forte a Ley, que pello mão uzo que se faz della tem ficado empunidos todos os Reos. Cidade de Oeiras de São José do Piauhy — 28 de Junho de 1809. Carlos Cezar Burlamaque".

NOTA: Transcrito de "Meu Paroquiato em Oeiras" do Cônego Antônio Cardoso de Vasconcelos.

CÔNEGO ACILINO

Alcides M. Nunes

- do I.H.G.Pi -

A geração atual vem, em grande parte, desconhecendo vultos ilustres do nosso passado. Poucos são aqueles que continuam sendo invocados. Muitos dormem para sempre, quase que ignorados, pela falta do seu culto, embora, haja por toda parte monumentos notáveis e suntuosos a benfeitores ou a heróis anônimos.

Geralmente, pouco dos que passaram pela terra, permanecem na memória dos vivos.

Observa-se, entretanto, que os que viveram modestamente, sem se preocupar com notoriedade, desconhecidos, talvez, dos seus próprios contemporâneos, lutando sempre, despreocupado da própria existência e, sempre pensando mais em servir ao próximo do que a si mesmo; e sendo por isso, às vezes, injustiçado, nem sempre são esquecidos.

ACYLINO BAPTISTA PORTELLA FERREIRA, filho de Antônio João Baptista Ferreira e de Maria do O Portella Ferreira, tornou-se um desses abnegados pela prática de fazer o bem com o objetivo de também servir a Deus.

Nasceu em Oeiras a 17 de julho de 1853. Naquela cidade passou toda a sua meninice em companhia dos seus pais e familiares. Ali, também, fez o curso primário, transferindo-se depois para Fortaleza, capital do Estado do Ceará. No Seminário da Prainha matriculou-se para prosseguir em seus estudos; e, a 23 de abril de 1876 ordenou-se sacerdote, demonstrando sempre convicção religiosa, inteligência privilegiada, e capacidade suficiente para o desempenho da missão sacerdotal.

No mesmo ano de sua ordenação, regressou o jovem sacerdote à sua terra natal onde celebrou a sua primeira missa, que teve lugar na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória.

Em Oeiras, demorou-se pouco; foi ser vigário da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios, em Picos. A sua ação

naquela freguesia foi de logo sentida, especialmente, pelos seus paroquianos. Na sua circunscrição paroquial, seguindo o exemplo do Padre Ibiapina, dedicou-se de corpo e alma à pregação da fé cristã e ao combate dos maus costumes.

Pouco tempo passou na sua primeira freguesia. Em 1879, foi transferido para a de Nossa Senhora do Ô e Conceição, com sede na cidade de Valença do Piauí, mais populosa e de maior extensão territorial do que a de Picos.

Moço ainda e gozando de boa saúde, não vacilou em continuar com o trabalho evangelizador que lhe foi confiado. Percorreu, montado em animal (transporte usado na época), toda a sua nova freguesia. Conheceu de perto todos os seus problemas, que eram inúmeros. O quadro que encontrou era triste: viu, inicialmente, em Valença, os horrores causados pela seca de 1877, que foram danosos para a economia da região; e também viu de perto o sofrimento inquietante de sua gente, que ainda fora atingida de cheio, pela variola, que já havia destruído famílias e deixando ainda em muitas pessoas, marcas horríveis no rosto.

Foi esse o quadro que mais impressionou o jovem sacerdote em sua primeira excursão na sua vasta paróquia, onde havia núcleo populacional de desobriga, com distância superior a vinte léguas da sede paroquial.

Conquistando a amizade dos seus paroquianos, cessada aquela calamidade e sentindo a boa vontade de todos em lhe auxiliar, lançou a 27 de agosto de 1893 a pedra fundamental da nova Igreja Matriz. E no ano seguinte, já contando com grande parte de material, iniciou os trabalhos da construção pretendida que não sofreram solução de continuidade. E a 18 de dezembro de 1898 foi bento, solenemente e com imensa alegria, o templo concluído.

Tem a construção 39 metros de comprimento por 22,80 ditos de largura. E um dos maiores do Estado do Piauí.

Não ficou somente nisso, o seu trabalho paroquial. Anualmente, ele visitava todos os núcleos de sua freguesia, pregando a fé cristã e dando sempre bons exemplos.

Também em Valença, ele fundou a Confraria de São Vicente de Paula (1908) e a Associação do Apostolado da Oração do Sagrado Coração de Jesus que prestam relevantes serviços àquela coletividade.

Graças, ainda, ao seu exemplo e ao seu trabalho, foi desenvolvida entre nós, a obra das vocações sacerdotais, até então pouco difundida.

A iniciativa do uso habitual da batina, mantido em sua época somente durante as cerimônias do culto, foi também do

cônego ACILINO, que a usava como condição indispensável à dignidade sacerdotal.

Em Valença, o cônego Acilino fez-se, ainda, chefe político e dos mais influentes no Piauí. Dirigiu o Partido Republicano que se tornou majoritário na região. Assim, em 1910, quando da campanha do civilismo contra o militarismo no Brasil, ele apoiou Rui Barbosa, chefe da corrente civilista e foi o vencedor na grande região valenciana. Aliás, vale ressaltar que os civilistas só venceram em duas cidades brasileiras: Valença do Piauí e São Borja (Rio Grande do Sul).

Um dos seus maiores desejos era o de ser o guia espiritual da gente da terra que o viu nascer; o que só lhe foi possível em 1916. Tinha quase 63 anos de idade quando se transferiu para a Paróquia de Nossa Senhora da Vitória, em Oeiras, onde permaneceu como vigário até o seu falecimento, ocorrido a 29 de março de 1917, com pouco tempo depois de realizado o seu grande sonho.

Numa palestra memorável publicada pela Imprensa Nacional no ano de 1917, sob o título "FREI SERAFIM DE CATA-NIA", Elias Martins, erudito e admirado publicista, fazendo referência a outros destacados sacerdotes do clero piauiense de sua época, disse em relação ao cônego Acilino:

"Coube a um moço levita, contemporâneo de Frei Serafim, guardar tão preciosa lembrança na integridade e bellezas primitivas, acrescida por Valença e Oeiras, as quaes juntas a Picos, hoje três cidades, cabeças de importantes — municípios, formam o triângulo sertanejo, notável pela fé ardente de seus filhos, quase na totalidade catholicos praticantes.

Trabalhou quarenta e um annos, sem um deslize, morrendo em pleno campo de acção, santificado por heroicos sacrificios, veterano de mil batalhas, cahido ao pé da gloriosa bandeira.

Os annos e as enfermidades nunca lhe empallideceram o fulgor do espirito juvenil, a derramar em torno suave luz de salutar alegria. Das populações despretencioso governador, obedecido e adivinhado pelos corações, fel-as trilhar a vereda do bem, salvo das ambições, modesto e pobre, dando o que recebia, preso a divina maxima — "não faltam alimentos aos passaros e nem Salomao se vestiu melhor que os lirios".

Primos inter pares, tinha natural pendor pelo derradeiro lugar, padecesse embora o constrangimento da preeminência nos conselhos eclesiásticos, com justiça e feliz acerto apellidado — Nestor do clero piauiense.

Seu nome, cônego Acilino Baptista Portella, Ferreira, di-lo em uma só palavra o sertanejo — "o cônego", numa abundância de amor, espontâneo e expressivo que nunca seria

possível confundi-lo com outro. Nem podia deixar de ser assim, porque viu nascer e batizou aquella boa gente, uniu e abençoou todos os lares, ungiu e sacramentou milhares que dormem nos cemitérios; era o seio bendito onde se adormentavam todas as dores e floresciaam todas as alegrias".

Vidal de Freitas, quando juiz de Direito da Comarca de Valença do Piauí, em seu livro "CONTRADIÇÃO" publicado em 1943, deu-nos, também, inequívoca opinião a respeito do consagrado sacerdote. Diz o digno magistrado e emérito professor, em seu expressivo e admirável soneto:

VALENÇA

"Aqui, em cada praça em cada rua,
Algo recorda o Cônego Acilino;
Grupo Escolar, igreja, a voz do sino,
Tudo dele a memória perpetua.

Sobre a cidade humilde continua
Todo o influxo do bem, adamantino,
Que o sacerdote illustre ao seu destino
Imprimiu e que o povo ainda cultua.

Almo tributo de louvor merece
A gente em cujo coração perdura
A influencia de um mortal que nunca esquece.

Pois ninguém há que uma emoção não vença
Vendo essa gratidão constante e pura
Do povo hospitaleiro de Valença".

UM RETRATO — DUAS ESTÓRIAS

Dagoberto Carvalho Jr.

Decorridos cento e cinquenta anos da proclamação de 24 de janeiro de 1823, episódio que o imortalizou, continua por ser escrita a página de nossa história dedicada ao Brigadeiro Manoel de Sousa Martins, Visconde da Parnaíba. Muitos os depoimentos que no correr do tempo se vêm juntando à correspondência oficial dos primeiros governos da fase Imperial — repositário maior de dados sobre a obra invulgar do Proclamador da Independência do Piauí — em parte publicada em 1972 pelo Arquivo Nacional em "As Juntas Governativas e a Independência". De capital importância, no entanto, para o estudo da vida e da obra desse controvertido "construtor de nossa grandeza", continua sendo o ensaio — o melhor de quantos a respeito — de Esmaragdo de Freitas, "O Visconde da Parnaíba".

Não nos reportaremos, contudo, presentemente, a dados biográficos do Brigadeiro Sousa Martins. Satisfaz-nos, para juízo próprio, o manancial de que dispomos — escritos valiosos de inolvidáveis pesquisadores conterrâneos. Consideraremos, emitindo parecer pessoal, a momentosa dúvida que nos trouxe e a todos os que nos interessamos pela História do Piauí, o magnífico trabalho "Consideração em torno de uma fotografia" do ilustre confrade Josias Clarence Carneiro da Silva publicado em o número quatro da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí.

A mesma "liberdade de opinar" que "desaconselhou" o Presidente de nosso Instituto a aceitar a tese documentada pelos confrades Dr. Hermógenes Ferreira de Carvalho e General Moisés Castelo Branco, leva-nos a aceitá-la somando-se para tanto, a argumentos deliberadamente apontados pelo Professor Josias Carneiro da Silva, outros que por transcenderem o caráter de opinião pessoal, melhor se prestam à História.

No arquivo fotográfico do Dr. Antonio Gentil de Sousa Mendes, encontramos em uma cópia da fotografia em questão, assinada pelo Desembargador Cândido Ferreira de Sousa Martins, a le-

genda: "Cel. Joaquim de Sousa Martins, irmão de Manoel de Sousa Martins, Visconde da Parnaíba. Oferta do Dr. Sebastião Martins de Araújo Costa. Oeiras, 30.11.1928"; palavras que textuais, não deixariam dúvidas, não fora a possibilidade também abordada e por muitos até aceita de engano do autor de "Dados Genealógicos da Família Rocha" na redação da legenda da fotografia que encontramos à página 111 da referida obra. Outro argumento a nos favorecer a hipótese, este aceito, porque definitivamente esclarecido pelo Pe. José Rufino Soares Valamira em "O Visconde da Parnaíba" documento inédito encontrado nos Arquivos do Senado Federal pelo Dr. Ney Ferraz e publicado em o mesmo número da referida Revista do Instituto por iniciativa de seu Presidente, refere-se às viagens do Brigadeiro, oportunidades em que, por certo, deparou Sousa Martins, fotógrafos, pintores, daguerreotipistas... Só a sua presença em Caxias integrando o alto comando cearense-piauiense que impôs em 1º de agosto de 1823 a rendição da cidade, já nos parecia suficiente para desfazer o radicalismo da tese de alguns para quem "o Visconde da Parnaíba jamais saíra de sua Província natal". E Valamira é claro: "Dos 13 anos até a época da Independência, fazia ele anualmente, duas viagens: a primeira ao Maranhão para arrematar os dígitos da Província, e a segunda à Bahia para despor os gados machos, deixando na Província em terras próprias, situados os gados do sexo feminino".

A nosso ver, avulta também em importância a tradição oral dos Martins Santos, para quem, não fora a certeza com que a transmitiram de geração em geração, maior valia como relíquia de família, teria um esmalte do Coronel Joaquim de Sousa Martins, tetravô de D. Maria Júlia Martins Santos, filha de um dos mais autorizados pesquisadores da família, o Dr. Elias de Sousa Martins.

Recentemente, no Recife, tivemos a satisfação de conseguir de um pintor amigo, o Professor Baltazar Dornelas Câmara, uma reprodução a óleo da fotografia a que já nos referimos haver descoberto em Oeiras. Baltazar da Câmara, uma vida dedicada à pintura aquém e além mar pois foi o retratista oficial dos Chefes de Estado do Portugal Salazarista, inscreve-se entre os fundadores da Escola de Belas Artes do Recife e foi seu Professor Titular até a aposentadoria compulsória. Ao retratar o ilustre mestre da iconografia pernambucana, o Brigadeiro Manoel de Sousa Martins ou o Coronel Joaquim de Sousa Martins que o levamos na fotografia que pertencera ao Des. Cândido Martins, garantiu-nos não se tratar a mesma de fotografia direta. O conhecimento de sua arte autorizou-o a dizer-nos tratar-se de ampliação de uma pintura antiga ou até mesmo de um daguerreótipo. Por que não do esmalte de D.

Maria Júlia? É um outro argumento nosso, a contrapor-se este, à versão do Dr. Milton de Aguiar de fotografia original formulada ao referir-se à sua remessa de Belém do Pará por iniciativa de um descendente do Coronel Joaquim de Sousa Martins, o Dr. Newton Burlamaqui de Sousa Martins.

Na tela do Professor Câmara hoje pertencente ao Instituto Histórico de Oeiras e na fotografia que lhe serviu de modelo está claro o distintivo da gola da túnica — ramagem de carvalho a ouro — privativo de Brigadeiro, posto a que somente galgou, Manoel de Sousa Martins. Tão mais lógica nos parece a possibilidade de desapego do Brigadeiro às condecorações — aliás poucas, pois tanto Valamaria como Carneiro da Silva afirmam-no não agraciado, aquele, com a Imperial Ordem de Pedro I (Ordem do Fundador do Império), este, com a Imperial Ordem da Rosa — quão mais remota a de indebitamente envergar o Coronel Joaquim de Sousa Martins, um uniforme que lhe não pertencia.

Estes os argumentos que queremos definam nossa posição — a de que se trata o ilustre e discutido fotografado do Brigadeiro Manoel de Sousa Martins, Visconde da Parnaíba.

ESBOÇO DE PROVÁVEL ETNOGRAFIA DA COZINHA OEIRENSE

Gutemberg Soares

Médicos especialistas vêm, constantemente demonstrando o perigo que certas iguarias representam para o bom funcionamento do nosso coração. Mas continuam pouco ouvidos, pois, na maioria glutões obstinados, preferimos observar mais a máxima moralista, segundo a qual, o homem com maior presteza se deteriora e aniquila pelo mau uso da boca quando fala, do que por abuso ou impropriedade no selecionamento de seus comestíveis.

“Que linda boca que tens, / que lábios, que dentadura, mas a língua, ó formosura / aceita os meus parabéns!”

“A língua fala tão pura, / exalta tantos “améns” / provoca tantos desdéns, / engole tanta amargura!”

Tudo depende de situações e conjunturas. A minha modesta crônica, porém, não ousa promover-se crítica científica. Assim abordei menos controverso, mas que se relacione com “comedor” e possa associar o útil ao agradável.

Antônio Houssai, membro da Academia Brasileira de Letras, e tradutor de muitos trabalhos de reconhecido mérito — inclusive do *Ulisses*, de James Joyce — declarou em certa entrevista, que de um povo também se mede pela sua culinária, já que o artesanato tornou base para as suas raízes.

Examinando a elaboração dos pratos, encontraremos fatores diversos de um determinado povo, no que diz respeito a região, condição sócio-econômica, etc.

Nosso patrício Dr. José Expedito (também jornalista, poeta e historiógrafo, embora por modéstia não goste de ver seu nome seguido de tais adjetivos) já publicou em *O Cometa* excelente estudo sobre o assunto.

Talvez por um fenômeno sociológico qualquer a série de manjares de nossa predileção é deveras muito extensa. Artesãos de mãos hábeis, consultando receitas nem sempre de origem conhecida e usando processos certamente herdados da época colonial, conseguiram inventar comidas de requintados sabores, e servi-las nas reforçadas mesas patriarcais, como ainda hoje, (em edições revistas e aumentadas), nas “barracas de praça”, nos ba-

res da madrugada", e igualmente nas mesas de "raça pobre", — pobre mas que se preza de ter bom gosto, e, quando possível, de imitar com entusiasmo, a famigerada glutomeria do Rei Dom João VI.

Embora não saiba precisar bem como se verificou, creio que o conhecimento relativo ao fabrico cuidadoso de bolos e doces se transmitiu dos antigos conventos, onde as obsequiosas freiras eram especialistas, ou, como se diz agora, técnicas na matéria. Elas naqueles tempos, não frequentavam as "festas mundanas". Eram retraídas, e por isso, destinavam as escassas folgas que os deveres da Ordem lhes permitiam, ao "passa-tempo da cozinha", num zelo todo especial. Assim nos "dias santos" e "dias de festa conventual" quando o Pároco, quase sempre era visitante ou principal homenageado, a receita se rebuscava e o "menu" e a "sobremesa" sempre servidos a perfeição. Vinhos satisfatórios ao mais exigente paladar.

Como nossos usos ainda hoje demonstram a influência portuguesa, principalmente no sentido religioso, vale lembrar aqui o mimoso improvisado de um vate lusitano — talvez João de Deus — que confirma não só a referida gentileza das freiras em suas recepções, como sua habilidade na confecção dos "comes e bebes".

Neste "espere um bocadinho" / — se ilusão minha não fosse — /, parece que vem mais vinho, / parece que vem mais doce

Quem desconhece o bolo-branco (feito com água, ovos, gordura e tapioca), encontradiço nos "cafés"; o bolo corredor, o cariri, o bolo torrado; o bolo de gordura; roscas; as caridades, o suculento "bolo de cera" — para obtenção de cujo "ponto" se empregam todas as magias da prática —; as saborosas petas; o bolo de requeijão de indiscutível sabor? (As pitadas de sal, a quantidade de tapioca, o grau de calor do forno são preceitos que nenhuma boleira eximia transmite, nem mesmo à patroa mais estimada. Apenas de mãe a filha...

Guloseimas, abundantemente usadas, chegaram mesmo a suprir a falta de comidas mais substanciais. Gilberto Freyre acentua isso no seu Casa-Grande & Senzala, no seguinte período: "Tudo faltava: carne fresca de boi, aves, leite, legumes, frutas e o que aparecia era da pior qualidade ou quase em estado de putrefação. Fartura só a de doces, geléias e pastéis... com que se arredondava a gordura dos frades e das sinhá-donas"...

Numa ordem mais simplória, tipicamente camponesa, lembrei o "bolo frito", o beiju de massa e de tapioca, o cuscuz de milho ou de arroz regado a leite de côco; a pamonha de milho verde, o manué, o pé-de-moleque, o charuto e tantos outros petiscos disputados pela garotada. A feitura do doce de limão em calda

exige muito maior esforço, tempo e paciência que a de outro doce qualquer. Aliás é triunfal o resultado depois de raspado, por etapas, o interior do fruto ainda tenro, e posto em água renovada durante oito dias e submetido a tratamento complementar e misturado aos demais ingredientes, antes de ser cozido em tacho de cobre.

Tal como o de limão-azedo, — o de "laranja de umbigo", de "manga de fiapo", de "banana comprida" já fizeram vitoriosa penetração em várias camadas sociais.

O afamado doce de buriti — quase privativo do Piauí — é tão saboroso que quem o come pela primeira vez, não se contenta em comer pouco, e, em consequência, no dia seguinte, estará impossibilitado de receber visitas ou de ir assinar ponto no local de trabalho.

Dr. Costa Machado contou-me, há tempo, que quando estudante em Salvador, recebeu de casa farta provisão de doce de buriti. Ofereceu várias latas do mesmo a diferente casas de famílias de sua amizade. Dois dias após foi visitar uma delas. Algumas pessoas estavam adoentadas. Despertada a curiosidade, percorreu as outras casas e em nenhuma encontrou sadios seus moradores. Todos, porém, lhe repetiram que jamais haviam comido doce tão apetitoso. Ainda não havia então, "sal de frutas" e outros medicamentos de igual finalidade proveitosa em semelhantes ocasiões.

A "ambrosia" é outra espécie de doce que requer da artesã muita perícia no ato de distribuir os integrantes e agrupá-los no instante adequado. Feito a base de gema de ovos, manteiga e açúcar, tem sabor quase idêntico ao de caju. A este podemos denominar tropical.

Trazendo esta contribuição ao momentoso assunto, firmo-me na esperança de que o Governo municipal encoraje, e assegure a necessária assistência à política objetiva de turismo, no sentido de expansão de nossa riqueza artesanal; e outrossim, da arte histórica tão seriamente encarada pelo Instituto Histórico de Oeiras

Tudo me leva a crer que o embrião começou a tomar forma e características próprias, graças aos romances, poemas e trabalhos jornalísticos de repercussão nacional — levando para fora o retrato do Piauí e particularmente desta Oeiras. Exemplo marcante a seguir-lhe: o da já consagrada obra literária de O. G. Rêgo de Carvalho.

studio Comepi:

Montagem e capa: Carlos Ramos

Fotocomposição: Vitor Martins

Fotolito: Luís Gomes, José Vieira, Filogônio, Jefferson, Lindomar

Composto e Impresso pela
Companhia Editora do Piauí — COMEPI

E R R A T A

Onde se lê
pág. 14 — item 16
em janeiro de 1823
pág. 17
João Espedito
pág. 19
em 02 de março de 1967
pág. 24
Reportamo-nos ao 03 de março

pág. 25
Ao nosso ver... o "Dia de
Oeiras" é o 03 de março
pág. 40
spocete sua
pág. 162
e instalada em 03 de março
de 1697
naquele 03 de março
pág. 184
Valamaria
Ordem da Rocha

Leia-se

em janeiro de 1923

José Expedito

em 02 de março de 1697

Reportamo-nos ao 02
de março

Ao nosso ver... o "Dia de
Oeiras" é o 02 de março

sponte sua

e instalada em 02 de
março de 1697
naquele 02 de março

Valamira
Ordem da Rosa